



CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

**ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA**

(ORGANIZADOR)



Editora Poisson

VOLUME 3

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 3

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2024

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas
Interdisciplinares - Volume 3/ Organização:
Anderson Lincoln Vital da Silva - Belo Horizonte -
MG: Editora Poisson, 2024

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-430-7

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências
Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura - CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br

Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Mídia reacionarizante: o problema do jornalismo policial como recurso de formação de opinião..... 06

Guilherme Pinheiro Duarte, Barbara Lima Montenegro, Paulo Rogério Costa de Oliveira

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.01

Capítulo 2: Comunicação, empoderamento e biopotência da multidão: uma perspectiva teórica à comunicação comunitária 11

Patrícia Franck Pichler, Maria Ivete Trevisan Fossá

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.02

Capítulo 3: Estratégias de comunicação, marketing e gestão no contexto da convergência midiática – os empreendedores da grande Aracaju..... 26

Matheus Pereira Mattos Felizola, Amanda Luiza Soares Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.03

Capítulo 4: Radiodifusão: dois grupos dominam a televisão em Santa Catarina há quase 50 anos..... 54

Carlos Roberto Praxedes dos Santos, Camila Maurer

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.04

Capítulo 5: A Espiral do Silêncio revisitada: pensando os efeitos gregários da mídia sobre o indivíduo..... 66

Abigail Emnuelly Reis Ferreira, Luís Francisco Munaro, Octavio Gasparini Júnior

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.05

Capítulo 6: Memes do facebook e intertextualidade na construção da imagem do Bolsonaro..... 77

Jayane Rafaelly Souza Silva, Thalyne Keila Menezes da Costa

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.06

Capítulo 7: As máquinas e as emoções 85

Jacques Alkalai Wainberg

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: Controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro: uma análise comparativa entre o Controle Difuso e o Controle Concentrado..... 96

Ademir Luzerno de Menezes, Fábio Teixeira Lima, Iandro Mateus Almeida Moreira, Lázaro Ivan Coelho da Silva, Paulo Fernando Barbosa de Oliveira, Izabel Luana Araújo da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.08

Capítulo 9: O Estado e a precarização do trabalho sob as lâminas neoliberais..... 105

Roseniura Santos

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.09

Capítulo 10: A crescente participação dos idosos na transferência financeira como suporte econômico familiar..... 135

Frank Astor do Nascimento, Priscilla Custódio Muniz Pinto, Alexandro da Silva Pinto, Fabiana da Costa Astor do Nascimento

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.10

Capítulo 11: Dinâmica intercensitária da população dos municípios alagoanos entre 2010 e 2022: uma abordagem metodológica de análise estatística a partir de indicadores multidisciplinares..... 143

Michela Barreto Camboim Gonçalves Feitosa, Camila Ribeiro Cardoso dos Santos, Neison Cabral Ferreira Freire, Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Junior

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.11

Capítulo 12: Dificuldades no manejo de transferência de criança indígena para o tratamento fora da aldeia: um relato de experiência 170

Adriana Silva de Queiroz, Jéssica Rodrigues de Souza, Iana Luiza Souza Galvão, Mirelia Rodrigues Araújo

DOI: 10.36229/978-65-5866-430-7.CAP.12

Autores 183

Capítulo 1

Mídia reacionarizante: o problema do jornalismo policial como recurso de formação de opinião¹

Guilherme Pinheiro Duarte

Barbara Lima Montenegro

Paulo Rogério Costa de Oliveira

Resumo: O presente resumo expandido trata do controle de opinião exercido pelo telejornalismo policial brasileiro junto aos telespectadores. O objetivo deste trabalho é explicitar o modo como tais aparelhos televisivos influenciam a formação da opinião política e ideológica da sociedade. Considera a maneira antiética na qual este conteúdo é produzido e problematiza sobre: a quem interessa manter esses programas constantes e consolidados nos meios de comunicação em massa no Brasil? A pesquisa é de caráter bibliográfico, considerando que as fontes para obtenção de dados são documentos científicos, da legalidade, assim como desenvolveremos observações dos programas destacados.

Palavras-chave: jornalismo policial, sensacionalismo, controle de opinião, ideologia, punitivismo.

¹ Trabalho apresentado na IJ 1 - Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 20 a 22 de junho de 2023.

CORPO DO TEXTO

Para compreender o *modus operandi* do telejornalismo policial televisivo e como eles operam como formadores de opiniões na sociedade, é necessário entender o conceito de populismo penal midiático. Assim, este é um recurso da mídia no qual se utiliza de argumentos sensacionalistas e sem base científica para discorrer sobre assuntos penais para um público, na maioria das vezes, de modo a gerar pânico moral em seus telespectadores.

Tendo esse conceito em mente, faz sentido analisar este pânico sistemático sendo um catalisador para o desenvolvimento da opinião política do corpo social, no qual constantemente esses ideais estão vinculados a um pensamento notoriamente reacionário e punitivista. Logo, no tocante acerca do telejornalismo brasileiro, é possível observar o quanto estes telejornais de temas policiais no Brasil fundamentam, em suma, o seu discurso na construção do mencionado ideal alienante nacionalista.

Dessa forma, fica evidente a operação na tentativa de controle de opinião almejada como objetivo, isso ocorre pois, ao se pensar na lógica de produção de notícia hodierna, há uma notável necessidade de obter e repassar a informação de modo mais rápido e, principalmente, no contexto do jornalismo policial, atrativa.

A velocidade da notícia compromete a reflexão sobre a informação, no âmbito do noticiário policiaisco, verifica-se que o crime-notícia-produto se aproxima de uma espécie de fast-food cultural. Uma tática perfeita para gerar comoção e impacto na sociedade apressada, sem tempo para refletir, porém ávida consumidora de notícia-crime-produto (Sousa, 2020).

A espetacularização da violência, a utilização de um discurso humorizado, caricaturesco, a exploração da morte, da criminalidade, sem uma pesquisa prévia de qualidade, buscando apenas o choque pela busca de audiência, sem a preocupação em saber se aquelas informações são verídicas, assim como a utilização do pré julgamento como voz final da verdade estabelecida naquele aparelho midiático, são táticas de atratividade da mídia que busca emboscar a população. Esses recursos vão de encontro ao Código de Ética dos jornalistas brasileiros, leia-se os artigos 4, 9 e 10 do próprio:

Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação [...]

Art 9º A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística. Art. 10. A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade. (Fenaj, 2007, s.p).

Dessa forma, a imprensa atua como interventora, muitas vezes manipulando as informações do universo criminal. Assim, o punitivista discurso midiático explora uma necessidade na aplicação de uma rigidez, fazendo importar a ideologia de um sistema penal falho e incapaz de produzir êxito (SOUSA, 2020). Quando isso acontece vai se criando um corpo social cada vez mais reacionário, há, nesse sentido, uma forma de alienação, quando a ideologia hegemônica punitivista está incessantemente sendo inserida diretamente no cotidiano popular, vestido de um jornalismo sério e informativo, mas dentro de um fundamento mercadológico e alienante.

O jornalismo policial é notadamente antiético, vide suas características já citadas, tanto do ponto de vista jornalístico, quanto constitucional. Mas mesmo assim esse formato informativo está presente nos mais diversos meios de comunicação, ou seja, é necessário algo ou alguém que esteja demandando este tipo de conteúdo. Isso é um reflexo da conjuntura brasileira, quando cada região do país tem o seu conglomerado midiático, quase sempre, comandado pela elite política local. Dessa forma, não é absurdo conjecturar que a manutenção dos programas policiais no Brasil é baseada na política local e seus motivos continuam sendo ideológicos.

Isso ocorre porque aqueles que controlam os oligopólios midiáticos desejam manter o público ideologicamente alinhado com seus interesses políticos e econômicos. Dessa forma havendo mais uma quebra no código de ética do jornalismo vide o inciso IV do artigo número 7:

Realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas (Fenaj, 2007, s.p).

A forma mais eficaz de realizar esse tipo de controle de opinião é instigando o medo na população e fazê-la acreditar que o cenário em que vivem está em completo estado de calamidade em relação à criminalidade. Quando isso acontece, há sempre um reforço de estereótipos discriminatórios à comunidade periférica e preta. Como aponta Almeida (2019), “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que, a todo momento, é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (Almeida, 2019, p. 65).

Isso se dá, pois é prejudicial para aqueles que chefiam esses aparelhos midiáticos que a população tenha autonomia de pensamento quando se pautam temas como punitivismo, consciência de classe ou racial. É necessário manter o corpo social reacionarizado, pois isso afasta o mesmo das pautas que desagradam os aparelhos coercitivos da mídia. Como demonstra o linguista britânico Noam Chomsky (2013):

O resto da população deve ser privado de qualquer forma de organização, porque organização só causa transtorno. Devem ficar sentados sozinhos em frente à TV, absorvendo a mensagem que diz que o único valor na vida é possuir mais bens de consumo ou viver como aquela família de classe média alta a que estão assistindo (Chomsky, 2013, p. 27).

Seguindo essa lógica, segundo Chomsky, o controle ideológico é uma forma de dominação que se baseia na manipulação da informação e a mídia é um importante instrumento de controle ideológico, considerando que, de maneira geral, “as pessoas não veem motivo para se envolver em aventuras externas, mortes e tortura. Portanto, você tem de instigá-las. E para instigá-las, é preciso amedrontá-las” (Chomsky, 2013, p. 31). Assim, a mídia é capaz de moldar a opinião pública de acordo com os interesses das elites e manter a sociedade funcionando dentro dos limites estabelecidos por elas.

O telejornalismo policial contemporâneo brasileiro, especialmente no que diz respeito ao denominado datenismo, é uma concentração homogênea de programas policiais

televisivos de cunho alienante por intermédio dos jornalistas/apresentadores do mesmo, pelo qual promovem o sensacionalismo, a violência gráfica e verbal e, à posteriori, a quebra da imparcialidade, pois demonstram não só opiniões equivocadas antes de o/a acusado (a) em questão poder defender-se, conforme o próprio ordenamento jurídico brasileiro e a garantia ao contraditório.

Assim, o 'datenismo' diz respeito ao movimento alienante realizado por meio de apresentadores análogos à figura de José Luiz Datena, ao qual se explicita, em suma, alinhado ao ideal reacionário sociopolítico em punir/condenar arbitrariamente os indivíduos envolvidos nos casos aos quais o mesmo relata, sem a mínima oportunidade de defesa prévia deles. no programa televisivo Brasil Urgente, na Rede Bandeirantes.

A este respeito, serve-nos de referência o estudo de Foucault sobre panóptico no ambiente prisional, tendo em vista que pretende induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade para assegurar o funcionamento automático do poder. "Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder" (Foucault, 2014 p. 191).

Neste sentido, a concepção de panóptico pode ser aplicada ao contexto da mídia reacionarizante gerada pelo jornalismo policial pela reprodução semelhante do efeito punitivo/manipulador. Logo, assim como o Panóptico, no qual cria um ambiente de constante vigilância para manter o controle sobre os detentos, a mídia reacionarizante também induz uma percepção de constante perigo e criminalidade na sociedade, pela qual reforça a lógica da sensacionalização a qualquer preço.

Com base nisso, este jornalismo se relaciona com a ideologia hegemônica de Foucault, porque semelhante à prisão panóptica, estes jornalistas 'charlatães' buscam moldar um determinado pensamento em seus telespectadores por meio das armadilhas de narrativa citadas anteriormente. Logo, a construção dessa base ideológica punitiva é também o fruto dos idealizadores do programa, os donos do programa e da própria emissora. Assim, tanto os idealizadores devem ser analisados quanto os seus apresentadores. Desse modo, o citado efeito ocasiona a formação de opinião pública distorcida e estereotipada, a qual fomenta o medo e a insegurança coletiva.

Neste contexto, Alexandre Campelo, no seu livro "Novo olhar sobre os telejornais policiais", introduz o leitor ao tema dos telejornais policiais no Brasil e apresenta uma revisão bibliográfica sobre o assunto. O autor começa descrevendo as principais características desse tipo de programa jornalístico, que geralmente apresenta notícias sobre crimes, violência e conflitos, com ênfase em imagens fortes e sensacionalistas.

De acordo com a abordagem apresentada por Campelo, a mídia reacionarizante é um problema porque influencia a opinião pública e contribui para a legitimação de políticas públicas autoritárias e repressivas. Além disso, esse tipo de jornalismo tende a reforçar estereótipos negativos sobre as classes populares e as minorias étnicas, gerando preconceito e discriminação.

Para o autor, é necessário repensar o papel do jornalismo policial na sociedade, por meio da busca por uma abordagem mais crítica e reflexiva, avaliando não apenas os fatos, mas também as causas e consequências da violência e da criminalidade. Nesse sentido, ele propõe uma abordagem mais contextualizada e menos sensacionalista dos temas relacionados à segurança pública, considerando a complexidade do fenômeno e as múltiplas dimensões envolvidas.

REFERÊNCIAS

- [1] ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2019.
- [2] CAMPELO, Alexandre de Assis. **Novo olhar sobre os telejornais policiais**. São Paulo: Editora Paulus, 2011.
- [3] CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo. Editora: WMF Martins Fontes, 2013.
- [4] FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Código de ética dos jornalistas brasileiros. Vitória: FENAJ, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- [5] FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.
- [6] SOUSA, Khayam Ramalho da Silva. **Populismo penal midiático e sua forma vingativa de punir: o Processo Penal do espetáculo e a exploração comercial do crime**. In: **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 06 jul 2020, Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/54847/populismo-penal-miditico-e-sua-forma-vingativa-de-punir-o-pro-cesso-penal-do-espetculo-e-a-explorao-comercial-do-crime>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Capítulo 2

Comunicação, empoderamento e biopotência da multidão: uma perspectiva teórica à comunicação comunitária

Patrícia Franck Pichler

Maria Ivete Trevisan Fossá

Resumo: Pensar a comunicação em sua perspectiva comunitária demanda um olhar para além do institucional e processual das ações e estratégias com este viés, é preciso perceber as pessoas em primeira instância. Pautamos nossa investigação teórica a partir de um olhar participativo da comunicação, ancorado na problematização da realidade das minorias, daqueles esquecidos às margens (marginalizados), como meio de compreensão e de atuação para a possibilidade de mudança social. Adotamos, pois, uma perspectiva comunicacional na qual os comunicadores e os meios de comunicação comunitários tem sua ênfase na circulação do conhecimento para a emancipação do sujeito e/ou das coletividades. Assim, apontamos um caminho teórico ao conceito da comunicação comunitária que perpassa a comunicação, o empoderamento e a biopotência da multidão.

Palavras-chave: comunicação comunitária, empoderamento, biopotência da multidão.

1. INTRODUÇÃO

Para o entendimento aqui proposto, partimos da premissa de que falar em comunicação comunitária exige pensar, ponderar e dialogar com o conceito de comunidade. Em estudos anteriores¹, vislumbramos que, no contexto midiático do Brasil, comunidade refere-se em grande maneira às favelas cariocas, e em menor escala, a demais localidades e coletividades pobres do país, sendo pouca referência feita ao sentido conceitual do termo expressos por Tönnies (1957) e Buber (1987), bem como Esposito (2007) e Paiva (1998, 2007).

Comunicação e comunidade têm um vínculo etimológico pelo “ser-em-comum” (Esposito, 2007; Paiva, 2007) que ambos necessitam para sua realização. Não há comunicação sem o sentido proveniente do outro e não se constitui uma comunidade sem a alteridade, a soma das singularidades. Além disso, não há movimento de comunidade sem o “estar-em-comum”, possibilitado pela comunicação. Nesse sentido, comunicação e comunidade têm uma profícua relação, que se ratifica pela abordagem da comunicação comunitária, prevendo resultados positivos e experiências sociais e culturais em transformação a partir do trabalho conjunto de ambos os conceitos, das duas práticas.

Nosso olhar sobre a comunidade converge com as ideias disseminadas por Antonio Negri e Michael Hardt acerca do conceito de “multidão”, trabalhado pelos autores no que ficou conhecido como sua trilogia, *Império* (2001), *Multidão* (2004) e *Comum* (2009). Para esses, a multidão é um sujeito coletivo, único capaz de enfrentar as forças prevaletentes do Império, nossa conjuntura política, econômica e sociocultural, fortemente impulsionada pelo movimento de globalização (Hardt e Negri, 2006).

Pensar as comunidades atuando como “multidão”, exhibe-nos uma possibilidade de desenvolvimento e sucesso comunitários, pois o conjunto torna-se “resultante de uma série de atividades singulares que de fato se desenvolvem a partir da consistência subjetiva dos agentes” (Fonseca e Cocco, [201-], p. 38. Grifo nosso), o que se refere ao processo de empoderamento. Para além disso, sabemos que não sendo povo nem massa, a multidão não se constitui somente como um corpo social, mas sim, é a “carne da vida”, um “monstro revolucionário que [...] busca continuamente transformar nossa carne em novas formas de vida” (Negri, 2004, p. 19), o que é biopolítica pura, movimento libertador e insurgente.

2. A COMUNICAÇÃO EM SUA PERSPECTIVA COMUNITÁRIA

Para entendermos a perspectiva da comunicação comunitária, destacamos o período que ficou conhecido como “as três décadas do desenvolvimento”, quando se começou a pautar de forma efetiva questões direcionadas ao bem-estar social, ao meio ambiente e às minorias. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem importante atuação, pois traçou diretrizes sociais e humanas e lançou questões que conduziram diversos projetos, ações e movimentos mundo a fora, que se ocuparam do que para muitos são somente os “pormenores” da sociedade.

¹ Intitulado “De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros”, o trabalho apresenta uma coletânea de autores e estudos sobre o conceito de comunidade, junto a uma proposta de revisão do mesmo, desvelando empiricamente qual compreensão de comunidade é suscitada na experiência midiática no Brasil, com análise dos textos jornalísticos dos telejornais *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*.

Este período de desenvolvimento inicia na década de 1960, marcada por grande otimismo e crescimento econômico, devido aos processos de industrialização e de urbanização. Ocorre, assim, um significativo investimento de capital em tecnologia e sua transferência para o “Sul”, aos então conhecidos países em vias de desenvolvimento (PVD). Porém, é percebido que estes destinatários não tinham formação, bem como informação para receber e fazer o uso adequado e esperado destes recursos. Surge com isso, uma expressiva tendência pró-persuasão, ao se tentar convencer os países do “Sul” a aceitar a tecnologia e seus avanços, sendo-lhes simplesmente imposto. Dessa forma, é posto em prática um modelo de desenvolvimento que ignora as especificidades históricas, culturais, sociais e geográficas dos PVD. Deste movimento, surge a imagem global de países subdesenvolvidos.

Por sua vez, a década de 1970 inicia como um período pessimista, caracterizado pela exploração do 3º mundo, ou desenvolvimento do subdesenvolvimento. Sob este panorama, é lançado, pela UNESCO, o relatório McBride (*Many voices, One world*), que adverte sobre a necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (1980). Neste estudo, ancorado pela temática “Comunicação e Sociedade hoje e amanhã”, é destacada a importância dos atores, da infraestrutura e dos media locais para que se tenha uma comunicação para o desenvolvimento, sendo o marco do surgimento do conceito “C4D” (*communication for development*).

Sobre comunicação para o desenvolvimento, emergem neste período as pesquisas de Nora Quebral, autora reconhecida como a “mãe da C4D”, dando ênfase, em seus estudos, à comunicação e aos meios de comunicação comunitários para o desenvolvimento social local. Apesar dos significativos avanços no que tange às preocupações sociais em frente ao modelo econômico estabelecido e do reconhecimento da necessidade de mudanças e do papel da comunicação neste cenário, esse modelo inicial da C4D fracassa. Como algumas das causas desse insucesso, são destacadas a mera transmissão de informações, o foco voltado ao indivíduo e não no grupo e o controle da comunicação por grandes instituições.

Por tudo isso, a terceira década, 1980, inicia como “década perdida do desenvolvimento”. É um momento no qual os “países subdesenvolvidos” enfrentam dificuldades econômicas e ocorre a implementação do modelo neoliberal, o que gera o aumento da pobreza entre os já marginalizados. Nesse contexto, ressurge a Comunicação para o Desenvolvimento, já na década de 1990, e com isso uma mobilização de recursos através de projetos governamentais e até mesmo, iniciativas privadas. Ganha força também, neste período, a campanha para a “sustentabilidade”, tornando-se tema pautado por muitas iniciativas, despontando como preocupação socioambiental internacional.

Neste período, são retomados e evidenciados muitos debates globais sobre bem-estar social, com foco em abordagens participativas. Assim, é desenvolvida uma atenção ao comunitário, sendo uma etapa de surgimento de discussões e projetos sobre o empoderamento das comunidades, o que fica ratificado pelo expressivo crescimento das rádios comunitárias. Nesse sentido, é promovido um discurso renovado, para o qual não basta mais somente interferir, mas é preciso envolver as pessoas no processo de mudança. Com este movimento, ocorre uma abertura maior à diversidade cultural, o que é acelerado pelo processo de globalização que se consolida durante os anos 1990.

De todo este movimento, que atravessou décadas e foi constituindo o viés comunitário da comunicação, entendemos estarmos tratando de algo dinâmico, que constantemente muda devido a transformações na sociedade e em suas condutas culturais, econômicas e

sociais. Para Nora Quebral, citando um texto de 1980 em uma de suas palestras, esta forma de comunicação pode até ter seu nome alterado, sendo chamada de diferentes formas ao longo de seu percurso histórico, porém o que não mudará é:

“[...] a ideia que carrega: que a arte da comunicação (humana), fundamentada pelos princípios da ciência social, pode ser conscientemente dirigida para melhorar a vida das pessoas. Esta é a essência da comunicação para o desenvolvimento, independentemente do rótulo que recebe ou do que mais lhe for atribuído² ([----], 1980 apud QUEBRAL, 2011, p. 10. Tradução nossa).

Orientados por esta visão otimista como a colocada pela autora, algumas pessoas e instituições passaram a trabalhar em busca de maior igualdade, levando as questões do desenvolvimento social a um nível de discussão mais crítico, embasado em estudos e experiências. A comunicação comunitária, conforme a estudamos e praticamos no Brasil, parte deste histórico, sendo seriamente conduzida de acordo com as características e necessidades específicas de nosso país e nossa sociedade. Torna-se crescente uma abordagem de desenvolvimento centrada na autoconfiança, autonomia, capacitação e participação local, o que abre espaço para o estabelecimento dos estudos e estratégias de Comunicação Comunitária.

No que converge ao desenvolvimento social (desde a década de 1980) em paralelo aos processos de desigualdade e de exclusão gerados pela maneira como a sociedade conduziu as transformações, surgem iniciativas e espaços que oportunizam uma inclusão de forma mais igualitária, são os projetos sociais, as iniciativas comunitárias e toda ação que transcende o ambiente público/privado. Sob este contexto, trazemos à discussão o conceito da comunicação comunitária, que pode ser tratada também, segundo Cicilia Peruzzo (2005), como alternativa ou popular, e ainda, conforme John Dowing (2002), como mídia radical. A comunicação comunitária surge como um viés comunicacional que olha, de fato, para o entorno da esfera social, ou seja, para as margens e os marginalizados, mas sem a pretensão de deixar o centro de fora; ela propõe, justamente um olhar conjunto para a compreensão exata da situação e ação adequada.

Contudo, devido à desvalorização que o setor comunitário enfrenta perante a sociedade contemporânea, a comunicação comunitária vem se desenvolvendo e traçando um percurso difícil para a sua proliferação, através das mídias comunitárias. Acaba por fazer um movimento que se assemelha à comunitarização, fechando-se e reduzindo sua possibilidade de abrangência. “A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns” (Peruzzo, 2005, p. 22).

Esta atuação comunitária que Peruzzo nos alerta não é inadequada e nem deixa a desejar quanto aos anseios comunicacionais sob esta perspectiva, porém com a sua “abertura”, juntamente ao desenvolvimento das comunidades e periferias em direção a uma participação midiática mais igualitária, poderíamos estar avançando na teoria, e principalmente na prática comunitária comunicacional. Não sendo praticada de maneira fechada a pequenas realidades (qualitativamente falando), a comunicação comunitária

² “[...] the idea that underlies it: that the art of [human] communication, infused by social science principles, can be consciously directed towards improving people s lives. This is the essence of development communication, regardless of how it is labeled or what else may be imputed to it”.

tem muito a crescer e assim, auxiliar a sociedade num todo, devido às suas características democráticas e cidadãs.

E isso é possível quando atentamos às características que esse viés comunicacional abarca, trazidas por Cicilia Peruzzo como:

[...] opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de **novas fontes de informações** (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma **dinâmica de organização e mobilização social**; está imbuído de uma **proposta de transformação social** e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a **participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo** (Peruzzo, 2005, p. 20. Grifo nosso).

Assim, torna possível o surgimento de uma comunidade empoderada, que em sua unicidade de singularidades e produção de subjetividades resistentes (ou seja, atuando como multidão (Negri, 2004, 2013) consegue gestar um movimento contra hegemônico que reconheça os poderes e as resistências que permeiam sua experiência e lute pelos seus desejos e direitos preconizados pela política democrática e social que vigora, consciente também de seus deveres para com a formação e manutenção da sociedade civil. Corroborando nosso entendimento, Martin-Barbero (1999) também traz sua compreensão acerca da necessidade de uma articulação para a efetivação de vozes potenciais, porém subsumidas, em um processo que muito se assemelha à multidão e ao empoderamento.

Estes movimentos, pequenos, em sua maioria inarticulados, à medida que se articulem e articulem a escola, e os meios de comunicação municipais, comunitários, irão criando redes de formação de cidadãos que vão ser muito eficazes, para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional (Martin-Barbero, 1999, p. 78-79).

Nesse intuito é que nos esforçamos na conjugação do comunitário politizado com o empoderamento, para enriquecer a comunicação comunitária através do fortalecimento dos cidadãos, que precisam se tornar agentes autocríticos e críticos. Acreditamos que os espaços comunitários têm forte presença e poder de atuação nesse sentido, sendo necessário, para isso, “[...] considerar a Comunicação não como um mero instrumento midiático e tecnológico, e sim, antes de tudo, como um componente pedagógico” (Kaplún, 1999, p. 68). Isso se torna possível, quando a ação comunicacional é utilizada pelo homem e a seu favor, e não exclusivamente a favor do mercado, do capital.

Contudo, são necessários “[...] novos gigantes e novos monstros, capazes de articular natureza e história, trabalho e política, arte e invenção” (NEGRI, 2004, p. 18). A comunicação comunitária, aliada a uma orientação pelo empoderamento, tem os meios e as ferramentas para isso, através dos projetos e das mídias comunitários. E essa necessidade é possível de se cumprir, uma vez que “[...] a comunicação comunitária vem se desenvolvendo no País através de múltiplas formas e linguagens, pois há uma convivência de formatos artesanais, modos grupais, de canais massivos de radiodifusão e de meios digitais de comunicação” (Peruzzo, 2005, p. 22).

Sob esta perspectiva que compreendemos a comunicação, em seu viés comunitário e transformador, e entendemos os agentes desta ação como singularidades reunidas que formam um poder tão expressivo, que o poder da exploração, o lado hegemônico e opressor da sociedade, que exclui os desiguais, precisa se reconstituir (Negri, 2004). Nesse movimento de reconstituição, o novo poder que se baseia na força e na prática da vida, necessita encontrar espaço para se expressar e se tornar “comum”, constituindo a multidão, um coletivo empoderado. É preciso, então, estender este entendimento de ação contra hegemônica aos sujeitos “desempoderados”, o que acreditamos ser possível através de casos midiáticos comunitários com orientação educadora e conscientizadora.

3. EMPODERAMENTO E BIOPOTÊNCIA DA MULTIDÃO: A CONSCIENTIZAÇÃO DOS SUJEITOS E O “CORPO VITAL COLETIVO”

De acordo com esse conceitual de comunicação comunitária, que busca resultados e transformações necessárias a partir do trabalho coletivo de pessoas comprometidas com uma causa, seguimos nesta perspectiva teórica a partir da compreensão da perspectiva coletiva ideal ao contexto aqui exposto e proposto, de união social, de resistência diária, de transformação cultural. Conforme coloca Peruzzo, estamos tratando de uma comunicação que:

se alicerça nos **princípios de comunidade**, quais sejam: implica a **participação ativa**, horizontal e democrática dos cidadãos; a **propriedade coletiva**; o **sentido de pertença** que desenvolve entre os membros; a **co-responsabilidade** pelos conteúdos emitidos; a gestão **partilhada**; a capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; o **poder de contribuir** para a democratização do conhecimento e da cultura (Peruzzo, 2005, p. 22. Grifo nosso).

Como podemos retirar das palavras da autora, estamos tratando de uma perspectiva comunicacional eminentemente coletiva, grupal, que se apoia nos “princípios de comunidade”, que precisa de “participação ativa”, “sentido de pertença” e “corresponsabilidade”. Todos esses qualitativos são igualmente encontrados como característicos da comunidade empoderada que visualizamos em 2012, quando revisamos o conceito³. Porém, ao nos referirmos ao empoderamento, a que de fato estamos tratando e o que significa ser/estar empoderado no contexto midiático comunitário atual?

Falar sobre empoderamento nos coloca duas exigências. A primeira é deixar claro que nosso entendimento perpassa a palavra e o sentido de empowerment, conforme estabelecido nos Estados Unidos, ou seja, de dar o poder a alguém que passa a não necessitar de permissão para futuras realizações/ações. Compreendemos o empoderamento de acordo com a lógica proposta pelo educador Paulo Freire, nossa segunda exigência, pois o autor é referência no que se relaciona ao conceito e sua relevância social, principalmente por considerar contextos de opressão em seus estudos.

A partir dos estudos norte-americanos sobre empowerment, percebemos um conjunto expressivo de conceituações, que vão desde os cenários empresariais e os estudos com empregados e sua motivação, até abordagens ancoradas no ambiente dos trabalhos

³ Verificar dissertação de mestrado PICHLER, 2012. Disponível no sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM (www.ufsm.br/poscom).

sociais, que mais se aproximam desse estudo. Este abrangente espectro de compreensões é, em grande parte, devido à associação do conceito à ideia e prática do poder que suscita diversos significados (Weissberg, 1999). Para alguns autores norte-americanos, o empoderamento está associado ao ato de alguém possibilitar o poder a outro; ou, à ideia de transformação interna das condições de opressão, como uma libertação.

Assim, é preciso pensar no poder e nas relações que ele estabelece para compreender a perspectiva trazida por esta visão norte-americana. Para tanto, são encontradas inúmeras possibilidades, das quais destacamos duas: compreender o empoderamento considerando o poder na sociedade como, 1) uma totalidade variável, ou 2) uma totalidade fixa. Na primeira, o poder não é estático, residindo nas pessoas a partir do todo. Sob esta lógica, “[...] o empoderamento dos impotentes poderia ser alcançado dentro da ordem social existente sem quaisquer efeitos negativos significativos sobre o poder dos poderosos⁴” (Craig e Mayo, 2004, p. 05. Tradução nossa). As pessoas seriam, assim, empoderadas e participariam das mudanças, tornando-se agentes de seu próprio desenvolvimento, sem comprometimentos à ordem social do poder.

Já em uma segunda alternativa, o poder está fixo e envolve uma relação entre quem o tem, transformando o empoderamento em uma problemática ainda mais complexa, ao passo que dar poder a um grupo implicaria automaticamente retirar ou reduzir de algum outro. Assim, o empoderamento dos “impotentes” estaria vinculado a um ganho, que necessitaria ser permitido pelos “poderosos” (Craig e Mayo, 2004. Tradução nossa).

O primeiro cenário exposto pode ser considerado um ideal, enquanto o segundo trata do realismo vivenciado nas experiências sociais contemporâneas. Partindo dessa concepção, entra em jogo a negociação, que pode usar da força ou não. Sob esse panorama, está o conceito de empowerment que surge a partir do desnível,

[...] baseado em vários fatores, incluindo insegurança econômica, ausência de experiência na arena política, ausência de acesso à informação, falta de treinamento em pensamento crítico e abstrato, estresse físico e emocional, desamparo aprendido e os aspectos emocionais ou intelectuais de uma pessoa que as impeça de atualizar as possibilidades que existem⁵ (Lee, 2000, p. 33. Tradução nossa).

Porém, observando o conceito por uma perspectiva que considere um processo político e crítico, com inclusão de objetivos pessoais e interpessoais, o empoderamento norte-americano percebe também a “[...] capacidade de usar os recursos disponíveis (se e quando eles estão disponíveis) que contribuem para um senso de poder que está diretamente ligado à autoestima⁶” (Lee, 2000, p. 33. Tradução nossa). Atuando assim, esse processo que envolve relações de poder, pode permitir superar os desníveis expostos por Lee.

⁴ “[...] the empowerment of the powerless could be achieved within the existing social order without any significant negative effects upon the power of the powerful”.

⁵ “[...] based on several factors including economic insecurity, absence of experience em the political arena, absence of access to information, lack of training in critical and abstract thought, physical and emotional stress, learned helplessness, and the aspects of a person s emotional or intelectual make-up that prevent them from actualizing possibilities that do exist”.

⁶ “[...] ability to use available resources (if and when they are available) contributes to a sense of power that is directly connected to self-esteem”.

Judith Lee ressalta ainda, que o empoderamento não deve ser compreendido primeiramente como acesso e desenvolvimento do poder, mas antes como uma atividade reflexiva, ou seja, que está na pessoa que se empodera e não naquela ou naquilo que auxilia no processo de empoderamento. Para isso, envolve a identificação dos poderes bloqueadores que geram os problemas a serem enfrentados para posterior desenvolvimento de estratégias que atuarão na redução dos efeitos da situação/experiência opressora (LEE, 2000). Essa definição é consonante à nossa compreensão, uma vez que percebe o empoderamento como uma prática crítica inerente às pessoas e às suas ações.

Na mesma perspectiva de Judith Lee, estão os apontamentos de Robert White (2004) e Marjorie Mayo & Gary Craig (2004). Para esses autores, não só o empoderamento, como a participação comunitária, tornaram-se problemáticas relevantes no contexto global atual, como possibilidades aos cenários de pobreza vividos por muitos. Sob esta abordagem, o *empowerment age* “como um processo no qual indivíduos e organizações ganham controle e domínio sobre as condições econômicas sociais, sobre a participação democrática em suas comunidades e sobre suas próprias histórias”⁷ (White, 2004, p. 08. Tradução nossa).

Concordando com isso, ao contrário de “dar o poder”, o empoderamento em que nos baseamos é um processo no qual as próprias pessoas se autorizam a agir para se fortalecer e evoluir. Dessa forma, exige delas conquista, avanço e superação, sendo um movimento que ocorre de dentro para fora, solicitando a atuação como sujeitos, ativos e críticos. Mesmo Robert White, proveniente da vertente norte-americana, alerta que o conceito de empoderamento conforme vem sendo até o momento trabalhado é extremamente resumido e precisa estar mais orientado criticamente a serviço do social. “O empoderamento precisa estar explicitamente localizado dentro de um quadro mais amplo de parâmetros comumente acordados de equidade humana e social”⁸ (White, 2004, p. 21. Tradução nossa).

Seguindo por este caminho e remetendo aos estudos de Freire, o empoderamento “implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, [...] abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva” (Schiavo e Moreira, 2004, p. 59). O entendimento de Paulo Freire a respeito do empoderamento é resultado de suas teorias de “libertação dos oprimidos”, tema debatido em muitas de suas obras, que o autor visa propor como forma de romper com esta opressão, o empoderamento por meio da educação.

No tocante à linha freiriana, o empoderamento pode ser colocado como uma forma de conquista da liberdade por parte das pessoas subordinadas a uma determinada posição de dependência, seja econômica, social, política ou cultural. Para uma conquista plena, porém, é preciso que ocorra a conscientização, outro conceito trabalhado por Freire e que precisa ser conjuntamente pensado. Para o autor, o que realmente é preciso para a “libertação social” é a conscientização, cuja ideia foi interpretada e traduzida no Brasil como empoderamento.

A ideia de conscientização ultrapassa o ato de se empoderar, justamente porque se constitui muito mais no coletivo do que no individual. Para o autor, o empoderamento

⁷ “[...] as a process in which individuals and organizations gain control and mastery over social economic conditions, over democratic participation in their communities and over their own stories”.

⁸ “Empowerment needs to be explicitly located within a broader framework of commonly agreed upon parameters of human and social equity”.

deve ser coletivo, mas por suas características acaba por se definir muito mais próximo de um processo individual, que alguns denominam de autolibertação. Porém, Freire não acredita na autolibertação, pois para ele a libertação é um **ato social** (Freire e Shor, 1986, p. 134-135), que por isso, exige que seja algo que ocorra no **coletivo**, que se dê a partir da união, da reflexão e ação coletivas.

Ao ocorrer como um ato social e coletivo, o empoderamento, ou conforme Freire, a conscientização consegue fortalecer os sujeitos que, conscientes da realidade de opressão possibilitam vislumbrar e operacionalizar formas de ação condizentes à experiência, eficazes à situação. Podemos dizer que o processo inicia com o empoderamento, pois é necessária a ação primeira de decisão e a criticidade intrapessoal, mas é preciso evoluir a um ato social para ser de fato transformação. Em seus estudos na área da educação, com estudantes em situações de vulnerabilidade social e econômica, Paulo Freire colocou que “o desenvolvimento crítico desses alunos é fundamental para a transformação radical da sociedade. Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si sós, suficientes” (Freire e Shor, 1986, p. 71).

Faz-se necessária, assim, a prática, a inserção dos oprimidos na realidade que oprime, ação esta que pode ser corroborada por propostas comunitárias da comunicação, que oportunizam a busca pelo envolvimento, a participação e a ação coletiva frente à comunidade e suas demandas. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (Freire, 2013, p. 52). Não se faz comunicação comunitária sem a comunidade envolvida, que precisa estar ciente criticamente da realidade de suas demandas. A superação exige a inserção crítica para realizar a transformação. Não se trata apenas de reconhecimento, mas de inserção crítica, senão não há transformação da realidade e libertação (Freire, 2013).

Outro ponto a respeito da superação da realidade de opressão é, segundo Freire, o fato de os oprimidos não poderem deixar de assim ser tornando-se opressores de outros. É preciso, justamente, vencer esta mentalidade, a qual é justificada pela conscientização dos oprimidos como **detentores da possibilidade de mudarem** a si mesmos, aceitando a liberdade, e também aos seus opressores. Essa é a verdadeira essência da pedagogia do oprimido (Freire, 2013). É preciso transformar a situação de opressão e não apenas remediá-la, subsumi-la. Isso exige empoderamento/conscientização.

Contudo, o contexto que vivenciam e ao qual estão historicamente alocados, torna seu comportamento prescrito, ou seja, pautado por ordens aquém das suas decisões, não correspondendo ao seu dever, sendo-lhes estranho (Freire, 2013). Acabam por temer a liberdade, pois com ela passam a ser responsáveis por preencher o espaço que se abriu por eles mesmos, sem os opressores. É devido a isso que necessitamos superar a situação de opressão e não somente eliminá-la, pois isso “implica o reconhecimento crítico, a ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela que busca ser mais” (Freire, 2013, p. 46). Não basta eliminar, pois assim, abre-se nova lacuna. Nesse movimento das pessoas procurando como serem sujeitos e superar, vencer, viver, há um movimento contrário, uma força que as interdita.

Sofrem uma dualidade que se instala na ‘interioridade’ do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como **consciência opressora**. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não o **opressor**

de ‘dentro’ de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, **castrados no seu poder de criar e recriar**, no seu poder de transformar o mundo (Freire, 2013, p. 48).

Com esse cenário, avançamos à biopotência como uma rodovia na qual transitam possibilidades diferentes para se chegar ao destino da liberdade, da ação biopolítica e do ser plenamente. Para Peter Pelbart, “todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode se tornar vetor de valorização e de autovalorização” (Pelbart, 2011, p. 24).

Ao verificarmos referenciadas as palavras “valorização” e “autovalorização”, lembramos da conscientização pregada por Freire (1979), pois esta é necessária para que as anteriores ocorram. E a possibilidade desta ocorrência, conforme Freire e Perlbart expõem, está presente em todas as pessoas, sendo uma condição à crença pessoal na “força” que carregam individualmente, amplificada coletivamente, por “esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas” (Pelbart, 2011, p. 24).

Falamos assim, em uma “democracia biopolítica”, na qual se transfere o foco do poder como fator soberano para a vida, mudando seu sentido e também a compreensão acerca de biopolítica, conceito apresentado inicialmente por Foucault. Para esse autor, a biopolítica tratava de uma forma de incidência do poder sobre a vida, restando a esta resistir àquele. Nesse formato, biopolítica é essencialmente poder e racionalidade, sendo o corpo e a vida fragmentos passivos. Porém, o que é preciso para o avanço dessas teorias e, principalmente, de experiências promissoras de vida, é transformar a ordem do poder, que precisa deixar de “agir sobre a vida” para ser “força de vida”, como Deleuze reapresentou o entendimento de Foucault. Dessa forma de compreensão do poder, emerge a potência de vida, a biopotência da multidão.

A multidão que não é povo, que não é público e nem privado, bem como se diferencia de massa. Não se trata aqui da concepção pejorativa de multidão, como agrupamento acéfalo e inconstante, que é regido e precisa ser dominado pelos desmandos de um soberano (Pelbart, 2011). A multidão, como compreendida por nós e conforme necessária à proposta biopolítica contemporânea, é diferente do povo, pois não é unificada pela questão do Estado e do capital. É também distinta à massa, uma vez que não permite a neutralização de suas diferenças (Santiago, [201-]). Tratamos então, de “um agente ou sujeito coletivo que pode agir em comum, unitariamente, com a simultânea manutenção de suas diferenças internas” (Santiago, [201-], p. 30).

Esse entendimento “atualizado” de multidão surge de transformações como a passagem da produção centrada no material para a produção imaterial, quando a força intelectual passa a valer tanto quanto (senão mais) a força braçal, física. Por isso, vincula-se, a certo modo, à questão do capital e é, pois, um conceito de classe, ao passo que está vinculado ao trabalho. Antonio Negri ([201-]) expõe que se podemos falar que multidão é definida como um conjunto de singularidades, é justamente por estar se tratando de “um conjunto de **singularidades trabalhando**” (p. 38).

Ao tratar sobre a questão do trabalho, a proposta de multidão, segundo Hardt e Negri (2005), busca não gerar diferenciações, compreendendo que todo tipo de trabalho é produtivo justamente por entenderem que a sua essência está na capacidade criativa e produtiva humana, como projeto político, e não apenas vinculado à produção sob domínio do capital (Hardt e Negri, 2005). Tratam, assim, do trabalho imaterial, impondo a ele, nos séculos XX e XXI, tanta relevância quanto ao anterior, dito material, produtivo, gerador de riqueza, de capital. O trabalho imaterial compreende duas formas fundamentais, que corroboram a proposta biopolítica inserida nesse estudo: o trabalho imaterial intelectual e o afetivo.

O primeiro, intelectual, é aquele que “produz ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens” (Hardt e Negri, 2005, p. 149). Está vinculado ao saber (teórico e prático) e à sua expressão, gerando como produto (ambiguidade do trabalho imaterial, pois mantém uma materialidade) um conhecimento que pode (e deve) ser partilhado. Por sua vez o trabalho imaterial afetivo, “produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 149), o qual demonstra a relação entre corpo e mente como resultado, atitudes, comportamentos, personalidades.

Dessa compreensão fica definido o trabalho imaterial, apresentado por Hardt e Negri, como a “nova forma hegemônica” de trabalho, como a união do intelectual e do afetivo, sendo a comunicação um relevante exemplo, ao passo que “todas as formas de comunicação combinam a produção de símbolos, linguagem e informação com a produção de afeto” (Hardt e Negri, 2005, p. 150). É, pois, trabalho biopolítico, uma vez que produz relações e, assim, vida social.

Essa proposta traz à tona também o conceito de “comum” como elemento central da multidão, como seu eixo estrutural, pois se trata de uma unidade em meio à diversidade. É “vida comum na qual corpo e mente coincidem e são indistinguíveis (Negri, 2004, p. 19). A partir da comunhão das singularidades, das subjetividades, da produção que os sujeitos fazem de si mesmos (Negri, 2004), que a multidão se consiste, gerando o “corpo da multidão, um tipo fundamentalmente novo de corpo, um corpo comum, um corpo democrático” (Hardt e Negri, 2005, p. 248).

Porém, assim como a multidão é constituída pela força de um corpo comum, ela também gera esse comum, pois sendo singular na diferença, não viabiliza desordem social. “As singularidades interagem e se comunicam socialmente com base no comum, e sua comunicação social por sua vez produz o comum. A multidão é subjetividade que surge dessa dinâmica de **singularidade e partilha**” (Hardt e Negri, 2005, p. 258. Grifo nosso). Singularidade e partilha formam, então, uma força que possibilita transformar “poder sobre a vida” em “poder de vida”, em conscientização e biopotência.

Porém, Hardt e Negri (2005) também pontuam o fato de vivenciarmos certa “expropriação do comum”, quando ocorre a privatização daquilo que é de todos, a exemplo da informação genética, da terra, e até mesmo das plantas e dos animais. Ao ser percebida a potencialidade, é buscado tornar o detentor do potencial algo controlável, privado, para que se possa retirar dele o poder que representa. Eis um cuidado que a multidão, por sua constituição comum, deve ter, ao ser percebido o potencial que a produção e o produto do seu trabalho imaterial, intelectual e afetivo, representam. Eis um cuidado que os Sujeitos devem ter para se manterem detentores de sua força biopolítica em meio aos comandos do biopoder.

É possível que seja isso o que a presença do biopoder nos espaços biopolíticos da comunicação comunitária reproduza, quando na organização de sua atuação define procedimentos que controlam o potencial dos participantes. Isso pode ser percebido quando projetos sociais de cunho comunicacional invocam as pessoas a participarem por meio de um discurso que promove uma ação livre, mas impõem regras a elas e se tornam detentoras dos “direitos” sobre o que é produzido. Essa realidade ganha forma em outros casos de projetos sociais, como aqueles que trabalham com a fabricação de produtos, quando as definições sobre o que ser feito, onde, como e por quanto vender fica a encargo exclusivo dos detentores do poder de administração.

Ocorre assim a expropriação do comum, oposta à máxima dos projetos comunitários, voltada para o coletivo e para a geração de resultados para a sociedade. A partir do momento que a potencialidade das pessoas é controlada, privatiza-se o que é de todos. Porém, mantemo-nos otimistas na possibilidade de transformação, viável e necessária, justamente porque, assim como Hardt e Negri, visualizamos que:

qualquer um pode tentar capturar o vento, o mar, a terra, mas eles sempre serão mais do que podemos apreender. Do ponto de vista da ordem e do controle políticos, assim, a carne elementar da multidão é desesperadamente fugidia, pois não pode ser inteiramente enfeixada nos órgãos hierárquicos de um corpo político (Hardt e Negri, 2005, p. 251).

E são nessas brechas, na característica fugidia do corpo social comunitário, que vislumbramos uma teoria biopolítica da comunicação comunitária. Que identificamos a conscientização e a biopotência de um “corpo vital coletivo” como poder fundamental e transformador a realidades oprimidas.

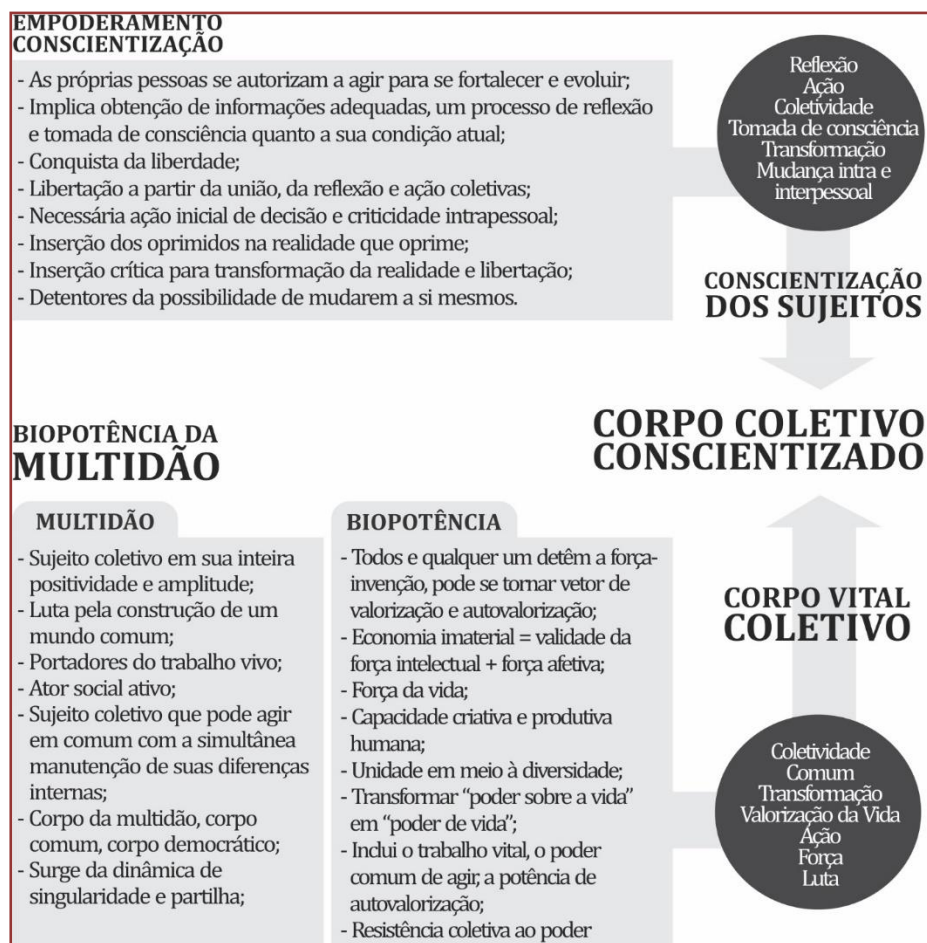
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos a comunicação comunitária aqui como uma proposta de conceito biopolítico, o que quer dizer que a investigação está centrada nas capacidades criativas dos Sujeitos envolvidos. Sob esse entendimento, a perspectiva comunicacional apresentada não existe em relação à exclusão ou distinção de formas hegemônicas de comunicação, mas sim por dever esta ser central. A comunicação comunitária deve ser orgânica e participativa, impulsionando o surgimento de sujeitos críticos e envolvidos.

Ao ser orgânica e participativa e ao oportunizar às pessoas serem cidadãos ativos, esta perspectiva comunicacional possibilita também empoderamento, conscientização e biopotência. Esta última, inclui o poder comum de agir e a autovalorização que, somadas à conscientização, permitem a transformação da realidade social e cultural. Porém, ambas dependem da ação livre do homem e, principalmente sua ação coletiva. Concordando com Hardt e Negri, a questão não é catalogar diferenças, mas identificar onde e como está localizada a “resistência coletiva ao poder” (Hardt e Negri, 2005, p. 144).

Na figura 1, esboçamos um resumo da perspectiva teórica aqui apresentada no que tange à comunicação, ao empoderamento e à biopotência. Da organização das ideias, dos estudos e das teorias anteriores, revelamos um entendimento sintetizado em palavras-chave do que cerca o entendimento de comunicação comunitária.

Figura 1 – Síntese dos estudos sobre Empoderamento e Biopotência da Multidão



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observando o compilado proposto, verificamos o surgimento de palavras e expressões (coluna 3) que afirmam nosso entendimento de empoderamento como conscientização e de biopotência da multidão como um corpo coletivo movido pela força de vida, o que conjuga um corpo coletivo conscientizado. Olhar para o conceito da comunicação comunitária como propomos aqui é inspirar uma perspectiva a partir das relações de poder. Essa perspectiva nos oportunizou pensar o poder pelo viés social em consonância ao institucional, uma vez que parte da compreensão de que é a sociedade, ou seja, são as pessoas em suas relações sociais, políticas, econômicas, culturais que instituem o poder. Por vezes mais disciplinador, outras mais controlador e libertário, mas sempre agindo sobre a vida dos sujeitos, e assim, a partir da prática desses.

Entendemos que a comunicação comunitária precisa ter sua ação guiada pelo reconhecimento das relações de poder a que está imposta e operar a partir do envolvimento das pessoas como um corpo coletivo conscientizado, que parte do seu empoderamento e da sua biopotência como multidão para transformar. Esses movimentos considerados pequenos precisam atentar cada vez mais ao seu entorno e atuar cientes da realidade que vivenciam para sua inserção crítica frente à sociedade, nos moldes do empoderamento e da conscientização.

Dessa forma, vão em direção aos princípios elencados nesse estudo (Figura 1), da reflexão, tomada de consciência, ação, coletividade, comum, força, luta, transformação e outros. Assim, a comunicação comunitária tem sua atuação baseada em uma biopotência, no

poder de vida dos sujeitos, fazendo com que esta força vital varie, transforme-se e reinvente sua forma de atuar, recrie caminhos e os modos de se enunciar. Não importam tanto as relações de força, os tensionamentos de poder, pois atuando amparados na ação do comum, os sujeitos envolvidos vislumbram a liberdade de criar e recriar de suas capacidades criativas e produtivas humanas. Permitem sua ação, empoderam-se e se tornam “biopotentes”.

REFERÊNCIAS

- [1] BUBER, Martin. Sobre Comunidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. Coleção Debates.
- [2] CRAIG, Gary e MAYO, Marjorie (Orgs.). Community empowerment: a reader in participation and development. Zed Books: New Jersey, 2004. 2 ed. Livro online. Disponível em: < <https://shre.ink/DsbE>>. Acesso em: jul. 2024.
- [3] DELEUZE, Gilles. Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- [4] DOWNING, John. Mídia radical. São Paulo: Senac, 2002.
- [5] ESPOSITO, Roberto. Nihilismo e Comunidade. In: PAIVA, Raquel (Org.). O retorno da Comunidade: os novos caminhos do social. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- [6] FONSECA, T. e COCCO, G.. Na volta a Espinosa, a construção do comum. Revista CULT, Dossiê Entrevista, n 189, p. 38 – 48, [201-].
- [7] FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- [8] _____. Ação cultural para a liberdade. (5a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.
- [9] _____. Pedagogia do Oprimido. 54a ed. revisada e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- [10] _____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 47a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- [11] ____ e SHOR, I.. Medo e ousadia. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.
- [12] HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Multidão. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005.
- [13] _____. Império. Tradução de Berilo Varga. 8a ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- [14] _____. Commonwealth. The Belknap press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, 2009.
- [15] KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna/ECA-USP, jan.-abr. 1999, p. 68-75. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846/39568>>. Acesso em: jul. 2024.
- [16] LEE, Judith A. B.. The empowerment approach to social work practice: building the beloved community. Columbia University Press: Nova Iorque, 2000.
- [17] MARTÍN-BARBERO, Jesús. Sujeito, comunicação e cultura. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna/Eca-Usp, maio-ago. 1999, n. 15. - Entrevista concedida a Roseli Fíguro e Maria Aparecida Baccaga.
- [18] NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- [19] _____. Para uma definição ontológica da multidão. Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://migre.me/jwE8u>>. Acesso em: maio 2014.
- [20] _____. A constituição do comum. Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. Rio de Janeiro, RJ, 2005. Disponível em: <<http://www.fabiomalini.files.wordpress.com/2007/03/a-constituicao-do-comum-traducao.doc>>. Acesso em: jul. 2013.

- [21] _____. Entrevista concedida a FONSECA, Thiago; COCCO, Giuseppe. Na volta a Espinosa, a construção do comum. Revista CULT, Dossiê Entrevista, n 189, p. 38 – 41, 2014.
- [22] PAIVA, Raquel. O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- [23] _____. (Org.). O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- [24] PELBART, Peter P.. Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- [25] PERUZZO, Círcia M. K.. Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. Revista FAMECOS, n. 30, Porto Alegre-RS, 2006. p. 115 – 125.
- [26] _____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación – ALAIC, ano III, n. 3, julho/dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/145/166>>. Acesso em: mar. 2014.
- [27] _____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, p. 651-668. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22855>>. Acesso em: jul. 2024.
- [28] _____. Mídia comunitária. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom- Umesp, n. 30, 1998, pp. 141-156.
- [29] PICHLER, P.F.. De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros. 2012. 169p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.
- [30] QUEBRAL, Nora. Devcom Los Baños style. Palestra proferida em Honorary Doctorate Celebration Seminar, LSE, University of London, Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/media@lse/events/pdf/Professor%20Nora%20Cruz%20Quebral%20Dec%202011%20lecture.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.
- [31] _____. Reflections on Development Communication (25 years after). Filipinas, College of Development Communication, University of the Philippines Los Baños, 2002.
- [32] SANTIAGO, Homero. O que é, quem é a multidão. Revista CULT, Dossiê Entrevista, n 189, p. 28 – 31, [201-].
- [33] SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N.. Glossário Social. Publicação Comunicarte, 2004.
- [34] TÖNNIES, Ferdinand. Community and Society. Translated and edited by Charles P. Loomis. East Lansing: Michigan State University Press, 1957. Disponível em: <<http://migre.me/bXb0B>>. Acesso em: nov. 2011.
- [35] UNESCO. Many Voices, One World: Communication and Society Today and Tomorrow, Kogan Page, Londres/Unipub, Nova Iorque/UNESCO, Paris, 1980. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/macbride-report.pdf>>. Acesso em: maio 2014.
- [36] WEISSBERG, Robert. The politics of empowerment. Westport, CT: Praeger, 1999.
- [37] WHITE, Robert. Is 'empowerment' the answer? Current Theory and Research on Development Communication. The International Journal for Communication Studies. Vol 66(1): 7-24. Disponível em: <<https://study.sagepub.com/sites/default/files/Gazette-2004-White-7-24.pdf>>. Acesso em: jul 2024.

Capítulo 3

Estratégias de comunicação, marketing e gestão no contexto da convergência midiática – os empreendedores da Grande Aracaju

Matheus Pereira Mattos Felizola

Amanda Luiza Soares Silva

Resumo: O artigo científico traz os resultados quantitativos da pesquisa realizada com microempreendedores entre os anos de 2021 e 2024 na Grande Aracaju. O objetivo central da pesquisa foi identificar as estratégias de comunicação e gestão empresarial empregadas por microempreendedores da Grande Aracaju. Metodologicamente a pesquisa foi baseada nos apontamentos de Aguirre Baztán (1995), Angrosino (2009), Flick (2009) e Yin (2014, 2017) e da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), inicialmente a partir da coleta de informações, econômicas, sociais, políticas e geográficas das quatro cidades da região e como técnicas de pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas em profundidade com 60 microempreendedores. A experiência de campo, permitiu observar as estratégias de marketing dos microempreendedores durante o período da pandemia do Covid 19 e o impacto econômico gerado na Grande Aracaju.

Palavras-chave: convergência midiática, marketing, microempreendedores, estratégias de comunicação.

1. INTRODUÇÃO

No Índice de Cidades Empreendedoras 2023, a cidade de Aracaju figura na 24^a posição das cidades mais empreendedoras do Brasil (Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; Endeavor, 2023). Este mesmo índice aponta ainda para a capital sergipana como uma das menos burocráticas em relação aos processos necessários para abertura e manutenção de negócios.

Em 2021, o Brasil registrou um recorde na abertura de pequenos negócios, com mais de 3,9 milhões de novos empreendimentos, um aumento de 19,8% em relação a 2020 (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 2022b). A maioria desses novos negócios, cerca de 80%, foram registrados como Microempreendedores Individuais (MEI), totalizando 3,1 milhões. O MEI é uma opção popular devido à desburocratização e ao baixo custo de carga tributária, sendo destinado a negócios com faturamento anual máximo de R\$ 81 mil.

Os microempreendedores enfrentam inúmeras dificuldades para inovar em meio a crises, pandemias e desafios cotidianos de gestão, muitas vezes adiando inovações cruciais devido ao despreparo e à complexidade das demandas (Blum; Danilevicz, 2021). Rocha *et al.* (2023) identificaram que os microempreendedores individuais, embora reconheçam a importância do *marketing* digital, frequentemente restringem suas estratégias a ações pontuais nas redes sociais como publicações.

De acordo com dados do SEBRAE (2022c), os MEI querem aprender sobre orientação para o crédito (33%), controle financeiro (32%), propaganda e marketing (29%), uso de redes sociais (21%), atendimento ao cliente (17%) e melhoria de produto/serviço (12%).

Desse modo, a presente pesquisa realizada nas cidades de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, descrita neste relatório, possuía como objetivo principal avaliar as estratégias de comunicação e marketing utilizadas pelos microempreendedores da Grande Aracaju. Como objetivos específicos, podemos destacar a busca por identificar como o uso de plataformas digitais influencia na atuação dos microempreendedores em suas produções midiáticas; analisar como as tecnologias digitais são utilizadas nas estratégias de comunicação mercadológica dos microempreendedores e por fim, verificar como os microempreendedores organizam a gestão do seu negócio, principalmente no tocante a produtividade, administração do tempo e utilização de ferramentas para esta finalidade. Nas próximas páginas, será possível observar os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A Lei complementar nº128/2008 revolucionou a economia brasileira ao formalizar uma vasta gama de profissionais informais (BRASIL, 2008). Segundo o SEBRAE (2023), o MEI fortalece setores econômicos importantes e gera um impacto positivo na formalização e na criação de empregos, sendo vantagens do MEI a obtenção de um CNPJ, isenção de taxas de registro, tributação simplificada, e acesso a benefícios previdenciários, no entanto, os MEIs têm obrigações específicas, como exercer atividades permitidas, contratar no máximo um empregado, e manter um faturamento anual dentro do limite estabelecido.

Os dados do Atlas dos Pequenos Negócios do SEBRAE (2022a) apresentaram que entre os anos de 2009 e 2021 mais de 11 milhões de pessoas foram registradas como MEI e no ano de 2022, esses microempreendedores individuais tiveram faturamento de R\$140 bilhões.

De acordo com dados do SEBRAE (2022c), o perfil do MEI tem as seguintes características:

- a) 54% dos MEI são negros (pretos e pardos), 55% são homens e 60% está na faixa etária de 30 a 49 anos;
- b) 54% ganham entre 2 e 5 salários-mínimos;
- c) 38% trabalham em casa e 27% em estabelecimentos comerciais;
- d) Em relação aos benefícios, 69% afirmaram vender mais após a formalização, 47% têm interesse em vender para o governo e 12% já fizeram negócios com o governo.

Para Ansiliero, Costanzi e Cifuentes (2024), após mais de uma década de vigência, a figura jurídica do MEI no Brasil passou por diversas mudanças legislativas e foi amplamente estudada. Embora tenha simplificado a burocracia e incentivado a formalização de empreendimentos, promovendo a inclusão previdenciária de autônomos de baixa renda, jovens e mulheres, o MEI enfrenta desafios significativos como problemas de baixa densidade contributiva, migração entre categorias do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), focalização inadequada e indícios de pejetização comprometem sua eficácia. Além disso, a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário está em risco devido aos elevados subsídios concedidos. Os autores recomendaram para mitigar esses problemas, uma revisão criteriosa dos requisitos de acesso ao MEI, aumento gradual da alíquota previdenciária, instituição de contribuições sociais específicas para empresas que contratam MEIs, e a introdução de obrigações acessórias via eSocial para melhorar a fiscalização.

2.2. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, MARKETING E GESTÃO

O *marketing* digital é crucial para o crescimento, competitividade e sucesso dos microempreendedores, proporcionando baixo custo e amplo alcance através de ferramentas como *e-mails* promocionais, redes sociais e *e-commerce* (Ramos; Oliveira; Mota, 2020).

Para Santos, Luiz e Anjos (2021), o planejamento estratégico é fundamental para microempreendedores, pois fornece uma estrutura clara para alcançar objetivos empresariais, melhorar a competitividade e garantir a sustentabilidade, baseando-se em passos como definir missão, visão, valores, políticas e entender o negócio, o planejamento estratégico orienta a organização na formulação e implementação de estratégias eficazes. A análise SWOT ajuda a identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, permitindo uma melhor adaptação ao mercado. Aliado ao marketing digital, que oferece ferramentas de baixo custo e alto impacto, o planejamento estratégico capacita microempreendedores a enfrentar desafios e aproveitar oportunidades, melhorando suas chances de sucesso no mercado competitivo.

De acordo com Blum e Danilevicz (2021), a integração de estratégias de *Design Thinking* e *Marketing* Digital pode ser vital para os negócios de microempreendedores, promovendo práticas de inovação sistemáticas e disciplinadas que ajudam tanto grandes quanto pequenos empreendimentos a alcançar resultados significativos. Os autores propuseram uma ferramenta gerencial de autoavaliação para microempreendedores no mercado online, fundamentada em conceitos de *Design Thinking* e *Marketing* Digital,

identificando cinco requisitos estratégicos principais—autoconhecimento empreendedor, desenvolvimento pessoal e empresarial, conhecimentos no mercado online, conhecimentos no público-alvo e posicionamento de marca.

Gomes e Silva (2022) explanaram sobre a relevância da capacitação técnica e administrativa amplamente reconhecida, com cursos gratuitos oferecidos pelo SEBRAE desempenhando papel crucial no desenvolvimento das habilidades dos microempreendedores individuais (MEIs). Esses cursos são divididos em essenciais e complementares, com os essenciais abordando fundamentos básicos como definição de mercado e iniciação de negócios. A falta de conhecimento em contabilidade e controle financeiro é uma preocupação, pois muitos MEIs não acompanham adequadamente seu fluxo de caixa. Além disso, o *mix* de *Marketing*, com seus 4 Ps (Produto, Preço, Praça e Promoção), é fundamental para a gestão eficaz de negócios, ajudando os empreendedores a identificarem o público-alvo e otimizar suas estratégias de venda e promoção. A combinação desses elementos de capacitação e entendimento proporciona ao MEI uma base sólida para alcançar e manter o sucesso empresarial.

O *marketing* digital é vital para o posicionamento de microempresas e microempreendedores. Quando aplicadas de forma estratégica e personalizada, as técnicas de planejamento de mídias digitais podem revitalizar a presença digital das empresas, garantindo não apenas sua sobrevivência, mas também um crescimento robusto em um mercado altamente competitivo (Reis; Barbosa, 2023).

De acordo com a pesquisa de Rocha *et al.* (2023), apesar dos microempreendedores possuírem experiência em suas áreas de atuação e um conhecimento básico sobre *marketing*, muitos desses empreendedores não exploram outras abordagens ou ferramentas estratégicas. Além disso, a falta de um plano sistemático e a limitação a práticas ocasionais dificultam o sucesso e o crescimento sustentável de seus negócios, sendo que muitos relataram a ausência de conhecimento aprofundado e tempo para gerir efetivamente suas estratégias de *marketing*, apontando para uma necessidade de capacitação mais abrangente para otimizar suas práticas e alcançar melhores resultados.

3. METODOLOGIA

O processo de pesquisa foi dividido em **10 etapas**. A **primeira etapa** correspondeu ao ajustamento do projeto, a partir de estudos posteriores à submissão do mesmo e a partir da realidade encontrada no decorrer de seu desenvolvimento, aqui torna-se importante lembrar, que o projeto aconteceu em parte, durante o período da pandemia do COVID-19. O protocolo usado seguiu os pressupostos e passos de Aguirre Baztán (1995), Angrosino (2009), Flick (2009) e Yin (2014, 2017) e da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

A **segunda etapa** foi a construção dos instrumentos de pesquisa que atendessem a realidade dos microempreendedores individuais, sendo importante ressaltar que uma pesquisa desenvolvida anteriormente na mesma região sob o título de “Jovens e consumo midiático em tempos de convergência: Brasil Profundo”, financiada pela CAPES a partir do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica- PROCAD influenciou bastante na construção do instrumento. A técnica de coleta de dados escolhida, foi a entrevista em profundidade, a partir de roteiro semiestruturado que contou com um formulário inicial, que auxiliou na coleta dos dados.

Definindo a técnica de coleta de dados mais adequada para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, passamos para o desenvolvimento da **terceira etapa**, de construção dos roteiros de entrevistas divididos em quatro blocos temáticos de tópicos. Esses blocos temáticos foram desenvolvidos a partir das experiências anteriores de pesquisa e inspirados na classificação dos perfis de empreendedores brasileiros realizada pela Endeavor (2013). Sendo importante mencionar, que a classificação compreende três grupos de perfis: Formalizados, Informais e Potencial empreendedor. Assim foram construídos tópicos sobre as questões que abrangem os perfis expostos. Para cumprir com o objetivo de entender como os empreendedores fazem a divulgação de seus negócios foram criados tópicos específicos para a abordagem dessas questões. A **quarta etapa** correspondeu ao pré-teste dos instrumentos com microempreendedores selecionados da Grande Aracaju, esse procedimento ocorreu no mês de Julho de 2021. Em seguida iniciou-se a **quinta etapa** com o contato com lideranças da área de empreendedorismo e inovação das quatro cidades, do mapeamento dos atores do ecossistema de inovação e dos primeiros contatos com os microempreendedores que seriam entrevistados.

Na **sexta etapa**, as sessenta entrevistas foram realizadas durante os meses de Agosto de 2021 até Dezembro de 2022, e tiveram duração aproximada de 90 min. Os microempreendedores, pertencentes às cidades que possuam uma maior expressão no tocante à presença de empreendimentos, bem como a observação das atividades desenvolvidas pelos microempreendedores em suas atividades empresariais. Tais entrevistas foram distribuídas de acordo com a representação das cidades, definida a partir de seus fluxos comerciais.

Para entender o amplo contexto desses microempreendedores, considerou-se válida a realização de entrevistas complementares com pessoas consideradas relevantes com o intuito de que essas pessoas possam fornecer informações sobre os fatos sob diversos ângulos, não apenas sob o ponto de vista dos potenciais microempreendedores. Assim, serão entrevistados prefeitos, secretários de governo, membros do SEBRAE, agentes de desenvolvimento locais, diretores dos Câmaras dos Diretores Lojistas - CDL, diretores de conselhos de microempreendedores e presidentes das associações comerciais municipais.

Em seguida iniciamos a **sétima etapa**, com a transcrição literal dos áudios obtidos durante as entrevistas. Na **oitava etapa** aconteceu a análise do conteúdo com a utilização do software de pesquisa qualitativa NVivo 12, usando os preceitos da Análise de Conteúdo da Bardin (2016). Na **nona etapa**, foi possível realizar a triangulação dos dados, a partir de literatura científica e técnica, artigos científicos (bases nacionais e internacionais), teses, dissertações e monografias de periódicos (jornais, revistas, etc) e textos disponíveis em sites confiáveis. Além disso, foram agregados dados secundários oriundos de pesquisas realizadas por órgãos públicos oficiais nacionais, estaduais e municipais. A pesquisa com dados bibliográficos foi baseada em informações existentes nas mais confiáveis fontes, a partir de critérios específicos de triagem. A investigação documental foi direcionada na busca por dados das instituições que possuem transparência pública obrigatória, tais como o Banco Central do Brasil (BACEN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Receita Federal do Brasil (RFB) e SEBRAE Sergipe.

A pesquisa com dados bibliográficos foi baseada em informações existentes nas mais confiáveis fontes, a partir de critérios específicos de triagem. O trabalho contou com a análise de monografias, dissertações, teses de doutorado e artigos científicos. Os procedimentos da análise de dados bibliográficos seguiram o seguinte procedimento:

escolha das bases científicas de análise *Web of Science*, Scopus, EBSCO, IEEE e Google Acadêmico.

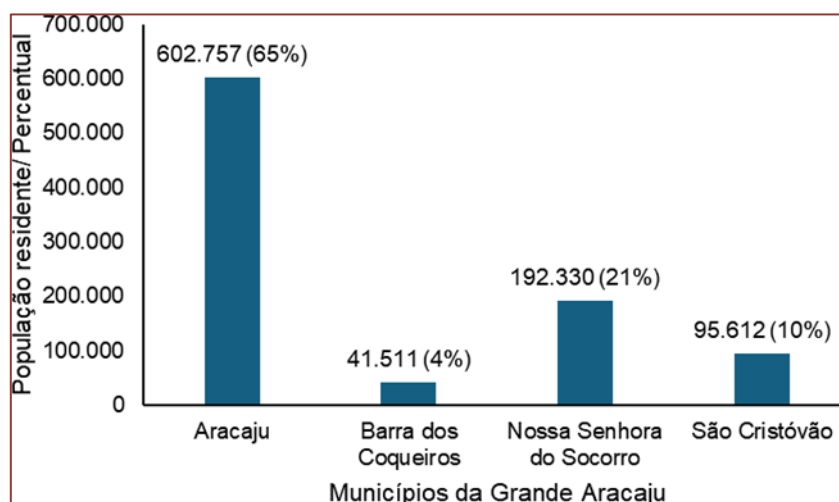
A **décima etapa**, corresponde a preparação do presente relatório e dos trabalhos científicos que foram publicados, sendo importante mencionar que a pesquisa que será apresentada nas próximas páginas, foi precedida pelas investigações científicas realizadas pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), a partir do edital nº 071/2013 através do projeto “Jovens e Consumo Midiático em Tempos de Convergência” realizadas entre os anos de 2012 e 2018 e das reflexões oriundas do projeto de Pós-Doutorado do pesquisador a coordenador desse projeto e do projeto Universal “As estratégias de marketing e comunicação no contexto da cultura da convergência midiática. Os jovens Microempreendedores Individuais da Região Geográfica Imediata de Propriá – SE” finalizado em 2023. Neste sentido, o trabalho teve um caráter exploratório e qualitativo, com dados secundários e primários colhidos na Grande Aracaju, composta por 4 Municípios, sendo estes: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão (IBGE, 2024).

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1. DADOS DEMOGRÁFICOS E CENÁRIO ECONÔMICO DO EMPREENDEDORISMO NA GRANDE ARACAJU

A Região da Grande Aracaju é formada por 4 (quatro) municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. A Região da Grande Aracaju possui área territorial de 867,486 km², sendo São Cristóvão o município com maior área territorial 438,037 km² que equivale a 50% do total da área dessa região conforme figura 1. A Região da Grande Aracaju teve um total de 932.210 habitantes no último censo em 2022, sendo Aracaju o município com maior população residente, 602.757, que equivale a 65% do total dos habitantes que residem nessa região conforme figura 1.

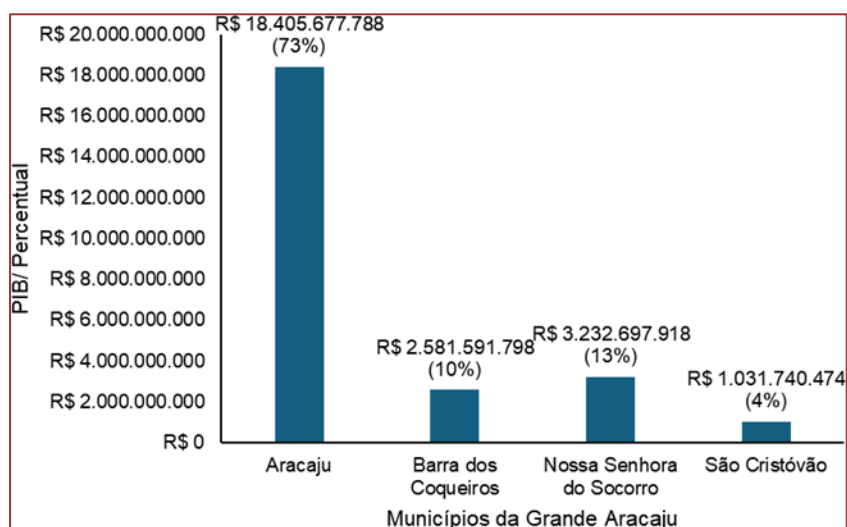
Figura 1: População residente (hab.) na Região da Grande Aracaju



Fonte: IBGE (2024).

A Região da Grande Aracaju tem densidade demográfica total de 5.216,95 hab/km², sendo Aracaju o município com maior densidade demográfica, 3.308,09 hab/km², que equivale a 63% do total nesta região. A Região da Grande Aracaju tem em média 0,686 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), sendo que Aracaju tem 0,770, o maior IDHM da região. A Região da Grande Aracaju tem Produto Interno Bruto (PIB) total de R\$25.251.707.978, sendo Aracaju o município com maior PIB, R\$18.405.677.788, que equivale a 73% do total conforme figura 2.

Figura 2: PIB da Região da Grande Aracaju

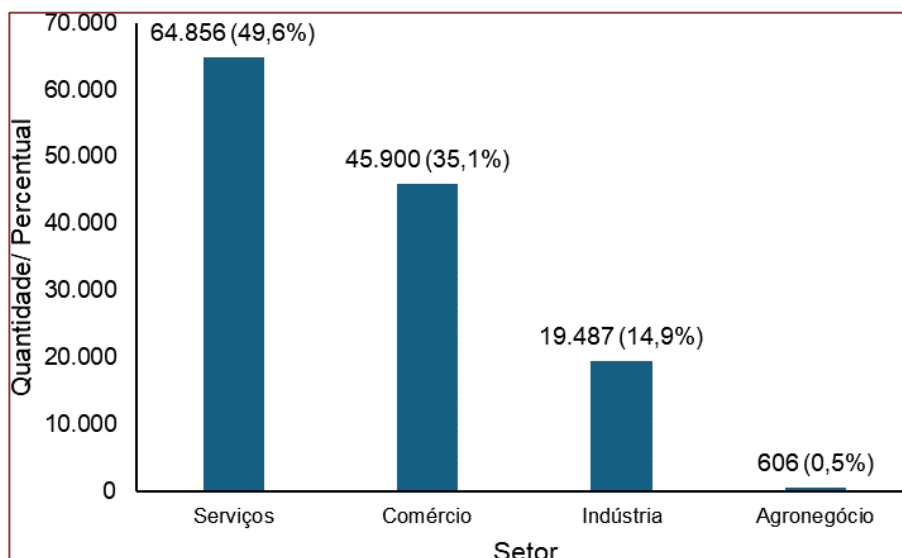


Fonte: IBGE (2024).

Em relação ao PIB per capita, Barra dos Coqueiros tem o maior, R\$82.114 que equivale a 60% do total nessa região conforme figura 06. Em 2009, o PIB em valor corrente da Região da Grande Aracaju era de R\$9.905.144.000,00 e em 2021, esse PIB chegou a R\$25.251.707.978,00. Nos últimos dez anos, o crescimento nominal do nível de atividade da Região da Grande Aracaju foi de 154,4% e a taxa apresentada nos últimos 5 anos foi de 24,7%.

De acordo com dados da Receita Federal do Brasil (RFB, 2024) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa de Sergipe (SEBRAE/SE, 2024), o Estado de Sergipe tinha em fevereiro de 2024, um total de 136.853 empresas, sendo 130.849 (95,6%) micro e pequenas empresas e 6.004 (4,4%) empresas de médio e grande porte. Percebe-se pelos dados de fevereiro de 2024 da RFB (2024) e SEBRAE/SE (2024), que os pequenos negócios movimentam a economia sergipana, destacando-se o setor de serviços com 64.856 (49,6%) pequenos negócios, seguido do setor de comércio com 45.900 (35,1%). Na figura 3 abaixo, verifica-se a quantidade de pequenos negócios por setor.

Figura 3: Setor dos Pequenos Negócios do Estado de Sergipe

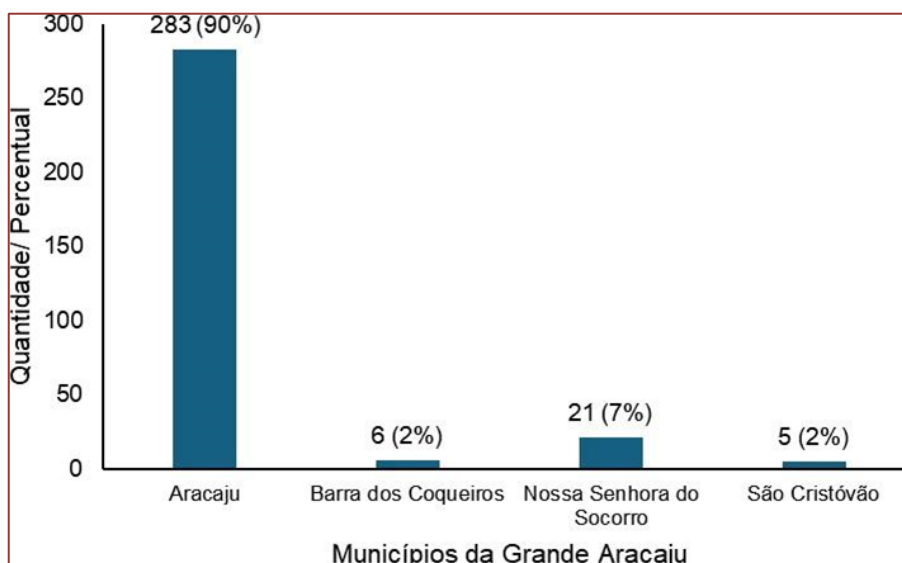


Fonte: IBGE (2024).

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE, 2024) e do SEBRAE/SE (2024), entre janeiro e dezembro de 2023 foram gerados 13.380 empregos em Sergipe. O saldo de empregos gerados nas micro e pequenas empresas foi de 12.364 e nas médias e grandes empresas foi de 1.312. O setor de serviços foi o que mais gerou empregos na categoria micro e pequena empresa, um total de 5.221 (42%).

De acordo com dados do Ministério da Economia (2024), até janeiro de 2024 foram abertas 315 novas empresas nos municípios da Grande Aracaju, destacando-se Aracaju com 90%, correspondente a 283 empresas, conforme figura 4 abaixo.

Figura 4: Abertura de Novas Empresas na Região da Grande Aracaju



Fonte: IBGE (2024).

4.2. ENTIDADES DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO

De acordo com dados da Co.nnect (2023a), Aracaju e São Cristóvão são as principais cidades do ambiente de inovação do Estado de Sergipe. Esse ambiente de inovação é formado por atores como as Universidades, os Institutos de Pesquisa, o Sistema S, o Parque Tecnológico de Sergipe (SERGIPETEC), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), assumem o protagonismo e a discussão sobre empreendedorismo e inovação, por exemplo, como a criação do Movimento Caju *Valley* e o Inova Mais Sergipe. No quadro 1, apresenta-se os Atores do Ecossistema que estão envolvidos com ações de empreendedorismo e inovação na Região da Grande Aracaju.

Quadro 1: Ecossistema da Região da Grande Aracaju por Tipo de Instituição

Atores do Ecossistema	Nome da Instituição
Governo	Governo Federal, Governo do Estado de Sergipe, Prefeituras Municipais, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Federação dos Municípios de Sergipe (FAMES), Junta Comercial de Sergipe (JUCESE), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC), Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS), Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)
Instituições de Ensino e Pesquisa	Colégio Jardins, Escolas Municipais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE), Instituto Federal de Sergipe (IFS), Instituto de Pesquisa, Tecnologia e Inovação (IPTI), Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP), Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Tiradentes (UNIT)
Sistema S	SEBRAE/SE, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SE), Serviço de Aprendizagem Rural (SENAR/SE), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT/SE) e Serviço Social do Transporte (SEST/SE)
Fundações, Cooperativas e Associações e outras Instituições sem fins lucrativos	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI), Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente de Sergipe (ANAMMA/SE), CDL, Consórcio Público de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico do Sul e Centro Sul Sergipano (CONSCENSUL), Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Economia Solidária (COOPERAFES), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe (FECOMÉRCIO/SE), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Municipal de Formação para o Trabalho (FUNDAT), Fundação Telefônica Vivo (FTV), Instituto Paramitas, Junior <i>Achievement</i> (JA), Caju <i>Valley</i> e SERGIPETEC
Instituições Financeiras	Banco do Estado de Sergipe (BANESE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Outros Parceiros	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), Instituto Federal do Piauí (IFPI), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Massachusetts <i>Institute Technology</i> (MIT)

Fonte: Co.nnect (2023a).

A Região da Grande Aracaju tem diversos tipos de ações de empreendedorismo e Inovação, como é possível observar no quadro 2 logo abaixo.

Quadro 2: Principais Ações de Empreendedorismo e/ou Inovação da Região da Grande Aracaju (Acordos, Contratos e Editais)

Atores do Ecosistema	Principais Ações de Empreendedorismo e/ou Inovação da Região da Grande Aracaju (Acordos, Contratos e Editais)
Aracaju	Acordos e Contratos: Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura e o SEBRAE para fomento ao empreendedorismo na capital sergipana e Termo de Cooperação entre SEBRAE e Tiradentes <i>Innovation Center</i> para promover novos empreendimentos de base tecnológica no estado. Editais: Edital Catalisa ICT SEBRAE-SE, Edital FAPITEC/SE/SEDUC para Tecnologias Sociais, Edital FAPITEC/SE/SEDUC/SE para Feiras de Ciências.
São Cristóvão	Acordos e Contratos: Contrato para ajuste de propriedade intelectual: Envolve a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Tiradentes e o Instituto de Tecnologia e Pesquisa. Parceria para mentoria com o INPI: Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Editais PIBIT, PIBITVol, InovaPós e Aceleração – Fundação de apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE e Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia – AGITTE.SE da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Fonte: Co.nnect (2023b).

Além dos contratos efetivados, existe um movimento voltado para a capacitação de empreendedores através de cursos e eventos, tal qual pode ser observado no quadro 3.

Quadro 3: Principais Ações de Empreendedorismo e/ou Inovação da Região da Grande Aracaju (Cursos e Eventos)

Atores do Ecosistema	Principais Ações de Empreendedorismo e/ou Inovação da Região da Grande Aracaju (Cursos e Eventos)
Aracaju	Cursos e Capacitação: Cursos e eventos oferecidos pelo SEBRAE/Curso 'Elaboração de Projetos para Captação de Recursos em CT&I. Capacitação para empreendedores. Eventos: <i>Bootcamp</i> das Engenharias Unit SE, Congresso Internacional de Educação Empreendedora e Cidadania, Encontro <i>Maker</i> , Encontro Nacional de Propriedade Intelectual, Evento 'Inovar é Preciso', Evento 'Patentes e Programa de Mentorias do INPI', Exponégócios e Mostra de Práticas, Feira do Empreendedor Sergipe 2021, Feira Internacional de Negócios Criativos e Colaborativos, Fórum Energias de Sergipe, Global Legal <i>Hackathon</i> Aracaju.
Barra dos Coqueiros	Cursos e Eventos do SEBRAE/SE, Prêmio Prefeito Empreendedor 2022 - 1º lugar Sala do Empreendedor, Sala do Empreendedor e Seminário MEI (1ª Edição).
Nossa Senhora do Socorro	Prêmio SEBRAE de Educação Empreendedora (2ª Ed.) - categoria Ensino Fundamental II, Projeto Aula Digital da Fundação Telefônica Vivo e da Prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), Semana de Informática (2ª Ed.) – Instituto Federal de Sergipe - campus Socorro.
São Cristóvão	Cursos: Curso de Designer Têxtil com base tecnológica pela Sergipetec. Disciplinas de Iniciação Empresarial, Empreendedorismo, Gestão de Pequenos Negócios, Inovação, Tecnologia, entre outros, oferecidos nos cursos de graduação e pós-graduação da UFS. Capacitação de profissionais da UFS para a disciplina de Empreendedorismo e Inovação em parceria com o Projeto Educação Empreendedora Nacional do SEBRAE. Eventos: Teias da Inovação: Evento sobre inovação e empreendedorismo, Competição de Modelo de Negócios, Maratona Universitária de Empreendedorismo e Inovação, Evento de Empreendedorismo Combo <i>Experience</i> e Lives diversas.

Fonte: Co.nnect (2023b).

Ao avançar na discussão do empreendedorismo e inovação, foi possível traçar algumas informações sobre as ações de empreendedorismo e inovação, tal qual pode ser observado no quadro 4.

Quadro 4: Principais Ações de Empreendedorismo e/ou Inovação da Região da Grande Aracaju (Programas e Propriedade Industrial)

Atores do Ecosistema	Principais Ações de Empreendedorismo e/ou Inovação da Região da Grande Aracaju (Programas e Propriedade Industrial)
Aracaju	Programas: Programa MIT <i>Startup Labs</i> , Programa Diagnóstico de Competências Digitais (DigiCompEdu), Programa de Aceleração Startup Nordeste – Sergipe, Programa Rodada de Negócios e Programa SEBRAE na sua empresa. Propriedade Industrial: A UNIT possui patentes como desenvolvimento de Ziclague®, medicamento fitoterápico, desenvolvimento de queijos com baixo teor de lactose, tecido cardíaco produzido com nanopartícula de ouro e bioativos encontrados na palma forrageira para tratamento contra cânceres.
São Cristóvão	Programas: Programa Cidade Empreendedora do SEBRAE, Programa de Estágio em mecatrônica com protótipo de braço robótico da empresa MeArm, Programa Socialize-SE: Seleção de Projetos na área de Inovação Social e Programa de Indução à Criação de Startups pela UFS. Propriedade Industrial: até 2021, a UFS possuía 210 patentes depositadas, 126 programas de computador concedidos, 29 marcas concedidas e 3 desenhos industriais registrados.

Fonte: Co.nnect (2023b).

4.3. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, MARKETING E GESTÃO NO CONTEXTO DA CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA DOS MICROEMPREENDEDORES DA GRANDE ARACAJU

Ao longo da PQ – 2020 (312260/2020-2) foram investigados **60 Microempreendedores Individuais** atuantes na Grande Aracaju, na tabela abaixo, foi possível perceber que dentre as ocupações dos MEIS Permitidas, as três principais ocupações foram de Esteticista (15%), Proprietário de Restaurante Independente (13%) e Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios (12%). Com base na análise realizada, podemos concluir, em primeiro lugar, que Barra dos Coqueiros, município vizinho à metrópole de Aracaju, está atraindo um novo tipo consumidor devido aos grandes investimentos em construções públicas, especialmente condomínios de luxo, o município de São Cristóvão onde está situada o principal campus da Universidade Federal de Sergipe, mantém uma trajetória de cidade-dormitório, algo muito próximo da realidade do município de Nossa Senhora do Socorro.

A pandemia do Covid-19, que aconteceu durante o período da análise, trouxe reflexão aos microempreendedores investigados na pesquisa, pois à medida que a procura e o investimento cresciam após a reabertura econômica, as estratégias dos microempreendedores locais mudaram para refletir o desenvolvimento econômico das quatro cidades. Outro ponto é que enquanto para alguns entrevistados a pandemia foi um potencial motivador para iniciar o seu próprio negócio, para outros foi um dos desafios que enfrentam para manter seu negócio funcionando durante a pandemia.

Na tabela 1 abaixo, foi possível observar todas as categorias e ocupações citadas ao longo da pesquisa.

Tabela 1: Ocupação dos MEI permitidas

Ocupações MEI Permitidas	Quantidade	Percentual (%)
Esteticista Independente 9602-5/02	9	15%
Proprietário(a) de Restaurante Independente 5611-2/01	8	13%
Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios 4781-4/00	7	12%
Comércio Varejista de Materiais de Construção em Geral 4744-0/99	6	10%
Comércio Varejista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal 4772-5/00	4	7%
Costureiro(a) de Roupas Sob Medida Independente 1412-6/02	3	5%
Comerciante de Cestas de Café da Manhã Independente 4729-6/99	2	3%
Comerciante de Cosméticos e Artigos de Perfumaria Independente 4772-5/00	2	3%
Comerciante de Sistema de Segurança Residencial Independente 4759-8/99	2	3%
Instalador(a) de Rede de Computadores Independente	2	3%
Proprietário(a) de Cantinas Independente 5620-1/03	2	3%
Chaveiro(a) Independente 9529-1/02	1	2%
Comerciante de Artigos de Caça, Pesca e Camping Independente 4763-6/04	1	2%
Comerciante de Artigos e Alimentos para Animais de Estimação (Pet Shop) Independente (Não inclui a Venda de Medicamentos) 4789-0/04	1	2%
Comerciante de Artigos Esportivos Independente 4763-6/02	1	2%
Comerciante De Móveis Independente 4754-7/01	1	2%
Comerciante de Peças e Acessórios Novos Para Veículos Automotores Independente	1	2%
Comerciante De Produtos De Limpeza Independente 4789-0/05	1	2%
Comerciante de Produtos para Piscinas Independente 4789-0/05	1	2%
Comércio Varejista de Artigos de Cama, Mesa e Banho 4754-7/03	1	2%
Fabricante de Partes de Roupas Profissionais - Fação Independente 1413-4/03	1	2%
Pizzaiolo(a) em Domicílio Independente 5620-1/02	1	2%
Professor Particular Independente 8599-6/99	1	2%
Promotor(a) de Vendas Independente	1	2%
Total	60	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Os 60 microempreendedores individuais, têm idades que variam entre 18 e 58, que em sua maioria se encaixam na faixa dos 29 a 34 anos (18 empreendedores). São 31 mulheres e 29 homens que em sua maioria possuem ensino médio completo (48 entrevistados). Na análise foi possível identificar também, profissionais com ensino médio incompleto, ensino superior incompleto, ensino superior completo e pós-graduação.

Em relação aos registros de marcas, na tabela 2 abaixo, foi possível observar que apenas 37% dos empreendedores(as) fizeram o registro no INPI. O que é uma falha importante na estruturação de suas estratégias de Marketing, pois demonstra a pouca preocupação com o longo prazo de construção e estabilidade de suas operações empreendedoras.

Em relação às pesquisas de mercado e de consumo, foi possível identificar que apenas 8% dos entrevistados utilizam pesquisas para conhecer seus clientes e mercados. Aqui é preciso observar, que entidades como o SEBRAE, libera gratuitamente ferramentas de pesquisa de mercado e de consumo para os Microempreendedores Individuais da Grande Aracaju.

No tocante a organização das suas estratégias de Marketing, foi importante observar, que apenas 8% dos Microempreendedores (as) Individuais da Grande Aracaju tem Plano de Marketing. Ao avançarmos na discussão, foi possível perceber que alguns microempreendedores(as) possuem “Calendários de Publicações nas Redes Sociais”, mas não avançam para um Plano de Marketing propriamente dito. Essa análise ficou ainda mais clara, quando os microempreendedores(as) foram levados a responder se as suas ações promocionais estão inseridas num planejamento de marketing formal escrito, alcançando 12% dos microempreendedores(as).

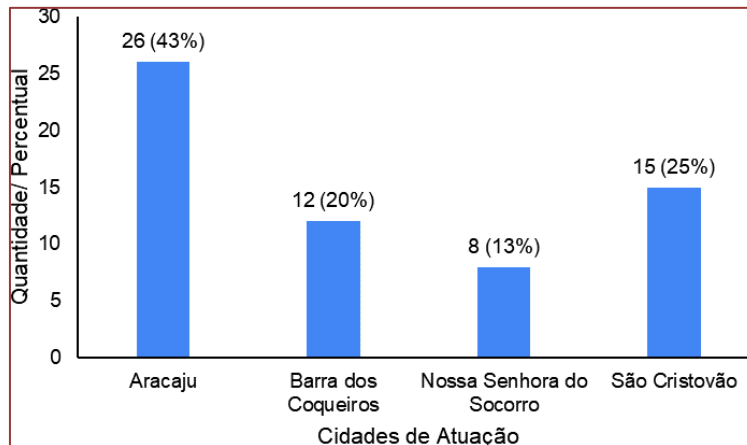
Tabela 2: Informações sobre marca, pesquisa de mercado e planejamento de *marketing*

Informações sobre marca, pesquisa de mercado e planejamento de marketing/ Respostas	Sim	Percentual (%)	Não	Percentual (%)
Marcas Registradas	22	37%	38	63%
Contrata pesquisas para conhecer seus clientes e mercado	5	8%	55	92%
Plano de marketing	5	8%	55	92%
As ações promocionais estão inseridas num planejamento de marketing formal escrito	7	12%	53	88%

Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Pela proximidade geográfica das cidades da análise, ao serem indagados em qual a principal cidade de atuação dos microempreendedores(as), foi possível perceber que a maior parte deles (43%) consideram a cidade de Aracaju, como o seu principal município de atuação, seguido da cidade de São Cristóvão com 25%, da cidade da Barra dos Coqueiros com 20% e da cidade de Nossa Senhora do Socorro com 13%.

Figura 5: Cidades de Atuação

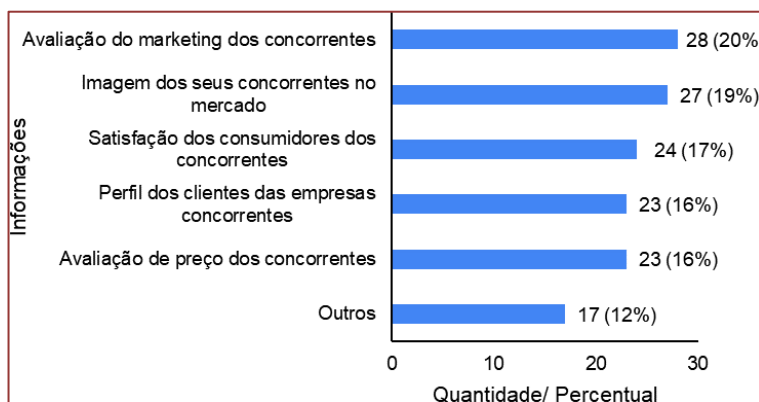


Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Ao serem questionados sobre as suas principais deficiências em relação aos seus dados, a maior parte dos microempreendedores(as), não tinha segurança em relação a avaliação do marketing dos concorrentes (20%), em seguida a imagem dos seus concorrentes no mercado (19%), satisfação dos consumidores dos concorrentes (17%), perfil dos clientes das empresas concorrentes (16%) e avaliação de preço dos concorrentes (16%).

A pandemia causou um impacto significativo no crescimento dos negócios, devido a uma mudança substancial na cultura de consumo e, por conseguinte, no marketing. Isso se deve à grande perturbação no mercado de trabalho, resultando em um aumento do desemprego acompanhado de inflação. Novas categorias profissionais, como autônomos, freelancers e cooperados, surgem como alternativas, à medida que muitas pessoas perdem seus empregos regulamentados pela CLT. Isso representa um cenário econômico desafiador para um país em desenvolvimento como o Brasil. Microempreendedores emergem nesse contexto com soluções criativas e inovadoras para sobreviver, buscando garantir estabilidade financeira e enfrentar o desemprego. Isso ocorre principalmente porque a maioria dos negócios no Brasil está ligada a necessidades básicas e, portanto, surge como uma questão de sobrevivência. Torna-se natural, que os microempreendedores tenham pouca segurança na análise dos dados de mercado.

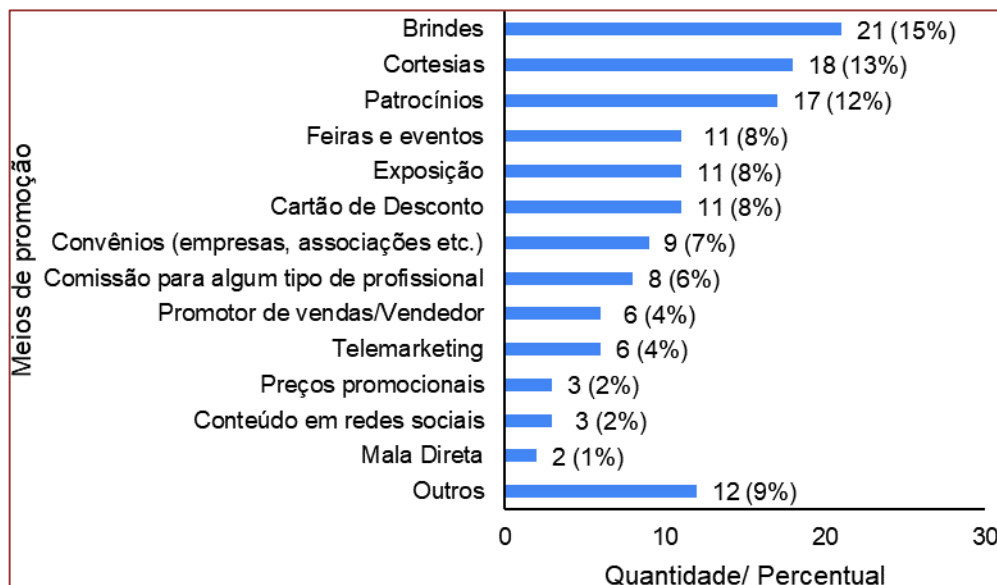
Figura 6: Informações com menos segurança de dados



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Em relação aos meios de promoção já usados na sua empresa e nos serviços, percebe-se ainda muitas ações convencionais de marketing, tais como Brindes (15%), Cortesias (13%), Patrocínios (12%) e participação de Feiras e Eventos da área com (8%). A partir de Jenkins (2009) a convergência refere-se à produção e distribuição contínuas de conteúdo através de diferentes mercados e plataformas de mídia, que se inter-relacionam e convergem para o ambiente digital, embora para o mesmo autor, as novas mídias que emergem não estão destinadas a substituir os meios tradicionais, mas sim a coexistir com eles e interagir de maneiras cada vez mais complexas, tanto na produção quanto no consumo de conteúdo midiático. Para Jenkins (2009) na era da convergência das mídias, todas as narrativas relevantes são compartilhadas, todas as marcas são promovidas e cada consumidor é alvo de múltiplas plataformas midiáticas.

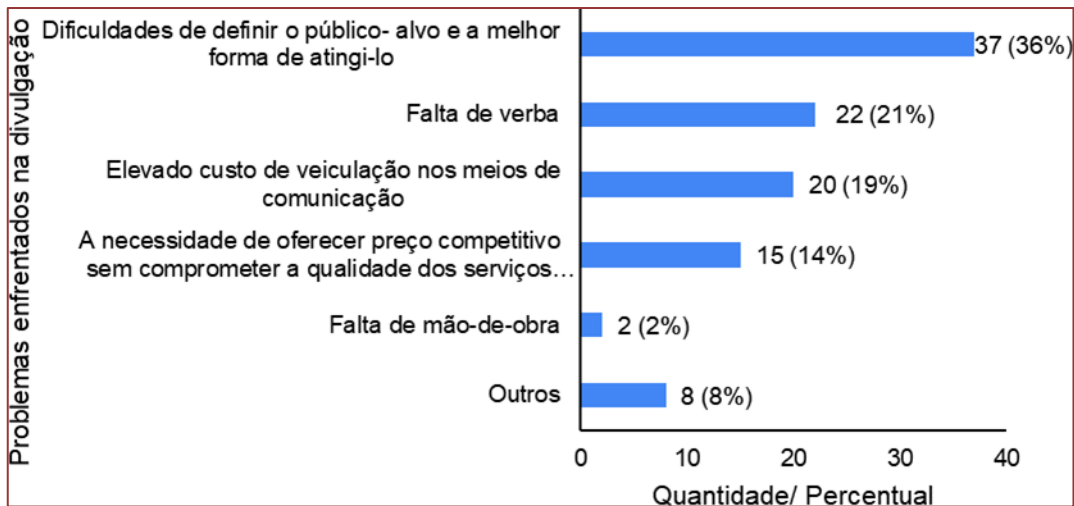
Figura 7: Meios de promoção já usados na sua empresa e nos serviços



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Em relação aos principais problemas enfrentados na divulgação dos produtos e serviços, os microempreendedores apontam a dificuldade de definir o seu público-alvo (36%) como o seu principal problema. Na ótica de Jenkins (2009) a internet evoluiu para um espaço onde as pessoas procuram informações, consomem uma variedade de materiais e passam boa parte da sua vida. Com base nisso, é natural que os microempreendedores procurem analisar e ajustar várias questões para assegurar que sua mensagem seja transmitida de forma mais eficaz ao seu público. A falta de verba (21%) e o elevado custo das ações promocionais (19%) aparecem na sequência.

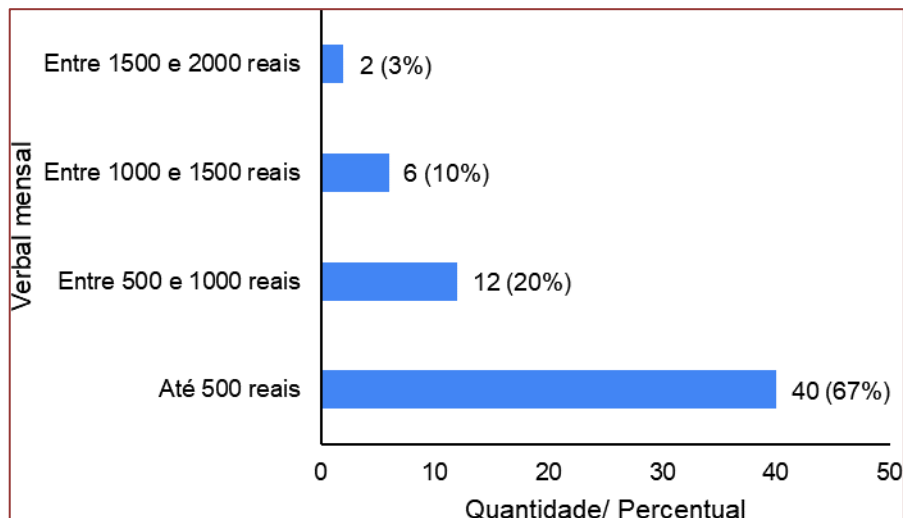
Figura 8: Principais problemas enfrentados na divulgação dos produtos e serviços da empresa



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

A falta de verba mensal para ações de marketing, é sentida por grande parte dos microempreendedores(as) investigados. O valor de investimento no marketing é de até 500 reais, para a maior parte dos investigados (67%).

Figura 9: Verba mensal destinada para as ações de marketing da empresa

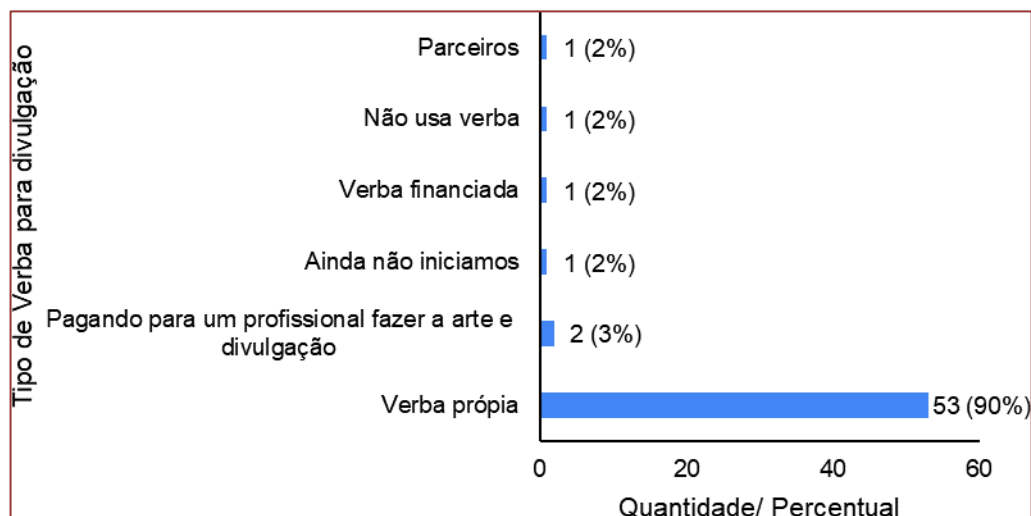


Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Ao aprofundarmos a análise, em função do tipo de verba para divulgação das suas operações, a maioria (90%) dos microempreendedores (as) contam apenas com recursos próprios. Jenkins (2009) ressalta que, dentro desse cenário, as novas mídias não surgem com a intenção de suplantarem os meios de comunicação tradicionais, mas sim de conviver com eles e estabelecer relações cada vez mais complexas, tanto na produção quanto no consumo de conteúdo midiático. Isso tem um impacto direto na esfera do marketing do

microempreendedor, onde os proprietários também são gestores e buscam ativamente conhecimento por meio das plataformas digitais.

Figura 10: Tipos de Verbas para Divulgação

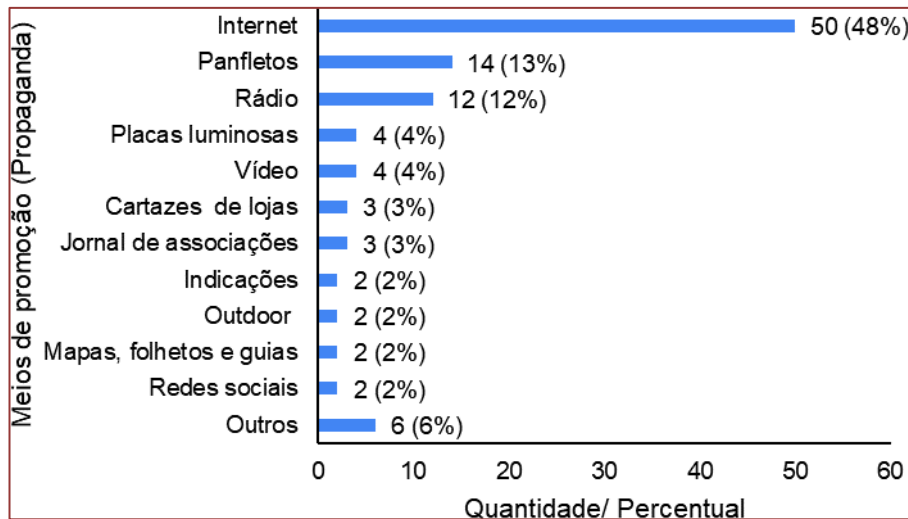


Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Quando fizemos a inclusão dos meios de promoção (Propaganda) na análise, foi possível perceber a importância das ações de internet envolvendo os microempreendedores(as) da análise, pois aproximadamente a metade (48%) dos investigados (as) consideram o espaço da internet como sendo o mais importante para as suas ações de propaganda. A realidade dos microempreendedores individuais investigados, perpassa com a visão de Jenkins (2009) da velocidade dos fluxos comunicacionais dentro da ambiência digital.

O avanço da internet e das tecnologias digitais tem tido um impacto significativo em várias esferas da nossa sociedade, essa realidade não poderia ser diferente para os microempreendedores individuais. Um exemplo claro disso é a velocidade e o volume incessante de informações aos quais estamos expostos diariamente devido ao ambiente digital. Isso tem promovido uma mudança social fundamental na forma como nos comunicamos, tanto em nível interpessoal quanto em um contexto mais amplo de comunicação. Atualmente, parece que tudo está de alguma maneira conectado à internet, o que nos leva à ideia de convergência midiática discutida por Jenkins (2009). Esse conceito encapsula transformações tecnológicas, de mercado, culturais e sociais que estão em curso.

Figura 11: Meios de Promoção (Propaganda)

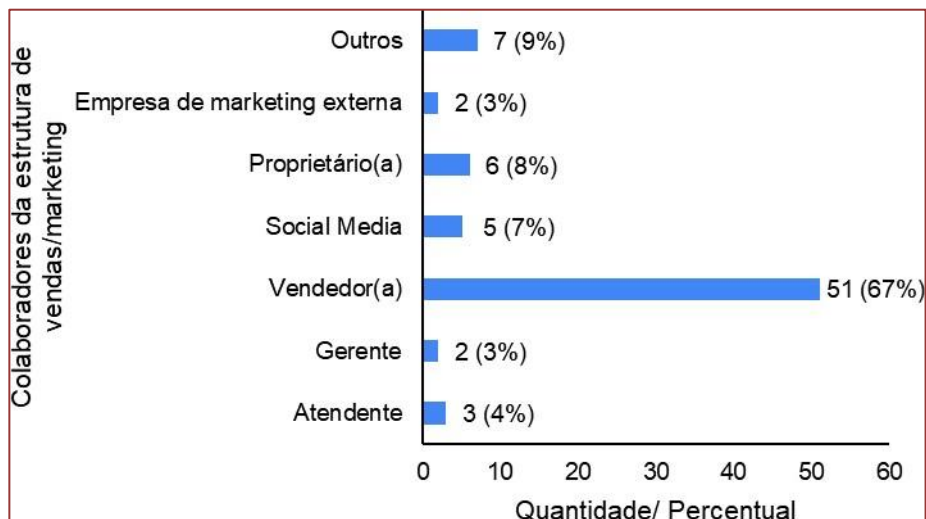


Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Em relação às suas estruturas de marketing, um ponto importante da análise foi observar, que embora a figura dos microempreendedores individuais, permita apenas um colaborador oficial, a maior parte dos investigados (67%) afirmou contar com o vendedor para auxiliar em suas estruturas.

A figura do Social Media contratado pelo microempreendedor individual aparece em 7% da análise. Em relação ao profissional contratado para o marketing, a maior parte dos entrevistados, não montou uma estrutura profissional para o marketing, pois apenas 3% têm empresa terceirizada para desenvolver uma estruturação profissional ao marketing nas operações.

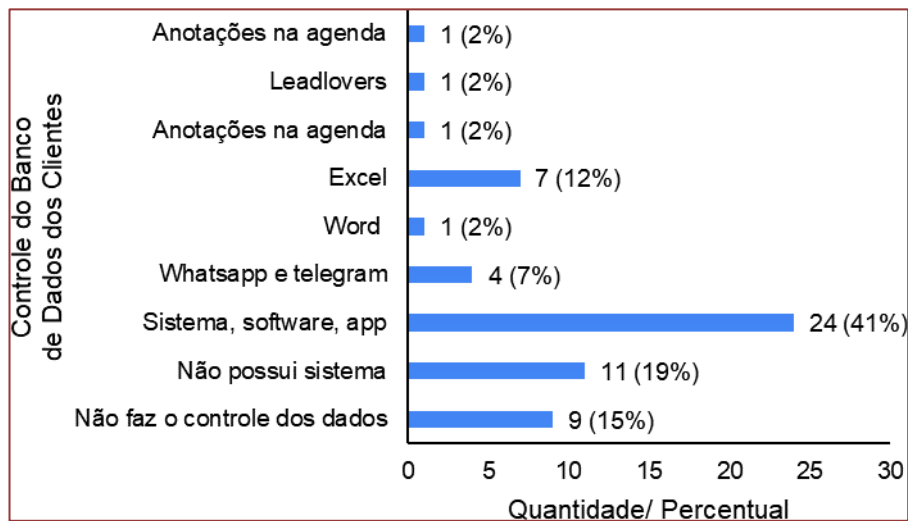
Figura 12: Colaboradores da Estrutura de venda/marketing



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Ainda avaliando a organização da estrutura de marketing, foi possível indagar aos microempreendedores individuais como funciona o seu banco de dados. Na análise 15% dos microempreendedores não fazem controle e 19% não possui software para auxiliar na gestão do banco de dados.

Figura 13: Controle de Banco de Dados dos Clientes



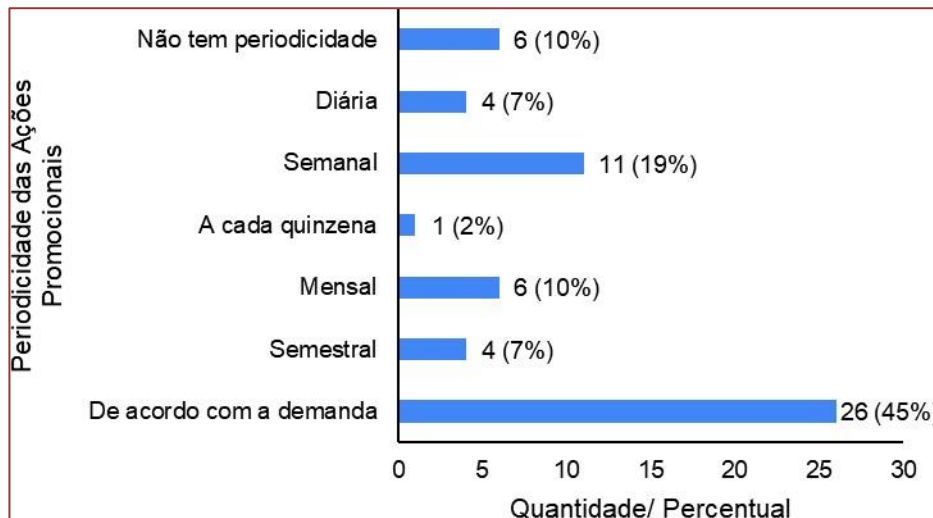
Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

No tocante aos sites, a maior parte dos microempreendedores ainda não possui endereço próprio (79,21%), quando se observa que 98% dos avaliados não possuem blog. Em relação às redes sociais, a maior parte dos entrevistados(as) atua na rede social do Instagram (98%) e no Facebook (54,5%). Com base nisso, podemos direcionar nossa atenção para a maneira como os conteúdos são compartilhados nos meios online. Jenkins, Ford e Green (2014) destacam mudanças nesse processo ao observarem que o modelo de mídia, historicamente centrado na distribuição de conteúdo de um emissor único para vários receptores, agora segue uma lógica de circulação baseada no que os autores denominam de propagaabilidade.

Na figura abaixo, é possível observar que quando indagados sobre a periodicidade das ações promocionais, quase metade (45%) dos microempreendedores individuais afirmou desenvolver ações de acordo com a demanda. A informação comprova a ausência de uma ação orientada pelo Marketing. Importante discutir, que a maior parte da pesquisa de campo, aconteceu durante o efeito da pandemia do Covid 2019, que modificou todo o cenário social, econômico e político.

A pandemia também desempenhou um papel significativo na mudança dos hábitos de consumo. Dado o necessário distanciamento social e encerramento de instalações físicas, as vendas online tornaram-se indispensáveis e a única alternativa viável para sustentar os mercados. As redes sociais tornaram-se o principal meio de comunicação entre empresas e consumidores, alimentando o crescimento do comércio eletrônico.

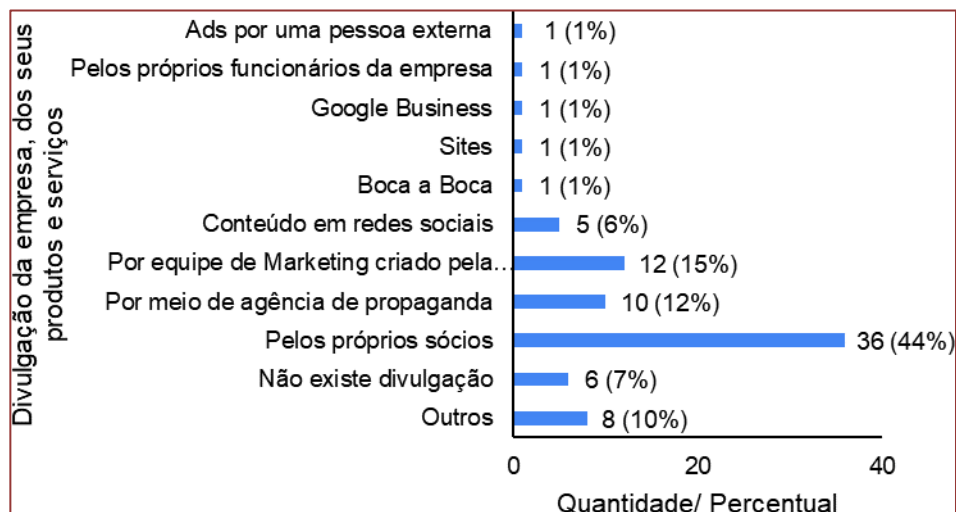
Figura 14: Periodicidade das Ações Promocionais



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Em uma análise mais ampla das ações de divulgação dos microempreendedores individuais, foi possível perceber que quase a metade dos analisados (44%) são os únicos responsáveis pela divulgação das operações. Para Jenkins (2009) na convergência midiática, o fluxo de conteúdos através de uma variedade de plataformas complementares permite que as audiências permaneçam ligadas, acompanhando a evolução da narrativa nos vários canais em que é implementada. Isto significa que os microempreendedores podem promover os seus esforços nesse contexto. Nesse sentido, a cultura transmídia tem muito a oferecer para os microempreendedores, pois ela permite que o mesmo conteúdo seja produzido em diversas mídias, tornando-o adequado para uso em produtos.

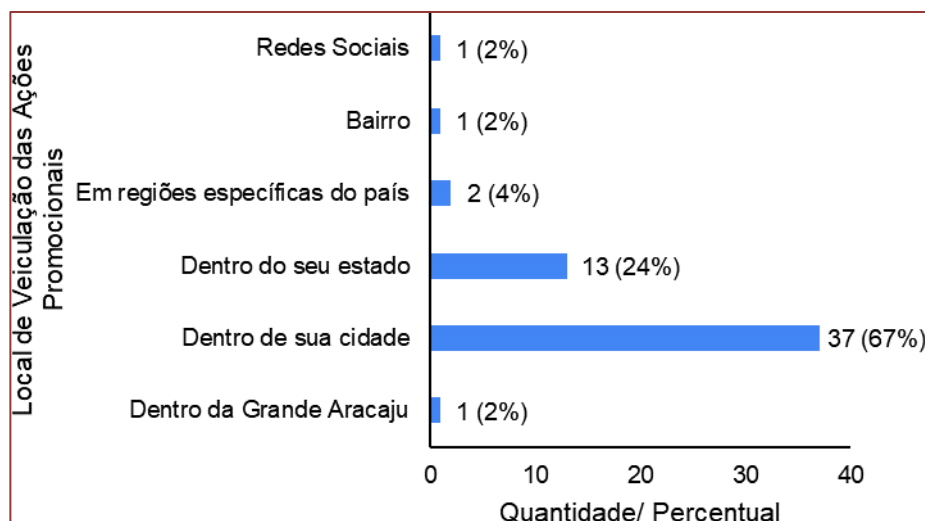
Figura 15: Divulgação da Operação



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Quando abordados sobre onde são veiculadas as ações promocionais, a maior parte dos microempreendedores informou que não suas ações patrocinadas ou impulsionadas, são feitas apenas em suas cidades (67%).

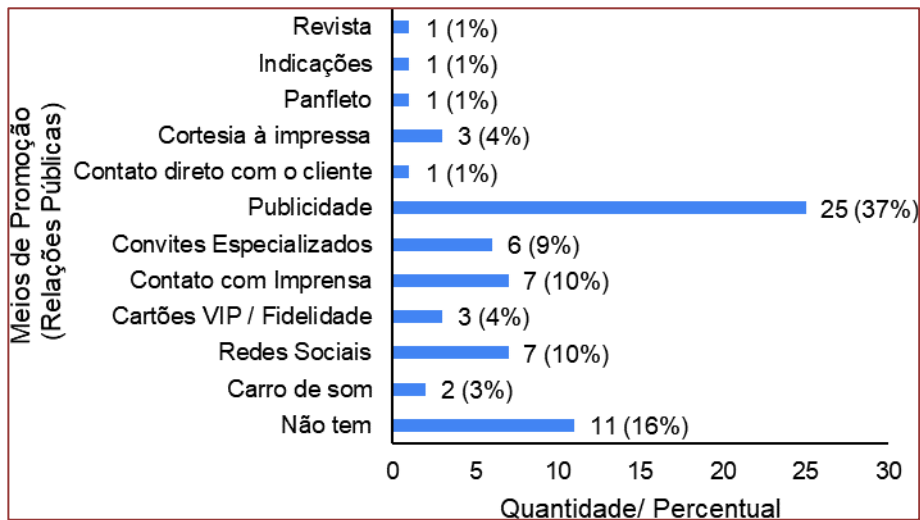
Figura 16: Local de Veiculação



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Ao serem indagados sobre os meios de promoção, os microempreendedores apontam na figura abaixo, as ações de cortesia (4%), convites personalizados (9%), contatos com a imprensa (10%), redes sociais (10%) e publicidade (25%). Além disso, ações envolvendo mídias tradicionais diminuem nessa nova ótica de análise. Esse dado, leva a uma nova reflexão sobre a nova dinâmica do ambiente digital, com a ênfase na propagabilidade amparada em Jenkins, Ford e Green (2014), a noção tradicionalmente objetiva e quantitativa de audiência perde parte de sua relevância, cedendo espaço gradualmente para uma mídia mais propensa à disseminação, caracterizada, entre outros aspectos, pela "cultura participativa" conforme descrito pelos autores. Assim, enquanto no passado os produtores de conteúdo detinham um controle absoluto sobre suas obras, agora percebe-se que as pessoas não são meramente consumidoras passivas do que lhes é oferecido, diferentemente do que ocorria em maior medida, por exemplo, com a televisão ou o rádio.

Figura 17: Meios de Promoção (Relações Públicas)



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Quando os microempreendedores são levados a refletir sobre as ações de divulgação mais frequentes nos últimos anos, as campanhas nas redes sociais (33%) aparecem em destaque. Na figura abaixo, é possível perceber que os microempreendedores também citam as promoções em datas comemorativas nas mesmas redes sociais (8%).

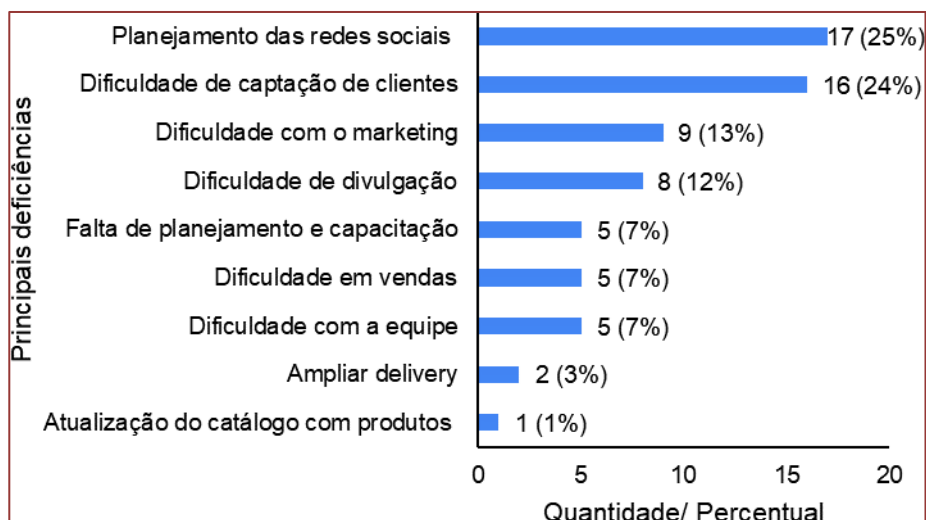
Figura 18: Ações de divulgação nos últimos anos



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Quando indagados sobre as suas principais deficiências na área de marketing, os microempreendedores afirmam ter dificuldade no planejamento das redes sociais (25%) e na captação de clientes (24%).

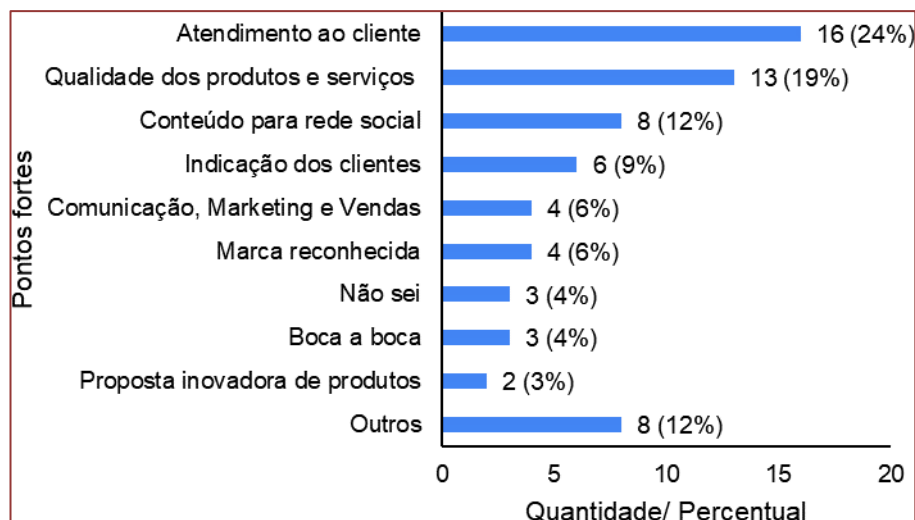
Figura 19: Principais deficiências das suas vendas e do seu *marketing*



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Em relação aos principais pontos fortes das suas estratégias de vendas e marketing, o atendimento ao cliente (24%), a preocupação com a qualidade dos produtos e serviços (19%) e o conteúdo repassado nas redes sociais com (12%) aparecem como seus principais diferenciais de mercado.

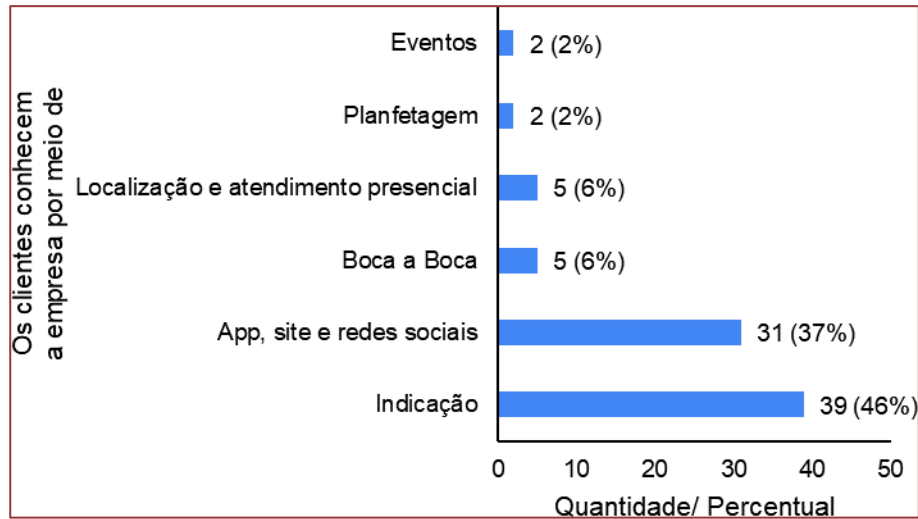
Figura 20: Principais pontos fortes das suas vendas e do seu *marketing*



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Quando questionados sobre como os clientes conhecem sua operação, a maior parte dos microempreendedores afirmou que as indicações são fundamentais para as vendas (46%), seguido dos aplicativos, site e redes sociais (37%).

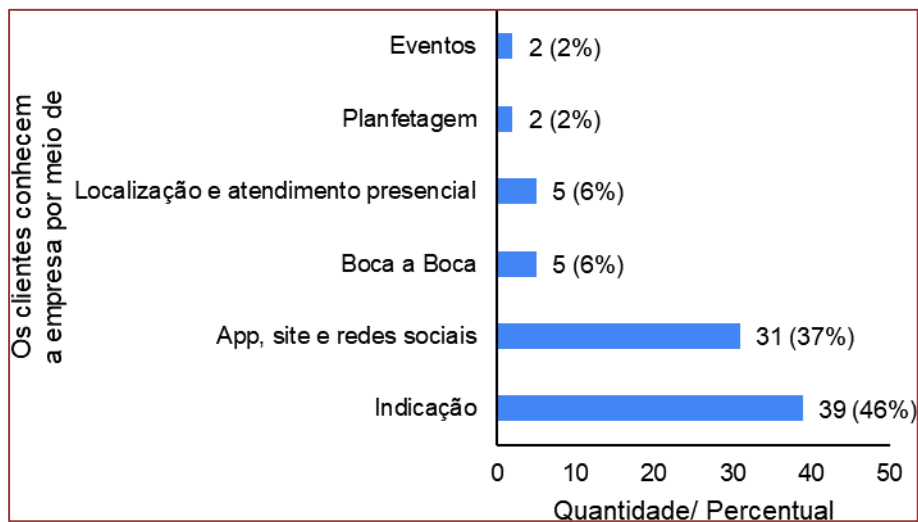
Figura 21: Como seus clientes conhecem sua empresa



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Em relação a fidelização dos seus clientes, os microempreendedores citam o atendimento (31%) e a qualidade dos produtos e serviços (17%) como principais fatores.

Figura 22: Fidelização dos Clientes



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Em relação a sua estruturação de vendas, ao serem indagados, os microempreendedores individuais apontam as seguintes atividades como prioritárias: Atendimento ao cliente, Estratégias de Marketing, Estrutura de Vendas, Pós- Venda e Feedback e Melhoria Contínua, na tabela abaixo, é possível observar mais detalhadamente a descrição oriunda das informações repassadas pelos microempreendedores.

Quadro 5: Atividades da Estrutura de Vendas

Atividade	Descrição
Atendimento ao Cliente	Padronizar o atendimento presencial e online. Treinar a equipe para identificar e atender às necessidades dos clientes. Utilizar ferramentas como CRM para registro de informações e acompanhamento.
Estratégias de Marketing	Utilizar redes sociais, marketing pago e diferentes canais de comunicação. Criar conteúdo relevante e envolvente nas redes sociais.
Estrutura de Vendas	Avaliar a necessidade de expandir a equipe de vendas e definir papéis claros. Implementar sistemas de acompanhamento de vendas.
Pós-Venda	Desenvolver um plano estruturado de pós-venda. Enviar pesquisas de satisfação e oferecer benefícios para clientes recorrentes. Manter contato regular com os clientes e resolver problemas rapidamente.
Feedback e Melhoria Contínua	Estar aberto ao feedback dos clientes e realizar avaliações regulares da satisfação. Manter-se atualizado com as tendências do mercado e as melhores práticas da indústria.

Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Mais da metade dos microempreendedores(as) analisados, não utilizam o Whatsapp Business e apenas 2 microempreendedores(as) dizem utilizar o Telegram para divulgar seus serviços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do novo Coronavírus acelerou a expansão do comércio eletrônico e do marketing digital, os quais são amplamente empregados pelos microempreendedores que estão recomeçando sua jornada após a recessão econômica. Como pode ser observado no estudo, houve uma mudança na economia das quatro cidades no período da pesquisa, trazendo novas oportunidades e novos desafios aos microempreendedores individuais.

Em relação aos atores do ecossistema de empreendedorismo que auxiliam os microempreendedores individuais, foi possível observar mais uma vez, a forte influência do SEBRAE-SE, principalmente no tocante ao processo de auxílio na formalização e aproximação dos bancos que podem emprestar recursos financeiros importantes para a operação. Em relação às dificuldades para iniciar sua operação, os microempreendedores citam o contexto econômico mundial como problemático, principalmente devido a insegurança gerada com o Covid-19.

Os empreendedores reclamam das exigências para o cadastro do MEI, da dificuldade de conseguir crédito e da demora em buscar informações nas Prefeituras. Além disso, a maior parte dos microempreendedores decidiu iniciar sua operação, sem ter feito qualquer esforço no sentido de planejar sua operação. Para adquirir conhecimentos para melhoria dos seus negócios, os entrevistados buscam fazer cursos de capacitação que são fornecidos pelas Prefeituras, Salas do Empreendedor e SEBRAE-SE, além de buscar conhecimento na internet, seja através das redes sociais ou do YouTube, ou mesmo fazendo cursos on-line gratuitos. Em relação aos meios de comunicação utilizados de maneira pessoal, os microempreendedores destacam o Instagram como principal ferramenta de distribuição de serviços e comunicação com os clientes e o *WhatsApp* como principal rede de comunicação com seus clientes, familiares e amigos. Os microempreendedores utilizam diversos aplicativos de entrega e vendas diretas em plataformas de *MarketPlace*.

Em relação aos seus pontos fortes, os microempreendedores, relatou o seguinte: Inovação nos produtos e Serviços, Operação de baixo custo, foco total na operação e vontade de aprender a gerir um negócio. Como pontos fracos, os Microempreendedores relatam: Localização pouco atrativa, falta de noção financeira, estrutura física deficiente e curta experiência como fatores mais problemáticos da operação. Já no tocante às oportunidades de mercado, os microempreendedores analisam: Aumento do número de moradores das cidades, aumento do consumo on-line e a possibilidade de atender um nicho específico de clientes, por fim, ao avaliarem as ameaças, os microempreendedores citam: aumento do preço dos aluguéis, novas pandemias, aumento dos concorrentes, crises econômicas, instabilidade política e plataformas internacionais.

As ferramentas de gerenciamento incluem Notas, Razões e Cadernos no Excel e em aplicativos móveis. Normalmente, os microempreendedores não usam um sistema de gestão financeira específico e optam pela gestão manual, incluindo a gestão de estoques. É importante ressaltar que muitos dos microempreendedores entrevistados não utilizam quaisquer ferramentas digitais para gerir seus negócios.

A figura do microempreendedor Individual é avaliada positivamente pelos microempreendedores e é sempre vista como uma opção de baixo custo e de apoio aos empreendedores que estão começando a gestão dos seus negócios. Um ponto crucial na análise dos microempreendedores, foi que aparentemente não existe por parte dos mesmos, um interesse de modificar a estrutura contábil das suas empresas, em outras palavras, eles não buscaram a figura do MEI, para servir como preparação para avançar no faturamento e torna-se um Microempresa – ME.

REFERÊNCIAS

- [1] AGUIRRE BAZTÁN, Á. **Etnografía: metodología cualitativa em la investigación sociocultural**. Barcelona: Editorial Boixareu Universitaria e Marcombo, 1995.
- [2] ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
- [3] ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine; CIFUENTES, Ricardo. **Microempreendedor individual (MEI): evolução da legislação, revisão da literatura e temas para o debate**. Rio de Janeiro : Ipea, fev. 2024. 60 p. : il. (Texto para Discussão, n. 2971). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2971-port>.
- [4] BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 7.ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- [5] BLUM, Marina Orestes; DANILEVICZ, Ângela de Moura Ferreira. Design Thinking e Marketing Digital como aliados estratégicos de microempreendedores: ferramenta gerencial de autoavaliação do nível de desenvolvimento de negócios no mercado online. **Design & tecnologia [recurso eletrônico]**. Porto Alegre, RS. Vol. 9, n. 23 (2021), p. 38-55, 2021.
- [6] BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 2008.
CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. **Institucional**. 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.
- [7] CO.NNECT. **1º Relatório SEBRAE – Edital Catalisa: Atores do Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação de Sergipe**. Co.nnect: Aracaju, 2023a. ISBN: 978-65- 999794-1-5.
- [8] CO.NNECT. **2º Relatório SEBRAE – Edital Catalisa: Ações (Projetos, eventos, cursos e outros) do Ecossistema de Inovação, Propriedade Industrial e Empreendedorismo de Sergipe**. Co.nnect: Aracaju, 2023b. ISBN: 978-65-999794-2-2.
- [9] ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA com apoio da ENDEAVOR. **Índice de Cidades Empreendedoras - Brasil 2023**. Brasília: ENAP, 2023. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7557/1/ICE_Relat%c3%b3rio%202023%20%282%29.pdf. Acesso em: 29 de julho de 2024.

- [10] ENDEAVOR. **Empreendedores Brasileiros: perfis e percepções**. 2013. Disponível em: <https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms%2Ffiles%2F6588%2F1425322451Empreendedores+Brasileiros+2013.pdf>. Acesso em: 22 de Fev. de 2021.
- [11] FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman editora, 2009.
- [12] GOMES, Paulo Henrique Vieira; SILVA, Marcos Ferreira da. “Ó o MEI que eu vou entrar!”: Gestão de Riscos e Marketing Como Ferramentas Aplicadas ao Microempreendedor Individual (MEI). **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, v. 7, n. 2, p. 144-163, 2022.
- [13] IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/perfil-dos-municipios.html>. Acesso em: 14 de abril de 2024.
- [14] IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas Microempreendedor Individual 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102029.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2024.
- [15] JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- [16] JENKINS, H; FORD, S; GREEN, J. **Cultura da Conexão**. São Paulo: Aleph, 2014.
- [17] MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Institucional**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br>. Acesso em: 15 de abril de 2024.
- [18] MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Institucional**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br>. Acesso em: 20 de dezembro de 2023.
- [19] PORTAL DO EMPREENDEDOR - MEI. **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 11 de set. de 2023.
- [20] RAMOS, Kauê da Silva Carvalho; OLIVEIRA, Tiago de; MOTA, Isabel Cristina. A IMPORTANCIA DO MARKETING DIGITAL PARA O CRESCIMENTO DOS MICROEMPREENDEDORES. **Revista Fatec Sebrae em debate-gestão, tecnologias e negócios**, v. 7, n. 12, p. 34-34, 2020.
- [21] REIS, LOREANE; BARBOSA, ANA KAROLINE. MARKETING DIGITAL E MICROEMPREENDEDORES: ESTUDO DE CASO DE POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO NO INSTAGRAM DE UMA MICROEMPRESA DE CONSULTORIA EMPRESARIAL EM BELÉM/PA. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, v. 9, n. 2, p. 104-129, 2023.
- [22] RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Institucional**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>. Acesso em: 15 de abril de 2024.
- [23] ROCHA, Julia Pinto; PAIVA, Lucas Rosa; SANTOS, Robson Kerner Coelho dos; LIMA, Brenda Paula Cristino; SILVA, Larissa Cristina; PORTUGAL, Nilton dos Santos. Microempreendedores individuais e suas ações para alavancar a promoção do negócio. **Revista Mythos**, v. 20, n. 2, p. 7-25, 2023.
- [24] SANTOS, Ariani Roberta Pereira; LUIZ, Brenda Frederico; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. Uma análise sobre a importância do planejamento estratégico aliado ao marketing digital na eficiência das micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais. **Revista GeTeC**, v. 10, n. 32, 2021.
- [25] SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Atlas dos Pequenos Negócios 2022**. Brasília: SEBRAE, 2022a. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Livro_Atlas_dos_Peq_Neg_Sebrae_V8.pdf. Acesso em: 27 de julho de 2024.
- [26] SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA. **Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE**. Brasília: SEBRAE, 2022b. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/noticias/brasil-alcanca-recorde-de-novos-negocios-com-quase-4-milhoes-de-mpe,b7e02a013f80f710VgnVCM100000d701210aRCRD.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2024.
- [27] SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA. **Perfil do MEI: Conheça as características do Microempreendedor Individual**. Brasília: SEBRAE, 2022c. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Impress%C3%A3o-Perfil-do-MEI-2022->

atualizado-1.pdf. Acesso em: 27 de julho de 2024.

[28] SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESA. **Vantagens e benefícios de se formalizar como MEI**. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/vantagens-e-beneficios-de-se-formalizar-como-mei,5939f4224ce28810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

[29] SEBRAE/SE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENA EMPRESA DE SERGIPE. **Data SEBRAE/SE**. 2024. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/se/>. Acesso em: 16 de abril de 2024.

[30] YIN, R. **Case Study Research Design and Methods**. (5th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage. p. 282, 2014.

[31] YIN, R. **Case Study research and applications: Design and methods**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. p. 352, 2017.

Capítulo 4

Radiodifusão: dois grupos dominam a televisão em Santa Catarina há quase 50 anos

Carlos Roberto Praxedes dos Santos

Camila Maurer

Resumo: Até 1969, o estado de Santa Catarina não possuía qualquer geradora de televisão. Entre 1970 e 1979, havia apenas duas geradoras de televisão no estado. Ainda em 1979, outros três canais entraram em operação. Já o decênio de 1980 registra a maior expansão da TV. Até 2017, segundo dados da Anatel, 157 emissoras comerciais estavam em operação, além de 11 TVs não comerciais. Este trabalho tem o objetivo de apresentar a história das 28 geradoras de televisão de Santa Catarina, identificando as trocas de acionistas, proprietários, de nome da emissora e de retransmissão de cabeça de rede, ao longo do tempo. Conclui-se que a maior parte das emissoras comerciais está concentrada nas mãos de apenas dois grupos de comunicação e em áreas próximas do litoral do estado. Já as não comerciais pertencem a igrejas, grupos políticos ou empresários da comunicação.

Palavras-chave: história da televisão em Santa Catarina, radiodifusão, televisão, políticas públicas de radiodifusão.

1. INTRODUÇÃO

Quando se observa que o Brasil possuía cerca de 540 geradoras de televisão em 2017 (Santos, 2019), pode-se afirmar que o estado de Santa Catarina possui um número bastante reduzido de canais. Além disso, é possível perceber que a distribuição dessas estações se dá de forma concentrada nas principais cidades de Santa Catarina, como a capital, Florianópolis; Joinville, maior cidade do estado; e os municípios de Blumenau, Lages, Joaçaba, Xanxerê, Criciúma, Rio do Sul, Itajaí e Chapecó. Na maior parte das cidades catarinenses não há geradoras de televisão e, em alguns municípios, o sinal de televisão terrestre ainda não chegou ou chegou recentemente, mesmo após 50 anos da implantação da TV Coligadas de Blumenau, primeira emissora de televisão em Santa Catarina.

Este trabalho tem o objetivo principal de descrever cada uma das 28 concessões de televisão do estado de Santa Catarina, das quais 17 são comerciais e 11, concessões educativas. Importante frisar que destas 11 geradoras, 10 são educativas de acordo com a classificação da Anatel e do Ministério das Comunicações, embora apresentem contradições, tais como: 1) emissoras educativas que apresentam programação semelhante aos canais comerciais e não pertencem a nenhuma instituição de caráter educacional; 2) emissoras educativas que se intitulam comunitárias mas oferecem programação de cunho religioso.

Entre os métodos utilizados neste trabalho, estão a pesquisa bibliográfica, embasada em Carlos Alberto de Souza (1999), Lopes (2015), Emerim e Cavenaghi (2014) e Cruz (1996); entrevistas semiestruturadas com dirigentes das emissoras e anotações pessoais dos autores, que acompanham a história da mídia catarinense desde a década de 1980. Todas as mudanças de gestão dessas emissoras estão registradas, embora não seja nosso objetivo tratar sobre os motivos para tais alterações societárias.

2. A CHEGADA TARDIA DA TELEVISÃO A SANTA CATARINA

Apesar do espírito empreendedor do estado, Santa Catarina ainda dependia dos vizinhos Paraná e Rio Grande do Sul em vários setores, como a eletricidade e as estradas, até as décadas de 1960 e 1970. Sob os pontos de vista tecnológico e comunicacional, o estado também sofreu atrasos em relação aos demais estados da região Sul. De acordo com Severo e Gomes (2009), a Sociedade Pró-Desenvolvimento da Televisão tinha como objetivo fazer o povo de Florianópolis conhecer televisão. Em razão disso, o empresário Darci Lopes, líder do movimento, iniciou a instalação de uma rede de repetidoras da TV Piratini, de Porto Alegre, pela região Sul do estado até chegar à capital. Movimento parecido fez o catarinense Flávio de Almeida Coelho, que residia em Curitiba e instalou repetidoras no norte e Vale do Itajaí para transportar o sinal da TV Paraná, de Curitiba.

Em novembro de 1964 entrou no ar, sem concessão, a TV Florianópolis, canal 11, pertencente ao comerciante de Tubarão, Hilário Silvestre. Ele estava tão confiante em obter a outorga que contratou 14 funcionários, comprou equipamentos e mantinha no ar uma programação das 18h às 21h, de segunda a sábado, e das 13h às 21h, aos domingos. O edital 13/65, publicado no Diário Oficial da União de 5 de março de 1965, abriu concorrência para a concessão de um canal de televisão para Florianópolis, o que culminou com o lacre da TV Florianópolis (Pereira, 1992). De acordo com Cruz (1996), logo após a publicação desse edital, chegou do Rio de Janeiro uma ordem para lacrar a TV Florianópolis, o que foi feito em 9 de março de 1965. Nem era preciso: nessa ocasião, a emissora já estava definitivamente fora do ar em decorrência de um temporal que, três

dias antes, derrubara a torre de transmissão que ficava no alto de um prédio no centro da cidade (Mattos, 1992). Tal fato também é relatado por Emerim e Cavenaghi (2014, p. 139): “Um vendaval que teria deixado a torre da emissora pendurada no alto do Hotel Lux”, embora as duas autoras apontem dúvidas sobre se esse acidente teria ocorrido de fato antes ou depois do lacre por parte do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel). “Inconformado, Silvestre ainda lutou durante anos, mas em vão. O canal de TV da capital só seria concedido para a Sociedade Pró-Desenvolvimento da Televisão em 1968, um ano depois da pioneira TV Coligadas, em Blumenau” (Cruz, 1996, p. 56).

3. A TELEVISÃO COMERCIAL EM SANTA CATARINA

De acordo com Pereira (1992), apenas em 1º de setembro de 1969, ou seja, dezenove anos depois da pioneira TV Tupi de São Paulo e dez anos após a televisão chegar ao sul do Brasil, entrou no ar a TV Coligadas, canal 3, de Blumenau, no Vale do Itajaí. Foi a primeira emissora de televisão oficial de Santa Catarina, com cerca de 229 acionistas, liderados por Wilson Melro, proprietário das seis emissoras da Rede Coligadas de Rádio. A Coligadas entrou no ar retransmitindo a Rede Globo no horário noturno, enquanto que, no final da tarde, exibia programação local. A Coligadas foi vendida em 1976 ao então diretor comercial da emissora, Flávio Coelho, e ao empresário Mário Petrelli (Souza, Z. A., 2007), mas acabou sucateada. Em 1979, quando a Rede Globo anunciou que o contrato com a Coligadas seria rescindido, os dirigentes da Coligadas se anteciparam e cortaram o sinal da Globo para Santa Catarina, motivando a Coligadas a retransmitir a Tupi (Cruz, 1996). Durante alguns meses, a emissora carioca ficou fora do ar no estado, fato que antecipou a inauguração da TV Catarinense de Florianópolis, embrião do grupo RBS em Santa Catarina. A própria RBS adquiriu a Coligadas pouco tempo depois.

Já a TV Cultura, canal 6 de Florianópolis, primeira emissora da capital catarinense, entraria no ar em 31 de maio de 1970, sob a iniciativa do empresário Darci Lopes e mais 178 acionistas (Cruz, 1996). Ele aproveitou a rede de retransmissoras que havia sido instalada anteriormente para transportar os sinais de televisão do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e, dessa forma, conseguir levar as imagens da TV Cultura às cidades do sul do estado.

Com conhecimento técnico e líder de audiência no Rio Grande do Sul, o grupo RBS colocou no ar a TV Catarinense, canal 12 de Florianópolis, em 1º de maio de 1979. No mesmo ano, entrariam em operação a TV Eldorado, canal 9 de Criciúma e a TV Santa Catarina, canal 5 de Joinville. A emissora de Joinville foi repassada à RBS pouco tempo depois, pois as instalações do canal eram precárias e a sociedade formada por cerca de 60 empresários joinvilenses poderia perder a concessão se não fizesse um contrato operacional com a TV Catarinense (Cruz, 1996).

Segundo Pereira (1992, p. 147), a TV Eldorado iniciou suas transmissões em 8 de janeiro de 1979, sendo, portanto, a terceira geradora em território catarinense. Era de propriedade do empresário Diomício Freitas, do ramo cerâmico, sendo vendida para Manoel Dillor de Freitas, em 1981, quando surge a Rede de Comunicações Eldorado (RCE). Ainda em 1979, passou a operar como retransmissora em Florianópolis e, aos poucos, foi atingindo as maiores cidades do estado. Desde a inauguração, a TV Eldorado foi afiliada da Rede Bandeirantes de Televisão (Pereira, 1992).

Com a falência da Rede Tupi, em 1980, a TV Cultura de Florianópolis passou a retransmitir o sinal da Rede de Emissoras Independentes (REI)¹. A partir de 1981, passa a retransmitir o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e, em 1982, é vendida a Freitas, o que motivou a criação da Rede de Comunicações Eldorado (RCE). Na época, a TV Cultura já havia sido adquirida pelo empresário Mário Petrelli, que a repassaria a Freitas (Cruz, 1996).

Em 10 de junho de 1980, segundo Pereira (1992), entrava em operação a TV Planalto, canal 10, de Lages, pertencente ao empresário Roberto Amaral. A emissora iniciou retransmitindo a TVS e seria considerada a primeira afiliada do SBT em todo o Brasil (Pereira, 1992). A emissora de Lages passou por várias transformações, virando o embrião do Sistema Catarinense de Comunicação (SCC) e tornando-se RedeTV Sul, a partir do ano 2000, como retransmissora da Rede TV, de São Paulo. Porém, retornaria ao SBT em 2008, sendo, até 2023, a única afiliada da rede de Silvio Santos no estado.

No mês de agosto de 1982, entrava no ar, em caráter experimental, a TV Barriga Verde, canal 9 de Florianópolis, terceira geradora da capital catarinense, tendo como principal acionista o empresário Mário Petrelli (Souza, C. A., 1999). A Barriga Verde iniciou retransmitindo parte da programação do SBT para o litoral catarinense, já que a cobertura da TV Planalto, de Lages, restringia-se ao planalto serrano. Dois anos depois, Petrelli transferiu suas ações em partes iguais de 12%, totalizando 48%, a Saul Brandalise, Saul Brandalise Jr., Flávio Brandalise e Ivan Oreste Bonato (Mattos, 1992). A partir de 1984, a TV Barriga Verde começou a retransmitir o sinal da Rede Manchete do Rio de Janeiro. Em 1992, passou a retransmitir o sinal da Rede Bandeirantes de São Paulo. A Barriga Verde mudou de nome para TVBV na década de 1990, e, na década seguinte, adotou o nome da cabeça de rede Band SC, mesmo sendo uma afiliada e não uma emissora própria da Rede Bandeirantes (Cruz, 1996). No dia 19 de dezembro de 2016, a emissora alterou seu nome para TV Catarina, mas retornou para TVBV cerca de um ano depois (Santos, 2019).

Em 23 de abril de 1982, em Chapecó, surgiria a primeira geradora do oeste de Santa Catarina: a TV Cultura, canal 12, retransmitindo o SBT, também de propriedade do empresário Mário Petrelli. Portanto, ainda em 1982, Petrelli possuía três emissoras, a TV Coligadas de Blumenau, a Barriga Verde de Florianópolis e a TV Cultura de Chapecó. Mas logo se desfez dos negócios. Em 1983, a estação da TV Cultura de Chapecó foi comprada pela RBS, tornando-se a quarta emissora da rede no estado (Cruz, 1996).

Em 2 de setembro de 1986, entrou no ar a TV Vale do Itajaí, canal 10 de Itajaí, no litoral norte, de propriedade do grupo RCE, que então totalizava três estações, também retransmitindo a Rede Bandeirantes (Santos, 2019). Em 1992, a RCE pôs no ar sua quarta e última emissora, a RCE TV Xanxerê, canal 3. A emissora passaria a ser geradora da Rede Record, de São Paulo, a partir de 1994 e, em 2008, começou a ser chamada de RIC Record Xanxerê. A partir de 2 de dezembro de 2019, foi renomeada de NDTV Record Xanxerê (Santos, 2019). Algo peculiar ocorreu com essa concessão a partir de 2021. A exemplo de outras situações semelhantes ocorridas no Brasil, como o Grupo ND precisava ter uma geradora em Criciúma, no sul do estado, e contava com duas emissoras situadas em cidades vizinhas (Chapecó e Xanxerê), a sede física da emissora de Xanxerê foi transferida para Criciúma, a quase 500 quilômetros de distância, enquanto a concessão permaneceu em Xanxerê (NDTV..., 2020). Ou seja, comercialmente, a solução foi desativar a emissora de Xanxerê e transferi-la para Criciúma. A legislação brasileira permite essa prática, mas

¹ A Rede de Emissoras Independentes surgiu em 1969, encabeçada pela TV Record, de São Paulo; TV Rio, do Rio de Janeiro, e TV Alvorada, de Brasília. Chegou a ser considerada a maior rede de televisão brasileira, maior que a Tupi e a Globo.

exige que a cidade-sede da concessão, ou seja, Xanxerê, receba o sinal dessa geradora. Na prática, por lei, a cidade de Xanxerê conta com dois sinais do Grupo ND, com a mesma programação nacional, embora com programações locais distintas: NDTV Chapecó e NDTV Criciúma.

De acordo com Carlos Alberto de Souza (1999), em 1991, a RCE não conseguiu sobreviver sozinha e transferiu parte de suas ações para as Organizações Martinez (Rede OM Brasil), do empresário José Carlos Martinez, de Curitiba, que detinha um projeto ambicioso, a construção de uma rede de televisão nacional gerada na capital paranaense, a Rede Organizações Martinez (OM Brasil). A Rede OM Brasil fracassou na audiência e no faturamento e tornou-se Central Nacional de Televisão (CNT), ainda com matriz em Curitiba, rede da qual as quatro emissoras que eram da RCE virariam retransmissoras até 1994.

Em 1994, a TV Cultura, canal 6 de Florianópolis; TV Xanxerê, canal 3 de Xanxerê; e TV Vale do Itajaí, canal 10 de Itajaí, passaram ao controle da Rede Record de Televisão. Na época, as geradoras de Florianópolis e Itajaí encontravam-se em avançado estado de sucateamento. A TV Eldorado, canal 9 de Criciúma, foi comprada pela RBS, tornando-se a quinta emissora da empresa gaúcha no estado. A TV Cultura, agora TV Record Florianópolis, funcionou com essa nomenclatura até 2008, quando passou a se chamar RecordNews, canal 6 de Florianópolis (Santos, 2019).

A TV O Estado, canal 4 de Florianópolis, foi a quarta emissora de televisão da capital catarinense, dos empresários Oriovisto Guimarães e José Matusalém Comelli, então proprietário do jornal *O Estado*. De acordo com Pereira (1992), Guimarães era amigo de Mário Petrelli e os dois já eram sócios em emissoras paranaenses. No início da década de 1990, Petrelli assumiria o controle da emissora. A TV entrou em operação em 1987, retransmitindo o SBT. A TV O Estado, permaneceu com essa nomenclatura até o final da década de 1980, quando, em sociedade com o empresário Roberto Amaral, de Lages, foi criado o Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), com três emissoras: TV Planalto de Lages, TV O Estado de Florianópolis e TV O Estado de Chapecó (detalhes sobre esse canal de televisão serão abordados mais à frente, neste artigo) (Pereira, 1992). O SCC passou a ser propriedade apenas de Amaral alguns anos depois.

Em 6 de junho de 1988, entraria no ar a TV Joaçaba (PEREIRA, 1992, p. 156), posteriormente chamada de TV Barriga Verde de Joaçaba e, anos mais tarde, TV Catarinense, canal 6. Na época, a família Brandalise, proprietária do grupo Perdigão, contava com duas emissoras de televisão (Florianópolis e Joaçaba) e sete emissoras de rádio. A geradora inicialmente retransmitia a Rede Manchete e, a partir da década de 1990, começou a retransmitir a Rede Bandeirantes para o oeste e planalto serrano, além do noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Em 1º de junho de 2005, a RBS adquiriu a geradora, que passou a se chamar RBS TV Centro-Oeste. Tratava-se da sexta e última geradora adquirida pela rede no estado. Alguns anos depois, a RBS TV Centro-Oeste passaria a gerar seus telejornais locais de Lages e não de Joaçaba, onde funcionava a sede da emissora. Apenas uma equipe de reportagem permanecia em Joaçaba, sede da concessionária. A partir de 2015, os programas jornalísticos voltaram a ser produzidos de Joaçaba (Santos, 2019).

Em 1989 foi inaugurada a TV O Estado, canal 10 de Chapecó, de propriedade do empresário Mário Petrelli, retransmitindo o SBT para a região oeste. Na década de 1990, esta emissora passou a se chamar SCC Chapecó, numa parceria com o empresário Roberto Amaral, dono do SCC de Lages (Cruz, 1996). Em 1º de dezembro de 2000, a emissora

mudou de nome para Rede SC Chapecó, quando a sociedade entre Petrelli e Amaral se desfez e, em 2008, foi renomeada para RIC TV Chapecó, retransmitindo a Rede Record. O objetivo na oportunidade era unificar as operações do grupo, que já era chamado de RIC, no Paraná. Em 1º de dezembro de 2000, entrou no ar a TV Cidade dos Príncipes, canal 8 de Joinville, pertencente ao empresário Mário Petrelli. Inicialmente retransmitindo o SBT, a emissora fazia parte da Rede SC. A partir de 1º de fevereiro de 2008, passou a se chamar RIC TV Joinville, retransmitindo a Rede Record, de São Paulo (Santos, 2019).

A TV Top, canal 9 de Blumenau, emissora da Rede SC, de Mário Petrelli, entrou no ar no ano 2000 (Santos, 2019). Até 2008, transmitia o SBT para o Vale do Itajaí. A partir daquele ano, começou a se chamar RIC TV Blumenau, retransmitindo a Rede Record. Uma reestruturação uniu as quatro emissoras de Mário Petrelli (Rede SC de Florianópolis, Joinville, Chapecó e Blumenau) e as três geradoras que eram de posse direta da Record de São Paulo (Record de Florianópolis, Itajaí e Xanxerê), até então em nome do bispo Honorilton Gonçalves, braço direito de Edir Macedo. Com isso, a Rede Record ampliou de três para seis emissoras no estado e a Record de Florianópolis (antiga TV Cultura, canal 6), virou RecordNews (Santos, 2019).

Desde 2 de dezembro de 2019, as seis emissoras do Grupo ND em Santa Catarina, afiliado da Record TV, passaram a ser chamadas de ND TV, em alusão ao jornal *Notícias do Dia*, do mesmo grupo, mas com o apelido de *Noite e Dia*, no *slogan* da campanha que executou a mudança de marca. (GRUPO RIC..., 2019). No entanto, as operações continuaram com a família Petrelli. O Grupo ND ficou sob o comando do empresário Marcelo Corrêa Petrelli, enquanto o Grupo RIC, no Paraná, ficou sob a presidência do irmão dele, Leonardo Petrelli. O patriarca da família e fundador do grupo, empresário Mário José Gonzaga Petrelli, morreu em 22 de abril de 2020, aos 84 anos de idade.

No dia 1º de agosto de 2008, entrou no ar o canal 13 analógico, prefixo ZYQ 663, que foi transformado posteriormente em 21.1 (digital). A TV Araucária, uma concessão comercial que iniciou com o comando do Grupo SCC, transmitia programação local. Entre 2015 e 2016, virou retransmissora da RedeTV. Em seguida, começou a retransmitir o sinal da Rede Gospel, pertencente à Igreja Renascer em Cristo, com sede em São Paulo (TV Araucária, 2017).

No dia 17 de fevereiro de 2011, entrou no ar a TV Primavera de Criciúma Ltda, ZYB 784, canal 12 analógico e, desde 9 de dezembro de 2013, no canal 12.1 no digital. Esta é uma concessão comercial de televisão pertencente à Igreja Internacional da Graça de Deus, do pastor R.R. Soares.

O cenário atual da televisão comercial catarinense está estabelecido da seguinte forma: a NSC possui seis geradoras de televisão (Florianópolis, Blumenau, Joinville, Chapecó, Joaçaba e Criciúma). Já a NDTV, anteriormente intitulada como RIC, da família Petrelli, dispõe de sete emissoras de televisão, seis afiliadas da Rede Record (Florianópolis, Chapecó, Blumenau, Itajaí, Joinville, Criciúma – esta última com concessão em Xanxerê) e uma da Record News (Florianópolis) e um jornal diário (*Notícias do Dia*, de Florianópolis). A TVBV (já intitulada como Band SC, TV Catarina, TV Barriga Verde) continua como propriedade do empresário Saul Brandalise. O Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), do empresário Roberto Amaral, possui uma concessão de televisão em Lages e um estúdio em Florianópolis, de onde gera telejornais (Santos, 2019). Existem ainda duas outras emissoras comerciais no Estado: a TV Primavera, de Criciúma, de propriedade do missionário R.R. Soares, de São Paulo; e a TV Araucária, de Lages, pertencente à Igreja Renascer, também de São Paulo.

Pode-se dizer que a maior reestruturação dos últimos anos na televisão de Santa Catarina foi a venda das operações da RBS para a NSC. No dia 7 de março de 2016, após 37 anos de operações da RBS em Santa Catarina, a família Sirotsky anunciou a venda das operações no estado. De uma vez só, seis geradoras de televisão, oito emissoras de rádio e quatro jornais foram repassados aos empresários Lírio Parisotto e Carlos Sanchez, por uma quantia não divulgada. Parisotto saiu da sociedade no ano seguinte. No dia 15 de agosto de 2017, as emissoras trocaram de nome para NSC (Santos, 2019).

4. AS EMISSORAS NÃO COMERCIAIS

Em 1980, o governo federal já havia concedido uma licença para instalação de uma geradora educativa em Florianópolis (Lopes, 2009). O Instituto Estadual de Educação chegou a fazer experiências fechadas de televisão com a intenção de preparar a instalação de um canal educativo na capital que entraria no projeto do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred) (Montero, 2004). Foi somente em 1992 que a Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa do Estado de Santa Catarina iniciou as operações da TV Caracol, canal 2, de Florianópolis, primeira concessão de televisão educativa em terras catarinenses. Durante um ano, o canal transmitiu a programação da TVE do Rio de Janeiro (Santos, 2019). Como o canal veiculava comerciais em seus intervalos, as demais televisões existentes em Florianópolis entraram em conflito com a TV Caracol, denunciando a prática da emissora dita educativa. Mas o fato que gerou o fechamento da emissora foram as denúncias contra o proprietário Douglas de Macedo Mesquita, então presidente da Telecomunicações de Santa Catarina (Telesc), a então companhia de telefonia estadual, de se utilizar de recursos da Telesc para fundar a emissora de televisão (Montero, 2004).

A Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho foi instituída apenas em 30 de março de 1994. Dessa vez, a sociedade florianopolitana organizava-se para colocar no ar seu canal educativo. A fundação de direito privado e sem fins lucrativos reunia 61 representantes, sendo 30 vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 30 vinculados à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e um, à Cinemateca Catarinense. Durante uma votação, os participantes da Fundação Jerônimo Coelho decidiram que o nome do novo canal seria Anhatomirim TV (Montero, 2004).

No dia 29 de dezembro de 1994 entrava no ar a Anhatomirim TV Educativa, retransmissora de televisão educativa, com solenidade presidida pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis (PFL), no Morro da Cruz. Tratava-se de uma emissora de caráter misto, retransmitindo parte da programação da TVE do Rio de Janeiro e parte da programação da TV Cultura de São Paulo. Até então, não havia condições de produzir conteúdo local. A partir de 1996, o então Ministério das Comunicações autorizava a Anhatomirim TV a alterar suas operações de retransmissora para geradora de televisão e, finalmente, o conteúdo local podia ser veiculado. De qualquer forma, há registros de que o primeiro programa local teria ido ao ar em 1995 (Montero, 2004).

A Anhatomirim TV Educativa permaneceu com esse nome até 1998, quando uma nova gestão decidiu pela troca por TV Cultura de Santa Catarina. A Fundação Jerônimo Coelho continuava sendo a mantenedora do canal, em parceria com a UFSC e a Udesc. Não há consenso entre os autores se a Rede Record teria dado autorização para a televisão educativa de Florianópolis alterar seu nome para TV Cultura ou se isso não foi necessário. O nome TV Cultura é pertencente oficialmente ao canal 6 de Florianópolis, segunda concessão de televisão implantada no estado, ainda em 1970, mas que já havia se

transformado ao longo do tempo em RCE, OM Brasil, TV Record e, por último, RecordNews.

Com a nova gestão iniciada em 1998 e a implantação de um conselho de programação, cerca de 12 programas locais passaram a ser produzidos em Florianópolis, com exceção de noticiários, além de pelo menos outros dez programas que foram inseridos na grade de programação até 2001 (Montero, 2004).

Não há clareza, entre os autores pesquisados, sobre a data exata em que a TV Cultura saiu do ar, por problemas financeiros. O atual diretor geral da TV UFSC, Felipe Jairo Laval, afirma que a TV Cultura saiu do ar em 2009, em razão de uma crise sem precedentes (Santos, 2019). Até sair do ar, a TV Cultura canal 2 continuou a ser mantida pela Fundação Jerônimo Coelho. A volta da televisão educativa a Florianópolis ocorreu sob a insígnia de UFSC TV, em 2 de maio de 2013, quando a universidade realizou testes de televisão digital no canal 63.1 e, em 18 de maio do mesmo ano, iniciou suas transmissões em caráter definitivo. Como a Universidade Federal de Santa Catarina já dispunha de um canal a cabo chamado UFSC TV, houve a decisão de unir os dois espaços, ou seja, a estrutura de uma TV aberta e pública com uma TV universitária de canal fechado. O objetivo era reduzir custos. Vários programas locais começaram a ser exibidos pela emissora, agora sob o nome TV UFSC, apenas no canal digital 63.1 (Santos, 2019).

A mais antiga das concessões não comerciais de televisão de Santa Catarina em funcionamento é a Furb TV, de Blumenau (Santos, 2019). A universidade assumiu, em 13 de setembro de 1994, o canal 13 de Blumenau, repetidora da TV Educativa do Rio de Janeiro, pertencente à época à Fundação Roquette-Pinto (FRP). A universidade assinou um termo de comodato com a FRP, no qual se responsabilizava pelos equipamentos de retransmissão instalados no Portal da Saxônia, um dos pontos mais altos da cidade de Blumenau. Em 29 de novembro de 1999, a Furb recebeu a concessão para operar como geradora de televisão aberta sem depender mais do regime misto, sob o prefixo ZYB 776. A emissora seguiu retransmitindo a TVE do Rio de Janeiro até 29 de novembro de 2007, quando a Rede Pública de Televisão (RPT) foi inaugurada durante o segundo mandato do presidente Lula. Dessa forma, o Conselho de Programação do Núcleo de TV da Furb autorizou a substituição da geradora cabeça de rede e passou a retransmitir o Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, em 2 de dezembro de 2007 (Santos, 2019). A Furb TV saiu do ar em 2018, quando da data limite para o desligamento do sinal analógico de televisão na cidade de Blumenau. Até o momento (2024), a emissora continua fora do ar, sem qualquer previsão de retorno.

Já na capital catarinense, existe uma geradora que funciona apenas como retransmissora de uma rede nacional de televisão. Assim é a TV Canção Nova, de Florianópolis, canal 22 UHF, prefixo ZYB 783, que também opera no canal digital 22.1 UHF. Na verdade, a Rede Canção Nova, com sede em Cachoeira Paulista (SP), possui retransmissora em Florianópolis desde 1998, mas a geradora foi inaugurada em 2006 (Santos, 2019). O próprio *site* da Rede Canção Nova afirma que a geradora foi adquirida, o que, para todos os efeitos, representa a compra de um canal de televisão ou pelo menos de sua concessão.

Há 16 anos a TV Canção Nova está na capital catarinense, quando foi adquirida uma retransmissora na cidade. Em 2006, com a aquisição de uma geradora, o sinal da emissora foi expandido, possibilitando a transmissão de sua programação pelo canal 23 para toda a região sul do país (Senne, 2014).

Lopes (2015) afirma tratar-se de um arrendamento da Fundação Educar Sul Brasil para a TV Canção Nova. Entramos em contato tanto com a TV Canção Nova de Florianópolis, quanto com a Rede Canção Nova, em Cachoeira Paulista (SP). A obtenção de informações desta emissora parece ser algo inconveniente, segundo Santos (2019, p. 182):

O assessor de imprensa da Fundação João Paulo II, mantenedora da Rede Canção Nova, Osvaldo Luiz Silva, limitou-se a dizer, em um primeiro contato com este pesquisador, que se tratava de uma geradora, mas que naquele momento não poderia atender ao pedido de entrevista. “No momento, a TV Canção Nova está passando por reestruturações internas. Infelizmente, não será possível atender sua solicitação”. No segundo contato, insistimos para que ele confirmasse se a geradora produzia conteúdo local, mas a resposta foi: “peço que entenda nossa limitação momentânea. Espero, no futuro, poder lhe prestar outros esclarecimentos”. Ou seja, ele confirmava que se tratava de uma geradora, mas não confirmava o segundo questionamento: se havia ou não programação local. No terceiro contato, ele confirmou que realmente não havia nenhuma geração de conteúdo local “momentaneamente”.

Ao contrário da TV Cultura, que transmitia a TVE do Rio de Janeiro, a TV UFSC, no canal fechado, manteve parceria com a TV Senac de São Paulo. Em 2013, o canal 2 VHF, então pertencente à TV Cultura, foi desativado. Em 18 de maio do mesmo ano, a Universidade Federal de Santa Catarina inaugurava a TV UFSC, canal terrestre aberto em sinal digital (63.1). A outorga do canal pertence à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mantenedora da TV Brasil, cabeça de rede da Rede Pública de Televisão, criada em 2007.

No dia 11 de março de 2002, o Diário Oficial da União publicava o decreto de outorga da concessão da Unisul TV para a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina, também mantenedora da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), com sede principal na cidade de Tubarão. O contrato com o então Ministério das Comunicações foi assinado em 3 de outubro de 2003 (Santos, 2019). De acordo com o diretor do canal, professor Ildo Silva da Silva (2017), todos os equipamentos da repetidora da TVE estavam sucateados e não tinham condições de utilização. (Santos, 2019). A emissora iniciou suas atividades em 29 de setembro de 2006 sob o prefixo ZYB 780, com seis repórteres em sua equipe de jornalismo. No dia seguinte foi ao ar o primeiro programa, um especial de 90 minutos com reportagens sobre a região Sul, sobre a Unisul e sobre a nova televisão (Santos, 2019).

Outra geradora não comercial de Santa Catarina, a ARTV, possui uma história bastante peculiar, se levarmos em consideração o cenário da mídia brasileira e as demais concessões não comerciais existentes em Santa Catarina. De acordo com informações constantes no *site* da emissora (que permanece no ar) sobre a história do canal, o fundador, Ataídes Redivo, montou uma empresa de filmagens no início da década de 1990, intitulada AR Vídeo Produções. Antes disso, foi vendedor, mestre de obras e chegou a montar uma construtora, a AR Empreiteira. Mas foi com a mudança de ramo para o setor do audiovisual que Redivo teve a ideia de montar um canal de televisão, mesmo sem condições financeiras para tal. Ele acessou o *site* do Ministério das Comunicações e fez a solicitação de um canal de televisão para Araranguá sem acreditar que isso pudesse ter algum resultado. Algum tempo mais tarde, foi surpreendido com uma correspondência que lhe informava sobre a concessão do canal 5. Redivo teria juntado os documentos necessários, criou a Fundação Angelo Redivo em homenagem a seu pai e solicitou ajuda do prefeito da época, Primo Menegalli (PSDB) (Santos, 2019).

A concessão do canal 5 VHF da cidade de Araranguá, no Vale do Araranguá, no extremo sul catarinense, com o prefixo ZYB 785, foi assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 23 de dezembro de 2001. Em 2002, a geradora entrava em operação retransmitindo a programação da TV Cultura de São Paulo. Desde 2011, no entanto, passou a retransmitir a TV Brasil, da Rede Pública de Televisão. Até janeiro de 2017, a ARTV operou normalmente com esse nome, até ser extinta e agregada à Unisul TV, como uma espécie de afiliada do canal de Tubarão. Percebe-se também que, em 2017, consistia em uma espécie de retransmissora não totalmente simultânea dos programas locais da Unisul TV (Santos, 2019).

Em janeiro de 2000, entrava no ar a TV Brasil Esperança, prefixo ZYB 775, canal 21 UHF, em Itajaí. Os estúdios do canal funcionam em um edifício da família Francelino, então proprietária de uma imobiliária na cidade, que funcionou até a década de 1990. O nome do canal faz alusão ao projeto social Brasil Esperança, iniciativa que surgiu em 1997, em Blumenau, e foi estendida a Itajaí por meio do Centro Evangelístico de Itajaí (CEI), atualmente intitulado Centro Evangelístico Integrado (CEI), uma igreja evangélica no bairro São Vicente, nas proximidades da sede da TV (Santos, 2019). Em 9 de março de 2004, começava a operar a segunda emissora de televisão ligada ao grupo, a TV Brasil Esperança, prefixo ZYB 781, canal 11 VHF de Joinville, exatamente no dia do aniversário da maior e mais populosa cidade catarinense (Santos, 2019).

A família Gonçalves, de Rio do Sul, anteriormente proprietária de duas emissoras de rádio, inaugurou a primeira geradora de televisão do Alto Vale do Itajaí, em 7 de dezembro de 1988. Trata-se da Rede Bela Aliança (RBA), ZYB 774, canal 7, retransmissora primeiramente da TVE do Rio de Janeiro e da Sesc TV, a partir da década de 2000. Os diretores da Rede Bela Aliança são os filhos de Osny e Iolanda, Renne Gonçalves e Rubens Gonçalves. São os nomes dos dois que estão no cadastro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações como detentores da televisão (Santos, 2019).

A única geradora de televisão aberta do município de Balneário Camboriú é uma concessão educativa, a TV Litoral Panorama, prefixo ZYB 778, canal 11 VHF, pertencente à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan (Furpan), que leva o nome do pai do ex-secretário de Estado do Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, ex-governador, ex-senador e ex-prefeito Leonel Pavan. A Furpan foi criada em 21 de dezembro de 1998. A concessão foi obtida em 4 de fevereiro de 2002 e o canal de televisão entrou em operação em 5 de junho de 2004. Desde sua implantação, a TV Litoral Panorama é afiliada da TV Cultura de São Paulo. A partir de 2021, o canal passou a se chamar TVC Panorama (Santos, 2019).

Em 11 de dezembro de 2013, entrou no ar o canal 61, em Florianópolis e, com ele, a programação da TV AL, pertencente à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Não há concessão própria para este canal. Trata-se de um acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados, para fazer uso de um dos quatro canais da multiprogramação da televisão digital. O sinal da TV AL, anteriormente, era sintonizado apenas nas televisões a cabo de Santa Catarina. Desta forma, a TV AL utiliza uma das frequências juntamente com a TV Câmara e TV Senado de Brasília, além da TV da Câmara de Vereadores de Florianópolis (TV da Assembleia, 2013).

Em 15 de maio de 2024, entrou no ar em caráter definitivo a Univali FM, ZYQ 661, canal 18.1, em sinal digital, pertencente à Fundação Universidade do Vale do Itajaí. Trata-se de uma geradora educativa afiliada ao Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho. A Univali TV, em canal aberto, deu lugar à TV Univali, emissora em canal fechado existente desde o

ano 2000 (Ramos, 2024). Até o momento, está é a última geradora a entrar no ar no Estado de Santa Catarina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou de descrever a história dos canais de televisão de Santa Catarina. Percebe-se a grande quantidade de troca de acionistas e de cabeças de rede em se tratando de tão poucos canais de televisão ao longo desses 50 anos de televisão no estado. Conclui-se que Santa Catarina mantém concentração de propriedade de mídia, com apenas dois grupos detentores da maior parte das emissoras comerciais do estado, entre as 28 geradoras de televisão. Esse quadro é um reflexo do que ocorre em todo o Brasil, pois, das 17 concessões de televisão comerciais em operação, 13 delas estão sob o controle de dois grupos: NSC (Globo) e NDTV (Record). Tal concentração reflete pouco espaço para a programação estadual e, principalmente, local e a falta de pluralidade na programação das geradoras. A concentração também se dá sob o aspecto geográfico no estado, já que apenas quatro emissoras estão situadas fora da área litorânea ou nas proximidades do litoral catarinense, embora o estado possua 295 municípios.

Embora tenham ocorrido trocas de comando, é possível afirmar que os dois principais grupos de comunicação de Santa Catarina, NSC e ND, dominam a comunicação televisiva desde a década de 1980, quando seus conglomerados se estabeleceram, mesmo em situações diferentes, como no caso da família Petrelli, atual proprietária da NDTV, mas que já esteve no comando de quase a totalidade das emissoras comerciais do estado. No caso da NSC, embora esse grupo tenha substituído a RBS em Santa Catarina a partir de 2016, quando tomou o controle acionário das emissoras, trata-se das mesmas seis emissoras de televisão anteriormente pertencentes à família Sirotsky e sob a retaguarda da Rede Globo de Televisão.

Já as televisões não comerciais, que poderiam ser alternativas a esse cenário, estão concentradas em cidades que possuem emissoras comerciais (duas em Florianópolis, uma em Itajaí, uma em Joinville, uma em Blumenau), além das emissoras de Balneário Camboriú, Araranguá, Rio do Sul e Tubarão, somando onze emissoras. A má distribuição entre os 295 municípios do estado é evidente, além de serem controladas por igrejas (TV Brasil Esperança de Itajaí e Joinville e TV Canção Nova de Florianópolis), universidades comunitárias (Unisul e Furb), grupos comerciais como a família Gonçalves, de Rio do Sul (TV Bela Aliança), e grupos políticos como a família Pavan (TV Litoral Panorama).

REFERÊNCIAS

- [1] CAVENAGHI, Beatriz; EMERIM, Cárlica. Os primórdios da televisão em Santa Catarina: mercado e produtos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 3, n. 1, jan./jun./2014. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed05/artigos/05.pdf>. Acesso em: 02 abr 2016.
- [2] CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1996.
- [3] GRUPO RIC agora é Grupo ND. 02 Portal ND Mais. Online. 02 Dez. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/tv/grupo-ric-agora-e-grupo-nd-confira-os-detalhes-dessa-mudanca/> Acesso em: 23 Abr. 2023.
- [4] LOPES, Ivonete da Silva. **TV Brasil e a construção da rede nacional de televisão pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- [5] LOPES, Ivonete da Silva. **TV Educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses**.

Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Comunicação e da Informação de Comunicação e da Cultura, v. 11, n. 1, jan./abr. 2009. Disponível em:

<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/157>. Acesso em: 18 jun. 2016.

[6] MATTOS, Sérgio Ferreira de. **TV Barriga Verde de Florianópolis**: estudo de caso no período 1984/87. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: Acesso em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76827> Acesso em: 23 Abr. 2023.

[7] MONTERO, Ana Carine García. **Antena pública**: as possibilidades educativas da TV Cultura de Santa Catarina. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86853>. Acesso em: 15 jun. 2016.

[8] NDTV Criciúma tem data de estreia definida; NSC TV contra-ataca. SulBRTV Online. 25 Out. 2020. Disponível em: <http://www.sulbrtv.com/2020/10/ndtv-criciuma-comeca-sair-do-papel-nsc.html> Acesso em: 23 Abr. 2023.

[9] PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli; FCC edições, 1992.

[10] RAMOS, Roberta. Homenagens marcam a solenidade de abertura do sinal da Univali TV. Portal Univali. 16 Mai. 2024. Disponível em: <https://www.univali.br/noticias/Paginas/homenagens-marcam-a-solenidade-de-abertura-do-sinal-da-univali-tv.aspx> Acesso em: 11 Jul. 2024.

[11] SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos. **A TV pública não pública**: as televisões não comerciais no Brasil. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2019.

[12] SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos. **TV Educativa no Vale do Itajaí**: o caso da TV Brasil Esperança. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Palhoça (SC). 8-10 de Maio 2014. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0708-1.pdf> Acesso em: 23 Abr. 2023.

[13] SENNE, Larissa. Canção Nova Florianópolis, desde 1998 gerando evangelização. **Canção Nova**. 9 dez. 2014. Site da Rede. Disponível em: <http://tv.cancaonova.com/tv-digital/cancao-nova-florianopolis-desde-1998-gerando-evangelizacao/> Acesso em: 3 abr. 2017.

[14] SEVERO, Antunes. GOMES, Marco Aurélio. **Memória da radiodifusão catarinense**. Florianópolis: Insular, 2009.

[15] SOUZA, Carlos Alberto de. **O fundo do espelho é outro**: quem liga a RBS liga a Globo. Itajaí: Ed. Univali, 1999.

[16] SOUZA, Zair Aníbal de. **Imagens de uma conquista**: por detrás das câmeras da TV Coligadas. Blumenau: Nova Letra, 2007.

[17] TV ARAUCÁRIA pode voltar. Portal Milton Barão. Online. 25 Jan. 2017. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180221051002/https://miltonbarao.com.br/2017/01/25/tv-araucaria-pode-voltar/> Acesso em 11 Jul. 2024.

[18] TV DA ASSEMBLEIA Legislativa começa a transmitir em sinal digital aberto a partir do dia 11. Acontecendo Aqui. Online. 6 Dez. 2013. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/comunicacao/tv-da-assembleia-legislativa-comeca-transmitir-em-sinal-digital-aberto-partir-do-dia-11/> Acesso em: 11 Jul. 2024.

Capítulo 5

A Espiral do Silêncio revisitada: pensando os efeitos gregários da mídia sobre o indivíduo

Abigail Emanuely Reis Ferreira

Luís Francisco Munaro

Octavio Gasparini Júnior

Resumo: Este artigo busca enriquecer o debate sobre a opinião pública pela via de questões concernentes ao “isolamento social” e à “independência intelectual” na era da comunicação de massas e da descrença na democracia. Se o isolamento é a situação em que o indivíduo se vê só, de forma involuntária, a independência intelectual é a situação em que o indivíduo decide ser só e, sendo só, paga o preço pela sua posição independente. Este artigo percorrerá algumas das abordagens sobre opinião pública e as vertentes de estudos de psicologia intituladas “*groupthink*”, que demonstram a tendência inevitável da conformação do indivíduo ao pensamento de grupo. Encaminhando esta discussão para o terreno da opinião pública, dará especial destaque para a noção de “opinião pública” formulada por Walter Lippman em 1922 e a teoria da “Espiral do Silêncio” publicada em 1972 por Elizabeth Noelle Neuman. Através da articulação de conceitos, busca construir uma reflexão concernente ao domínio da opinião pública exercido pelos meios de comunicação de massa a partir dos estereótipos e, por outro lado, intuir sobre as formas de ação do indivíduo independente, a que se chamará de “intelectual”, diante da pressão grupal.

Palavras-chave: *groupthink*, Espiral do Silêncio, opinião pública, estereótipos, independência intelectual.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo constitui uma breve reflexão sobre o extenso debate concernente aos meios de comunicação e sua permanente influência cultural, tentando vislumbrá-lo pela via do isolamento social e da independência intelectual. Se o isolamento é a situação em que o indivíduo se vê só, de forma involuntária, a independência intelectual é a situação em que o indivíduo decide ser só e, sendo só, paga o preço pela sua posição independente. A tensão entre o isolamento e o pertencimento foi abordada por uma série de estudos, inclusive experimentais, que buscaram testar a capacidade de o indivíduo se manter distante da opinião pública. Alguns destes estudos que merecem particular destaque são aqueles formulados por Walter Lippman em 1922 e a teoria da “espiral do silêncio” publicada em 1972 por Elizabeth Noelle Neuman. Examinando-os, buscaremos encadear uma breve reflexão relativa ao fenômeno da poderosa influência social exercida pelos meios de comunicação de massa a partir dos estereótipos políticos e morais.

Em sua reflexão sobre a “opinião pública”, Walter Lippman discutiu como as crenças e opiniões podem ser imprecisas e contraditórias com relação à realidade, ancorando-se em “pseudoambientes” produzidos pelos meios de comunicação. “Não é o homem que tem uma ideia, é a ideia que tem o homem” é um dos pontos centrais da sua conceituação dos estereótipos. Estes seriam “pontos de referência, arquétipos, clichês, que permitiriam ao indivíduo navegar no oceano das informações, sem mergulhar na voragem do caos” (Lippman, 2010, p. 30). Em outras palavras, os estereótipos são uma forma de simplificar a complexidade do mundo, oferecendo uma visão pré-concebida sobre as coisas e as pessoas. Trata-se de viabilizar o mundo despiando-o de sua aparência desordenada, produzindo aquilo mesmo que se chamaria de “senso comum”, um conjunto de crenças e elementos culturais que tornam a vida tão natural quanto seria a água para o peixe. Na linguagem utilizada por Eric Voegelin, um pseudoambiente poderia ser identificado como um “cosmion” (2009), uma ordem construída a partir de símbolos que permitem ao indivíduo se orientar em meio ao universo social. Estes símbolos podem ser construídos a partir de inúmeras formas de interação, tendo sido dramaticamente afetados, durante a modernidade, pelos meios de comunicação de massa que passaram a estar subjacentes à ordem, quer dizer, a fornecer uma bússola para o homem comum, servir-lhe de “prece matutina” na sugestão de Hegel. Se, numa comunidade tradicional medieval, o badalar dos sinos marcava a lenta passagem do tempo e o início dos ritos coletivos, na modernidade é a data no alto jornal que faz todo um corpo de leitores ingressarem num mesmo ritual de leitura, no interior de uma comunidade anônima imaginada.

No que concerne aos meios de comunicação de massa, a onipresença dos estereótipos pode levar a um afastamento coletivo da realidade, quer dizer, à criação de imagens distorcidas daquilo que se pretende retratar mesmo que em linguagem jornalística. A opinião pública não é uma entidade objetiva, que existe por si só, mas sim uma construção social resultante da interação entre as pessoas e as informações disponíveis em determinado momento e que podem ser intencionalmente escassas. Para a sua orientação no mundo concreto, os indivíduos são intimamente dependentes das generalizações simplificadoras, sendo a manipulação dos estereótipos também a manipulação do senso comum, que diz respeito a como o indivíduo age, como vê o mundo e como se *identifica*. Identificar-se é também compartilhar uma memória, narrar a si mesmo a partir de um conjunto de elementos comuns ao grupo do qual se faz parte. Assim, a memória em comum leva a um sentimento de integração que, por sua vez, leva à ação concreta. É por este motivo que a falsificação da memória tem sido um tema recorrente nas disputas políticas entre grupos.

A manipulação da memória e, mais genericamente, do senso comum, é um tema bastante debatido desde pelo menos Antonio Gramsci e seus famosos cadernos do cárcere, onde sugeriu que os intelectuais orgânicos, aqueles ligados à causa revolucionária, deveriam se engajar na transformação molecular da cultura para reconstruir o senso comum dos indivíduos, preparando-lhes, numa “guerra de posições”, para o socialismo iminente (1968). As noções de Gramsci foram bastante impressionadas pela ascensão do fascismo na Itália e pelo marxismo soviético, mas guardam uma verdade elementar: os intelectuais tomam parte ativa na “preparação” do terreno cultural. De uma forma geral, como tematizado pelos autores marxistas, sobretudo a tradição que remonta à Escola de Frankfurt, a partir da modernidade a mídia passou a desempenhar um papel fundamental na formação da opinião pública e dos estereótipos a ela inerentes, tornando-se mesmo hegemônica após os anos da revolução industrial, fenômeno denominado por Jurgen Habermas como “feudalismo industrial” (Habermas, 2014). Evidentemente, a mídia não é a única fonte de estereótipos. Eles também são criados e perpetuados por meio de uma enorme quantidade de relações sociais, podendo-se dizer que se reforçam pela falta de contato e de diálogo entre os diferentes grupos. Na leitura marxista, em crescente isolamento uns dos outros, os indivíduos se tornam mais e mais dependentes dos estereótipos fornecidos pela indústria cultural para a sua orientação cultural concreta, para a formação de seu senso comum (Adorno e Horkheimer, 1985). Apesar dos inúmeros diagnósticos equivocados, exagerados ou mesmo apocalípticos da Escola de Frankfurt, aquele referente à atomização do indivíduo parece ter se revelado incrivelmente bem-sucedido, sobretudo em tempos de redes sociais digitais e conexões instantâneas. O receio de isolamento parece afetar o participante das redes sociais da mesma forma como afetava os camponeses que, em seu modo de vida tribal, evitavam isolar-se ou alienar-se do grupo em que viviam, sob a pena constante de serem recebidos com a exclusão social. Crescentemente atomizados (antes nas televisões) em frente aos dispositivos móveis, os indivíduos tornam-se mais e mais semelhantes uns aos outros.

Sendo os estereótipos fundamentais para escolhas e deliberações coletivas, também moldam a identidade coletiva na qual ingressamos e, com ela, todo um conjunto de crenças socialmente estabelecidas. Noutras palavras, o estereótipo social é um “convite à ação”, já que impele o indivíduo numa ou noutra direção. Através deles os indivíduos ingressam num processo de consenso fabricado, consenso que permite que eles deslizem pela vida em uniformidade relativa. Evidentemente, o consenso fabricado em torno de determinadas opiniões raramente é o resultado do debate de indivíduos com opiniões diferentes que buscam alcançar uma compreensão mais próxima da realidade, no que a sugestão do mesmo Jurgen Habermas sobre o seu famoso “agir comunicativo” parece guardar muito do velho idealismo alemão. Pelo contrário, o consenso pode ser influenciado por fatores como a liderança de determinados indivíduos ou grupos e a forte presença dos estereótipos, quer dizer, naquilo que já se tornou um lugar comum afirmar, o consenso pode ser e constantemente é um efeito do poder exercido por uns indivíduos sobre os outros.

Ajudando a dimensionar o indivíduo diante do grupo, o papel da opinião pública, o risco de isolamento e os estereótipos, estão os estudos concernentes ao “Efeito Groupthink”, conceito que foi estudado pela primeira vez pelo psicólogo social Irving Janis na década de 1970 (Janis, 1991). O predomínio do Groupthink ocorre quando os integrantes de um grupo, em busca de harmonia e coesão, evitam o conflito e a divergência de opiniões. Os membros do grupo tendem a suprimir suas dúvidas e preocupações legítimas para manter a aparência de concordância e evitar a “dissonância cognitiva”. Uma vez tendo tomado

decisões erradas baseadas em equívocos, os indivíduos tendem a “confabular”, a adotar arrazoados de ideias que justificam suas crenças já expressadas (Tosi e Warmke, 2021, p. 47), e poderão fazê-lo, conforme a sua inteligência, com notável desenvoltura (e, sem dúvidas, caminhões de livros poderão ser escritos para justificar a adoção de uma premissa equivocada). Noutras pesquisas recentes que concernem ao mesmo fenômeno, o sociólogo Robb Wiler sugeriu, a partir de experiências degustativas, que as pessoas não apenas adotam crenças equivocadas pela pressão grupal, mas se tornam defensoras fervorosas destas mesmas ideias equivocadas pelo simples motivo de julgarem uma “opinião geral”. Pior ainda, muitas vezes estes indivíduos punitivos sabiam que suas crenças eram equivocadas e mesmo assim as defendiam ferozmente! (Tosi e Warmke, 2021, p. 68).

O condicionamento que as pessoas recebem do grupo, dos estereótipos e da construção da opinião pública foi magnificamente bem compreendido pela teoria da “Espiral do Silêncio”, elaborada por Elisabeth Noelle-Neumann em 1977. Sua obra descreve como a pressão social e o medo de isolamento levam as pessoas a suprimirem opiniões impopulares e a aderirem à opinião majoritária para evitar o ostracismo social. Esta espiral pode resultar em uma aparência de consenso, onde as opiniões minoritárias são silenciadas e as opiniões majoritárias são amplificadas, levando a uma distorção da realidade e à supressão do pensamento independente. Pode-se notar que, tanto o efeito do Groupthink como a Espiral do Silêncio têm em comum a tendência de conformidade social e a supressão dos desvios, o que, correlacionado com os experimentos sociais dos tipos mais diversos, nos levam a perceber que o pertencimento grupal e a opinião pública são capazes de limitar drasticamente na mente do indivíduo a própria percepção da realidade, atuando como uma feroz fonte de conformidade.

O silêncio público cria a ilusão de que a opinião majoritariamente veiculada é a única opinião aceitável, a realidade em si mesma, o que leva a uma espiral em que as opiniões minoritárias se tornam cada vez mais distantes de uma verbalização possível. A pressão social para se conformar à opinião majoritária pode ser tão inequívoca que as pessoas são capazes de internalizar estereótipos e opiniões como seus próprios, levando à supressão de suas crenças e mesmo de sua relação individual com a realidade. Por outro lado, essa mesma pressão leva as pessoas a constantemente reafirmarem determinadas posições, ainda que duvidosas e equivocadas, para se colocarem no interior da opinião majoritária, fenômeno identificado mais recentemente, na era das redes sociais digitais, como “grandstanding” (Tosi e Warmke, 2021). O “grandstanding” pode ser entendido como a verbalização moral: para demonstrar ao grupo a posse de determinadas crenças consideradas moralmente superiores, ainda que sobre temas sobre os quais não se possa chegar à conclusão definitiva alguma, os indivíduos apressam-se a expressar crenças conformes aos estereótipos do que pode e deve ser dito. Este fenômeno pode ser tranquilamente percebido desde a arraia miúda até os elementos mais destacados da indústria cultural. Durante o apogeu do pensamento iluminista, por exemplo, entre os intelectuais a afetação de maneiras liberais era uma condição precípua de pertencimento social (Munaro, 2013). No caso da imprensa interiorana brasileira, durante o seu processo de consolidação, o pertencimento à civilização era afirmado por meio da escrita artificiosa, em que o jornalista buscava repetir as fórmulas de escrita consagradas e assim pertencer ao todo nacional em construção (Munaro, 2017). Sua ambição era mais parecer com os jornalistas das grandes cidades e ser por eles ouvidos do que transmitir qualquer coisa relacionada à verdade jornalística. Sentir-se integrante, portanto, era o que efetivamente movia estes escritores de folhas periódicas interioranas.

Noutro estudo bastante sugestivo sobre os efeitos do isolamento social, Ethan Kross investigou a neurofisiologia do cérebro do indivíduo rejeitado (chamar-se-ia hoje de “cancelado”), constatando que a autopercepção de rejeição afeta áreas do sistema nervoso associadas à dor física (2011). A teoria se baseia em estudos de neuroimagem e experiências psicológicas para entender como a dor social é processada pelo cérebro. O autor demonstrou que o cérebro reage de maneira semelhante à rejeição social e à dor física, quer dizer, a dor do isolamento social tem uma base biológica, reforçando a noção de que a dor emocional é uma experiência real e tangível que impele o indivíduo num nível inconsciente para a concordância social. Ou seja, conforma-se para evitar a dor. Ao elaborar uma extensa revisão bibliográfica de estudos baseados em ressonância magnética funcional (fMRI), Leonard Mlodinow sugeriu que a relação entre dor social e dor física ilustra os vínculos entre nossas emoções e os processos psicológicos do corpo, quer dizer, “a rejeição social não é apenas uma dor emocional que afeta o ser físico, as relações sociais são tão importantes para os seres humanos que a falta de ligações sociais constitui o principal fator de risco para a saúde” (Mlodinow, 2013, p. 101). Esses elementos parecem fornecer uma constatação empírica para as associações entre o suicídio e a anomia ou ausência de integração social apresentados ainda no século XIX por Emile Durkheim. De forma mais específica, sugere Mlodinow, “os cientistas descobriram que a dor social está associada a uma estrutura do cérebro chamada córtex cingulado anterior – a mesma estrutura envolvida no componente emocional da dor física” (Ibid., p. 99).

Como vimos, para evitar a dor e se integrarem em grupos, indivíduos estão dispostos a renunciar à sua própria percepção da realidade, mesmo quando esta é inequivocamente verdadeira. Quando as vozes dissonantes são silenciadas e as ideias contrárias são rejeitadas sem consideração, recebendo rótulos que exageram o seu potencial ofensivo, o grupo pode cair em um estado perigoso de conformidade cega com as suas próprias normas. Poder-se-ia, num nível sugestivo, supor também que tais convicções, ao invés de, impelidas para as sombras, simplesmente sumirem, acabam aflorando em irrupções de tempos em tempos e mesmo vindo a tornar-se correntes políticas competitivas. É o caso, por exemplo, da pauta anti-imigração na Europa que, constantemente relegada ao subúrbio dos pensamentos indigestos, aflorou, nas últimas eleições para o parlamento europeu em 2024, como um “grito do trabalhador comum”. Em qualquer destes casos, seja no silenciamento involuntário, seja na irrupção do recalcado, a sabedoria coletiva é comprometida, as falhas são ignoradas e decisões precipitadas são tomadas sem qualquer escrutínio.

De forma similar aos estudos de Groupthink, Elizabeth Noelle-Neuman argumenta que o medo do isolamento social é inerente à natureza humana e tem uma influência profunda na formação da opinião pública. As pessoas têm um instinto de proteção de sua imagem social e buscam se alinhar com as opiniões populares para evitar a censura social e, conseqüentemente, a dor. Sua teoria é ilustrada por exemplos práticos em várias esferas da sociedade. Na política, por exemplo, a espiral do silêncio pode explicar por que as pessoas podem votar em candidatos populares ou que estão vencendo mesmo que não concordem com suas políticas (a expressão “efeito manada”, surgida no mercado financeiro, também dá conta destas tendências). No contexto social, a espiral do silêncio pode ser observada em situações como discussões em grupos ou em redes sociais digitais: pessoas que têm opiniões minoritárias se sentem intimidadas em expressá-las, com medo de serem julgadas, ridicularizadas ou isoladas pelos outros. Isso pode levar à supressão das opiniões individuais e à conformidade com a opinião majoritária, criando uma “espiral

do silêncio” ou, então, a famosa bolha social. Quer dizer, sempre que se fala, se fala buscando enaltecer as próprias virtudes com o objetivo precípuo de obter a aprovação dos elementos do mesmo grupo de opinião e nunca em desafio a eles.

Sobre o destacado papel dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública, Noelle-Neuman argumenta que eles são cruciais na criação de uma “narrativa” (palavra desgastada, mas ainda assim fundamental) dominante e na amplificação de certas opiniões, enquanto silenciam ou marginalizam opiniões impopulares, mesmo que verdadeiras, ainda que o façam de forma extremamente sutil. Thomas Sowell lembra que a primeira coisa que um homem fará por seus ideais é mentir, o que é feito não apenas através da falsidade evidente, mas da “manipulação”: “isso é feito, por exemplo, ao se registrar apenas e seletivamente os fatos e as amostras atípicos, suprimindo todos os outros fatos inconvenientes ou filtrando significados e termos” (Sowell, 2011, p. 190). No centro deste fenômeno reside a pressão social implacável que pode sufocar a originalidade e a autenticidade do pensamento individual em sua relação com a realidade. Quando as vozes dissonantes são silenciadas e ideias contrárias são rejeitadas sem consideração, recebendo rótulos que exageram o seu potencial ofensivo, os grupos podem cair em um estado perigoso de conformidade cega com as suas próprias normas. Nesse estado, a sabedoria coletiva é comprometida, as falhas são ignoradas e decisões precipitadas são tomadas sem qualquer escrutínio.

As constatações relativas ao “Efeito Groupthink” nos mostram a importância em reconhecer o pensamento “crítico”, a diversidade de perspectivas e a coragem em desafiar o consenso do grupo – ou, mais precisamente, a liberdade do outro em divergir frontalmente da própria opinião. É um lembrete contundente de que a conformidade cega pode ter consequências graves e duradouras. A expressão “crítica” tem sido associada à noção marxista da luta de classes e, com Adorno e sua dialética negativa, a uma rejeição radical das conquistas da razão moderna. Crítica, contudo, trata do juízo sobre ideias ou obras, o discernimento do bom com relação ao ruim, do verdadeiro com relação ao falso, sendo ela mesma uma faculdade da razão. Não é incomum ouvirmos que aqueles que se encontram presos ao fluxo da opinião pública estão alienados ou são manipulados. Ou seja, eles perdem sua capacidade de discernimento, sua razão, tornando-se assim acríticos.

No caso da mídia, a exposição de estereótipos por meio de indivíduos que gozam de alta reputação (“poder simbólico”, para usar outra expressão surrada) exerce reconhecida capacidade de afetar a opinião pública e deixar, por assim dizer, os indivíduos conformados: uma celebridade dizendo uma fragorosa mentira tem mais capacidade de convencer do que um simples mortal enunciando uma verdade indiscutível. O “politicamente correto”, neste sentido, é aquilo que é aceito dentro dos limites da opinião pública, espaço de constante luta pelo poder de determinar o que deve ser considerado senso comum. Por sua própria dinâmica de funcionamento, ele vai se tornando um espaço crescentemente acrítico de consensos fabricados, axiomas intocáveis, um senso comum que, ao ser posto em questionamento, gera estridente indignação.

O cenário social descrito acima parece restar, assim, um tanto sombrio e sua reflexão resultou em variadas obras, nos mais variados espectros políticos e ideológicos, que questionam a hegemonia assumida por um pequeno grupo de meios de comunicação de massa (e, mais recentemente, pelas afamadas *big techs*) e, conseqüentemente, seu poder de construir estereótipos e o próprio senso comum. Um dos mais famosos críticos da sociedade de massa, José Ortega y Gasset, em sua obra de 1929 intitulada “Rebelião das Massas”, sugere que a massificação ocorre através da busca incessante de igualdade e

conformismo. As massas se tornam guiadas por suas paixões e impulsos, seguindo líderes carismáticos e aderindo ideologias simplificadoras, os “ópios intelectuais”. Elas são carentes de originalidade, individualidade e senso crítico, submergindo em uma cultura de consumo superficial e imediatista (Ortega y Gasset, 1962). O pensamento seria não apenas um produto da mente individual, mas também uma manifestação da cultura e sociedade em que a pessoa está inserida e da qual deve manter constante distanciamento para poder refleti-la em perspectiva histórica. Daí Ortega y Gasset enfatizar a importância da liberdade de pensamento e a necessidade de cada indivíduo se colocar em perspectiva diante das suas próprias crenças e ideias, questionando-as constantemente e almejando, como ideal, o alcance da realidade.

Outro pensador que estendeu a compreensão sobre a diluição do indivíduo no interior da massa, Roger Scruton, parte do pressuposto de que os seres humanos possuem uma natureza tribal enraizada no seu passado ancestral. Essa herança tribal teria sido responsável por muitos aspectos da vida em sociedade, tanto positivos quanto negativos. Ou seja, os seres humanos têm uma inclinação natural para se agrupar em tribos, formando comunidades baseadas em identidades compartilhadas como etnia, religião, cultura ou nacionalidade. Essas tribos têm suas próprias normas, valores e rituais, que funcionam como elementos de coesão social (Scruton, 2018). O autor aponta que essa necessidade de pertencimento a uma tribo pode ter aspectos positivos, como a construção de laços sociais, a proteção contra ameaças externas e a promoção de uma identidade cultural única, quanto aspectos negativos, como a tendência à exclusão de outras tribos, a propensão à violência intertribal e a resistência à mudança propositiva. Uma das principais teses do autor sugere que, apesar dos benefícios da identidade tribal no fornecimento de segurança coletiva, ela pode levar a uma visão distorcida do mundo e à discriminação de grupos considerados divergentes. Através do equilíbrio da identidade tribal com uma visão mais ampla da humanidade como um todo é possível valorizar as tradições e identidades culturais sem cair na armadilha do tribalismo excessivo, quer dizer, do “identitarismo” que tudo reduz ao pensamento de grupo.

Roger Scruton destaca que a falácia do “nascido livre”, da “tábula rasa”, resulta em uma compreensão distorcida da liberdade, levando a uma busca excessiva por autonomia individual sem considerar as responsabilidades e obrigações que acompanham a vida em sociedade. Essa concepção equivocada de liberdade conduz ao individualismo exacerbado ou à falta de compromisso com o bem comum; destarte, a verdadeira liberdade não é encontrada na ausência de limites ou restrições, mas sim na adesão voluntária a um conjunto de regras e princípios que possibilitam a vida em comunidade (Ibid), daí a importância das instituições intermediárias como a família, a comunidade local e as tradições culturais. A busca obstinada pela liberdade individual pode levar a uma perda de sentido e propósito, resultando em uma sociedade “desenraizada” que, em rompimento com as suas tradições constitutivas, se torna obtusa diante de si mesma. A verdadeira liberdade estaria assim ligada à responsabilidade, à lealdade e à comunidade, sendo a renúncia a algumas liberdades individuais em prol do bem comum o componente imanente de qualquer civilização.

Se, por um lado, temos um cenário marcado por forte hegemonia cultural, bem como pelos paquidérmicos componentes da mídia da massa na vida dos indivíduos para além das fronteiras nacionais, por outros temos como manifesta a importância da opinião pública para a vida nas democracias modernas (que, como sabido, abarcam em torno de 45% da população mundial segundo dados de 2022, (EIU, 2022). É no terreno da opinião pública que os cidadãos no mundo ocidental expressam suas opiniões, debatem questões públicas

e influenciam as decisões políticas. Opinião pública se torna, assim, indissociável de democracia, pelo menos nesta parte ocidental do mundo. E, no que concerne à configuração da democracia, considerações de cunho normativo parecem se tornar inevitáveis, posto que se trata não apenas de uma arquitetura jurídica, mas um ideal de sociedade que se vai configurando através da participação coletiva, do desenvolvimento de virtudes cívicas baseadas no diálogo e na pertença a tradições em comum. Para que a opinião pública funcione ativando os elementos propositivos da democracia, é necessário que haja informações precisas e relevantes, bem como indivíduos capazes de agir com verdadeira independência intelectual para buscar tais informações, expô-las ao escrutínio público e comentá-las mesmo quando são inconvenientes. Na afirmação de Eugenio Bucci, “a democracia depende da verdade factual” (2019). Ao se reunir uma quantidade suficiente de dados e analisá-los de forma criteriosa, é possível chegar a uma compreensão mais próxima da realidade, o que só pode ser feito através da liberdade intelectual na qual, fatalmente, o indivíduo se verá distante de um ou outro grupo. Expor uma verdade inconveniente sempre produz ódio ao mensageiro.

Pensando nestes problemas precípuos, Walter Lippmann defendeu um sistema de comunicação eficiente e uma imprensa livre que, ao seu ver, seria capaz de fornecer informações precisas e permitir a discussão e o debate público em torno de fatos. Tais elementos permitiriam o desenvolvimento de uma cultura de questionamento em que as pessoas estejam dispostas a reconhecer e corrigir seus erros e preconceitos e a imprensa se configuraria de forma independente da pressão pública constante. A espiral do silêncio seria rompida quando as pessoas expressassem suas opiniões impopulares mas factualmente fundamentadas. A coragem de expressar essas opiniões é, assim, um elemento inerente da expressão da verdade. Na sugestão feita por Friedrich Nietzsche, ele mesmo impopular em seu tempo em que predominava, entre as classes falantes, o pensamento hegeliano, os homens excepcionais são aqueles que se afastam da “opinião pública” e que, mesmo que por um momento pareçam estranhos, devem “cultivar suas forças e a defendê-las contra um mundo inimigo, a venerá-las e a *vigiar seu crescimento contra a opinião pública*: torna-se desta forma um grande homem ou um excêntrico e louco, a não ser que pereça a tempo” (Nietzsche, 2012, p.10, grifos nossos).

Evidentemente, Nietzsche não estava preocupado com a democracia, assim como nem tampouco estavam Ortega y Gasset ou Theodor Adorno. Muito embora o estivessem pensadores de tradições tão distintas quanto Roger Scruton e Jurgen Habermas. Democracia é um pudor moderno que nós, indivíduos do pós-guerra, aprendemos a cultivar e defender como condição do exercício das virtudes cívicas e afastamento das tendencias tirânicas, entendendo que a moderação no uso do poder é condição tanto da liberdade quanto da segurança. Essa democracia almejada nunca possuirá clareza de si mesma sem o cultivo da individualidade (diferente do culto do indivíduo, quer dizer, do individualismo puro e simples) que fornece ao indivíduo os meios de responder às pressões de um ambiente altamente massificado. “Consumidor passivo”, “homem-massa” e “instinto de rebanho” são expressões que, a partir de diversos ângulos, designam a tendência irreduzível da modernidade para a padronização social sob o signo de um individualismo aparente. O indivíduo moderno atomizado e assombrado pela possibilidade de rejeição pareceria com o camponês descrito por Edward Evans-Pritchard em “People of the Sierra” (1954): ao afastar-se durante alguns dias para perseguir alguma ovelha desviada, ele passaria a “não pertencer mais” ao antigo grupo, a ser o objeto de alguma estigmatização social, da afamada “*blame gossip*”.

Quando, por sua vez, as “classes cultas” de uma sociedade passam a ter o mesmo receio do isolamento e se “massificam”, construindo as suas opiniões com base no pertencimento grupal, é como se um importante elemento de liderança social fosse amputado do conjunto social. Isso se dá, de forma um tanto evidente, nos ambientes em que os intelectuais são levados a ingressarem nas políticas do momento, a manifestar-se aderentes a elas de forma permanente para capturar os aplausos de seus semelhantes. Numa sociedade massificada, também o ambiente intelectual precisa ser enxergado de fora, tão “extemporaneamente” quanto possível. A missão do “intelectual” é, nesse sentido, oposta à do político: “a obra intelectual aspira, com frequência baldada, a esclarecer um pouco as coisas, enquanto a do político sói, pelo contrário, consistir em confundi-las mais do que estavam” (Ortega y Gasset, 1967, p. 42).

A obra intelectual almeja discernir, efetuar o juízo crítico e trazer à tona um conjunto de fatos que podem ser considerados perturbadores ao conjunto de crenças ideológicas aceitáveis. A despeito de toda a polêmica envolvendo a obra de Friedrich Nietzsche, em particular a celebração do “super-homem”, a metáfora do homem que vai para a montanha capturar o sol e depois retorna para esclarecer os seus semelhantes parece guardar uma verdade; o “esclarecimento” se encaminha dialeticamente entre a percepção social dos problemas candentes do tempo e o isolamento necessário para a reflexão profunda (Nietzsche, 2002). O intelectual não é investido de respostas superiores sobre a reconstrução integral da humanidade, como sugerem as escatologias utópicas, mas funciona como um diapasão que, ao ser tocado, permite “afinar o instrumento” do seu tempo. Longe de querer “reificar” (para usar mais um pouco de marxismo) a função do intelectual como externo à sociedade da qual faz parte, quer dizer, como um “ungido”, trata-se de reconhecer a importância da função à qual ele decidiu se dedicar: a de contribuir para o melhor entendimento da sociedade sobre si mesma e não a sua mistificação. Trata-se de, ao ouvir a interpelação da sociedade, modificar-se buscando a compreensão: “se o bárbaro é incapaz de ouvir aquilo que vem do exterior agredindo seu senso comum, o homem civilizado pressupõe no seu interlocutor um sentido e modifica a si mesmo na medida em que se deixa penetrar por este sentido” (Munaro, 2013, p. 1).

As tendências à homogeneização presentes nas sociedades de massa, onde reina o estereótipo fabricado, tornam necessários os indivíduos independentes, aqueles que decidem “ser sós”, e “sendo sós, pagam o preço pela sua posição independente”. São eles que aclaram o sentido de uma sociedade sobre si mesma. A rejeição à massificação tem explodido das formas as mais esquisitas, como nas posições Tradicionalistas que vem ganhando espaço e parecem, num certo sentido, fornecer alicerce para o crescimento da direita populista (Teitelbaum, 2023). Vários destes elementos, contudo, já estavam presentes na “dialética negativa” da Escola de Frankfurt que via não um retorno à idade de ouro, mas a destruição criativa, uma vez sepultada a esperança no comunismo vindouro e sendo a democracia apenas um simulacro de ditadura. Se as utopias parecem estar morrendo com a descrença cada vez mais generalizada na democracia, o retorno para uma idade “espiritualizada” vem se tornando cada vez mais sedutor enquanto corrente política.

O papel do intelectual, nesse sentido, é esclarecer, porque é desse esclarecimento que depende uma saída civilizatória que consiga recuperar os elementos cívicos da democracia e facilitar a convivência pacífica entre diferentes correntes de opinião. Quer dizer, a participação voluntária dos cidadãos, mitigada a sua descrença com relação aos rumos do poder crescente dos Estados e sua degeneração em burocracias impermeáveis. Noutras palavras, a democracia depende do intelectual independente, inclusive aquele

ligado ao jornalismo, cujo exercício se dê em função da realidade, e não em função da ritualização burocrática, da integração em comitês ou do aplauso social. O intelectual só tem condições de compreender se conseguir se colocar com suficiente distância dos processos em curso sem alienar-se completamente deles. É nesse sentido que se forja a posição independente e se permite desnaturalizar falsos consensos: “Surpreender-se, estranhar, é começar a entender. É o esporte e o luxo específico do intelectual. Por isso sua atitude gremial consiste em olhar o mundo com os olhos dilatados pela estranheza. Tudo no mundo é estranho e é maravilhoso para umas pupilas bem abertas” (Ortega y Gasset, 1967, p. 61).

REFERÊNCIAS

- [1] ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- [2] BUCCI, EUGENIO. **EXISTE DEMOCRACIA SEM VERDADE FACTUAL? CULTURA POLÍTICA, IMPRENSA E BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE FAKE NEWS**. BARUERI: ESTAÇÃO DAS LETRAS E CORES, 2019.
- [3] ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (EIU). **DEMOCRACY INDEX REPORT 2022**. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://ENCURTADOR.COM.BR/424JB>. ACESSO EM ABR. 2023.
- [4] EVANS-PRITCHARD, Edward. **People of the Sierra**. Criterion Books, 1954.
- [5] GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- [6] HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- [7] JANIS, Irving. “Groupthink”. In GRIFFIN (Ed.) **A First Look at Communication Theory**. New York: McGrawHill, 1991, p. 235 – 246.
- [8] KROSS, Ethan. “Social rejection shares somatosensory representations with physical pain”, **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**. Vol. 108, no. 15. April 12, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1102693108>. Acesso em Abr. 2023.
- [9] LIPPMAN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- [10] MLODINOW, Leonard. **Subliminar**. Como o inconsciente influencia nossas vidas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- [11] MUNARO, Luís Francisco. “A arte de Ouvir: Lições hermenêuticas de Nietzsche e Gadamer”. I **Colóquio Brasil-Alemanha de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013. Disponível em <https://encurtador.com.br/vQ2D9>. Acesso em jun/2024.
- [12] MUNARO, Luís Francisco. **O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)**. 2013. 339 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1634.pdf>>.
- [13] MUNARO, Luís Francisco. **Rios de palavras**. A imprensa nas periferias da Amazônia. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.
- [14] NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
- [15] NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falava Zaratustra**. Curitiba: Hemus, 2002.
- [16] NOELLE-NEUMAN, Elisabeth. **Espiral do silêncio**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2019.
- [17] ORTEGA Y GASSET, José. **Rebelião das Massas**. Livro Ibero-Americano: Rio de Janeiro, 1962.
- [18] SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- [19] SOWELL, Thomas. **Conflito de visões**. São Paulo: É realizações, 2011.
- [20] TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade**. O retorno do tradicionalismo e a ascensão da

direita populista. Campinas: Unicamp, 2023.

[21] TOSI, Justin e WARMKE, Brandon. **Virtuosismo moral, grandstanding**. As ideias por trás dos cancelamentos, boicotes e difamações nas redes sociais. Barueri: Faro Editorial, 2021.

[22] VOEGELIN, Eric. **Ordem e história - Vol. I: Israel e a revelação**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

Capítulo 6

Memos do facebook e intertextualidade na construção da imagem do Bolsonaro

Jayane Rafaelly Souza Silva

Thalyne Keila Menezes da Costa

Resumo: Essa pesquisa se insere no campo de análise dos novos gêneros surgidos a partir das redes sociais, mais especificamente o *Facebook*. Dessa forma, considerando os fatos políticos e polêmicos ocorridos no Brasil nos últimos anos envolvendo o atual chefe do poder executivo, este trabalho busca responder o seguinte questionamento: Qual é a imagem atribuída a Jair Messias Bolsonaro através da intertextualidade em memes de filmes divulgados no *Facebook*? Com o embasamento teórico de Bakhtin (1999), Koch (2004), Bronckart (1999), Marcuschi (2003), Dawkins (2007), Antunes (2003), Koch e Elias (2018), Zanella (2004) e Maheirie (1994), analisamos um corpus composto por dois memes e dois filmes. Diante disso, concluímos que a intertextualidade é um traço comum e essencial na produção e funcionamento dos memes e que o sujeito também é constituído pelo mundo virtual, visto que é reproduzido pelas redes sociais da maneira como ele é, ou aparenta ser, para uma sociedade.

Palavras-chave: Bolsonaro, *memes*, intertextualidade.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, percebemos uma grande recorrência do gênero *meme* na rede social *Facebook* (FB), e entre os inúmeros conteúdos abordados nessa rede social, notamos uma extrema quantidade de *memes* diretamente relacionados à imagem do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro.

Dessa forma, diante do cenário midiático que envolve a figura do atual presidente, bem como do bombardeamento de piadas que circunda a sua imagem e seus pronunciamentos, este trabalho busca responder ao seguinte questionamento: Qual é a imagem atribuída a Jair Messias Bolsonaro através da intertextualidade presente em *memes* de filmes divulgados no Facebook? Para responder este questionamento, utilizamos como corpus dois *memes* de filmes retirados do FB, que circularam na rede social entre 2019 e 2020, e dois filmes de grande repercussão no cenário brasileiro, e que mantêm.

Este estudo, de caráter qualitativo, considera a produtividade das ferramentas tecnológicas nos ambientes digitais, visto que existe a necessidade de repensarmos a propagação dos *memes* no contexto social e digital. Além disso, consideramos que o gênero *meme* possui caráter inovador, atrativo e humorístico, sendo assim, este trabalho não se reduz a uma leitura lúdica e de interpretação de imagens, pois essa pesquisa se detém, ainda, a leitura e interpretação dos *memes*, objetivando uma construção de sentidos que exige a capacidade de reflexão e olhar atento a cada detalhe da combinação entre o visual, o verbal e o contexto do gênero em questão.

Ademais, este trabalho busca contribuir com o estudo de dimensão teórica dos *memes*, como chave para compreensão da linguagem, da intertextualidade e do contexto polêmico e atrativo da rede social FB.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os gêneros textuais apresentam especificidades que permitem identificar a sua classificação, estrutura e características próprias. Na noção de gêneros textuais/discursivos, proposta por Bakhtin (1999), a linguagem é um fenômeno social, histórico e ideológico. Dessa forma, o filósofo define os gêneros do discurso como formas estáveis de enunciados, elaborados de acordo com as condições específicas de cada campo da comunicação verbal.

Koch (2004), por sua vez, defende a ideia de que os indivíduos desenvolvem uma competência metagenérica que possibilita interagir no meio social de forma conveniente, à medida que o sujeito se envolve nas diversas práticas sociais existentes. Ademais, o autor ressalta que é essa competência metagenérica que possibilita a produção de gêneros textuais através do uso de algumas estruturas de texto no cotidiano, textos estes que podem se concretizar de forma verbal ou não verbal, e/ou oral ou escrita.

Segundo Bronckart (1999), a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humana, o que permite dizer que os gêneros textuais operam diariamente em vários e novos contextos. Diante disso, pode-se afirmar que um gênero surge ou desaparece de acordo com as necessidades comunicativas inerentes às práticas de interação social. A título de exemplo, tem-se o surgimento de novos gêneros digitais, também chamados por Marcuschi (2003) de gêneros textuais emergentes, que são os gêneros presentes na rede online, entre eles, destacamos o gênero alvo deste estudo.

Construído socialmente, digitalmente e moldado pelos usuários da rede social FB, o *meme* surge como um novo gênero que têm objetivos e finalidades definidas pelas necessidades comunicacionais reais dos internautas, almejando provocar humor, expor situações e ações históricas, cotidianas ou sociais, evidenciando novas linguagens e novas formas de escrita e de interação.

O *meme*, segundo Dawkins (2007), é uma unidade de transmissão cultural que se dá por meio da imitação. Dessa forma, o escritor criou esse novo vocábulo com a justificativa de que ele queria uma palavra que designasse o fenômeno da imitação e que, em simultâneo, lembrasse a palavra *gene*. Como solução, ele abreviou a palavra grega *μυέομαι*, que significa “coisa imitada” e que se pronuncia de forma semelhante a palavra *meme*.

Os *memes*, além de serem concebidos como um texto de natureza multimodal, possuem essência humorística, características de sociabilidade, com temáticas que variam do humor aos assuntos mais sérios, como música, novela, política e economia, sendo na maioria das vezes de rápida e fácil compreensão.

A escrita enquanto processo e meio de comunicação social é indiscutivelmente importante nos dias atuais, pois é a este recurso que a maioria das pessoas recorrem para transmitir conhecimentos, registrar dados, celebrar acordos e produzir textos escritos em diversas situações do cotidiano. Contudo, escrever também diz respeito ao ato de resignificar, de representar ideias, conceitos ou sentimentos, por meio de símbolos e da linguagem gráfica.

Segundo Antunes (2003), a prática de escrita consiste em um processo que depende de várias etapas para que possa ser realizada com sucesso, isso porque a prática de escrever um texto e discorrer sobre algo, é uma atividade que pressupõe informação, conhecimento do objeto sobre o qual se vai discorrer, além de outros conhecimentos de ordem textual-discursiva e linguística. Por consequência, automaticamente, o escritor fará uso de um conjunto de conhecimentos constitutivos de textos - denominados textualidade - seja através da coerência, coesão, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e/ou intertextualidade.

Nesse sentido, Koch e Elias (2018), afirmam que “[...] a intertextualidade é elemento constituinte e constitutivo do processo de escrita/leitura e compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende de conhecimentos de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos.”

Sendo assim, o conhecimento que se tem sobre o que já foi lido, contribui na elaboração de sentido de um novo texto, embasando uma nova escrita, visto que, ao produzir um texto, o locutor utiliza-se do que já experienciou em vida, ainda que de forma imperceptível e, nesse momento, instintivamente, ele ativa os conhecimentos prévios em mais uma elaboração.

Detendo-se a identidade do sujeito, de acordo com Zanella (2004), para compreender como a identidade de um sujeito se constitui, necessitamos contemplar as condições sociais, históricas e econômicas que nele repercutem e formar uma imagem sobre sua cotidianidade, suas vivências, sobre seus projetos e perspectivas de futuro.

Dessa forma, pode-se dizer que a constituição identitária é um processo mediado pelas relações com as pessoas, os valores, os sentidos, os símbolos e a cultura, ou seja, o sujeito se constitui a medida que internaliza os valores e significados que permeiam o social. Diante disso, Maheirie (1994) afirma que nos tornamos alguém na medida em que nos

relacionamos com as coisas, com a natureza, com as pessoas, enfim, com a sociedade na qual vivemos. Todavia, nada é considerado inato ou inerente ao sujeito, não há necessidade humana posta fora ou além da sua própria produção: tudo que é humano é produto da ação humana.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 - A imagem atribuída a Jair Bolsonaro a partir do *Meme 01*

Filme 01: A menina que roubava livros



Fonte:

<https://images.app.goo.gl/uETLxXGbeBSRTJ6P9>
Acesso: 03 jul. 2020.

Meme 01: A menina que roubava exames



Fonte:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=284787089583184&id=100041556858281 Acesso:
25 jun. 2020.

No quadro 1, intitulado “A imagem atribuída a Jair Bolsonaro a partir do *Meme 01*”, observamos duas imagens. A primeira refere-se ao filme *A Menina que Roubava livros*, e a imagem do lado direito, nomeada de “Meme 01”, condiz a um *meme* criado a partir da primeira imagem.

O filme *A menina que roubava livros*, conta uma história que se passa na Alemanha nazista, durante a Segunda Guerra Mundial. A protagonista do filme é uma garotinha de nove anos, chamada Liesel Meminger, que foi adotada por um casal, moradores de Molching, uma cidadezinha fictícia na Alemanha.

Assombrada por pesadelos, Liesel compensa o medo e a solidão das noites com a ajuda do pai adotivo, um pintor de parede bonachão que lhe dá lições de leitura. Alfabetizada sob as vistas grossas da madrasta, a garotinha canaliza urgências para a leitura de livros, pois naquele período os livros eram incendiados. Assim, ela furta os livros da biblioteca do prefeito da cidade, para os lê com seu pai. Embora seja por uma boa causa, o auge da

história é o roubo dos livros, fato este, que dá destaque a personagem principal do filme e a imagem intitulada Filme 01, onde a personagem aparece agarrada a um livro, vestindo e usando um penteado que remete a época e ao contexto em que a trama ocorreu.

Na imagem denominada *Meme 01*, observamos a mesma estrutura, vestimentas, posições, título e cores do Filme 01, fatos estes que evidenciam a intertextualidade entre as imagens que compõem o quadro 01, no entanto, com um rosto diferente na personagem principal. O novo rosto atribuído a garotinha é o rosto do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, e o episódio que gerou a produção do *meme* ocorreu em meio a pandemia do coronavírus.

O presidente realizou no perdurar da pandemia, mais de quatro testes para saber se tinha contraído o Covid-19. Na primeira testagem o resultado foi negativo, o que foi considerado estranho, pelo fato de Bolsonaro ter tido contato direto com pessoas que, comprovadamente, contraíram o vírus, além disso, o presidente não se valia de nenhuma medida preventiva para não contrair a doença. Uma vez que, vivia em contato com seus eleitores, sem usar máscaras e comparecia em locais fechados, causando aglomerações com frequência.

Com o passar dos dias e com as dúvidas que pairavam pelo país, Bolsonaro realizou outras vezes o exame do Covid-19 e em mais uma tentativa de ocultar o resultado do exame, o presidente falsificou os resultados e escondeu de todos que estava com o vírus. A verdade só foi revelada quando o Supremo Tribunal Federal, obrigou Bolsonaro a publicitar o resultado do teste.

De forma análoga, no filme, a menina roubava livros e os levava para casa escondido, ademais, ela não dizia para os outros onde os tinha conseguido, escondendo a verdade por um longo período, assim como Bolsonaro, que tentou enganar os juízes e toda a população brasileira utilizando nome falso, junto a seu CPF e RG na falsificação do seu exame de Covid-19.

Dessa forma, automaticamente, ao falsificar exames, o presidente ocultava o resultado verdadeiro. Mas, além da semelhança no contexto das situações, do Filme 01 e do *Meme 01*, percebe-se também que no *meme* fora utilizado o nome fictício de Bozolina, acima da imagem da personagem principal, remetendo diretamente ao nome do presidente Bolsonaro, constatando-se que o *meme* busca manter todo o cenário da imagem do Filme 04, isso é evidenciado, também, através da troca de palavras no final do título, respectivamente: *A menina que roubava livros*, trocado por *A menina que roubava exames*.

Nesse sentido, segundo Zanella (2004), o sujeito se constitui através das suas relações com o mundo e com o outro, pelas contradições sociais e pelos conflitos ideológicos vivenciados enquanto cidadão. Logo, considerando a interpretação exposta, entre o Filme 01 e *Meme 01*, notamos que a imagem de Bolsonaro foi atribuída ao *meme* pelo fato de o presidente ser visto como um irresponsável, inconsequente e trapaceiro, por agir contra as medidas recomendadas e necessárias para a contenção do Covid-19 e por semear, desdenhar e desencorajar abertamente medidas de distanciamento social e da quarentena, enquanto líder de uma nação. A seguir, temos o quadro 2 que também contribuirá com a identificação da imagem atribuída a Bolsonaro, observemos:

Quadro 2 - A imagem atribuída a Jair Bolsonaro a partir do *Meme 02*

Filme 02: Loucademia de Polícia 3



Fonte:

<https://images.app.goo.gl/e2TBBvanSCFYJ2cf6>
Acesso: 21 nov. 2019.

Meme 02: Loucademia de Milícia



Fonte:

<https://www.facebook.com/antifascismooficial/>
Acesso: 21 nov. 2019.

No quadro 2, intitulado “A imagem atribuída a Jair Bolsonaro a partir do *Meme 02*”, observamos duas imagens. No lado esquerdo, é mostrada a imagem original que compõe o filme *Loucademia de Polícia 3*. Em seguida, no lado direito, temos uma imagem nomeada de “*Meme 02*”, que expõe um *meme* criado a partir da imagem do Filme 02.

O enredo do filme *Loucademia de Polícia 3*, se passa em uma cidade que tem apenas duas academias de polícia. Enquanto uma está sob o comando de Eric Lassard, a outra é comandada por Mauser. Mauser, por sua vez, soube que o estado por falta de verbas, fechará uma das academias e, para se proteger, o personagem recorrerá à subordinação de Kyle Banks e Chad Copeland, para ter certeza que os cadetes de Lassard fracassarão.

Então, o Comandante Lassard convoca os seus formandos prediletos, para, juntos com uma antiga instrutora, tentar salvar a Academia de Polícia onde todos se formaram. A figura que representa o filme é composta por seus principais personagens, estes, que são considerados como uma família e lutam incansavelmente em busca de uma conquista benéfica para a equipe e para a cidade.

No *Meme 02*, notamos a presença da imagem do presidente Bolsonaro, de seus familiares e de alguns integrantes do seu governo, como a Ministra Damares, o filho do presidente Eduardo Bolsonaro, o juiz Sergio Moro, a primeira dama Michelle Bolsonaro, Fabrício Queiroz, Ronnie Lessa, tio de Michelle, entre outros.

Além disso, vale ressaltar que ambos os personagens das imagens, do Filme 02 e do *Meme 02*, fazem uso das mesmas vestimentas, posições e armamentos, evidenciando a intertextualidade presente entre o filme e o *meme*. O fato que difere em ambas as imagens, é apenas o trocadilho da palavra polícia por milícia, na parte superior do *Meme 02*.

Embora possuam uma pronúncia semelhante, seus sentidos são totalmente distintos, pois enquanto polícia está relacionada a ação de proteção, de vigiar e de guardar o cidadão, a milícia, de acordo com o dicionário Online de Português, é um substantivo feminino que detém os seguintes significados: “Força militar de um país; exército; Grupo que, não tendo ligação com o exército, age como se tivesse. Arte ou prática de guerra; a própria guerra.”

Em suma, as milícias da polícia brasileira, no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil, são grupos paramilitares clandestinos, formados por atuais e ex-policiais que realizam atividades tanto de vigilantes, quanto de crime organizado. As milícias têm suas raízes nos esquadrões da morte da ditadura militar brasileira e, por causa de seus laços estreitos com a polícia, elas também contam com o apoio de alguns políticos.

Da mesma maneira que no enredo do Filme 02 existe uma união entre pessoas, sejam elas amigos, familiares ou companheiros de trabalho, em busca de um bem comum que os beneficie, no *Meme 02*, em que a imagem do presidente está inserida, interpretamos que ele e sua equipe, de acordo com o *meme*, formada por companheiros de trabalho, familiares e amigos, também se uniram com um objetivo compartilhado.

Posto isso, e considerando que Bolsonaro ocupa a parte central do *Meme 02*, situado ao meio das demais pessoas, é atribuída a ele a imagem de líder do grupo, e consequentemente, líder de uma suposta milícia. E assim como o sujeito se constitui a partir da interação com o outro e com o meio social no qual vive, Bolsonaro influencia e é influenciado pelas ações individuais e coletivas realizadas com e pelo seu grupo, uma vez que, as ações do sujeito elucidam o olhar sobre as condições sociais, históricas e econômicas em que este se insere e as características dos grupos sociais a que pertence (Zanella, 2004).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer desta pesquisa, constatamos que a internet é um terreno fértil para a construção do humor, e que o gênero *meme* encontra nas redes sociais a fomentação de que necessita para crescer e se expandir. Seu objetivo de provocar humor, mesclando elementos intertextuais, cores e personagens, coloca em evidência questões políticas e cotidianas atuais, permitindo tratar de temas que fomentam a reflexão, formação de opiniões e ideias, bem como estimula importantes questionamentos.

Além disso, percebemos que a intertextualidade é um traço comum e essencial na produção e funcionamento dos *memes*, tendo em vista, sua importância para a construção de sentido e de humor nas formas discursivas/textuais. Isso acontece porque há no leitor/internauta a necessidade de compreender as intenções do autor a partir de um texto fonte, ou seja, a partir de onde o *meme* foi gerado, ademais, essa retomada faz vir à tona conhecimentos enciclopédicos, até então, adormecidos.

Posto isso, concluímos que é por meio dos *memes* que muitos cidadãos se manifestam, sem passar necessariamente pelos enquadramentos discursivos fornecidos pela mídia, atraindo novas e múltiplas atenções, visto que o gênero tem ocupado um lugar de protesto, de escancaramento de fatos e opiniões, expondo situações reais e atualizadas de maneira criativa, interativa e bem humorada.

Por fim, notamos que o sujeito também é constituído pelo mundo virtual, pelo fato de ser reproduzido pelas redes sociais da maneira como ele é, ou, pelo menos, aparenta ser para uma sociedade, considerando que a imagem do presidente alcançou, em todo o corpus

analisado, pontos negativos que estavam diretamente relacionados a suas atitudes e ações governamentais.

REFERÊNCIAS

- [1] ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- [2] BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1999
- [3] BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos. **Por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha, São Paulo, Educ, 1999.
- [4] DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- [5] KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- [6] KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2018b [1997].
- [7] MAHEIRIE, Kátia. **Agenor no mundo: um estudo psicossocial da identidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- [8] MARCUSCHI, Luiz. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna. R.; BEZERRA, Maria A. (Orgs.). **Gêneros textuais & Ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 2003.
- [9] ZANELLA, A. V. **Atividade, significação e constituição do sujeito: Considerações à luz da Psicologia Histórico-Cultural**. Psicologia em Estudo, Maringá, 2004.

Capítulo 7

As máquinas e as emoções

Jacques Alkalai Wainberg

Resumo: A fase atual do desenvolvimento tecnológico revelou o poder que as máquinas inteligentes estão adquirindo. Este estudo elabora sobre este potencial dos novos aparatos, em especial sua capacidade de impactar o clima de opinião pública, e as reações por vezes hostis das pessoas à computação afetiva e à inteligência artificial. As emoções humanas são na verdade julgamentos de valor. E três se destacam agora nesta avaliação à nova tecnosfera: o fascínio, o medo e a ira. Esses sentimentos expressam o tipo de reação que as pessoas começam a ter com a perspectiva da era da Internet das Coisas (IoT) que se aproxima.

Palavras chave: máquinas inteligentes, emoções, neoludismo.

O fascínio humano com as inovações tecnológicas ganhou expressão em 1881. Naquele ano foi realizada em Paris a Feira Internacional da Eletricidade. Desde o século XVIII a revolução industrial introduziu no imaginário popular não só a curiosidade por invenções como também um forte apreço a elas, à exceção dos luditas que saíram em marcha em 1812 para quebrar os novos equipamentos de tecelagem que ameaçavam seus empregos artesanais.

Outros avanços do período foram a siderurgia, a metalurgia e o uso do petróleo. As Exposições Universais, que começaram em 1851 na Inglaterra, transformaram-se em vitrines do novo mundo emergente e púlpito para o culto do progresso material e da racionalidade humana, a que tinha desenvolvido também as ferrovias, o telégrafo, o telefone, a fotografia, a geladeira e os navios a vapor, entre outros aparatos.

Vivemos no século XXI uma fase revolucionária semelhante. Sabe-se agora que os efeitos dessas inovações são gigantescos, perduram no tempo e alteram para sempre o funcionamento da sociedade. Os novos equipamentos fascinam porque modificam a ecologia humana de maneira inusitada e imprevisível. As transformações atingem inclusive as pequenas frestas da existência. É o que acontece na atualidade com as máquinas *inteligentes* que desenvolveram a capacidade de aprender da experiência.¹

Exemplo contemporâneo dessa inesperada autonomia dos dispositivos é o fato de que o Facebook desativou um programa de inteligência artificial por ele ter desenvolvido sem a intervenção humana uma linguagem própria incompreensível às pessoas.²

Os algoritmos estão no centro desse novo universo. Uma de suas aplicações mais surpreendentes é a capacidade de capturar os traços psicológicos dos usuários da web.³ Entre os dados que revelam a personalidade da pessoa estão as compras com cartões de créditos, as postagens e os sites visitados. Métodos psicométricos são utilizados para analisar os *likes* no Facebook. Com essas informações é possível saber em que medida o cidadão está disponível a novas experiências e quão perfeccionista, sociável, afável e neurótica ele é.

Michal Kosinski⁴ mostrou que com 68 curtidas no Facebook se descobre a cor da pele (com 95% de probabilidade de acerto) do usuário da plataforma. Os marcadores revelam também sua orientação sexual (88%), sua filiação partidária (85%)⁵, o seu grau de inteligência e filiação religiosa e se essa pessoa é ou não é usuária de álcool ou drogas.

Alguns autores utilizam a expressão *computação persuasiva* para nominar esta fase do desenvolvimento⁶ na qual as máquinas dotadas de *inteligência artificial* podem também

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=BrNs0M77Pd4>

² <https://olhardigital.com.br/noticia/facebook-desativa-inteligencia-artificial-que-criou-linguagem-propria/70075>

³ Mais informação foi gerada em 2014 e 2015 do que durante toda a história humana. Em 2020, um volume de 1.7 megabyte de nova informação será produzido a cada segundo no planeta. Naquele ano o volume total de informação acumulado crescerá de 4.4 zettabytes em 2015 para 44 zettabytes, ou seja, 44 trilhões de gigabytes. Segundo dados de 2015, a cada segundo foram feitas 44.000 perguntas ao Google. Sabe-se que uma em cada seis dessas perguntas é absolutamente original. Segundo a revista Forbes, um bilhão de pessoas utilizaram em 2015 o Facebook num único dia. E a cada minuto 31,25 milhões de mensagens foram enviadas, 2.77 milhões de vídeos foram assistidos, 300 horas de vídeos foram carregados a cada minuto no Youtube, um trilhão de fotos foram tiradas, sendo 80% delas nos *smartphones*. Em 2016, um terço da humanidade carregou no bolso algum equipamento com habilidade computacional. Em 2020, calcula-se que 6.1 bilhões desses aparelhos estarão em uso no mundo e que 50 bilhões aparelhos inteligentes estarão conectados entre si envolvidos na tarefa de coletar, analisar e compartilhar dados.³ Estima-se que 150 bilhões de “sensores” estarão conectados entre si e com bilhões de pessoas em 2025. Essa era da *Internet das Coisas* irá gerar volumes de informação que dobrarão a cada 12 horas em vez de a cada 12 meses como era o caso em 2015.

⁴ <https://www.michalkosinski.com/>

⁵ <http://controversia.com.br/5219>

⁶ <https://captology.stanford.edu/>

influenciar as pessoas.⁷ B. J. Fogg, pesquisador da Universidade de Stanford, criou o termo *captologia* (Fogg, 2002) para descrever essa habilidade.⁸ CAPT é acrônimo de “*computers as persuasive technologies*”.

Exemplo costumeiro dessa habilidade foi a análise dos dados de mais de 50 milhões de usuários do Facebook realizada pela *Cambridge Analytica*⁹ com o objetivo de influenciar a opinião pública em favor de Donald Trump no período eleitoral que se iniciou em 2015 nos Estados Unidos. Foi o que observou também o estudo que manipulou as emoções de 689 mil usuários desta plataforma. Nesse caso o agente mudou levemente o tipo de notícias que circulava neste ambiente. Pode assim verificar o impacto da alteração da mensagem na variação do humor coletivo (Kramer, et al., 2014). O contágio emocional ocorreu sem contato direto entre as pessoas e com ausência absoluta de pistas não-verbais (Bond et al., 2012).

As *milícias virtuais* estão atuando com este objetivo e dessa forma na China desde 2010.¹⁰ *Agitadores fantasmas* foram contratados para postar mensagens do interesse do Partido Comunista. A afetação online do clima de opinião pública é hoje praticada de forma anônima também por corporações, órgãos públicos e de inteligência e por grupos variados, inclusive criminosos, em vários países do mundo. Foi o que aconteceu em 2019. O Facebook e Instagram removeram 265 contas falsas, páginas e outros conteúdos que visavam impactar as decisões políticas de países da África, Ásia e América Latina.¹¹ De forma similar a opinião pública brasileira foi manipulada em 2014 por perfis falsos.¹² O referendo inglês sobre o Brexit foi igualmente influenciado por postagens do Facebook.¹³

As pessoas desconhecem a forma como isso acontece e como suas informações pessoais são usadas pelos *piratas da rede*. Deriva por consequência a desconfiança popular contra as organizações que fazem uso desses métodos.¹⁴ Resulta o que tem sido chamado de *ocaso da liberdade* humana. O temor de que esta tendência manipuladora se alastre pelo mundo cresceu depois que o governo de Pequim anunciou a criação de um sistema de *pontuação do cidadão*. Ele mede desde 2020 os dados *on line* dos habitantes do país. Depende da nota obtida o crédito e juro bancário do indivíduo, seu plano de saúde, a autorização de suas viagens, a matrícula de seus filhos em escolas e a oferta de vagas de emprego. Este mecanismo de *big nudging* (Thaler & Sunstein, 2008) aumenta o controle estatal sobre a vida das pessoas. A medida está sendo comparada ao episódio *Nosedive*¹⁵ da série *Black Mirror* e à novela *1984* de George Orwell.

⁷ <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.83.7257&rep=rep1&type=pdf>

⁸ <https://captology.stanford.edu/>

⁹ <https://www.reuters.com/article/us-facebook-cambridge-analytica/cambridge-analytica-ceo-claims-influence-on-u-s-election-facebook-questioned-idUSKBN1GW1SG>

¹⁰ <http://www.sixthtone.com/news/1001904/guns-for-hire-chinas-social-media-militia-engage-on-command>
<https://gking.harvard.edu/files/gking/files/50c.pdf>

¹¹ <https://www.jpost.com/Israel-News/Facebook-removes-fake-content-run-by-Israeli-firm-to-influence-foreign-politics-589897>

¹² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42172146>

¹³ <https://medium.com/@fredzgur/a-vis%C3%A3o-do-the-guardian-sobre-big-data-o-perigo-%C3%A9-menos-democracia-7ad499bb134d>

¹⁴ https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2019-02/ipsos-wef_-_global_consumer_views_on_data_privacy_-_2019-02-11.pdf

¹⁵ <https://www.theatlantic.com/entertainment/archive/2016/10/black-mirror-nosedive-review-season-three-netflix/504668/>

https://www.youtube.com/watch?v=epI5r0_T_IIE

1. COMPUTAÇÃO AFETIVA

É normal a pessoa se emocionar com as máquinas, com artefatos, estruturas e objetos. Robôs humanoides¹⁶ como o Kismet¹⁷ e o *Pepper*¹⁸ geram empatia¹⁹ nos observadores.²⁰ O fascínio com as coisas ocorre desde tenra idade quando as crianças vitalizam os brinquedos outorgando-lhes sentimentos humanos.

A *computação afetiva* (Picard, 1995; Minsky, 2007; Reis, 2017)²¹ constata a capacidade das máquinas inteligentes observarem, capturarem, processarem e reagirem às emoções humanas.²² Na fase da detecção (Calvo & D’Mello, 2010) o sentimento é percebido pelo dispositivo que incorpora esse dado para melhorar a qualidade de suas decisões. Ele utiliza sensores que avaliam as expressões faciais, a voz, os aspectos paralinguísticos e prosódicos da expressão oral (Zheng et. al, 2009), a linguagem corporal e as reações fisiológicas (Osgood et. al, 1975). Há também métodos mistos que fundem todos esses sinais (Zeng et. al, 2009). É o caso dos computadores vestíveis que avaliam as emoções do portador (Jaimes & Sebe; 2007) e animam o *agente virtual* (Nasoz, 2004). Exemplo é o alerta dado ao motorista cujo bocejo na direção do automóvel é percebido pelo sensor.²³ O desenvolvimento desse tipo de mecanismo interativo é útil também à saúde.²⁴ O isolamento produzido pelo autismo, por exemplo, pode ser amenizado graças à comunicação mediada por computador.²⁵

No campo da educação um novo dispositivo reconhece a postura física do estudante durante as aulas. Através dele o aparato *infere* seu estado afetivo enquanto estuda. Isso é feito com sensores colocados no assento da cadeira e no encosto. Com esse resultado o equipamento lhe oferece uma ‘companhia computadorizada de aprendizagem’. O nível de sucesso desse sistema automático está estimado em 83,2% (Mota & Picard; 2003).

Outro exemplo ainda é o sistema de automonitoramento dos sinais biológicos criado com base na nova área de estudos sobre Sistemas de Informação e Neurociência (NeuroIS).²⁶ Ele mostra à pessoa o seu estado emocional através de um recurso de feedback biológico. Isso é especialmente útil aos *traders* e indivíduos privados atingidos pelo stress causado pelo *jogo* financeiro. O objetivo deste recurso é o de ajudar os investidores a melhorar a qualidade de suas decisões (Astor et. al; 2014). É o que ocorre igualmente com as pessoas

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=8KRZX5KL4fA>

<https://www.youtube.com/watch?v=Kw-gOmJwzuc>

¹⁷ <http://www.ai.mit.edu/projects/sociable/baby-bits.html>

<https://www.youtube.com/watch?v=8KRZX5KL4fA>

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=miUhQ3Ba4QQ>

<http://www.minutoms.com.br/curiosidades/maquina-com-sentimento-e-futuro-da-inteligencia-artificial-diz-pai-do-robo-sensivel>

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=8KRZX5KL4fA>

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=UogMy6JTq9w>

²¹ https://www.ted.com/talks/david_hanson_robots_that_relate_to_you#t-24440

²² https://www.youtube.com/watch?v=Bg_tjvCA8zw

²³ https://www.youtube.com/watch?v=dwKTnPXpdkQ&feature=player_embedded

²⁴ <https://www.otempo.com.br/brasil/computacao-afetiva-ensina-maquinas-a-verem-emocoes-1.353902>

https://www.youtube.com/watch?v=dwKTnPXpdkQ&feature=player_embedded

<http://saudebusiness.com/biomarcador-de-voz-no-diagnostico-de-doencas-uma-nova-ferramenta-de-ia/>

²⁵ http://cyborganthropology.com/Autism_and_Computer_Communication

²⁶ <http://www.neurois.org/about-the-neurois-society/>

Segundo esta sociedade científica o novo campo da NeuroIS (Neuro-Information-Systems) se baseia no conhecimento da neurociência e neurofisiologia para melhor entender o desenvolvimento, uso e impacto das tecnologias de informação e comunicação. Almeja desenvolver novas teorias que permitam prever comportamentos relacionados aos Sistemas de Informação assim como desenvolver sistemas que afetam de forma positiva variáveis econômicas e não econômicas (como produtividade, satisfação, adoção e bem-estar). Ver <https://www.springer.com/us/book/9783662450901>

que participam de leilões *on line*. As emoções dos licitantes impactam as ofertas e por decorrência o preço final do bem colocado à venda (Adam et. al, 2012).

Ou seja, depois de capturar o sentimento expresso pelo interlocutor humano as máquinas inteligentes podem adaptar sua reação a ele. Portanto, a fronteira *pragmática* alcançada por esses dispositivos (Cowie et. al, 2001) aponta para a habilidade da máquina identificar o que está implícito nas manifestações da pessoa, uma habilidade cognitiva que era até pouco tempo tipicamente humana. É o caso também dos assistentes virtuais como Alexa e dos robôs sociais. Em breve a maior parte dos equipamentos (hardware) deverá ter algum grau de *inteligência artificial* (software). Eles se valem não só da capacidade dos computadores agirem com base na lógica como também na intuição.²⁷ Os robôs já estão em muitos lugares vivendo ao lado dos humanos²⁸ e novas espécies de máquinas estarão em breve povoando a terra.²⁹

Portanto, na atualidade as pessoas não só falam através das máquinas, mas também conversam com elas. Na era da Internet das Coisas (IoT) esse diálogo é ainda mais corriqueiro.³⁰ Sensores inteligentes e softwares transmitem os dados para uma rede permitindo que os objetos físicos (qualquer coisa do cotidiano) interajam entre si e com o usuário. O Wi-Fi torna-se assim elemento central do novo ecossistema M2M (comunicação máquina a máquina).³¹

Em 1950, Alan Turing propôs em seu artigo *Computing Machinery and Intelligence* de forma pioneira a ideia de que no futuro não seria possível distinguir numa conversação a participação de um humano e a de um computador, algo que já ocorre com os *bots conversacionais*.³² A provocação de Turing também indicava o horizonte no qual a máquina poderia *pensar*. Ou seja, a máquina seria considerada inteligente se ela pudesse analisar quantidades massivas de dados (processar, entender, refletir e aprender) e se pudesse também estabelecer relações com usuários. Rosalind Picard previu em seu ensaio *Computação Afetiva* de 1995 que as máquinas inteligentes também expressariam e reconheceriam as emoções.³³

A literatura deste novo campo tem sido chamada às vezes de *Antropologia do Ciborgue*.³⁴ Trata-se de uma abordagem transdisciplinar³⁵ que reúne desde 1993 uma variedade de estudos sobre a interação tecnosocial e os reflexos culturais resultantes, entre eles os cibercorpos (avatars), a relação das pessoas com as máquinas (e os problemas consequentes como a dependência aos equipamentos, a abulia, o mutismo seletivo e a aquinésia)³⁶, a influência dos equipamentos e das tecnologias na subjetividade humana e a exposição virtual do indivíduo (o segundo self da pessoa).³⁷

Tendência contemporânea adicional é o desenvolvimento de *organismos cibernéticos*³⁸, fato antecipado pela ficção científica³⁹. Conforme a definição clássica, um Ciborgue é *um*

²⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=aR5N2Jl8k14>

²⁸ https://www.ted.com/talks/rodney_brooks_on_robots

²⁹ https://www.youtube.com/watch?v=oDcgWE_3VII

³⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=O8-oiSsZl1Y>

³¹ <https://www.youtube.com/watch?v=P1KvcprNkb4>

³² <https://developer.amazon.com/pt-br/alexa>

³³ <https://www.youtube.com/watch?v=eAnHjuTQF3M>

³⁴ http://cyborganthropology.com/Main_Page

³⁵ https://www.ted.com/talks/amber_case_we_are_all_cyborgs_now/transcript?language=pt-br#t-101153

³⁶ <https://mindhacks.com/2006/09/19/why-email-is-addictive-and-what-to-do-about-it/>

³⁷ <https://mitpress.mit.edu/books/second-self-twentieth-anniversary-edition>

³⁸ <https://www.cbsnews.com/news/cyborgs-at-work-employees-getting-implanted-with-microchips/>

³⁹ <https://www.cyborgfoundation.com/>

*organismo no qual componentes exógenos lhe são acrescentados com o propósito de adaptá-lo a um novo ambiente.*⁴⁰ Decorre que deficiências humanas estão sendo reparadas com instrumentação mecânica e digital.⁴¹ Experimentações têm mesclado o corpo humano com equipamentos artificiais⁴² revertendo em alguns experimentos de bioeletrônica⁴³ doenças como Alzheimer⁴⁴. A acromatopsia (incapacidade ver as cores) já foi superada com o uso do *eye-borg*.⁴⁵

O impacto deste ambiente *pós-humano* (Ferrando, 2014)⁴⁶ se faz sentir em praticamente todos os campos. É o caso do jornalismo. Desde o início do século XX até o início do século XXI coube aos veículos de comunicação massiva a tarefa de coletar e de difundir notícias à sociedade. Tal exclusividade sucumbiu face à emergência da Inteligência Artificial. Exemplo é a agência *Reporters and Data and Robots* (Radar).⁴⁷ Autômatos são na atualidade ao mesmo tempo fonte de notícias⁴⁸, repórteres (*articleforge.com*), âncoras⁴⁹ e redatores (*automatedinsights.com*; *narrativescience.com*; <http://ai-writer.info/#examples>).

Outro viés é a convergência entre o jornalismo e as plataformas digitais. Elas operam com base em algoritmos que selecionam e por decorrência controlam o fluxo das informações (Bell & Own, 2017). Um terço do que a Bloomberg News divulga é produzido com base em alguma tecnologia automática⁵⁰ (Lewis et.al, 2019). Uma das virtudes desse novo ambiente é a de poder oferecer a cada indivíduo o que ele mais deseja. O *jornalismo personalizado* já está sendo praticado em veículos como The New York Times, Times, a Associated Press e a Reuters (Thurman et. al, 2019). Neste caso a máquina assume um papel tipicamente humano (Lewis, et. al, 2019).

2. A REAÇÃO NEOLUDITA

Face à nova realidade tecnológica surgiu o grito reativo em favor da *liberdade cognitiva* e do direito da pessoa à sua *integridade mental*. Os críticos protestam contra a capacidade das novas tecnologias promoverem o *sequestro da mente*⁵¹ e de manipularem a sociedade. Eles oferecem a perspectiva alternativa, a de que os cidadãos têm o direito de controlar suas informações pessoais.⁵²

Ou seja, os críticos querem preservar a intimidade mental como algo inacessível e impenetrável (Evangelos et al., 2017). Sugerem também o *direito ao esquecimento*, algo que se obteria com a eliminação de referências digitais no Google, por exemplo. Algo

⁴⁰ https://www.ted.com/talks/amber_case_we_are_all_cyborgs_now#t-23105

⁴¹ <http://www.ccibj.com.br/video/japoneses-testam-robo-com-musculos-de-verdade/>

⁴² <https://www.youtube.com/watch?v=11jaqp03NJY>

⁴³ <https://news.harvard.edu/gazette/story/2012/08/merging-the-biological-electronic/>

⁴⁴ <https://www.bbc.com/news/health-15890749>

⁴⁵ <https://www.telegraph.co.uk/news/health/alternative-medicine/3313425/Eyes-opened-to-sound-of-socks.html>

⁴⁶ <https://jetpress.org/v19/marsen.htm>

http://www.tijdschriftframe.nl/wp-content/uploads/2015/05/Frame-25_01-Ferrando.pdf

⁴⁷ <https://pa.media/radar/>

<https://www.ft.com/content/e2cbe014-8131-11e9-b592-5fe435b57a3b>

⁴⁸ <https://www.theguardian.com/australia-news/2019/feb/01/political-donations-plunge-to-167m-down-from-average-25m-a-year>

⁴⁹ <https://canaltech.com.br/inovacao/tv-chinesa-exibe-inteligencia-artificial-para-apresentar-noticias-126525/>

⁵⁰ <https://www.nytimes.com/2019/02/05/business/media/artificial-intelligence-journalism-robots.html>

⁵¹ Ver a propósito o projeto Mapa da Atividade Mental em <https://www.braininitiative.nih.gov/>

⁵² Ver *Personal Data Store*. <https://pds.mydex.org/what-personal-data-store-0>

<https://pt.slideshare.net/Kaliya/personal-data-store-project-4782433>

similar é dito na *Regulação da Proteção de Dados* aprovado pela Comunidade Europeia.⁵³ Estas regras se consolidaram após as denúncias contra a ação da Cambridge Analytica.⁵⁴

A corrente crítica recuperou igualmente a velha tradição da denúncia do imperialismo cultural (Schiller, 1976) para expor o que agora é denominado de *colonialismo de dados* (Couldry & Neijasm 2018). O argumento diz que as informações pessoais não podem ser consideradas *commodities*. Elas não podem ser extraídas, apropriadas e processadas livremente pelas corporações. Segundo Kwet (2018), estas empresas, ao controlarem a conectividade internacional, produzem cinco formas de dominação: a extração de dados, o controle do ecossistema digital, a vigilância através dos Big Data e a persuasão política.

Exemplo da atualidade mostra que as inovações cobram um preço. Ao se obter uma vantagem perde-se uma qualidade já dominada. A introdução do GPS na região das estepes geladas do Ártico facilitou a navegação dos caçadores Inuit. O efeito colateral dessa tecnologia foi a incapacidade crescente das novas gerações de esquimós aprenderem esta habilidade na maneira tradicional. Resulta que incidentes graves ocorrem agora quando o GPS falha. Os jovens Inuit estão ficando *cegos* no ambiente em que vivem (Carr, 2015).⁵⁵

A cautela com os efeitos das inovações explica o fato de 7000 especialistas terem assinado em 2015 uma Carta Aberta⁵⁶ apoiando uma agenda positiva de pesquisa para o campo da Inteligência Artificial (Russel, et al., 2015). O documento alerta para os perigos imprevistos, mas prováveis desta tecnologia. O prognóstico distópico, o do *risco existencial*⁵⁷, tem sido feito com insistência por Elon Musk⁵⁸. Ele diz que os novos equipamentos podem fazer muito mais do que o ser humano de hoje é capaz de saber ou antecipar.⁵⁹ Algo similar foi referido pelo físico Stephen Hawking.⁶⁰ Ele repetiu o alerta de Ray Solomonoff,⁶¹ um dos pioneiros do campo da Inteligência Artificial,⁶² sobre o perigo das máquinas se sobreporem à pessoa (Foer, 2017; O’Neil, 2016).⁶³

Os que resistem se rebelam também contra a capacidade relativa dos novos equipamentos moldarem as pessoas e a sociedade. Almejam evitar este tipo de influência em nome de certos valores. Por isso mesmo alguns dissidentes preferem viver sem equipamentos eletrônicos e automóveis (é o caso dos Amish, nos Estados Unidos⁶⁴). Outros recusam a televisão. É o caso de vários grupos pertencentes ao ramo do judaísmo ortodoxo. Eles classificam o WhatsApp⁶⁵ como um dos grandes perigos espirituais da modernidade. Esta reação implica também na limitação dos fiéis ao uso do computador, do smartphone e da Internet.⁶⁶

⁵³<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32016R0679&from=EN>
<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/artificial-intelligence>

⁵⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=wjXYCrRWqC>

⁵⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=Mt8ooCms4sE>

⁵⁶ <https://futureoflife.org/ai-open-letter/?cn-reloaded=1>

⁵⁷https://www.washingtonpost.com/news/innovations/wp/2015/01/20/why-the-worlds-most-intelligent-people-shouldnt-be-so-afraid-of-artificial-intelligence/?utm_term=.883f76478178

⁵⁸ <https://futureoflife.org/ai-open-letter/?cn-reloaded=1>

⁵⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=Jfw1kyicp5I>

⁶⁰ <https://www.bbc.com/news/technology-30290540>

⁶¹ https://www.huffpostbrasil.com/entry/stephen-hawking-capitalism-robots_n_5616c20ce4b0dbb8000d9f15

⁶² <http://raysolomonoff.com/publications/alpstrong.pdf>

<http://raysolomonoff.com/publications/pubs.html>

⁶³ <https://www.bbc.com/news/technology-30290540>

⁶⁴<https://www.npr.org/sections/alltechconsidered/2013/09/02/217287028/amish-community-not-anti-technology-just-more-thoughtful>

⁶⁵ <https://www.nytimes.com/2019/04/20/world/middleeast/israel-ultra-orthodox-technology.html>

⁶⁶ <https://www.haaretz.com/israel-news/hasidic-rabbis-losing-battle-against-smartphones-1.5406847>

Enquanto os *minimalistas* expressam desapego às ofertas da sociedade de consumo⁶⁷, o *Movimento Humano*⁶⁸ deseja aliviar os efeitos colaterais e nocivos das inovações tecnológicas. São reações moderadas quando comparadas às de Theodore John Kaczynski, chamado de Unabomber⁶⁹ pelos investigadores do FBI que o perseguiram entre 1978 e 1995 em virtude de seus 16 ataques a bomba e cartas-bomba⁷⁰ contra alvos simbólicos que representavam o que ele mais detestava. Seu denso manifesto *A Sociedade Industrial e Seu Futuro*⁷¹ publicado pelos jornais The New York Times e Washington Post em 19 de setembro de 1995 explica as razões de sua ira. Diz logo na abertura do ensaio que a revolução industrial foi um desastre para a raça humana, pois desestabilizou a sociedade, submeteu as pessoas a indignidades e a sofrimento psicológicos causando igualmente prejuízos ambientais. “A continuidade do desenvolvimento tecnológico irá piorar a situação”, diz ele. Outros males são a concentração populacional, o distanciamento humano da natureza, o ruído insuportável das metrópoles, o desaparecimento da vida comunitária e da família extensiva. A consequência é o stress, a violência e a decadência dos valores tradicionais.

Há nessa fala vestígios da era iluminista quando os filósofos trataram do *estado da natureza*, descrita como uma fase na qual as pessoas viviam livremente sem a necessidade de um contrato coletivo com regras para a convivência social. Para alguns desses pensadores tal contrato deveria demandar a submissão dos cidadãos ao monarca em troca de uma paz armada (Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes). Para outros ele exigia a soberania da vontade do povo, o combate à tirania e a limitação do poder absolutista (John Locke, Montesquieu e John Stuart Mill). Ressoa igualmente a figura mítica do *Bom Selvagem*, nascido livre, mas corrompido pela sociedade que ‘o acorrenta a ferros’. Tal *queda* sugerida por Jean Jacques Rousseau demandava uma revolução retificadora mesmo que armada e violenta, como a que ocorreu em 1789 na França e repetida depois ao longo do tempo sob inspiração de doutrinas variadas.

O *bom selvagem* ocupa nesse imaginário rebelde um papel inspirador. Ele ilumina os que buscam o retorno ao estado de natureza. De forma similar às prédicas rebeldes de Rousseau e de Kaczynski, o *bom selvagem* é bom porque ele se indis põe às artificialidades da vida social e à infelicidade provocada pela civilização moderna. Tais ideias se aproximam das defendidas por John Zerzan, um dos principais porta-vozes do movimento anarco-primitivista contemporâneo.⁷²

O Manifesto Neoludita⁷³ expressou esta tendência⁷⁴ ao se pronunciar contra a energia nuclear, as tecnologias eletromagnéticas, químicas e genéticas e contra a televisão e a computação. Grupos como o *Occupy*, *Anarquistas Verdes* e *Il Silvestre* (fundado em 1998) formularam a estratégia da Guerra Ecológica Decisiva.⁷⁵ Alguns grupos anarquistas por vezes cruzam a tênue fronteira entre a mera oposição política e ideológica à modernidade tecnológica e o terrorismo ambiental.⁷⁶ Foi o caso, por exemplo, do *Individualidades*

⁶⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=0Co1Iptd4p4>

⁶⁸ <https://humanetech.com/problem/>

⁶⁹ O termo refere-se a *University and Airline Bomber*.

⁷⁰ Três pessoas morreram e 23 ficaram feridas.

⁷¹ *A Sociedade Industrial e Seu Futuro*. Editora Baraúna, 2014

<http://editions-hache.com/essais/pdf/kaczynski2.pdf>

⁷² <https://www.youtube.com/watch?v=ZVXbfcY7uGM>

⁷³ <https://theanarchistlibrary.org/library/chellis-glendinning-notes-toward-a-neo-luddite-manifesto>

⁷⁴ <http://www.primitivism.com/>

⁷⁵ <https://deepgreenresistance.org/pt/deep-green-resistance-strategy/decisive-ecological-warfare>

⁷⁶ <https://325.nostate.net/2012/09/28/eco-anarchist-costa-is-released-from-prison-switzerland/>

*Tendendo à Selvageria*⁷⁷ que imitou Kuczynski. Iniciou em 2011 seus ataques no México enviando cartas-bombas a vários institutos de pesquisa. Assassinou também um pesquisador na cidade de Cuernavaca. Este grupo neoludita que agora se chama *Reação Selvagem* e vários outros adotaram a mesma tática do terrorismo marxista das décadas de 1960 e 1970. Utilizam a tática da *Propaganda pelos Atos* e a divulgação de Comunicados à Imprensa nos quais justificam suas ações armadas. Ataques similares ocorreram no Chile e na Itália⁷⁸. Esses militantes se autodefinem como “sabotadores nihilistas, delinquentes individualistas, anarco terroristas e críticos moralmente incorretos.”⁷⁹

A reação neoludita à modernidade tecnológica ocorre sob várias denominações. Diferentes correntes se uniram nessa aliança que busca ora controlar, ora deter e ora ainda destruir a capacidade das máquinas se sobreporem a dos seres humanos. São os casos do eco-comunismo (Michale Löwy), do eco-cristianismo (Jacques Ellul) e do anarquismo verde (Murray Bookchin)⁸⁰.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fascínio, o medo e a ira são três reações emocionais contemporâneas à revolução tecnológica iniciada no século XVIII. Os impactos sociais, econômicos, culturais e políticos dessa profunda transformação constituíram o que agora usualmente se chama de *modernidade*. É frequente nos círculos críticos da atualidade a ideia de que as inovações tecnológicas ameaçam a existência humana. As bombas atômicas jogadas pelos americanos em Hiroshima e Nagasaki em 1945, os desastres das centrais nucleares de Three Mile Island em 1979, de Chernobyl em 1986 e de Fukushima em 2011, e as queimadas na Amazônia de 2019 confirmaram essa suspeita e impulsionaram a resistência ambientalista que nos dias correntes serve de motivo mobilizador a grupos que lutam contra a globalização, o capitalismo, a sociedade de consumo e pela restauração de um estilo de vida igualitário e despojado.⁸¹

Em alguns casos a veemência desse clamor se expressa de forma violenta, fato que sugere elevado rancor contra o império das máquinas e das tecnologias – os robôs, os algoritmos e a nanotecnologia, entre elas – e nostalgia crescente pela vida gregária, algo que tem sido chamado de neotribalismo (Maffesoli, 1987).

Embora o ritmo das inovações não tenha diminuído no século XXI lhe acompanha o passo este mal-estar que surgiu ainda no século XIX. Tal desajuste foi objeto das reflexões de autores como Leon Tolstói, Isaac Asimov, Sigmund Freud, Martin Heidegger, Lewis Mumford, Henry David Thoreau e Hans Jonas. Nesses casos todos e em muitos outros o fascínio e o medo estão de mãos dadas outra vez.

REFERÊNCIAS

- [1] Adam, Marc T. P.; Krämer, Jan; Weinhardt, Christof. ‘Excitement Up! Price Down! Measuring Emotions in Dutch Auctions.’ **International Journal of Electronic Commerce**. 17 (2): 7–40. Dezembro de 2012
- [2] Astor, Philipp J.; Adam, Marc T. P.; Jerčić, Petar; Schaaff, Kristina; Weinhardt, Christof. ‘Integrating

⁷⁷ <https://theanarchistlibrary.org/library/individualists-tending-toward-the-wild-communicues>

⁷⁸ <https://www.theguardian.com/world/2012/may/11/italian-anarchists-kneecap-nuclear-executive>

⁷⁹ <https://eltlatol.files.wordpress.com/2014/11/la-naturaleza-es-el-bien-la-civilizacic3b3n-es-el-mal.pdf>

⁸⁰ <https://theanarchistlibrary.org/library/green-anarchist-international-association-the-ecoanarchist-manifesto>

⁸¹ <http://freedomnews.org.uk/green-anarchism-towards-the-abolition-of-hierarchy/>

- Biosignals into Information Systems: A NeuroIS Tool for Improving Emotion Regulation'. **Journal of Management Information Systems**. 30 (3): 247-278. Dezembro de 2013
- [3] Bell, Emily & Owen, Taylor. 'The Plataform Press: How Silicon Valley Reengineered Journalism'. **Tow Center for Digital Journalism Report**. 29 de março de 2017
- [4] Calvo, R., & D'Mello S. 'Affect detection: An interdisciplinary review of models, methods, and their applications'. **IEEE Transactions on Affective Computing**. 1 (1). 2010
- [5] Cowie, R., Douglas-Cowie, E., Tsapatsoulis, N., Votsis, G., Kollias, S., Fellenz, W., & Taylor, J. G. 'Emotion recognition in human-computer interaction'. **IEEE Signal Processing Magazine**. 18 (1). 2001
- [6] Bond, Robert M.; Fariss, Robert M.; Jones, Jason J.; Kramer, Adam D.; Marlow, Cameron; Sttler, Jaime E. & Fowler, James. 'A 61-million-person experiment in social influence and political mobilization'. **Nature**. v. 489. Setembro de 2012
- [7] Carr, Nicholas. **The glass cage. How our computers are changing us**. W. W. Norton & company. 2015
- [8] Couldry, Nick & Mejias, Ulises A. 'Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject.' **Television & News Media**. 2 de setembro de 2018 [https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476418796632]
- [9] Ellen, Pam Scholder; Bearden, William O.; Sharma, Subhash. 'Resistance to Technological Innovations: An Examination of the Role of Self-Efficacy and Performance Satisfaction.' **Journal of the Academy of Marketing Science** v. 19, n. 4, pp. 297-307. 1991 [https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2FBF02726504.pdf]
- [10] Evangelos, Pournaras; Nikolic, Jovan; Omerzel, Alex & Helbing, Dirk. 'Engineering Democratization in Internet of Things Data Analytics.' **2017 IEEE 31st International Conference on Advanced Information Networking and Applications (AINA)**
- [11] Ferrando, Francesca. "The Body". In **Post- and Transhumanism: an Introduction**. Peter Lang, Frankfurt: 2014. [https://www.academia.edu/10395183/_THE_BODY_IN_POST-_AND_TRANSHUMANISM_]
- [12] Fogg, B. J. **Persuasive Technology: Using Computers To Change What We Think And Do** (Interactive Technologies. Morgan Kaufmann; 2002.
- [13] Foer, Franklin. **O mundo que não pensa**. LeYa. 2017
- [14] Guzman, Andrea L. & Lewis, Seth C. 'Artificial intelligence and communication: A Human-Machine Communication research agenda.' **New Media Society**. p. 1-17. 4 de julho 2019 [https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1461444819858691]
- [15] Jaimes, Alejandro; Sebe, Nicu. 'Multimodal human-computer interaction: A survey.' **Computer Vision and Image Understanding**. v. 108, n. 1-2, pp. 116-134. Outubro-Novembro 2007
- [16] Juma, Calestous. **Innovation and Its Enemies: Why People Resist New Technologies**. New York, NY: Oxford University Press, July 2016.
- [17] Kramer, Adam D. I; Guillory, Jamie E., & Hancock, Jeffrey T. 'Experimental Evidence of massive-scale emotional contagion through social networks.' **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**. 17/ 06/2014 [https://www.pnas.org/content/111/24/8788.full]
- [18] Kwet, Michael. 'Digital Colonialism: US Empire and the New Imperialism in the Global South.' **Race & Class** v. 60, n. 4 (Abril de 2019)
- [19] Lehrer, Jonah. **Proust foi um neurocientista**. BestSeller. 2010
- [20] Lewis, Seth C., Guzman, Andrea L. & Schmidt, Thomas R. (2019) Automation, Journalism, and Human-Machine Communication: Rethinking Roles and Relationships of Humans and Machines in News. **Digital Journalism**, 7:4, 409-427, 2019
- [21] Maffesoli, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massas**. RJ: Forense Universitária. 1987
- [22] Minsky, Marvin. **The Emotion Machine: Commonsense Thinking, Artificial Intelligence and the Future of the Human Mind**. Simon & Schuster. 2007

- [23] Mota, Selene & Picard, Rosalind. 'Automated Posture Analysis for Detecting Learner's Interest Level.' **Conference on Computer Vision and Pattern Recognition Workshop**. 2003
- [24] Nasoz, Fatma. 'Using Noninvasive Wearable Computers to Recognize Human Emotions from Physiological Signals'. **EURASIP Journal on Applied Signal Processing**. v.(11):1672-1687. Setembro de 2004
- [25] O'Neil, Cathy. **Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases inequality and Threatens Democracy**. Penguin. 2016
- [26] Osgood, C.E.; May, W. H.; Miron, M. S. **Cross-Cultural Universals of Affective Meaning**, Univ. of Illinois Press, 1975.
- [27] Picard, R. W. 'Affective computing.' **Mit Media Laboratory Perceptual Computing Section**. N. 321, 1995
- [28] Reis, Willian Augusto dos. **Um Método de Identificação de Emoções Baseado na Mineração de Padrões Sequenciais**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2017
- [29] Russel, Stuart; Dewey, Daniel & Tegmark, Max. 'Research Priorities for Robust and Beneficial Artificial Intelligence.' **Association for the Advancement of Artificial Intelligence**. 2015
[https://futureoflife.org/data/documents/research_priorities.pdf?x60419]
- [30] Schiller, Herbert I. **O império norte-americano das comunicações**. Petrópolis: Vozes. 1976
- [31] Thaler, Richard H. & Sunstein, Cass R. **Nudge. O empurrão para a coisa certa**. Elsevier. 2008
- [32] Thurman, Neil; Moeller, Judith; Helberger, Natali & Trilling, Damian. 'My Friends, Editors, Algorithms, and I.' **Digital Journalism** 7:4, 447-469, 2019
- [33] Turing M. A. 'Computing Machinery and Intelligence.' **Mind**. New Series, v. 59, n. 236, pp. 433-460. Outubro de 1950 [<https://phil415.pbworks.com/f/TuringComputing.pdf>]
- [34] Zeng, Zhihong; Pantic, Maja; Roisman, Glenn I., Huang, Thomas S. 'A Survey of Affect Recognition Methods: Audio, Visual, and Spontaneous Expressions.' **IEEE Transactions on Pattern Analysis and Machine Intelligence**. v. 31. N.1. Jan. 2009.

Capítulo 8

Controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro: uma análise comparativa entre o Controle Difuso e o Controle Concentrado

Ademir Luzerno de Menezes

Fábio Teixeira Lima

Iandro Mateus Almeida Moreira

Lázaro Ivan Coelho da Silva

Paulo Fernando Barbosa de Oliveira

Izabel Luana Araújo da Silva

Resumo: O presente trabalho aborda assuntos pertinentes sobre o controle de constitucionalidade como instrumento fundamental, que visa garantir a supremacia da Constituição. Sendo que no Brasil, esse controle é realizado através de duas vertentes principais: o controle difuso e o controle concentrado. Neste sentido, o artigo busca analisar as características, as vantagens e as desvantagens de cada um desses controles, destacando suas peculiaridades e impactos no sistema jurídico brasileiro. O trabalho será realizado por meio de pesquisa bibliográfica, que consista na finalidade de elucidar os fatos narrados. Assim sendo, para melhor entendimento do assunto vamos apresentar as quatro ações do controle de constitucionalidade, sendo elas: a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), a Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI Interventiva) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

Palavras-chave: constitucionalidade, inconstitucionalidade, Controle Difuso, Controle Concentrado.

1. INTRODUÇÃO

O controle de constitucionalidade é um mecanismo essencial para assegurar a coerência e a integridade do ordenamento jurídico brasileiro, garantindo que as leis e atos normativos estejam em conformidade com a Constituição. Neste sentido, a formalização deste trabalho é para apresentar possibilidades de entendimento das normas constitucionais, sua legalidade e atuação.

Para isso, no Brasil, esse controle deve ser realizado, com base nas normatizações do controle difuso, que se encontra sob a responsabilidade dos (juiz ou tribunal) ou controle concentrado que está tutelado sob a responsabilidade dos (STF e TJS), cada um desses controles, apresentam suas particularidades e competências distintas, com a finalidade de auxiliar os operadores do direito, que em circunstâncias de desrespeito as normatizações constitucionais, os órgãos citados, podem interceder diretamente na legalidade do processo.

As partes que compõem os mecanismos do controle difuso e do controle concentrado podem ser observadas a partir das seguintes ações: Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), a Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI Interventiva) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) (Medeiros, 2013).

Portanto, este trabalho visa clarificar os procedimentos legais, para que um processo possa ser analisado dentro do controle difuso e do controle concentrado, para que os leitores possam saber quais dos órgãos públicos possam recorrer, em situações que a instrução do processo esteja em desacordo com a Constituição Federal de 1988.

2. O CONTROLE DIFUSO

O processo histórico do controle difuso de constitucionalidade, de maneira concreta, nasce nos Estados Unidos da América, no ano de 1803, no célebre caso *Marbury X Madison*, com a decisão do Chefe de Justiça John Marshall, se recusando a julgar o writ por entender que a lei que lhe atribuía competência para decidir tal conflito era inconstitucional, já que a competência da Suprema Corte deveria ser ditada pela própria Constituição, e não pela legislação infraconstitucional (Nápoli, 2023; Souza, 2016).

De acordo com Medeiros (2013, p. 193) “O controle difuso, também conhecido como controle por via de exceção ou incidental, permite ao juiz ou ao tribunal realizar, no caso concreto, a análise sobre a compatibilidade de lei ou ato normativo com a Constituição”. Sendo assim, o sistema do controle difuso de constitucionalidade, também denominado de controle concreto ou incidental de constitucionalidade, permite ao magistrado ou órgão colegiado analisar, no caso concreto, a compatibilidade de uma lei ou ato normativo perante a Constituição. Neste sentido, para deslindar o processo histórico do controle difuso Andrada (2010, p. 11) explica que:

O controle difuso de constitucionalidade foi o primeiro método de verificação de compatibilidade entre uma norma infraconstitucional e a Constituição implantada em nosso ordenamento jurídico. Contudo, paulatinamente, introduziu-se o controle concentrado, fazendo com que o controle difuso perdesse expressivo espaço de atuação.

Mesmo assim, o controle difuso de constitucionalidade permite que qualquer juiz ou tribunal, ao apreciar caso concreto, declare a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo. Neste sentido, Costa (2001, p. 49) sintetiza que: “O controle difuso é próprio e necessário de qualquer julgador; a constitucionalidade ou não de uma norma é objeto de exame pelos juízes de primeiro grau e por todos os tribunais”. Para esse tipo de controle, a decisão sobre a inconstitucionalidade é uma consequência do julgamento do caso em si, não tendo eficácia afeiçoado para outros episódios.

O controle difuso segue o processo subjetivo. Uma pretensão ou um direito subjetivo é sempre objeto da ação. Por isso, as ações do controle difuso podem estar sujeitas a prazos de prescrição ou de decadência. É que os efeitos dessas ações são interpartes. Influem, no ponto, entretanto -- vale novamente invocar -- princípios, como o da boa-fé e o da segurança jurídica. E se a declaração de inconstitucionalidade é proferida, pode o juiz ou o tribunal adotar o efeito *ex nunc*, em obséquio aos citados princípios. A jurisprudência, no particular, não tem sabor de novidade. Há, inclusive, tendência no sentido de emprestar-se, a questões do controle difuso, o caráter objetivo, conferindo-se efeito *ex nunc* à decisão (Velloso, 2016, p. 178).

Seguindo essa linha de raciocínio e com a finalidade de esclarecer a sensibilidade da importância da generalidade do controle difuso de constitucionalidade, Schueller (2011, p. 140) exemplifica, sua conduta que:

O sistema do controle difuso de constitucionalidade, também denominado controle concreto ou incidental de constitucionalidade, permite ao magistrado ou órgão colegiado analisar, no caso concreto, a compatibilidade de uma lei ou ato normativo perante a Constituição. Trata-se de modalidade de controle repressivo de constitucionalidade, sendo a outra modalidade pela via concentrada.

Para subsidiar a importância do controle difuso, em sua essência legal e constitucional, perante a passionalidade da Constituição, Medeiros (2013, p. 193) explicar que:

Quando o Poder Judiciário aprecia uma controvérsia constitucional suscitada diante de um caso concreto a ele submetido, em sede de ações diversas (mandado de segurança, habeas corpus, habeas data, ação civil pública, ação popular etc.), estamos diante do denominado controle difuso, concreto, incidental.

Porém, uma das vantagens do controle difuso é a sua flexibilidade, permitindo que a inconstitucionalidade seja declarada em qualquer caso concreto, independentemente da existência de uma ação específica para esse fim. No entanto, essa flexibilidade pode levar a decisões contraditórias entre diferentes juízes e tribunais, gerando insegurança jurídica e dificultando a uniformidade na aplicação do direito na sua legalidade jurídica.

3. O CONTROLE CONCENTRADO

No Brasil o controle de constitucionalidade surge a partir da Constituição de 1891, de forma expressa em seus artigos 59 e 60. Apesar de que na constituição provisória de 1890, que não chegou a vigor, já havia a previsão desse controle de constitucionalidade, bem como no artigo 9º § único, *a* e *b* do Decreto 848/1890 (NATANE, 2018; SOUZA, 2016). Portanto, o regulador legal do controle de constitucionalidade no Brasil é a Constituição, que de acordo com Costa (2001, p. 45), afirma que:

A Constituição rege o controle concentrado, autônomo ou principal, via ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (arts. 102, I, e p, e 103, CF; Lei 9.882, de 03.12.99, dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § Iº do art. 102 da Constituição Federal).

O controle concentrado de (in) constitucionalidade, por sua vez, se limita ao Supremo Tribunal Federal (STF), no momento que a norma paradigma pertencer a Constituição Federal, ficando aos Tribunais de Justiça Estadual (TJE), no momento que a norma paradigma é a Constituição Estadual. Para sustentar essa discursão, os autores Costa, Carvalho e Farias (2016, p. 181), apresenta um breve comentário, conclusivo sobre a temática, afirmando que:

A Constituição de 1988 ampliou, timidamente, o rol de agentes legitimados a postular a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual perante a Corte – atribuição que, até então, era confiada exclusivamente ao procurador-geral da República. Além disso, foram instituídos instrumentos outros, sejam eles voltados ao exercício do controle de constitucionalidade por via direta, como a ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental; sejam para a efetivação de direitos fundamentais contra omissões dos poderes instituídos na regulamentação do seu exercício, como o mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão; ou para a preservação da competência e autoridade das decisões da Corte, por via incidental, como a reclamação constitucional.

Para isso, esse protótipo de controle, a inconstitucionalidade fica declarada de forma genérica, com efeitos *erga omnes* e vinculantes, ou seja, a decisão deve ser seguida por todos os órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública. De acordo com Velloso (2016, p. 177), “As ações do controle concentrado têm cunho objetivo. É dizer, não visam proteger direitos subjetivos. Protegem, sim, a ordem jurídica. Por isso, o seu objeto é a própria lei”. Para contextualizar os efeitos do controle concentrado Costa (2001, p. 46) segue comentando que:

O controle concentrado se restringe às normas federais e estaduais em face da Constituição Federal, exclusivo do Supremo Tribunal Federal; normas estaduais e municipais diante da Constituição do Estado, competência dos tribunais de justiça.

Para contextualizar as ações diretas de (in) constitucionalidade e respeitar das normas descritas na Constituição, sendo a legislação suprema, Medeiros (2013, p. 199), discorre que:

A Constituição de 1988 consagra, ao lado do controle concreto, o controle abstrato, consubstanciado na jurisdição outorgada ao Supremo Tribunal Federal para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, quando são impugnados leis ou atos normativos federais ou estaduais, por ofensa à Constituição Federal.

Sendo assim, uma das principais vantagens do controle concentrado é a sua capacidade de resolver as problemáticas, de forma mais rápida e uniforme com as questões constitucionais, evitando decisões contraditórias entre diferentes juízes e tribunais, o que da credibilidade ao ordenamento jurídico, na solidez das decisões, com resultados rápidos e concretos, quanto ao cumprimento das leis da Constituição Federal ou Constituição Estadual.

No caso do controle concentrado, o Poder Judiciário é acionado para decidir acerca da constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo de forma abstrata; ou seja, se a norma indigitada está ou não se contrapondo à Constituição, por meio das ações diretas de inconstitucionalidade (ADI); das ações declaratórias de constitucionalidade (ADC), instituídas pela Lei nº 9.868/99; ou das arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), regulamentada pela Lei nº 9.882/99 (Schueller, 2006, p. 141).

Para maior compreensão dos fatos narrados, vamos descrever cada uma das ações, apresentando sua finalidade e por quais motivos que foram elaboradas, para apresentar suporte legal a Constituição.

3.1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) esta ação que têm por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional, ou seja, contraria a Constituição Federal. Neste sentido, a ADI se torna um dos instrumentos daquilo que os juristas chamam de controle concentrado de constitucionalidade das leis, ou seja, um suporte necessário para fundamentar a Constituição e proteger os direitos de forma legal.

Ao mesmo modo Costa, Carvalho e Farias (2016, p. 158), comentam que: “essa ação foi criada em 1999, o legislador incluiu a previsão de extensão do efeito vinculante para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), consolidando o entendimento jurisprudencial de que o caráter abstrato das ações diretas conferia efeito vinculante a suas decisões”.

Ademais, essa ação é apresentada como proposta perante o Supremo Tribunal Federal quando se tratar de inconstitucionalidade de norma ou ato normativo federal ou estadual perante a Constituição Federal.

3.2. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

Esta ação tem por finalidade confirmar a constitucionalidade de uma lei federal. O objetivo da ADC é garantir que a constitucionalidade da lei não seja questionada por outras ações. Para isso, a ADC é um dos instrumentos do qual, os juristas chamam de “controle concentrado de inconstitucionalidade das leis” (Costa; Carvalho; Farias, 2016; Souza, 2026; Medeiros, 2013). Sendo assim, Costa, Carvalho e Farias (2016, p. 158) declaram que:

“Em 1993, foi introduzida a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) com efeito vinculante e, em 1999, a legislação conferiu ao STF o direito de modular o efeito ex tunc das declarações de inconstitucionalidade, possibilidade essa que foi jurisprudencialmente estendida ao controle difuso em 2002.

Do mesmo modo, todas as decisões definitivas de mérito sobre essa ação têm eficácia contra todos os efeitos vinculantes, no âmbito dos demais órgãos do Judiciário e do Executivo.

3.3. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) é proposta ao Supremo Tribunal Federal (STF) para efetivar as normas estabelecidas pela Constituição Federal quando há omissão de algum dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou de órgãos administrativos. Por conseguinte, Souza (2016, p. 31) explica que:

A ação direta de inconstitucionalidade por Omissão (ADO) é o instrumento destinado à aferição da inconstitucionalidade da omissão dos órgãos competentes na concretização de determinada norma constitucional, sejam eles órgãos federais ou estaduais, seja a sua atividade legislativa ou administrativa, desde que se possa, de alguma maneira, afetar a efetividade da Constituição. Assim como na Ação direta de inconstitucionalidade e na Ação Declaratória de Constitucionalidade, o parâmetro de controle da Ação direta de Inconstitucionalidade por Omissão é, exclusivamente, a Constituição vigente.

Seguindo esse parâmetro legal, a Constituição Federal possui grande amplitude nos temas, algumas normas constitucionais necessitam de leis específicas que a regulamentem.

Desta forma, essa ação apresenta como objetivo provocar o Judiciário para que seja reconhecida a demora na produção da norma regulamentadora. Caso a demora seja de algum dos Poderes, o mesmo será cientificado de que a norma precisa ser elaborada.

3.4. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA OU REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA

Na ação direta interventiva, a proposta é realizada pelo Procurador-Geral da República, junto ao Supremo Tribunal Federal, no momento que a lei ou ato normativo de natureza estadual, distrital, omissão, ato governamental contrariem os princípios constitucionais previstos no artigo 34 inciso VII da Constituição Federal. Para enfatizar a explicação Krol (2003, p. 88) argumenta que:

Com efeito, a decretação de intervenção federal fundada no inciso VII do artigo 34 da Constituição Federal depende de representação do Procurador-Geral da República e de provimento desta pelo Supremo Tribunal Federal, conforme disposição do artigo 36, inciso III da Constituição Federal.

Sendo assim, a Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, ou, simplesmente, representação interventiva, é uma modalidade de controle concentrado de constitucionalidade, em que se busca a obtenção de um provimento jurisdicional que declare, incidentalmente, a inconstitucionalidade de ato normativo ou até mesmo administrativo. Neste sentido Krol (2003, p. 88) afirma que:

A ação direta interventiva se insere dentro dos mecanismos de controle direto de constitucionalidade, ao lado das ações diretas de inconstitucionalidade por ação e por omissão, da ação declaratória de constitucionalidade e da arguição de descumprimento de preceito fundamental (Krol, 2003, p. 88).

Complementando, essa ação também é conhecida como representação interventiva, sendo uma ferramenta de controle concentrado de constitucionalidade. Conhecida também, como um dos instrumentos processuais dirigidos à manutenção e controle da federação brasileira, na qual é utilizada para solicitar a intervenção de um ente federativo em outro, sendo, geralmente, da União nos Estados ou no Distrito Federal.

3.5. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)

Na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), a inovação da Constituição Federal de 1988, é um instrumento de controle concentrado de constitucionalidade, no qual é utilizado para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público.

Porém, para fundamentar esse preceito Medeiros, (2013, p. 189) comunica que: “a Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF), e consolidada com a Emenda Constitucional no 45/2004, com a criação da Súmula Vinculante e do instituto da Repercussão Geral”.

No descumprimento de preceito fundamental é ato do Poder Público Federal, Estadual, Distrital e Municipal, sendo normativo ou não, mas, também, cabível a medida judicial quando for relevante no fundamento da controvérsia sobre lei ou ato normativo, espedido por qual quer um dos poderes públicos.

No entanto, esse tipo de controle pode gerar uma maior concentração de poder nas mãos de poucos órgãos, o que pode ser visto como uma ameaça à separação dos poderes e à democracia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o controle de constitucionalidade é um instrumento fundamental para garantir a supremacia da Constituição em um Estado de Direito. No Brasil, o controle pode ser realizado de compleição difusa ou concentrada, cada uma com suas vantagens e desvantagens. É importante que os operadores do direito compreendam as peculiaridades de cada tipo de controle e busquem utilizar o mais adequado para cada situação, garantindo assim a segurança jurídica e a efetividade do sistema jurídico brasileiro.

Existe a diferença explicativa entre o controle difuso e o controle que pode ser realizado por qualquer juiz ou tribunal. Por isso, é o controle cujo exercício é difundido, disperso, espalhado pelos órgãos do Poder Judiciário. Já no controle concentrado, por sua vez, é o tipo de controle ventilado em uma ação cujo julgamento concentra-se em um único órgão.

Se o parâmetro para aferição da constitucionalidade destina-se a Constituição Federal, o órgão competente para o julgamento será o STF. Contudo, se o parâmetro destina-se a uma Constituição Estadual, o julgamento desta ação se concentrará no âmbito do respectivo Tribunal de Justiça.

Para finalizar, podemos perceber que na sua aspiração de autenticidade, o controle de constitucionalidade, se afirmar que a Constituição inovou ao adotar o modelo híbrido, caracterizado pela combinação de elementos do controle difuso e do controle concentrado.

REFERÊNCIA

- [1] ANDRADE, Cynthia de Souza. **Controle de constitucionalidade difuso**: uma análise de seu declínio no Direito Constitucional brasileiro e seu declínio no Direito Constitucional brasileiro e sua relação com os poderes do Supremo Tribunal Federal. Monografia (Bacharelado). Faculdade Federal do Ceará – UFC, Faculdade de Direito, Fortaleza, 2010.
- [2] COSTA, Alexandre Araújo; CARVALHO, Alexandre Douglas Zaidan de; FÁRIAS, Felipe Justino de. **Controle de Constitucionalidade no Brasil**: Eficácia das políticas de concentração e seletividade. Revista Direta GV, v. 12, nº 1. São Paulo, jan/abr, 2016.
- [3] COSTA, José Rubens. **Controle Difuso e Concentrado de Constitucionalidade**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, p. 45-56, jul/set, 2001.
- [4] KROL, Heloísa da Silva. **Considerações sobre a ação direta interativa e a proteção dos direitos fundamentais**. Revista de Direito, Administração e Constitucional. Ano 3, nº 11. Belo Horizonte: Fórum, jan/mar, 2003.
- [5] MEDEIROS, Orione Dantas de. **O Controle de Constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988**: Do modelo híbrido à tentativa de alteração para um sistema misto complexo. Revista ano 50, n 200, Rio Grande do Norte, out/dez, 2013.
- [6] NAPOLI, Edem. **Direito Constitucional na Medida Certa para Concursos**. São Paulo: Editora Jus PODIUM, 2023.
- [7] NATANE, Emile. A Evolução do Controle de Constitucionalidade Brasileiro, 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-do-controle-de-constitucionalidade-brasileiro/606134457>.

- [8] SCHUELLER, Larissa Pinheiro. **Controle Difuso de Constitucionalidade**. Série Aperfeiçoamento de Magistrados 2. Curso de Controle de Constitucionalidade. Rio de Janeiro, EMERJ, 2011.
- [9] SOUZA, Luana Dias de. **A importância do controle de constitucionalidade difuso no direito brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal Fluminense, 2016. – Niterói, 2016.
- [10] VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Controle Concentrado e Difuso: Prescrição e Efeitos da Decisão**. Revista Iús Gentiu, vol. 7, nº 2, p. 176-178, jul/dez, 2016.

Capítulo 9

O Estado e a precarização do trabalho sob as lâminas neoliberais

Roseniura Santos

Resumo: O estudo examina o impacto do neoliberalismo sobre o trabalho e o papel do Estado. Analisando as reestruturações econômicas, sociais e políticas promovidas pela hegemonia neoliberal, destaca-se como o Estado foi moldado para facilitar a expansão do capital financeiro, resultando em precarização do trabalho e aumento da desigualdade social. A flexibilização das relações de trabalho e a reformulação do papel do Estado emergem como instrumentos centrais dessa transformação global.

Palavras-chave: neoliberalismo, Estado, trabalho, capitalismo, precarização, flexibilização, desigualdade.

1. O PENSAMENTO ÚNICO E A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

O neoliberalismo, enquanto etapa histórica do capitalismo, constitui um arcabouço multifocal (Wacquant, 2012) de cunho doutrinário (à medida que conforma um conjunto de dogmas), institucional (ao passo que engloba um complexo de políticas estatais) e político (enquanto espaço de embates pelo controle do poder).

O capitalismo é um sistema multidimensional, envolvendo as esferas do capital, do trabalho e política (Antunes, 2009; Borges e Druck, 1993), Filgueiras, L 2006). Por isso, qualquer movimento interventivo para ser bem-sucedido deve agir sobre as três ordens econômica, social e política. Um projeto de mudanças para se impor hegemônica e eficazmente tem que trespassar as três dimensões.

Em que pese o neoliberalismo essencialmente retome o liberalismo econômico clássico, não é exclusivamente um projeto econômico. É também um projeto político-social (Antunes, 2009; Harvey, 2005, 2011; Krein, 2011; Wacquant, 2012). E como tal para se impor hegemonicamente nos três planos referidos teve que formatar um aparato ideológico amplo e complexo para efetivar as propostas neoliberais (Anderson, 1995; Braz e Netto, 2006; Moraes, 2002; Santos, M. 2000; Wacquant, 2012).

Ora, aquilo que se tem chamado de pensamento único ou hegemonia ideológica neoliberal teve como uma de suas armas mais efetivas precisamente a capacidade de gerar e difundir narrativas que prometiam explicar o mundo em crise dos anos 70[.]. (Moraes, 2002, p. 2)

A reestruturação capitalista demandou reformas com impacto em todas esferas da vida social para satisfazer suas necessidades sistêmicas marcadas, na expressão de Mészáros, pela maldição da interdependência (Giddens, 2001; Mészáros, 2011) uma vez que:

[...] o mesmo processo que deve ser considerado, do ponto de vista do capital, como a bênção da homogeneização se apresenta, do ponto de vista do trabalho, como a maldição da interdependência (e dependência). Uma maldição porque a homogeneidade da relação de valor capitalista se impõe praticamente como uma malha selvagem de determinações intimamente entrelaçadas. As partes desta malha (incluindo o trabalho mercantilizado) reforçam-se mutuamente e asseguram a viabilidade do todo, parecendo, desse modo, negar até mesmo a mais remota possibilidade de escape deste círculo vicioso. (2011, p. 629).

Um dos traços marcantes da etapa atual do capitalismo é a força desta homogeneidade totalizadora imanente à dominação do sistema econômico sobre toda morfologia social. Anteriormente nenhum modelo econômico materializou-se através controle social absoluto pelo mercado, pois antes do capitalismo, apesar de a instituição do mercado estar presente desde os primórdios históricos, o seu papel era secundário e subordinado às relações sociais (Polanyi, 1980).

2. CONTROLE SOCIOMETABÓLICO E A MODERNIDADE

O diferencial na contemporaneidade é que o sistema capitalista se torna um modo de controle sociometabólico singular porque se forja um sistema de controle sem sujeito, com imposição dos objetivos do mercado contra os desejos subjetivos (Mészáros, 2011).

Estabelecem-se aparatos (econômicos, ideológicos e políticos) que desencadeiam e mantêm uma racionalização exponencial da vida social. Deste modo, é pavimentada a via condutora para modernidade, provendo uma intervenção projetada racionalmente na estrutura social na extensão observada por Touraine:

A modernidade não é mais pura mudança, sucessão de acontecimentos; ela é difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa. Por isso, ela implica a crescente diferenciação dos diversos setores da vida social: política, economia, vida familiar, religião, arte em particular, porque a racionalidade instrumental se exerce no interior de um tipo de atividade e exclui que qualquer um deles seja organizado do exterior, isto é, em função da sua integração em uma visão geral, da sua contribuição para a realização de um projeto societal. (2002, p. 17).

O neoliberalismo arquiteta um sistema de controle ímpar com um funcionamento “essencialmente comandado pelas operações e as escolhas de um capital financeiro mais concentrado e centralizado do que em qualquer outro período anterior do capitalismo” (Chesnais, 1997, p. 22). Como percebe M. Santos, neste novo ambiente social cada vez mais tudo tende a:

[...] tornar-se objeto de intercâmbio, valorizado cada vez mais pela troca do que pelo uso e, desse modo, reclamando uma medida homogênea e permanente. assim, o dinheiro aumenta sua indispensabilidade e invade os mais numerosos aspectos da vida econômica e social. (2000, p. 98-99).

A reestruturação produtiva amalgama-se com uma reengenharia social num processo metabólico que forma e renova as estruturas nucleares de organização social para produção de sobrevida para a acumulação capitalista.

Esse modo peculiar de controle sem sujeito, em que o controlador é na verdade controlado pelas exigências fetichistas do próprio sistema do capital, é inevitável, devido à separação radical entre produção e controle no âmago deste sistema. No entanto, uma vez que a função de controle assume uma existência à parte, devido ao imperativo de subjugar e manter permanentemente sob sujeição os produtores, apesar de seu status formal de “trabalho livre”, os controladores particulares dos microcosmos reprodutivos do capital devem sujeitar-se ao controle do próprio sistema, pois, ao deixar de fazê-lo, estariam destruindo sua coesão como sistema reprodutivo viável (Mészáros, 2011, p. 126).

O neoliberalismo firmou-se hegemonicamente sob as bases de um discurso que se distinguiu notadamente por sua força simbólica (BORDIEU,1992) e instrumentalizou-se por reformas políticas, econômicas, sociais e trabalhistas em diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento (Krein, 2011).

3. REFORMAS E O CONSENSO DE WASHINGTON: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL

As propostas neoliberais se solidificaram conforme receituário composto de fórmulas estratégicas para implantação e aceleração do curso das transformações almejadas cujas bases dogmáticas corporificaram-se no Consenso de Washington. Como realçado por Nogueira:

O Consenso de Washington não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tal qual as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas. Em resumo, uma proposta saudosista, tentada sem sucesso e com consequências negativas na Europa da década de 20, de retorno ao *laissez-faire* do final do século XIX e princípio do século atual, da ordem liberal comandada pelo "padrão ouro", que a I Guerra Mundial destruiria. (1994, p. 11).

Como nota Castells:

[...] a economia global foi constituída politicamente. A reestruturação das empresas, e as novas tecnologias de informação, embora fossem a fonte das tendências globalizadoras, não teriam evoluído, por si só, rumo a uma economia global em rede sem as políticas de desregulamentação, privatização e liberalização do comércio e dos investimentos.

[...]

Essas políticas foram decididas e implantadas pelos governos ao redor do mundo, e por instituições econômicas internacionais. É necessário ter uma perspectiva da economia política para entender o triunfo dos mercados sobre os governos: os próprios governos clamaram por uma vitória, numa tendência suicida histórica. Fizeram isso para preservar/aprimorar os interesses de seus estados, dentro do contexto do surgimento de uma nova economia, e no ambiente ideológico que resultou do colapso do estatismo, da crise do previdencialismo e das contradições do Estado desenvolvimentista. (Castells, 1999, p. 188).

A construção deste sistema em escala globalizada não decorreu de uma evolução natural e fatal, foi resultado de um racionalismo unguído com ar científico como Bourdieu realça:

Em nome desse programa científico de conhecimento, convertido em programa político de ação, leva-se a cabo por imenso trabalho político (negado tanto que é, na aparência, puramente negativo) que trata de criar as condições de realização e funcionamento da “teoria”; um programa de destruição metódica dos [espaços] coletivos (1992, p. 152, tradução nossa).

Os processos de implantação do projeto neoliberal vão variar conforme contextos e arranjos locais, entretanto, mesmo com ritmos e peculiaridades distintos, andam todos no compasso da financeirização da economia em âmbito mundial.

Aqui é importante distinguir entre a lógica financeira – que se constitui na lógica mais geral do capital, desde sempre, e que caracteriza a atual fase do desenvolvimento capitalista em escala nacional e internacional, imprimindo, de forma dominante, a dinâmica do modo de produção e influenciando as mais diversas esferas das sociedades e dimensões da vida social – das formas institucionais assumidas pelo capital financeiro, que definem os sujeitos que comandam concretamente esse processo, articulando os mais diversos interesses, a partir do domínio, controle e propriedade de instituições financeiras (Filgueiras, L. 2006, 184).

Harvey (2005) salienta o peso dos arranjos de interesses nacionais:

A livre mobilidade de capitais entre setores, regiões e países é considerado fundamental. Todas as barreiras para que a livre circulação (como tarifas, arranjos fiscais punitivos, controles de planejamento e ambientais, ou outros impedimentos locais) têm de ser removidos, exceto nas áreas cruciais para o “interesse nacional” [...]. (2005, p.66, tradução nossa).

Com [...] “a globalização, o uso das técnicas disponíveis permite a instalação de um dinheiro fluido, relativamente invisível, praticamente abstrato” (Santos, M., 2000, p. 100), construindo o elemento diferencial no processo de transição para a acumulação flexível do capital - a financeirização da economia cuja evidência é destacada por Filgueiras, L.:

O predomínio do capital financeiro na sociedade e na sua relação com o capital produtivo, se expressa, de forma contundente, nas políticas econômicas implementadas e nos resultados econômicos (lucros) obtidos pelas instituições financeiras – esteja a economia crescendo ou não (2006, p. 190).

Borges e Druck (1993) aguçam três indicadores da globalização financeira e produtiva:

- a) Interpenetração patrimonial entre as burguesias industriais e financeiras;
- b) Formação de oligopólios globais;
- c) Mudanças nas formas de gestão ou organização que constituíram redes globais informatizadas.

Pochmann (2001) acentua que na segunda metade do século XX, a economia mundial ganha rápida expansão do comércio internacional e amplia a liquidez internacional (graças aos investimentos diretos estrangeiros e aos fluxos financeiros transnacionais) promovendo a financeirização da economia.

O resultado mais geral de todas essas mudanças foi o de atualizar, radicalizando-a, a dependência tecnológica e financeira do país, agravando a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do Estado. É da natureza do modelo neoliberal periférico a reiteração permanente dessa vulnerabilidade e fragilidade, como condição de reprodução do capital financeiro e, portanto, de sua própria reprodução. Assim, a dinâmica do modelo é, intrinsecamente, instável. E isto é verdadeiro mesmo quando da existência de superávits comerciais no balanço de pagamentos (Filgueiras, L. 2006, p. 196).

A financeirização da economia em escala global vai constituir num o motor central de um sistema internacional de dominação e subordinação internacional cujo avanço do capital financeiro (capital improdutivo) termina por obstaculizar, não raramente, qualquer possibilidade de implantação de projetos nacionais de desenvolvimento, pois mantidos pela sangria do endividamento estatal (Pochmann, 2007).

Com a crise da dívida externa (1981-1983), que estancou o projeto de industrialização nacional, e a adoção de políticas neoliberais desde 1990, ganhou ênfase o processo de financeirização da riqueza, sustentada fundamentalmente pelo endividamento do Estado (Pochmann, 2007, p. 1478).

O ponto enfatizado por Pochmann revela claramente a centralidade do papel do Estado para manter o ambiente ideal de controle das condições necessárias ao desenvolvimento capitalista. Por isso, o projeto neoliberal prioritariamente concentrou-se no desmonte real e simbólico da estrutura e valores encarnados pelo Estado de Bem-Estar Social de modo a apressar o processo de reestruturação produtiva.

4. O PARADOXO DA REGULAÇÃO NEOLIBERAL: O ESTADO COMO FACILITADOR DA EXPANSÃO CAPITALISTA

Este processo gerou graves e nefastos efeitos, implicando a destruição ou precarização das condições de vida dos trabalhadores pela corrosão dos direitos sociais, pelo desemprego em massa e pelo acirramento das desigualdades sociais. Mediante o uso intensivo das novas tecnologias, propulsionou-se em escala mundial a concorrência predatória com efeitos nefastos sobre todas as esferas da vida social.

A precarização do trabalho é vista, então, como um processo central, comandado pelas exigências tecnológico-econômicas da evolução do

capitalismo moderno. É o fenômeno que suscita uma nova questão social, cujo núcleo seria, novamente, como o pauperismo foi na primeira metade do século XIX, a existência de “inúteis para o mundo” e, “(...) em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã, que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa” (Castel, 1998, p. 593).

A intensificação da mobilidade do capital conduz a menor compromisso com os países sedes das atividades produtivas e no aumento do poder de barganha do capital em face aos Estados e na construção das condições necessárias à reforma estatal e de sua adequada programação à lógica e aos fins da acumulação produtiva.

4.1. UMA TOMOGRAFIA DO PROGRAMA NEOLIBERAL

Como já ressaltado, o projeto neoliberal avançou sobre as dimensões econômica, social e política no plano mundial e teve que concentrar os máximos esforços na reformatação do Estado¹, pois, para firmar-se como ideário hegemônico, a “sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis” (Polanyi, 1980, p. 72).

Um marco emblemático deste processo foi a edição do Relatório do Banco Mundial de 1997 que teve como tema “ O Estado num mundo em transformação”, pois nele se corporificam fórmulas e firmam-se programas de ação. Carvalho, C. E. (2004) indica os pilares gerais do projeto neoliberal:

- a) Prioridade absoluta para os direitos do capital;
- b) Ocultamento das relações capital-trabalho e responsabilização do indivíduo frente ao capital;
- c) Abertura de novos espaços para a valorização do capital;
- d) Despolitização da política econômica;
- e) Responsabilização dos países dependentes pelos efeitos da desordem financeira internacional.

Estes parâmetros decorrem de dois eixos motores da reestruturação produtiva consistentes na remodelação do Estado (Eixo 1) e na remoção de obstáculos à expansão do capital (Eixo 2) a partir dos quais fixaram-se as principais diretrizes políticas que passariam a ser implantadas pelos governos ao redor do mundo, numa agenda cadenciada pelas peculiaridades regionais, levando ao triunfo dos mercados sobre os governos (Castells, 1999).

As metas neoliberais exigiram a flexibilização das estruturas e atuação do Estado que era o alicerce impostergável para garantir a plena liberalização do capital e das relações de trabalho. A sequência estratégica constituiu-se então em remodelar o Estado e a ajustar

¹A expressão aqui remete à ideia de organização sociopolítica sobre a qual se funda a legitimidade de poder na sociedade moderna que não se distingue da denominada sociedade civil. O Estado é uma realidade imanente às relações sociais. A separação conceitual revela uma mistificação ideológica que apresenta o Estado separado artificialmente da realidade social (ARNAUD, 1999) e prejudica o olhar mais amplo dos fenômenos sociais.

seu papel à lógica da flexibilidade, para viabilizar a consolidação das práticas no âmbito econômico-social.

4.2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DA ACUMULAÇÃO RÍGIDA RUMO À FLEXÍVEL

O fordismo enquanto modo de organização produtiva se caracterizou pela produção e consumo de massas e pela busca pela máxima produção como estratégia de extração do lucro se efetivava pela homogeneização, uniformização e padronização do trabalho.

O fordismo enquanto novo padrão de gestão do trabalho e da sociedade (ou Estado) – sintetiza as novas condições históricas, constituídas pelas mudanças tecnológicas, pelo novo modelo de industrialização caracterizado pela produção em massa, pelo consumo de massa (o que coloca a necessidade de um novo padrão de renda para garantir a ampliação do mercado), pela integração e inclusão dos trabalhadores. (Druck, 1999, p. 49).

O modelo fordista, assim contextualizado, tinha como linhas mestras a regulamentação e a rigidez. Neste contexto, a associação ao keynesismo foi natural, na medida em que, como anota Harvey:

(...) O Estado teve que assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder tornou-se mais firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base do poder da expansão do pós-guerra. (2006, p. 125).

A produção em escala era maximizada pelo alto grau de especialização das tarefas organizadas vertical e rigidamente. O modo de organização era inflexível, exigindo atuação institucional e regulatória estáveis.

O modelo fordista tendia, no entanto, à deterioração pela saturação inevitável do nível de consumo pelos produtos ofertados em plena escala e pelo seu caráter rígido com imanente dificuldade do sistema em responder às mudanças nas demandas do mercado. Como observa Harvey:

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez no mercado, na alocação e nos contratos de trabalho. [...] A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos (2006, p. 135, grifos nossos).

As respostas aos desafios de manter a continuidade da acumulação e da lucratividade do capital perpassaram por ações estratégicas que:

[...] operam em duas dimensões: uma, mais abrangente, relativa ao conjunto do sistema globalizado, apontando uma tendência à homogeneização do processo de reestruturação, mantidas as diferenças locais ou nacionais, devidas ao processo histórico da constituição das relações de poder embutidas na relação entre capital e trabalho; a outra diz respeito a mudanças introduzidas no local de trabalho, relacionadas aos processos de trabalho e de produção. (Baumgarten e Holmann: 2011, p. 316).

A migração para a produção flexível se sustentou no discurso do fim da sociedade do trabalho e em propostas de desregulamentação do trabalho. Como observam Borges e Druck (1993):

Esta concepção de "fim da sociedade do trabalho" associa-se, por um lado, ao esgotamento do fordismo, entendido tanto como forma geral de organização do processo de trabalho, quanto como um modelo de acumulação e modo de estruturação do conjunto da sociedade que marcou a última etapa da industrialização capitalista (1993, p. 25).

O toyotismo surge então como alternativa de superação às dificuldades do fordismo, caracterizando-se pela flexibilidade do processo produtivo. Esta flexibilidade demandada pelo capital tem por base o primado absoluto do mercado sobre as demais esferas (política e social). A flexibilidade para dotar a rede econômica de adaptabilidade é a estratégia de acumulação capitalista, sendo vital liberalizar o mercado de qualquer trava às ações capitalistas.

[...] o modelo verticalizado de grandes corporações, executando em suas instalações parte significativa da cadeia produtiva, modelo anteriormente hegemônico, cede lugar a empresas enxutas, de tamanho reduzido, organizadas em rede pela via da terceirização e da subcontratação. A desregulamentação das relações laborais viabiliza a implantação das mudanças no interior das próprias empresas, tornando possível flexibilizar a organização do trabalho e da produção. (Baumgarten e Holmann: 2011, p. 316).

Alguns autores têm pontuado que a crise do fordismo não conduziu à sua superação (Tenório: 2011; Vasapollo, 2006; Zarafian, 2001. Tenório (2011) sustenta a transcendência do modelo fordista.

Aqui o que objetivamos é resgatar conceitos que o modismo da contemporaneidade flexível não permite que sejam percebidos, escondendo indicadores da permanência de um fazer fordista travestido, muitas vezes, de moderno, atual. A tese proposta é que o pós-fordismo contém o fordismo. Ou seja, o fordismo não é substituído pelo pós-fordismo, visto que este último contém, de acordo com a unidade dos contrários, lei da dialética, elementos fordistas, substâncias que serão representadas por meio de um continuum. Assim, a aparente situação antitética não ocorre uma vez que o pós-fordismo compreende seu oposto, o fordismo.

Cabe ambientar o toyotismo na conjuntura da reestruturação produtiva modelada pelas ideias neoliberais, pois é:

Oriundo dos impasses (crise da "regulação fordista" para uns; para outros, ressurgimento, em um contexto novo, de contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial amplamente abafadas entre 1950 e a recessão de 1974) nos quais desembocou a acumulação de longo prazo desenvolvida durante os três gloriosos decênios, o referido modo de acumulação baseia-se nas transformações da "relação salarial" e em um grande agravamento da taxa de exploração (o aumento da produtividade horária sendo um indicador desta), mas seu funcionamento é essencialmente comandado pelas operações e as escolhas de um capital financeiro mais concentrado e centralizado do que em qualquer outro período anterior do capitalismo (Chesnais, 1997, p. 22).

Essas transformações conduziram a uma maior instabilidade econômica, a um aumento das inseguranças no mundo do trabalho e à financeirização com dependência crescente de fluxos internacionais de capitais. Os investimentos do capital no desenvolvimento de novas tecnologias utilitárias foram e são ordenados pela busca de mobilidade para ampliar o espaço de acumulação pela internacionalização dos mercados.

A reestruturação da cadeia de produção no modo toyotista fundou-se na *desverticalização, fragmentação e flexibilização* do processo produtivo. Era pois impostergável a inovação no processo de gestão da organização empresarial e do trabalho como contextualiza Castells:

A produtividade e a competitividade constituem os principais processos da economia informacional / global. **A produtividade origina-se essencialmente da inovação, e a competitividade, da flexibilidade.** Portanto, empresas, regiões, países, unidades econômicas de todas as espécies preparam suas relações de produção para maximizar a inovação e a flexibilidade. A tecnologia da informação e a capacidade cultural de utilizá-la são fundamentais no desempenho da nova função da produção, além disso, um novo tipo de organização e administração, com vistas à adaptabilidade e coordenação simultâneas, torna-se a base do sistema operacional mais efetivo, exemplificando pelo que rotulei de a empresa em rede. (1999, p. 418, grifos nossos).

A flexibilização do uso do capital e do trabalho é essencial dentro da nova lógica de acumulação baseada na redução a um estoque mínimo de produtos eficientes mecanismos de ajuste às oscilações de demandas do mercado. No entanto, a idealizada flexibilidade:

[...] não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda. Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos acasos dos mercados tornaram-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas. (Castel, 1998, p. 517-518).

O modelo pós-fordista tem assim como marca conata a reatividade *post factum* às flutuações econômicas. Para reagir eficientemente a uma demanda extraordinária, faz-se necessário dotar-se de mecanismos flexíveis, isto é, de fácil adaptação às circunstâncias do mercado. Para alcançar este objetivo procedeu-se à reengenharia produtiva a partir da reformulação dos processos e métodos de gestão da força de trabalho de modo a aumentar-lhe a competitividade e a eficiência econômicas.

5. A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO: DIMENSÃO E EFEITOS

O sistema de acumulação flexível enquanto novo padrão de gestão do trabalho é orientado por dois objetivos precípuos: (1) redução de custos e (2) aumento de produtividade com flexibilidade para dar resposta rápida e eficiente às oscilações econômicas e aos riscos e incertezas do mercado como observado por Braverman:

A generalizada aplicação da gerência científica, como foi observado, coincide com a revolução técnico-científica. Coincide também com certa quantidade de transformações fundamentais na estrutura e funcionamento do capitalismo e na composição da classe trabalhadora (1987, p. 112).

A flexibilidade necessita de ajustes do trabalho e do trabalhador para adaptar-se às flutuações da demanda econômica uma vez que o sistema pós-fordista manipula estoques reduzidos. Gerir a produção em fluxo intenso para produção sob encomenda com resposta imediata aos acasos dos mercados é uma necessidade imperiosa da competitividade intercapitalista (Castel 1998).

Para isso, foram desenvolvidas novas ou renovadas técnicas de gestão em que o controle do tempo é fundamental na medida em se deve suprir as demandas eventuais no momento exato (just in time), mas assentadas sobre os princípios da:

- a) Intensificação (diminuição do tempo de produção para rápida colocação do produto no mercado);
- b) economicidade (redução do volume de estoque de matéria prima); e,
- c) produtividade (aumento da capacidade de produção pela especialização).

Este aspecto gerencial do trabalho e da produção enfatizado manifesta “[...] um novo momento da acumulação capitalista, no qual os chamados novos paradigmas tecnológicos e gerenciais incorporam mudanças nos padrões de uso da força de trabalho” (Borges e Druck, 1993, p. 23).

Meiksins (1996) ao examinar as críticas direcionadas a Braverman (1987), especialmente, a de que vai muito longe ao igualar as técnicas de gestão tayloristas ao próprio capitalismo, conclui que o autor “[...] efetuou um avanço significativo com relação às análises prévias e enriqueceu grandemente o estudo do trabalho, ao defender essa tese em 1974 (1996, p. 39).

O caráter central da reengenharia organizacional notado por Braverman é assim sintetizado por ele “[...] no modo capitalista de produção novos métodos e nova maquinaria são incorporados dentro de um empenho gerencial para dissolver o processo de trabalho como um processo dirigido pela gerência (1987, p. 149). E mais o modelo gerencial científico “significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos

problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (1987, p. 82).

Eventuais “exageros” bravermanianos podem ter se afigurado mais pela interpretação de seus críticos do que pela evolução histórica do processo e falta de substrato de suas ideias. Afirma-se isto tão categoricamente com base nas evidências de que a gestão científica se consolidou como instrumento estratégico da lógica do capitalismo na era da acumulação flexível na medida em que numa “[...] situação ideal para a reprodução do capital, o ritmo e a qualidade do trabalho seriam completamente submetidos à lógica da técnica controlada pelos capitalistas” (Andrioli, 2008, p. 17), pois:

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo (Antunes, 2009, p. 54-55).

A dinâmica da organização industrial é constituída inicialmente pelo objetivo de “[...] fazer que os trabalhadores sejam responsáveis pela produção e controlados pela “lógica da máquina”, pela lógica da organização do trabalho” (Andrioli, 2008, p. 15) como meio de adquirir flexibilidade produtiva, pois o controle objetivo viabiliza acionamento da rede de produtiva com maior agilidade de resposta às demandas do mercado consumidor. Este aspecto de mudança na forma de controle da força de trabalho ressoa na tese de Braverman:

O conceito de controle adotado pela gerência moderna exige que cada atividade na produção tenha suas diversas atividades paralelas no centro gerencial: cada uma delas deve ser prevista, pré-calculada, experimentada, comunicada, atribuída, ordenada, conferida, inspecionada, registrada através de toda a sua duração e após conclusão. O resultado é que o processo de produção é reproduzido em papel antes e depois que adquire forma concreta. (1987, p.113).

Braverman percebe este processo como evolução do programa taylorista possibilitada pela evolução tecnológica como se verifica a seguir:

A redução do trabalhador ao nível de um instrumento no processo produtivo não está, de modo algum, exclusivamente associada com a maquinaria. Devemos também observar, ou na ausência de maquinaria ou em conjunção com máquinas operadas individualmente, a tentativa de *tratar os próprios trabalhadores como máquinas. Este aspecto da gerência científica foi ampliado pelos sucessores imediatos de Taylor* (1987, p. 151, grifos nossos).

E conclui:

No que respeita ao operador da máquina, é agora possível retirar de suas atribuições quaisquer especialidades que tenham sobrado depois de três quartos de século de “racionalização”. *Ele agora está aliviado de todas as*

decisões, julgamentos e conhecimento que Taylor pretendeu retirar dele por meios organizacionais (1987, p. 175).

O realce à gestão científica é nuclear no processo de reestruturação do capital porque tem-se revelado verdadeira centrosfera do sistema flexível de produção. Este ponto tem sido evidenciado em diversas pesquisas (ainda que não tenham em Braverman sua fonte direta) que se referem a um dado **caráter estrutural** de diversos aspectos do fenômeno da reestruturação produtiva (desemprego, precarização, etc.) que perpassam primariamente por um novo modelo gerencial. A gestão científica ganha força na lógica da flexibilidade. A gestão expande-se dos muros da fábrica. Também Castel (1998) sustenta que a flexibilização do sistema produtivo decorre fundamentalmente da necessidade de ajustar o trabalhador às novas diretrizes produtivas, não se limitando, contudo a este aspecto.

Esta é base do sistema de acumulação capitalista atual primeiramente justifica a reorganização empresarial em rede ou aglomerados regionais e internacionais que:

[...] se formaram a partir de redes compactas de interrelações transnacionais que vão constituindo, à medida que se aprofunda a divisão do trabalho e à medida que grupos específicos de produtores são obrigados a interagir entre eles de maneira intensa e multiforme (BODDY, 1993, p. 47).

[...]

Essas transações incluem tanto fluxos de bens como de informações. A escala desses fluxos se amplia com as relações de subcontratação, cooperação e interdependência. Amplia-se também pela necessidade que o complexo de produção flexível tem de integrar a concepção e a execução -desenvolvimento do produto, produção, marketing e apoio ao consumidor (Boddy,1993, p. 47).

Novas técnicas de gestão permitem que as empresas possam flexibilizar o processo de produção **sem perder o controle**, porém, como ressalta Appay:

A autonomia controlada é um conceito paradoxal que permite conceber: que os processos de concentração e de atomização do aparelho produtivo não são mais necessariamente contraditórias; - que as novas formas de organização do trabalho que privilegiam a autonomia, a cooperação e a inovação não são dissociáveis de um questionamento sobre o poder e a dominação. Permite pensar a emergência de um poder estratégico que se utiliza de novos princípios de controle centralizado e de autocontrole das unidades autônomas. Com a autonomia controlada, a concentração de poder produtivo não passa mais necessariamente pela concentração econômica, mas por novas formas organizacionais particularmente flexíveis, até mesmo transitória. Por mais paradoxal que isto possa parecer, a concentração econômica passa de hoje em diante pela fragmentação estrutural, por lógicas de exteriorização dos riscos, dos custos e das responsabilidades (1997, p.529, tradução nossa).

Os princípios da intensificação, economicidade e produtividade orientam o modelo gerencialista conferem à organização do trabalho a máxima eficiência intra e intercapitalista pela flexibilidade interna e externa, como mencionado por Castel:

[...] à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a polivalência a fim de lhe permitir enfrentar toda a gama das novas situações (flexibilidade interna). No primeiro caso, o cuidado de assumir as flutuações do mercado é confiado a empresas-satélites. Podem fazê-lo à custa de uma grande precariedade das condições de trabalho e de muitos riscos de desemprego. No segundo caso, a empresa se responsabiliza pela adaptação de seu pessoal às mudanças tecnológicas. Mas à custa da eliminação daqueles que não são capazes de chegar à altura dessas novas normas de excelência (1998, p. 517-518).

A flexibilidade econômica vai expandir-se para os âmbitos social e político, por necessário combater:

[...] contrapoder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (Antunes, 2009, p. 50).

O gerencialismo então se expande por múltiplas esferas que transcendem a organização interna do trabalho, conferindo ao sistema de acumulação flexível potencializada amplitude de atuação e influência social na medida que:

A sociedade e o trabalho, sob a égide da lógica e da ideologia gerenciais, concretizam a reificação e rentabilização dos indivíduos através de estratégias mistas de coerção e sedução. O trabalho, fundamento do ser social e de sua identidade, torna-se, paradoxalmente, atividade em que os indivíduos são negados e instrumentalizados, redundando em inúmeros processos socio-organizacionais de assédio moral que colocam em xeque as políticas de afetividade e os ditos programas de comprometimento das empresas que, baseados nas teorias da inteligência emocional, pregam a empatia e o contentamento geral num ambiente no qual predominam o cinismo, o sarcasmo, a negação dos afetos e a competição e indiferença em relação ao outro (Freitas, Heloani e Barreto, 2008, p. 180).

O modelo de gestão da produção flexível vão atingir a vida social à medida da exacerbação do individualismo e da corrosão dos laços e valores coletivos, passando a determinar as relações sociais, conforme:

O processo de trabalho em curso no toyotismo apresenta uma base de sustentação ideológica que atinge não somente a objetividade – base material da classe operária –, mas também sua subjetividade – sua consciência de classe, sua organização e seus valores. Os CCQs e TQCs são instrumentos diretos de propagação ideológica e de cooptação dos trabalhadores. Estabelece o "envolvimento cooptado", em que a subsunção do trabalho ao capital é superior à existente nos processos de trabalho anteriores, em que **na nova lógica organizacional o trabalhador passa a ser o controlador de si mesmo** (Bramides e Cabral, 2003).

Indicam-se aqui dois espectros expressivos do alcance dos mecanismos e formas de gestão e da organização do trabalho: (1) impactos epidêmicos sobre a saúde do trabalhador e (2) a privatização dos espaços coletivos pela reforma gerencialista do Estado.

No que tange à saúde, evidencia-se que a “relação saúde-doença é fortemente afetada nesse processo de barbarização da vida social pela investida do grande capital” (Bramides e Cabral, 2003). É efeito direto da organização flexível de trabalho (Rodrigues e Bellini, 2010) no contexto de:

[...] profundas transformações que vêm alterando a economia, a política e a cultura na sociedade, por meio da reestruturação produtiva e do incremento da globalização, implicam também mudanças nas formas de organização da gestão do trabalho que engendram a precariedade e a fragilidade na relação entre saúde e trabalho, repercutindo, diretamente, nas condições de vida do trabalhador e de sua família (Rodrigues e Bellini, 2010, p. 347).

Quanto à reformatação das instâncias estatais, a influência paradigmática do modelo empresarial da acumulação flexível sobre a proposta de reforma do Estado é manifesta e, neste sentido, Pereira acentua:

Após a II Guerra Mundial há uma reafirmação dos valores burocráticos, mas, ao mesmo tempo, a influência da administração de empresas começa a se fazer sentir na administração pública. As ideias de descentralização e de flexibilização administrativa ganham espaço em todos os governos. Entretanto a reforma da administração pública só ganhará força a partir dos anos 70, quando tem início a crise do Estado, que levará à crise também a sua burocracia. Em consequência, nos anos de 1980 inicia-se uma grande revolução na administração pública dos países centrais em direção a uma administração pública gerencial. (2007, p. 3).

A integração finalística dos espaços empresariais e estatais é consequência do primado absoluto do mercado, justificando a reforma estatal, projetando-a ideologicamente como uma prometida panaceia. A concepção do novo papel estatal foi induzida pela projeção dos meios e fins da gestão empresarial “para reconstruir o Estado para que este pudesse ser um agente efetivo e eficiente de regulação do mercado e de capacitação das empresas no processo competitivo internacional” (Pereira: 2007, p. 3).

Estes dois aspectos demonstram que a gerência científica alinhada à lógica capitalista contemporaneamente adquiriu um temperamento dúplice consolidando-se como **novο padrão de gestão e controle do trabalho e da vida social**.

5.1. A REMODELAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO: DECOMPONDO A FÓRMULA NEOLIBERAL

Para empreender a tarefa de implantar o projeto neoliberal, a via eleita é a gestação de um modelo de Estado coirmão do capital que seja impregnado pela mesma estrutura genética e dotado da nova lógica de gestão do processo produtivo (Giddens, 2001; Meszaros, 2011; Pochmann, 2007).

Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao status de superestrutura. Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria superestrutura – a que Marx se referiu apropriadamente como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais. (Mészáros, 2011, p. 119).

Almeja-se, à escâncara, a formatação de um Estado vassalo na expressão de Pochmann:

Nesse sentido, o Estado se transformou no vassalo dos ganhadores líquidos da financeirização improdutiva, que exigem privatização do patrimônio público e a promoção de ajustes fiscais recorrentemente suportados pelo aumento da carga tributária e desvio do gasto social. Não foi por outro motivo que o potencial da política social brasileira tem sido estrangido, não obstante a sua importância para o enfrentamento das mazelas nacionais que podem ser sintetizadas pelo enorme e complexo processo de exclusão social. (2007, p. 1478).

A vitalidade deste aspecto para a hegemonia neoliberal é notória.

É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior. (Mészáros, 2011, p. 113).

Como destaca Castells, as propostas de reformas objetivavam:

[...] aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital, globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público (1999, p. 36).

Em síntese:

[...] trata-se de uma tentativa ameaçadora de colocar os órgãos políticos de controle em sintonia com as necessidades da articulação atual da economia capitalista, ainda quando tal ajustamento exija uma transição “liberal” da “tolerância repressiva” à “intolerância repressiva”. (Mészáros: 2º11, p. 988).

Engenha-se o que se denominou de regime de administração pública gerencial que transplanta a racionalidade empresarial da eficiência fundada essencialmente pelo fim

obstinado e ensimesmado de reduzir custos e efetuar controles pela avaliação de desempenho. E nisto consiste o que se vê de "novo" da doutrina neoliberal:

[...] o que é "neo" no neoliberalismo, a saber, a reengenharia e a reestruturação do Estado como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante. (Wacquant, 2012, p. 507).

A necessidade de reforma ampla do Estado para ganhar eficiência ganhou *status* de flâmula ideológica na medida em que o discurso comparativo das instituições públicas com a iniciativa privada teve efeito indutor da aceitação do novo modelo e abre frente para realizar as metas de flexibilidade tão cara ao padrão de acumulação pós-fordista.

5.1.1. REMOVENDO AS BARREIRAS À EXPANSÃO DO CAPITAL

Para abrir caminhos para retomada da expansão capitalista, tem-se como fundamental priorizar os direitos do capital pela livre movimentação de capitais e estabilização da moeda e do sistema financeiro alinhadas a um programa de ajuste fiscal do Estado (Carvalho, C. E., 2004).

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (Antunes, 2003, p. 31).

Neste contexto, é essencial intervir nas relações entre o capital e o trabalho perfazendo um caminho inverso ao da fase capitalista anterior, ocultando as relações de trabalho pela tentativa de exclusão do debate público. Os direitos dos trabalhadores passam a ser apresentados como privilégios e causa de desemprego e da crise econômica. Efetiva-se um processo complexo de ocultamento das relações de trabalho por novas formas de contratação que mascaram o trabalho assalariado e subordinado (Antunes, 2008; Carvalho, C. E., 2004; Vasapollo, 2005).

Cada vez mais gravemente o crescimento do desemprego favorece o desenvolvimento de novas formas de atividade e novos *status*, que tornam indefinidas as fronteiras entre o desemprego, o emprego e a inatividade, como também a redefinição do sujeito como trabalhador e como empregado.

No plano do capital se reestruturou organização, estabelecendo-se rede entre as empresas por diversas modalidades de contratação e subcontratação (Holzmann e Piccinini: 2011) e esta nova sistemática de gestão devia ter o correspondente na dimensão trabalho, pois:

Com a flexibilização, cresce o número de trabalhadores admitidos sob outros modelos contratuais, com o avanço das formas, que Beynon (1999) chamou de trabalhadores hifenizados, ou seja, aqueles com contratos por tempo determinado (casual-workers), os trabalhadores em tempo parcial

(part-time-workers) e os trabalhadores por conta própria (self-employed-workers), expandindo para o conjunto da economia prática flexível que já eram usuais em alguns setores industriais como o calçadista e o de confecção. (Holzmann e Piccinini: 2011, p. 196).

Por fim também é fundamental à retomada da expansão capitalista, a abertura de novos espaços para a valorização do capital (Behring e Boschetti, 2006; Carvalho, C. E. 2004;). Este pilar não se destina a propriamente remover obstáculos à expansão capitalista, mas sim constitui uma estratégia que surge como esperável efeito do alcance da inestimável centralidade do processo de reconfiguração do Estado e de seu papel para o projeto neoliberal.

Naquele âmbito, a tendência é de desregulamentação das relações de trabalho, assegurada pela adoção, pelos Estados nacionais e pelo ideário neoliberal, do qual fazem parte, também, políticas de enxugamento do Estado, privatização de serviços públicos e de empresas estatais, abertura de mercados para produtos e capitais, sobretudo na sua versão financeira. (Baumgarten e Holmann: 2011, p. 316).

O Estado assim configura-se a um só tempo um inafastável instrumento de viabilização da hegemonia neoliberal e constitui-se um mecanismo de abertura de novos nichos de acumulação de capital pela privatização generalizada do setor produtivo estatal e pela transferência dos serviços públicos garantidores dos direitos sociais (como saúde, previdência, educação) para o setor privado.

5.2. A IMPLOÇÃO DAS COLUNAS DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL: A QUESTÃO CRUCIAL DA REGULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

O modo inflexível de organização fordista exigia um padrão de atuação institucional e regulatória estável com imanente dificuldade do sistema em responder às novas demandas do mercado. A expansão do neoliberalismo busca a substituição ou transmutação do sistema fordista pelo toyotista, na busca da flexibilidade produtiva para tanto a engrenagem neoliberal se pôs assim em ataque aos pilares do Estado de Bem Estar Social: as regulações econômica e social.

Harvey salienta que:

[...] as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (Harvey, 1996, p. 140).

A tese central do discurso neoliberal é que o mercado é o único mecanismo de regulação apto à conduzir à estabilidade econômica, onde o Estado deve focalizar suas ações ao menor grau possível. Entretanto deve-se observar que há contradição notória entre o discurso e a prática neoliberais, pois a ideia de regulação é contrária à lógica do discurso do mercado autorregulável.

A reforma do Estado foi uma demanda inafastável do sistema capitalista para proteger sua produtividade (Mészáros, 2011). A missão do Estado moderno não é conter as compulsões do capital, mas sim remover obstáculos e promover a expansão capitalista o que já lhe confere uma tendência a não se conter na intervenção e no uso da força institucional que:

São sempre as orientações definidas nos centros de decisão — em matéria de política econômica e social, de gestão das empresas, de readaptações industriais, de busca de competitividade, etc. — que repercutem como uma onda de choque nas diferentes esferas da vida social (Castel, 1998, p. 34).

A qualidade de Estado máximo protetor do capital em face das intempéries do mercado global é um elemento estrutural das economias contemporâneas. O cunho estrutural decorre da relação interdependente entre o mercado e o Estado que deve ser reformado para conferir o mesmo DNA e mesma lógica de gestão do processo produtivo.

[...] a necessidade de criar a circulação como empreendimento global das estruturas internamente fragmentadas do sistema do capital ou, em outras palavras, a procura de alguma espécie de unidade entre produção e circulação - o papel ativo do Estado moderno é igualmente grande, se não maior. Ao concentrar a atenção neste papel e nas diversas funções que o Estado é chamado a preencher no domínio do consumo, em primeiro lugar dentro de suas próprias fronteiras nacionais, ocorre que todas essas relações são não apenas “infectadas pela contingência”, como Hegel uma vez sugeriu, mas simultaneamente também por insolúveis contradições. (Mészáros, 2011, p. 111).

Uma das contradições iminentes ao programa neoliberal consiste no paradoxal papel do Estado que deve ser mínimo para a dimensão social, mas máximo e forte na dimensão econômica de indução do crescimento e do processo de intensificação de acumulação de capital. É neste quadro que se situa o ponto central consistente na medida da regulação² econômica e social do Estado.

Na esfera econômica, a regulação estatal deve ser vigorosa para assegurar estabilidade econômica e controlar as flutuações de riscos do mercado. Entretanto no campo social, o aparelho estatal deve focalizar a intervenção, especialmente no controle da força de trabalho pela sua flexibilização ou desregulamentação dos direitos sociais consolidados no Estado de Bem Estar social.

A engrenagem neoliberal produziu mecanismos de flexibilização das estruturas reais fixadas no período fordista com fim de reduzir a estabilidade do proletariado, instaurar o trabalho precarizado bem como incrementar a exploração e a intensificação do trabalho. Como Castel enfatiza:

Foi a relação com o trabalho que mudou profundamente. Ele é daqui para frente vivido por muitos como inquietação. O medo de perder o emprego predomina, e ele deixa de ser uma referência estável e uma garantia de integração à sociedade. Mas é ainda sobre o trabalho, quer se o tenha, quer este falte, quer seja precário ou garantido, que continua a

² A expressão regulação possui um alto grau de generalidade em todos os campos do conhecimento (Arnaud, 1999). Aqui, metodologicamente, delimita-se a regulação ou regulamentação no sentido exógeno (isto, é, controle do capital e do trabalho a partir do Estado, não endogenamente a partir do mercado).

desenrolar-se, hoje em dia, o destino da grande maioria dos atores sociais. Nesse sentido, pode-se continuar a falar de centralidade do trabalho, no sentido de que ele permanece, positivo ou, muitas vezes, negativamente, no centro das preocupações da maior parte das pessoas (1998:p.157).

Denota-se assim que as noções de desregulamentação e flexibilização são simétricas na medida em que são contrapartes uma da outra dentro da lógica sistêmica da acumulação flexível.

Configura-se um quadro de retrocesso social, implantando-se, na expressão de Francisco Oliveira resgatada por Soares (2000), um Estado de Mal Estar Social. Nos anos 90, emergem o desemprego estrutural, a precarização e a vulnerabilidade social amplificada, inclusive em segmentos de trabalhadores assalariados tradicionalmente estáveis e protegidos (Ivo: 2008) que alteram a vida dentro e fora do trabalho (Franco e Druck, 2009).

No sistema de acumulação flexível, as empresas centrais formadas por grupos transnacionais assumem o cuidado com as flutuações do mercado, pela via gravosa da precarização das condições de trabalho e pelo incremento do nível de desemprego que ganham caráter estrutural (Antunes, 2008; Castel, 1998; Vasapollo, 2006). Fala-se em proteção do mercado, mas se ignoram os riscos sociais, instalando-se uma verdadeira sociedade de risco cuja:

[...] expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais – para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva – pelo modo de existência independente e pelo poder de consumo autoafirmativo. (Meszaros, 2011, 109).

O aumento da produtividade e a flexibilização das relações de trabalho contribuem para a ampliação crescente da reserva da força de trabalho (daí a funcionalidade do alto nível de desemprego e de precarização das condições de vida e trabalho). É a lei geral de acumulação capitalista enunciada por Marx:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. [...]E] quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (*Apud* Braz e Netto, 2010, p. 138).

Assim como o alto nível de desemprego tende a forçar os salários para baixo e a expectativa do sistema “é que o desemprego resultante rediscipline o trabalho, fazendo-o aceitar uma taxa de salários menor” (Harvey, 2011, p. 56) assim o desemprego estrutural coloca-se como recurso estratégico e funcional do processo de acumulação flexível na medida em efeito negativo sobre os salários amplia a lucratividade e conferem uma

pressão disciplinadora da adequação do trabalhador às novas formas e condições de trabalho.

Em síntese, as inseguranças do mundo do trabalho (desemprego crescente, heterogeneidade e precarização do mercado de trabalho, desigualdade e exclusão social) transmutam-se em elementos exponenciais e estruturantes do capitalismo contemporâneo. Não são puros efeitos, mas elementos congênitos ao sistema de acumulação capitalista flexível na medida em que organicamente asseguram a formatação do novo trabalhador individual e coletivo como garantia da reprodução do capital.

5.3. O PROCESSO DE FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA

5.3.1. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL

A flexibilização, como já se enfatizou, deve ser concebida na comparação dos padrões de sistema de produção fordista e toyotista que se revelam assimétricos, pois conforme visto:

- a) O **modelo de acumulação fordista ou rígido** assentou-se na ideia de organização econômica rígida e verticalizada voltada para o consumo em massa (produção em larga escala) em que a **estabilidade econômica, social e política** deveriam ser asseguradas pela **regulação** como mecanismo elementar de garantia da acumulação capitalista onde as estabilidades econômica e social eram metas condicionantes do sistema;
- b) O **modelo de acumulação toyotista ou flexível** firmou, porém, a concepção de uma organização econômica flexível e desverticalizada (produção de estoques mínimos e no tempo exato) em que a **estabilidade econômica com flexibilidade e segurança** deve ser assegurada pela intervenção reguladora do Estado, como afirmado por Galvão, “o neoliberalismo não torna o Estado e suas instituições irrelevantes, mas as reconfigura, assim como suas práticas”. A flexibilização dos padrões do Estado de Bem Estar Social vital para assegurar a retomada dos níveis de acumulação capitalista no período pós-fordista.

Como visto, a reforma do Estado, segundo o receituário neoliberal, deve ter duas estratégias gerais para “[...] colocar uma economia numa posição que lhe permite beneficiar-se das forças competitivas do mercado” (Banco Mundial: 1997, p. 49). Estratégias que entram em choque com a estrutura básica do Estado de Bem Estar:

- a) **Focalização das atividades estatais** no núcleo mínimo de intervenção eficiente; e,
- b) **Revigoreamento das instituições públicas** para dotá-las de flexibilidade.

Observe-se que a lógica do sistema de acumulação flexível tem uma contradição congênita em que a flexibilização do uso do capital e do trabalho é fundamental na busca de mecanismos de ajuste dos riscos relativos à taxa lucratividade (estabilidade econômica), mas tem como elemento central a insegurança social pela precarização dos direitos sociais.

Com a generalizada flexibilização do trabalho nos países centrais, principalmente pela via da terceirização, a nítida linha de separação entre incluídos e excluídos nestas sociedades foi-se tornando mais tênue. A desestabilização do mundo do trabalho - inicialmente dos trabalhadores industriais e, posteriormente, de todos os assalariados, e de todos os que vivem do trabalho - trouxe a redução do emprego “fordista” (trabalho

com o corolário de direitos do trabalho e proteção social, característico da era de ouro ou welfarestate) e a vulnerabilidade de massa (Castel, 1998) com o processo contínuo de fragilização dos trabalhadores estáveis e uma produção sustentada de instáveis. (Franco e Druck, 2009).

Como via estratégica do processo de flexibilização do trabalho, a precarização do trabalho "é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas-econômicas da evolução do capitalismo moderno" (Castel, 1998, p.526) e consiste na "redução ou supressão de direitos laborais decorrentes da disseminação de formas de inserção no mercado de trabalho em substituição ao trabalho assalariado e às proteções a ele associadas" (Galeazzi e Holzmann:2011, p. 259-260). Antunes enfatiza:

Entre os traços destrutivos das transformações ocorridas no mundo do trabalho tem-se a gestação de formas muito acentuadas de trabalho precarizado, podendo o desemprego ser colocado como o outro lado da questão, em escala muito acentuada e abrangente. Em diversas partes do mundo, a constatação mais evidente, ao observar tais transformações no mundo do trabalho, é a percepção, por um lado, de um conjunto muito fragmentado de trabalhadores com direitos precarizados e, por outro, do desemprego em escala abrangente. Paralelamente – e como se trata de um processo que fraciona muito fortemente a classe trabalhadora –, há também a tendência de ocorrência de setores mais qualificados, devido à aparência de um quadro positivo entre os trabalhadores que conseguem manter seus trabalhos e empregos. Esta tendência, porém, afeta parcela muito menor dos trabalhadores, quando comparada ao contingente de precarização dos desempregados. (1997: p. 368).

A precarização do trabalho emerge assim com uma racionalidade econômica na medida em que como demonstra Antunes:

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências das quais duas são particularmente graves: **destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha** e a degradação crescente do meio ambiente, **na relação metabólica entre homem, tecnologia e a natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital** (2009, p. 30, grifos nossos).

Este contexto tem sua racionalidade patenteada na lógica das propostas neoliberais ordenadas no Relatório do Banco Mundial de 1997.

A engrenagem neoliberal produziu processo de flexibilização voltado a reduzir a estabilidade do proletariado mediante múltiplas formas e mecanismos de precarização. Propõe-se, no presente estudo, com base no caráter multidimensional da reestruturação produtiva já expandido, classificação do processo de precarização a partir das formas de acionamento dos mecanismos flexibilizadores das condições de vida societal.

O processo de flexibilização pela via econômica, política e social através da conjugação de estratégias flexibilizantes resulta em precarização social. Braz e Netto ressaltam que "o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo

as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras (2006, p. 225).

Há diversas abordagens sobre os processos de flexibilização e precarização do trabalho. Algumas realçam a relação entre Estado, regulação e precarização do trabalho à medida que o descumprimento da legislação com a condescendência das instituições de controle é uma forma efetiva de flexibilização do mercado de trabalho (Krein, 2007).

Tomando por base os estudos de Antunes (2004, 2009), Antunes e Pochman (2007, 2011), Behring (2008), Borges (2004), Borges e Druck (1993), Campos, A. G.(2011), Campos, G. L. R. (2009), Cardoso Jr.(2002), Cardoso e Lage (2005, 2007), Chadad (2007), Costa (2006), Deddeca (1996, 2009), De Toni (2006), Druck (2005, 2006a, 2006b, 2011), Filgueiras, L. (2006), Franco e Druck (2009), Galvão (2003). Krein (2007), Krein e Oliveira (1999), Miguel (2006), Moraes (2002), Pereira (1996a, 1996b, 2007, 2008), Pinto (2009), R. Pires (2008, 2009), Rosso (1996) e Simão (2009), propõe-se a seguinte classificação a partir dos mecanismos e das dimensões ideológico-cultural, política e econômica da flexibilização:

- a) **Normativa** expressa nas interferências no plano da regulação jurídica (alterações ditadas pelo capital com maior ou menor resistência sociopolítica);
- b) **Pragmática ou marginal** manifesta em relações de trabalho postas às margens das esferas de regulação normativa e da intervenção institucional mediante o ocultamento das práticas ou a tolerância induzida pela força do capital (informalidade, contratações atípicas, fraudes tais como uso da cooperativa, estágio, “pejotização”, etc.);
- c) **Institucional** consistente na promoção da precarização indireta através da intervenção em instituições ou organismos sociais (estruturas estatais, sindicatos) de modo a agirem conforme a lógica capitalista ou reduzir ou eliminar resistências.

5.3.2. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Como sintetiza De Toni:

Na literatura que trata das transformações no trabalho, com destaque para a brasileira, o percurso seguido, não obstante a convivência de distintos enfoques, pode ser reunido em três direções analíticas:

- a) Em um primeiro momento, as mudanças são interpretadas como expansão do setor informal, considerado em seu sentido clássico;
- b) Seguem-se análises em que o foco recai sobre a qualidade do emprego, os empregos atípicos e a expansão de práticas de terceirização de atividade;
- c) A partir de meados dos anos 1990, buscam-se novas construções conceituas, sugerindo que os fenômenos em curso no âmbito do trabalho estariam a reconfigurar a realidade, ensejando mudanças mais profundas do que as imaginadas previamente. (2011, p. 271-272).

Filgueiras, L. (2006) pontua que o Brasil tardou a dar início à execução do projeto neoliberal o que pode ser tributado à dificuldade de harmonizar os distintos interesses

das diversas forças e setores produtivos, bem como, especialmente ao grau de atuação política da classe trabalhadores na década de 1980. O mesmo autor afirma que:

Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. (Filgueiras, L. 2000, p. 83-84).

Nos anos 90, particularmente a partir de 1994, teve início uma estratégia de desregulamentação do mercado de trabalho nacional por alterações graduais e pontuais da legislação trabalhista consagrada na CLT e na Constituição de 1988 que “só adquire a dimensão de uma reforma abrangente se vista numa perspectiva macroeconômica e retrospectiva, politicamente destinada à desregulamentação e à flexibilização do mercado de trabalho brasileiro (Cardoso Jr. 2002, p. 901). No caso brasileiro, consolida-se principalmente pela precarização normativa:

Esse amplo processo de desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro pode ser empiricamente caracterizado por um conjunto de medidas legais que se aglutinam em função de promover:

- a flexibilização das condições de uso da força de trabalho;
- a flexibilização das condições de remuneração da força de trabalho;
- algumas modificações nos marcos de proteção e assistência à força de trabalho;
- algumas modificações na estrutura sindical e da Justiça do Trabalho. (Cardoso Jr., 2002, p. 906).

A precarização normativa foi a principal estratégia neoliberal o que, em certa medida, pode se explicar, como apontado por Franco e Druck (2009), pela condenação e descarte do Direito do Trabalho, ícone da regulação no Estado de Bem Estar Social.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil sob a regência das classes dominantes conduz uma modernização conservadora, antidemocrática, pragmática e imediatista (Behring: 2008) e provém das práticas das relações produtivas que adquirem ares de legitimidade (ROSSO,1996). Estes são os contornos da precarização pragmática ou marginal que se manifesta nas práticas capitalistas que visam esquivar-se da regulação normativa e das intervenções dos órgãos de fiscalização – objeto deste estudo - pelo ocultamento das relações de trabalho por meio de terceirizações, contratação informal, adoção de contratações formais atípicas ou mediante fraudes pelo uso da cooperativa, estágio, “pejotização”, etc. Este processo de precarização implicou vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, intensificação do trabalho, danos à segurança e à saúde dos trabalhadores (Franco e Druck, 2009).

Ressalte-se que a precarização pragmática também alcança o desemprego enquanto produto do processo de desregulação do mercado de trabalho que se efetivou na prática das empresas e se agregou a “formas de contratação instáveis que contornam ou burlam a legislação trabalhista, prolongamento da jornada de trabalho, redução de rendimentos e demais benefícios, flexibilização de direitos trabalhistas e ampliação da informalidade [...]” (Filgueiras, L., 2006, p. 188).

A política econômica agrava o quadro social e enfraquece os mecanismos de distribuição de renda quando edita medidas que criam o desemprego, e favorecem a desregulamentação do mercado de trabalho. A recessão é o principal mecanismo para desregulamentar o mercado de trabalho, pois, com medo do desemprego, o trabalhador não reclama seus direitos. O estado não é um elemento neutro dentro de uma sociedade dividida em classes; suas decisões surtem efeitos diferenciados sobre os interesses em jogo em cada conjuntura histórica (Costa, 2006, p. 169).

A precarização perpetrada no plano das práticas sociais, no caso brasileiro, tem como base a peculiaridade histórica ressaltada por Soares (apud Behring; 2008, p. 250): “o país foi pego a meio caminho na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem Estar Social”. Tal processo foi atropelado pelo avanço do ataque neoliberal.

No caso do Brasil, um país de desenvolvimento capitalista retardatário, algumas de suas características congênitas foram historicamente reforçadas para dar origem a um modelo de desenvolvimento excludente. E assiste-se, desde princípios da década de 90, ao desmonte precoce de um arcabouço institucional que um dia pretendeu ser o embrião de um Estado de Bem-Estar Social para o conjunto da população, mas que, na verdade, nem chegou à fase adulta, sepultando, até prova em contrário, as esperanças de construção de uma nação verdadeiramente soberana e justa (Cardoso Jr. 2002, p. 903).

A este panorama de associação de mecanismos de precarização normativa e pragmática soma-se a precarização institucional. O programa neoliberal concentra esforços na remodelagem do padrão de intervenção das instituições estatais e dos sindicatos para reduzir ou eliminar resistências à adaptação aos ditames da lógica capitalista flexível. Um ponto chave para o neoliberalismo, pois o modo *operandi* das instituições pode promover e acirrar o processo de precarização indireta, porém não menos eficaz que as demais modalidades.

A maior parte dos estudos destaca a ofensiva aos sindicatos e à Justiça do Trabalho, possivelmente pela evolução não alardeada da reforma no âmbito do Ministério do Trabalho. O que não indica uma secundariedade da posição da auditoria-fiscal no processo de reestruturação produtiva até porque, como visto, é nela que primeiramente se processam os embates entre o capital e o trabalho. Além disso, em que pese a legislação, a administração e a jurisdição sejam expressões diversas de um mesmo poder, não se desconsidera que a atividade legislativa, por ser tipicamente abstrata, está desconectada da realidade de seus destinatários, não garantindo a efetividade das regras. A emissão ou formulação de uma norma jurídica não altera imediatamente o fato social que se quer ordenar.

No campo do cumprimento da ordem legal, a atuação do Judiciário se dá como última instância em caso de lesão ou ameaça a direitos, somente intervindo se houver o acionamento pelos interessados e a partir dele. (SANTOS, R., 2007). Já à fiscalização cabe interagir cotidianamente na relação entre o capital e o trabalho. É na esfera da função executiva que primariamente perpassa a efetivação da ordem jurídica de forma a repercutir as normas nas relações concretas, pois ao Poder Executivo incumbe tipicamente efetivar e fiscalizar o cumprimento do arcabouço legal.

E mais, como afirmado por Galvão, “o Estado neoliberal tem uma preferência por uma modalidade de governo forte, via “ordem executiva e decisão judicial mais do que pelo

processo decisório democrático e parlamentar” (2008, p. 155). Aspecto que revela a primazia da intervenção neoliberal no âmbito das estruturas do Poder Executivo, como no caso do Ministério do Trabalho e Emprego.

6. A REFORMA GERENCIAL DO ESTADO BRASILEIRO

A década de 90, sob a ideologia neoliberal, a reforma do Estado brasileiro é apresentada como condição necessária para a inserção competitiva do país no mercado internacional e para o desenvolvimento econômico. O processo de ajuste estatal seguiu as diretrizes do Banco Mundial (Cardosos, 2002; C. E. Carvalho, 2004; Costa, 2010; Martins, 2000).

Os esforços no sentido de elevar a performance no serviço público, combinando ajuste fiscal e mudança institucional, foram concretizados a partir de programas de reforma como aqueles ocorridos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, que se tornaram paradigmáticos. (Pinto, 2009, p. 174).

A implantação da reforma do Estado se processou três etapas distintas. Uma primeira fundadora do processo caracterizada por algumas ações concretas de natureza neoliberal no Governo Collor, passando para uma segunda fase de consolidação no primeiro Governo FHC e uma etapa última de aperfeiçoamento e ajustes que asseguram a hegemonia do capital financeiro, englobando o segundo Governo FHC e a era Lula (Filgueiras, L. 2006).

Souza e I. Carvalho afirmam que:

Apesar do reconhecimento do papel da retórica em relação aos modelos de reforma, o debate político, institucional e administrativo dos anos 80 e 90 trouxe um novo enfoque para a atuação dos governos e da sociedade. Esse enfoque se pauta pela visão de reforma do Estado como um processo que se destina não a apoiar apenas ações voltadas unicamente para o governo, mas que envolvam outros atores políticos e sociais, bem como estimulem a participação das esferas subnacionais, o setor privado (lucrativo ou não) e da sociedade civil na formulação e implementação de políticas (1999, p. 191).

A pauta reformista no Brasil foi iniciada no governo de Fernando Collor com o processo de privatizações e com a ofensiva ao funcionalismo público responsabilizados pelos problemas do Estado sob a alcunha de *marajás*. A execração do funcionalismo público transformado no bode expiatório dos males da nação, causando de modo generalizado desconfiança de toda a máquina federal o que produziu uma lógica do “salve-se quem puder”.

Em linhas gerais, o diagnóstico que orientou a reforma neoliberal do Estado brasileiro considera excessivo, dispendioso, inadequado e ineficiente o quadro de pessoal existente e as relações trabalhistas vigentes no setor, igualmente inadequadas e rígidas.

As políticas implementadas desde 1990 e, mais metodicamente, a partir de 1995, buscaram alterar radicalmente a estrutura e os mecanismos de funcionamento do Estado constituídos durante o período desenvolvimentista, buscando, na medida do possível, com diferenças importantes entre as diversas áreas, aproximar os padrões de gestão do

setor público e do privado, este tomado como modelo (Brunet, 2001). (Borges, 2004, p. 259).

O governo Fernando Henrique atua intensamente para reformar o Estado brasileiro “em suas estruturas institucionais, organizacionais e funcionais, as diretrizes de tal reforma foram condensadas no documento-base intitulado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (Ayres, 2006, p. 31). Na fundação do projeto de reforma da era FHC, verifica-se um percurso inicial de caráter pragmático-utilitarista (Ayres, 2006, Faleiros, 2004):

Pode-se dizer, portanto, que a defesa que o presidente faz das reformas confirma a avaliação de Palermo (1998): *as reformas estão voltadas para mudanças incrementais, atingindo setores selecionados, e são marcadas pelo pragmatismo*. Inclusive porque, na visão do autor, Cardoso faz uma leitura da estrutura de poder no Brasil como caracterizada pela pluralidade de arenas decisórias, gerando negociações e busca de consenso, gradualismo e proteção dos interesses (Souza e Carvalho, I., 1999, p. 196). Grifamos.

Além do pragmatismo, o itinerário reformista avançou para as dimensões ideológica e simbólica (AYRES, 2006). Na defesa da reforma, a Constituição e funcionalismo público foram tachados como causa do atraso no desenvolvimento do país, processando-se sucessivas emendas constitucionais que, no campo dos direitos sociais, tornar-se-iam a base do processo de flexibilização no Brasil. O Plano Diretor da Reforma de 1995 refere-se expressamente às distorções provocadas pela Constituição de 1988.

A desestabilização dos servidores públicos é ponto prioritário para Plano Diretor que indica como diretiva fundamental da reforma no que tange aos servidores públicos:

A flexibilização da estabilidade dos servidores estatutários, permitindo-se a demissão, além de por falta grave, *também por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros*;

[...]

- no caso de insuficiência de desempenho, que tem por objetivo levar o servidor a valorizar o seu cargo, e
- permitir ao administrador público cobrar trabalho, o funcionário só poderá ser demitido depois de devidamente avaliado, e terá sempre direito a processo administrativo específico com ampla defesa;
- no caso de exoneração por excesso de quadros, a exoneração deverá obedecer a critérios gerais estabelecidos em lei complementar, e os cargos correspondentes serão automaticamente extintos, não podendo ser recriados em um prazo de quatro anos;
- possibilidade de se colocar servidores em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço como alternativa à exoneração por excesso de quadros;
- permissão de contratação de estrangeiros para o serviço público, sempre através de concurso ou processo seletivo público, desde que lei específica o autorize;

[...]

(Brasil, 1995, p. 55). Grifo nosso.

A linha condutora da reforma do aparelho estatal é a busca da mudança dos agentes estatais e do funcionamento gerencial da administração pública para implantar no setor público a lógica do mercado e seu padrão de gestão. A reforma gerencialista foca a gestão na busca de resultados mediante indicadores, metas e avaliação de desempenho com vistas à eficiência (Pereira,1997,2002; Cardoso, F. H.,1998).

Em referência a Felicíssimo e Barreto (1997), Costa (2006) destaca no novo modelo de gerência pública três pontos que reputa centrais:

- a) A focalização da esfera do governo central por mediações gerenciais descentralizadas;
- b) Utilização de mecanismos administrativos do setor privado;
- c) Dissolução das fronteiras formais entre instituições públicas e privadas.

A diferença, afirma Costa (2006), entre os modelos burocrático e gerencial refere-se ao controle, pois o primeiro concentra-se nos meios, enquanto no segundo o foco é o resultado, por isso “ A administração gerencial seria mais eficiente, inclusive devido ao estabelecimento de concorrência interna, descentralização e redução dos níveis hierárquicos” (2006, p.178). Estes caracteres do modelo de administração gerencial estão patenteados na síntese Pereira:

Aos poucos foram-se delineando os contornos da nova administração pública:

- (1) Descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais;
- (2) Descentralização administrativa, através da delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos;
- (3) Organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal,
- (4) Pressuposto da confiança limitada e não da desconfiança total;
- (5) Controle por resultados, a posteriori, ao invés do controle rígido, passo a passo, dos processos administrativos; e
- (6) Administração voltada para o atendimento do cidadão, ao invés de autorreferida (1996, p. 5).

Diversos estudos, como o de Antunes (2004), Ayres (2006), Boito Jr (2006), C. E. Carvalho (2004), Druck e Filgueiras, L. (2007), Filgueiras, L. (2006), concluem que na era Lula houve continuidade das políticas do período FHC. Neste sentido:

O governo de Luís Inácio “Lula” da Silva, por sua vez, deparou-se com uma armadilha representada pelo engessamento de sua autodeterminação política em virtude da dependência financeira, ou de uma crônica situação de restrição orçamentária, em relação à política macroeconômica deflagrada no início do Plano Real, enquanto fundamento de política pública de extração monetária. Longe de representar uma ruptura na execução programática das diretrizes de governo na arena econômica e administrativa, em relação ao governo FHC, o governo Lula constitui uma versão sequenciada do padrão anterior, embora sem o mesmo glamour, senso de governança e - agora - lastro de governabilidade. Apesar da mudança parcial de parceiros políticos de apoio, os fundamentos gerais

da política econômica e social mantiveram-se um tanto quanto incólumes (Ayres, 2006, p. 31-32).

A apontada continuidade do processo sob as diretrizes neoliberais expressa contradições inatas ao Governo Lula por ter sido fundado no âmbito das lutas sociais dos anos 80 e 90 lideradas pelo Partido dos Trabalhadores. Pelos paradoxos do Governo Lula, a continuidade da política de matiz neoliberal não pode ser tomada como absoluta. A análise deste fenômeno é complexa, mas se contextualiza na expansão do neoliberalismo na América Latina, na prevalência da ideia de fim do socialismo e no influxo da esquerda para a agenda social-liberal, conforme análises de Antunes (2004) e Sader (2011).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo, ao promover reformas que impactam profundamente o papel do Estado e as relações sociais, revela um paradoxo entre a desregulação econômica e a necessidade de controle sobre o trabalho. A flexibilização do trabalho e a financeirização da economia tornaram-se pilares de um sistema que privilegia o capital em detrimento das garantias sociais. Nesse cenário, a centralidade do trabalho se mantém, mas sob novas formas de exploração e precarização. O Estado, antes protetor do bem-estar social, assume agora um papel de facilitador da expansão do capital, evidenciando a complexidade e os desafios contemporâneos na luta por direitos e justiça social.

REFERÊNCIAS

- [1] ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*. São Paulo: Cortez, 2009.
- [2] ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. Lua Nova, n. 45, 1998, p. 8-25.
- [3] BORGES, A.; DRUCK, G. *Mudanças no mundo do trabalho e os impactos sobre os trabalhadores no Brasil*. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. (orgs.). *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.
- [4] BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- [5] CARDOSO JR., José Celso. *O neoliberalismo tardio no Brasil e suas consequências sociais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- [6] CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- [7] CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.
- [8] FILGUEIRAS, Luiz. *O Brasil sob a hegemonia do capital financeiro*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- [9] FRANCO, Augusto de. *Democracia e capital social*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- [10] GALVÃO, André. *Estado e neoliberalismo*. Lua Nova, n. 48, 2008, p. 150-168.
- [11] HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.
- [12] KREIN, José Dari. *O mercado de trabalho no Brasil: políticas neoliberais e a precarização*. Campinas: Unicamp, 2007.
- [13] MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- [14] MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo global: a terceira via e o estado mínimo*. São Paulo: Cortez, 2002.

- [15] POCHMANN, Marcio. *O neoliberalismo e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- [16] SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- [17] TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- [18] WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Capítulo 10

A crescente participação dos idosos na transferência financeira como suporte econômico familiar

Frank Astor do Nascimento

Priscilla Custódio Muniz Pinto

Alexandro da Silva Pinto

Fabiana da Costa Astor do Nascimento

Resumo: Com a crescente transformação da sociedade brasileira, no que tange ao aumento da expectativa de vida dos cidadãos, o IBGE aponta para um envelhecimento da sociedade. O presente trabalho visa abordar o cotidiano do comportamento da pessoa idosa no que se refere ao seu gasto.

Palavras chave: idoso, renda, participação renda, família, gasto.

1. INTRODUÇÃO

Hoje no Brasil os idosos representam uma parcela substancial da população brasileira e esse número tende a crescer.

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do ser humano e dá-se por mudanças que acometem de forma particular em cada indivíduo. É uma fase em que, as transformações do estado físico vão influenciar no comportamento do indivíduo natural, exercendo uma mudança nos hábitos e costumes do cotidiano.

Hoje o idoso no Brasil possui uma renda própria indiferente se contribuiu para algum instituto de previdência ou não, colocando-o assim como uma pessoa com características particulares se comparado a outras camadas da sociedade.

O comportamento da pessoa idosa no que tange ao gasto da renda recebida requer uma compreensão mais abrangente e adequada de um conjunto de fatores que compõem a capacidade de usufruir do dinheiro recebido.

Neste contexto realizou-se uma pesquisa de campo com o objetivo de discutir sobre o gasto da renda considerando o conjunto de comportamento da pessoa idosa no mercado e seus segmentos.

O caráter do estudo toma forma de algo bem abrangente, como fator inicial, para que possa ser dado continuidade a outros estudos em regiões diferentes e Estados distintos.

2. PROBLEMA

Com a crescente transformação que vem ocorrendo no Brasil, diante de um mundo globalizado, a sociedade brasileira está seguindo uma tendência dos países desenvolvidos na estrutura etária. Conforme apontado pelo IBGE, surge uma tendência do aumento do número de idosos no Brasil e eles possuem um comportamento específico no gasto da renda que necessita ser estudado com mais propriedade.

3. METODOLOGIA

O referido trabalho buscou através de entrevistas com idosos, como estão se processando as relações familiares. Para tal feito utilizou-se uma amostragem com pessoas acima de 60 anos.

A referida amostra foi realizada na localidade da Zona Oeste no município do Rio de Janeiro.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O número de idosos no Brasil tende a aumentar a cada dia, segundo o Jornal da Tarde (2013) “De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o País tinha 21 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos em 2012.” Isso representa aproximadamente 10% da população brasileira, mas esse número tende a aumentar, segundo o Site Portal Brasil (2012) “A estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que o País seja o sexto em número de idosos em 2025, quando deve chegar a 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais”.

O país está envelhecendo com uma população de idosos providos de renda devido ao estatuto do idoso, segundo o site JUS Navigante (2010) “É um benefício concedido no valor de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência ou ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.”

Uma grande conquista se refere ao direito de uma renda mínima atrelada ao salário mínimo nacional, dando assim, uma garantia de dignidade, fazendo com que todos os idosos sejam possuidores da capacidade de consumo, não somente isso, contribuindo com a renda dos mais jovens, tendo assim uma participação maior na renda familiar, segundo Ribeiro (2011).

... enquanto o padrão de vida dos idosos melhorou, os jovens foram sendo apanhados pela crise econômica. A gangorra social acabou por provocar uma revolução nas relações familiares nesta última década. Se antes eram os filhos que bancavam o sustento dos pais idosos, hoje a situação é radicalmente diferente. Dados do IBGE indicam que a turma de mais de 60 anos é responsável por 45% do orçamento dos lares onde vive com seus filhos. Quando o idoso é o chefe da família, essa contribuição sobe para 69%.

O idoso representa ao país o início de uma profunda transformação da sociedade, tendo em vista, a crescente o aumento de renda e o poder de consumo, gerando uma classe com um potencial de renda. Para Miguel (2012) “Aumento de idosos cria novos mercados para seu negócio, os idosos podem gastar 45% mais do que há cinco anos, o que abre uma série de oportunidades de novos negócios.”

Tudo isso pode representar para muitas empresas um aumento da capacidade de consumo do idoso, as empresas começam a se direcionar ao mercado destinado ao público de terceira idade, segundo o site do Senado (2012),

De olho num público responsável por quase 15% do mercado de consumo no país, as empresas brasileiras estão se especializando em serviços para idosos. As ofertas são as mais variadas, de pacotes de viagem com desconto em folha do INSS, passando por serviços de intercâmbio e exercícios, a aparelhos acionados de casa para receber atendimento médico em caso de emergência.

Essas transformações começaram a ser substanciais na década dos anos 60 e vem sendo o pilar para estudos mais aprofundados sobre o comportamento da população.

Segundo IBGE (2008),

... desde os anos 1960 que a taxa de crescimento da população brasileira vem experimentando paulatinos declínios, intensificando-se juntamente com as quedas mais pronunciadas da fecundidade. No período 1950-1960, a taxa de crescimento da população recuou de 3,04% ao ano para 1,05% em 2008. Mas, em 2050, a taxa de crescimento cairá para -0,291%, que representa uma população de 215,3 milhões de habitantes.

É importante frisar que o idoso possui um comportamento diferente de pessoas com idades diferentes. Segundo o site do IPEA (2010):

Afirma que os idosos tendem a buscar mais informações sobre os produtos que necessitam, pesquisam preço e visitam várias lojas antes de efetuar a compra, ou seja, pode-se concluir que o idoso é um consumidor bastante consciente durante o processo de compra, principalmente de alimentos, auxiliado pela disponibilidade de tempo.

Os dados dos institutos de pesquisa demonstram que o país está envelhecendo a cada dia e isso pode trazer algumas transformações no comportamento.

Os idosos a cada dia mais estão se responsabilizando pelo sustento das suas famílias, inclusive a participação na renda dos filhos casados, para o site G1 (2006) “A maior parte dos idosos que respondem pelo sustento da família mora com os filhos ou enteados, 2,88 milhões, mas também avança a quantidade dos que cuidam dos netos ou bisnetos sem a presença dos respectivos pais.”

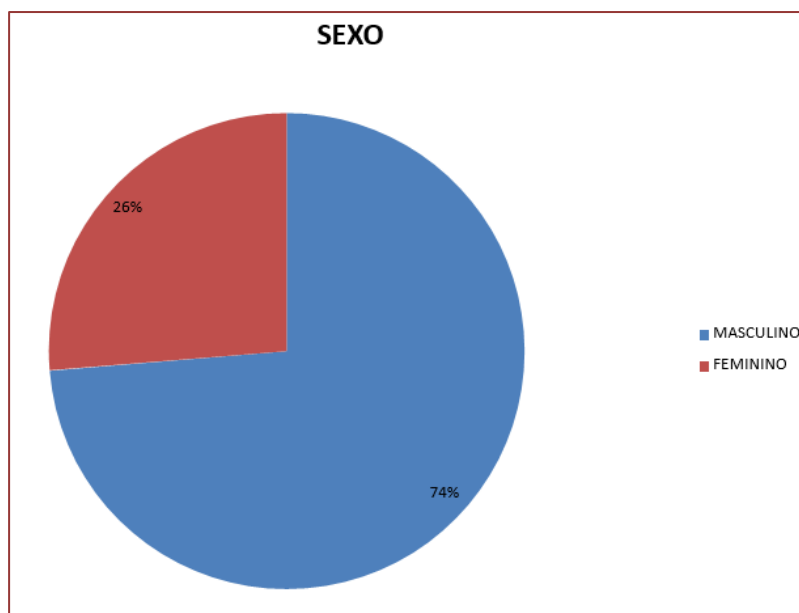
No Brasil começa a se tornar comum os filhos saírem de casa formarem suas famílias, mas continuarem dependendo dos seus pais, segundo o site ABRESPREV (2012).

... estudo divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, nos lares brasileiros, é cada vez maior a contribuição dos mais velhos para a renda doméstica... O mestre de obras Francisco de Assis Queiroz, 60, é um exemplo disso. Além de pagarem o aluguel e o condomínio de um dos filhos, e de custearem as despesas de uma neta de 1 ano, ele e a esposa também abrigam em casa o caçula da família, de 21 anos, estudante de direito. Dos R\$ 15 mil que o casal ganha por mês, metade é gasto com a prole. Dizem que a gente protege, mas é melhor que fiquem com a gente, sem riscos...

5. RESULTADO DA PESQUISA

A primeira abordagem relaciona com a porcentagem de pessoas entrevistadas que são do sexo masculino e feminino, neste resultado foi mais tendenciosa ao sexo masculino.

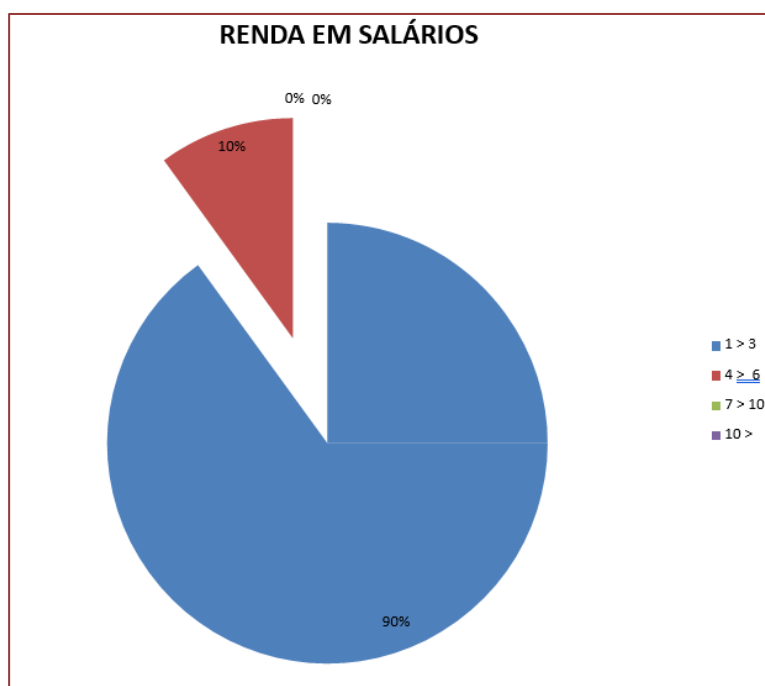
Gráfico 1 - Sexo



Fonte: Própria.

Nesta outra abordagem aponta-se o nível de renda das pessoas entrevistadas, no gráfico 2 observa-se que está tendencioso ao nível de renda entre 1 a 3 salários.

Gráfico 2 - Renda

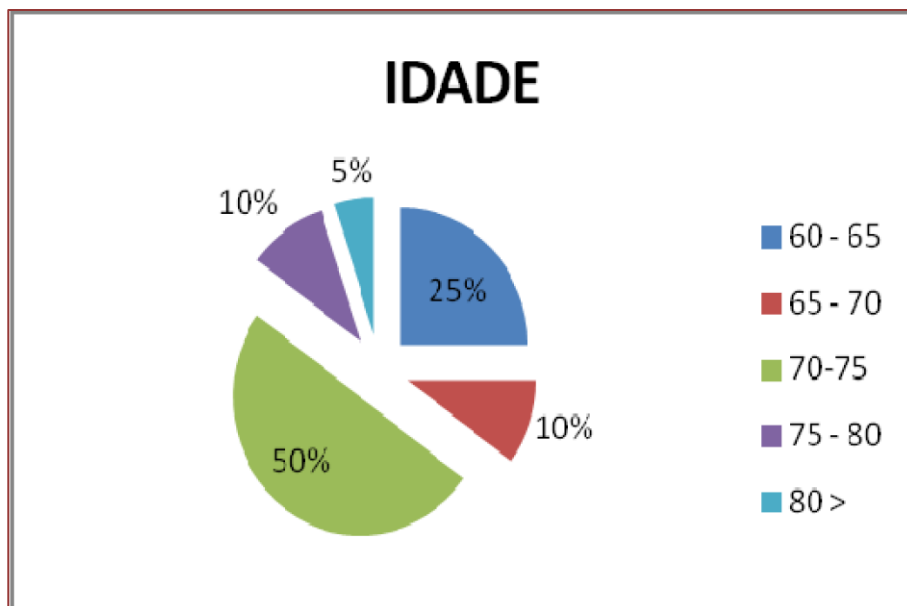


Fonte: Própria.

Neste gráfico aponta a idade das pessoas entrevistadas, apesar de serem pessoas

idosas, tentou-se mostrar os diferentes níveis de idade.

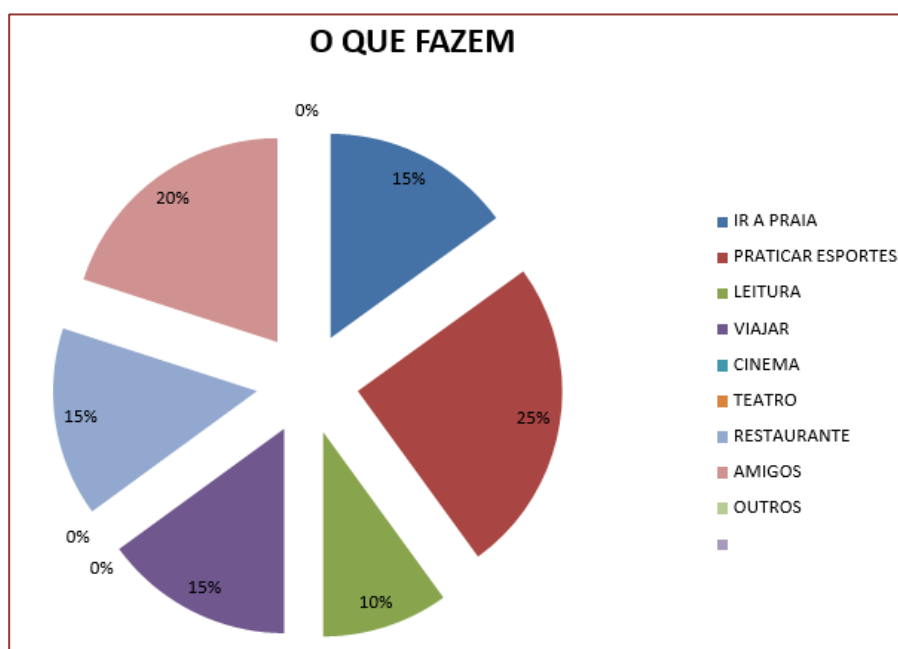
Gráfico 3 - Idade



Fonte: Própria.

No gráfico 4 tenta mostrar como os idosos gastam seu tempo e com isso a relação com o gasto da renda, como o nível da renda foi tendencioso, não observa uma grande transformação.

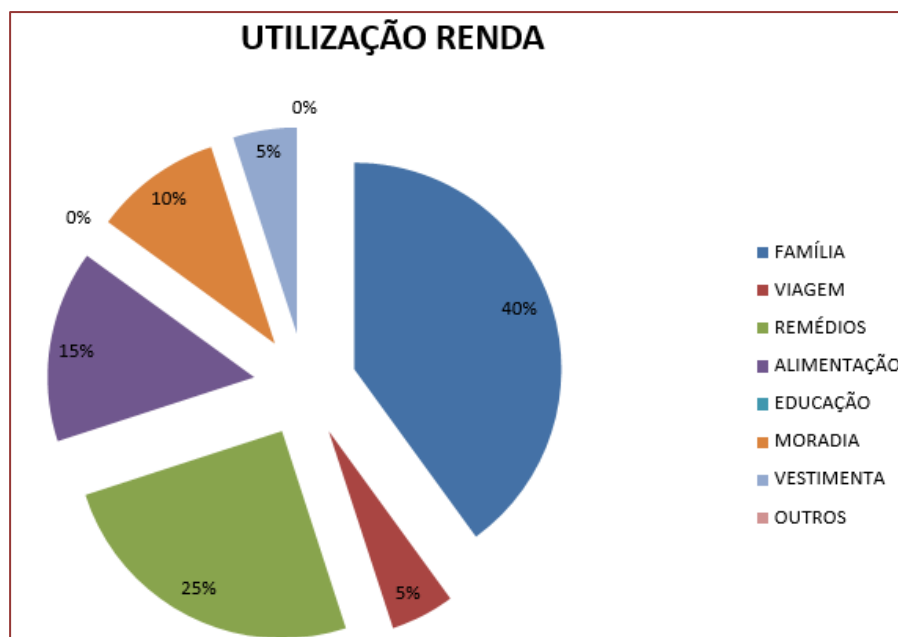
Gráfico 4 - Gasto de Tempo



Fonte: Própria.

Neste último gráfico aponta a necessidade de mostrar onde os idosos empregam a sua renda.

Gráfico 5 – Gasto de renda



Fonte: Própria.

6. CONCLUSÃO

Nos últimos anos começou a se ouvir falar com mais frequência sobre o fato das pessoas estarem ficando mais velhas, ou seja, sobre o aumento considerável do número de idosos. As reportagens de televisão, revistas, jornais e sites que discutem e refletem sobre a atual imagem, e a importância social das pessoas que estão passando a viver cada vez mais.

No Brasil, o envelhecimento da população é um fenômeno relativamente recente e os estudos sobre o tema proposto não são numerosos.

Dentro da pesquisa realizada, leva-se em consideração que o gráfico renda aponta para uma tendência da amostra limitada a renda entre 1 a 3 salários mínimos.

Na localização estudada (zona oeste – RJ) os idosos estão dispendo de seu tempo em atividades que prolongue a vida, com isso, existe assim uma tendência ao aumento da expectativa de vida do cidadão, mantendo esse idoso com uma capacidade de consumo mais prolongada, daí o interesse de se estudar um segmento que possui o direito a renda.

Quando se abordou as atividades que consomem a renda do idoso observa-se um percentual elevado de gasto com a família, pela estimativa da amostra no quesito renda, que pode dar uma explicação mais precisa sobre esse aspecto. Já na entrevista realizada observou-se um gasto com a família no que diz respeito aos parentes diretos que não vivem mais sobre o mesmo teto, que se utilizam da facilidade que o idoso possui para conseguir crédito nas instituições financeiras com juros mais baixos, com isso, observa-se que o idoso continua a gastar parte de seus proventos ajudando aos filhos e netos ou outro tipo de família.

A pesquisa não consegue apontar qual seria o grau de interferência dos familiares sobre a decisão de consumo dos idosos.

REFERÊNCIA:

- [1] ABRESPREV. <http://www.abesprev.com.br/novo/index.php/noticias/noticias-gerais/5563-idosos-sustentam-os-lares>, acessado em 2015
- [2] AMARAL, G. Direito, Escassez & Escolha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Jumens Juris, 2010.
- [3] DIEGUEZ, C. http://veja.abril.com.br/060900/p_118.html.
- [4] G1. <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1371651-5598,00.html>, acessado em 2015 JUS Navigante. <http://jus.com.br/artigos/17249/o-beneficio-previdenciario-de-valor-minimo-como-calculo-da-renda-familiar-per-capita-para-fins-de-concessao-de-beneficio-assistencial-ao-idoso>, acessado em 2014
- [5] <http://pt.wikipedia.org/wiki/Idoso>, acessado em 2015 IBGE.
- [6] <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1272>, acessado em 2014
- [7] IPEA. http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BD_vol2.pdf
- [8] Jornal da Tarde. <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/09/28/noticiasjornalcotidiano,3137628/brasil-tera-32-milhoes-de-idosos-aponta-estudo-do-ibge.shtml>, acessado 2015.
- [9] <http://www.telehelp.com.br/teleassistencia/v2/br/telehelp/telehelp-na-midia-detalhes.aspx?id=24>
- [10] IBRAHIM, F. Z. A Previdência Social na Corte Européia de Direitos Humanos: Lições para o Judiciário Brasileiro. In: 29º Congresso Brasileiro de Previdência Social, 2010 ,
- [11] MIGUEL, C. <http://exame.abril.com.br/revista-exame-pme/edicoes/0052/noticias/aumento-da-longevidade-cria-novos-mercados-para-seu-negocio>, acessado em 2013.
- [12] Portal Brasil. <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/10/brasil-fara-parte-de-pesquisa-internacional-sobre-idoso>
- [13] RIBEIRO, A. L. <http://www.gespublica.gov.br/projetos-acoess/pasta.2009-07-15.5584002076/pasta.2011-12-05.4922726565/tema%203%20finalizado.PDF>
- [14] São Paulo. Jornal do 29º Congresso Brasileiro de Previdência Social. São Paulo: LTr, 2010. v. 01. p. 05.08. Disponível em: Unieducar.org.br/.../.... Acesso em: 2015.
- [15] SENADO. <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=395480>, acessado em 2015
- [16] www.oms.org.br

Capítulo 11

Dinâmica intercensitária da população dos municípios alagoanos entre 2010 e 2022: uma abordagem metodológica de análise estatística a partir de indicadores multidisciplinares

Michela Barreto Camboim Gonçalves Feitosa

Camila Ribeiro Cardoso dos Santos

Neison Cabral Ferreira Freire

Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Junior

Resumo: O artigo aborda a importância do censo demográfico como uma ferramenta valiosa para analisar diversas variáveis que afetam a população de um país, permitindo diferentes abordagens em termos de escala, representação e análises. No caso de regiões periféricas ou de economia retardatária, como é o caso do Estado de Alagoas, é essencial entender as mudanças demográficas nos municípios, uma vez que estão diretamente ligadas à distribuição de recursos públicos, como o Fundo de Participação dos Municípios. Assim, o artigo tem como objetivo investigar os fatores associados ao crescimento e decréscimo populacional em Alagoas entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022, abrangendo variáveis como emprego, renda, escolaridade e mortalidade. De fato, os dados do Censo Demográfico 2022 revelaram um movimento peculiar na população alagoana durante esse período, motivando a pesquisa. Alagoas é um estado relativamente pequeno em termos de território, com uma população concentrada principalmente em áreas urbanas. A urbanização cresceu nas últimas décadas devido à migração das áreas rurais em busca de melhores oportunidades nas cidades, especialmente na Região Metropolitana de Maceió, a capital do estado. Os dados do Censo Demográfico de 2022 também mostraram um crescimento populacional mínimo em Alagoas, e o artigo explora os movimentos territoriais e suas causas nesse contexto. O artigo também aborda o banco de dados geoespaciais utilizado para analisar o crescimento populacional nos municípios alagoanos de 2010 a 2022, detalhando os dados disponíveis e suas fontes. Devido à falta de microdados do Censo de 2022, o estudo se baseia em fontes diversas para obter informações sobre os municípios brasileiros em um período mais recente.

1. INTRODUÇÃO

A realização de um censo demográfico oferece diversas oportunidades de análise sobre as variáveis que atuam sobre a população de um determinado país, permitindo abordagens em variadas escalas, recortes geográficos e eixos temáticos. Dentre essas oportunidades, os estudos que envolvem a dinâmica demográfica entre censos despertam especial interesse tanto para a academia, a sociedade e os gestores públicos, como também para a iniciativa privada em sua busca por melhores condições para a reprodução do capital e maximização do lucro.

No Brasil, o Censo Demográfico representa a maior pesquisa domiciliar realizada no País, sendo capaz de revelar não apenas quantos somos em cada localidade do território nacional, mas também como vivemos nos domicílios e as respectivas características do seu entorno urbanístico. Tais informações são, portanto, essenciais para a proposição, avaliação e reformulação de políticas públicas com implicações não menos relevantes na condução de conflitos sociais que envolvem o domínio de territórios.

No caso de territórios de economia retardatária ou periférica, como é o caso de Alagoas, torna-se essencial investigar quais foram as mudanças mais significativas no perfil demográfico dos municípios – locus de execução de variadas políticas públicas e, portanto, demandante de recursos públicos fundamentais para sua realização e manutenção, tal como o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, cuja distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes (Lei n.º 5.172/66 e Decreto-Lei N.º 1.881/81). Logo, conhecer os mecanismos, causas e consequências da variabilidade demográfica no nível municipal no período intercensitário se mostra essencial na condução e aprimoramento das diversas esferas das gestões públicas.

A partir da divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022, constatou-se um movimento muito particular da população alagoana no período intercensitário (2010 – 2022), o que motivou a realização de pesquisa e elaboração deste artigo. Assim sendo, o objetivo principal este estudo é investigar os fatores associados ao crescimento e decréscimo populacionais dos municípios alagoanos no período intercensitário de 2010 e 2022, a partir de variáveis interdisciplinares, tais como: emprego e renda, escolaridade, fecundidade e mortalidade, dentre outras.

Considerando-se a análise estatística dos dados censitários, observa-se que, de fato, as novas hierarquias de geração e apropriação de riqueza indicam que o capitalismo aperfeiçoou seus instrumentos, inclusive o manejo mais ágil das escalas e a capacidade de utilização do espaço construído. Esse aperfeiçoamento se manifesta por meio de variados recursos, dentre os quais aqueles tecnológicos, seletivamente distribuídos tanto no espaço nacional como no espaço inter-regional, segundo os interesses dos grupos que detém o poder econômico, explorando as oportunidades oferecidas pelo território.

Com enormes desafios logísticos, tecnológicos e operacionais, a etapa de coleta de dados em campo do Censo Demográfico 2022 foi realizada no período de 01/08/2022 a 28/02/2023 (sete meses), totalizando 1.320.409 domicílios alagoanos recenseados, sendo que, desses, 1.041.744 estavam ocupados. Esses domicílios estavam ocupados por 3.127.511 pessoas residentes, distribuídas nos 102 municípios alagoanos.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta Introdução e Considerações Finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ALAGOANO

O estado de Alagoas é o segundo menor do Brasil, em termos territoriais, localizado junto ao litoral atlântico da região Nordeste, entre os estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Residem no estado, no ano de 2022, de acordo com os dados publicados pelo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 3.127.511 habitantes distribuídos em 27.830,661 km², o que implica uma densidade demográfica de 112,38 hab/km²¹.

A população alagoana representa 1,54% dos habitantes no Brasil e 5,72% no Nordeste. O último Censo trouxe, também, dados inéditos sobre os residentes quilombolas e indígenas, somando um total de 37.722 e 25.725 pessoas, respectivamente.

Em termos de organização territorial, os municípios alagoanos estão agrupados em regiões geográficas. Alagoas possui três mesorregiões: leste, agreste e sertão, que dentro de seus espaços, abarcam 13 microrregiões compostas por 102 municípios.

A distribuição espacial da população é majoritariamente urbana. Nesse contexto, o processo de urbanização do Estado é relativamente recente, desenvolvido entre as décadas de 1980 e 1990. O processo de migração do campo para as cidades foi motivado, especialmente, pelas forças de expulsão dos menores municípios caracterizadas pela baixa oferta de emprego e renda, como será detalhado adiante.

Os municípios alagoanos, em sua maioria, não apresentam um dinamismo econômico que permita a fixação de suas populações em suas cidades de origem, além de contarem com áreas rurais extensivas e de baixa intensidade tecnológica. Acrescente-se, ainda, as dificuldades de acesso ao crédito rural, à insuficiente assistência técnica e à baixa comercialização – o que implica a falta de uma produção suficiente de alimentos voltada para o abastecimento interno e de insumos para uma diversificada agroindústria. (Carvalho, 2008).

Como será observado neste artigo, diante da baixa capacidade de retenção, os habitantes tenderam a buscar, dentro do Estado, melhores condições de vida e de oportunidades nas maiores cidades, com destaque para a sua capital, Maceió, que concentra quase 1/3 de seus pouco mais de 3 milhões de habitantes.

Por tratar-se de um território de economia periférica ou retardatária, não representa um destino migratório de população proveniente de outros estados ou países, sendo sua população residente composta, majoritariamente, por alagoanos: 94% do total (IBGE, 2023).

Alguns fatores podem ser apontados como motivadores dos processos de atração, fixação e de expulsão da população em Alagoas, tais como: a busca por melhores condições de vida e oportunidades, além de desastres decorrentes de eventos climáticos extremos (secas, estiagens prolongadas e inundações).

Segundo Assis (1994), a variação de amplitude térmica anual do Estado é de 8,2° C, valores que variam de 19 a 27,2° C. As classificações dos climas encontrados variam entre Clima tropical quente e úmido e Clima tropical quente e seco. Apesar da baixa variação registrada, elementos relacionados ao clima são, por vezes, citados como fatores de saída de população na região semiárida do Estado.

¹Tal densidade é considerada a quarta maior dentre as Unidades Federativas do País, imediatamente atrás do Distrito Federal (489,01 hab/km²), do Rio de Janeiro (366,96 hab/km²) e de São Paulo (178,96 hab/km²).

Alagoas se localiza na região do primeiro espaço de ocupação e exploração dos colonizadores europeus, assumindo um papel importante na história e na estruturação do Brasil de hoje. O Estado foi um espaço pioneiro tanto da ocupação nordestina como da brasileira. A organização territorial na área costeira ocorreu devido às características apropriadas do solo e do clima, além da presença de interesses comerciais em volta do cultivo da cana-de-açúcar destinada à exportação. Tal atividade produtiva representou, durante mais de 4 séculos, o centro da economia alagoana, cumprindo o papel estruturador dela. Nas áreas ao interior, a pecuária, aproveitando-se de grandes espaços vazios, adaptou-se à região semiárida e funcionava como estrutura de apoio à economia açucareira, mediante o fornecimento de transporte, alimentos e utensílios para vestuário. A sociedade, as instituições e a organização política foram geradas em torno dessa atividade produtiva, baseada na exploração de trabalho escravo e com marcada concentração de renda.

Além da cana-de-açúcar, o Estado ainda vivenciou, também, outros ciclos produtivos, a exemplo do algodão (espalhado dispersamente pelo território), pecuária (concentrados no agreste e sertão), fumageira e, mais recentemente, algumas indústrias do ramo alimentício em Arapiraca. Ao oeste de Arapiraca, na cidade de Craíbas encontra-se uma mineradora que assume proporções relativas. Também merecem destaque algumas empresas do ramo petroquímico localizadas em Marechal Deodoro, na região metropolitana de Maceió. Alagoas conta com polos de turismo espalhados ao longo do litoral, com especial destaque para o litoral norte.

Atualmente, a maior parte da economia alagoana se concentra nos setores de comércio e serviços, os quais estão concentrados maioritariamente na capital, Maceió, que detém, ainda, a centralidade da administração pública local. Segundo dados do IBGE (2020), a participação da agropecuária, indústria e comércio e serviços² no PIB alagoano são de 20,09%, 12,94% e 64,97%, respectivamente.

A formação concentradora, seja em âmbito social como econômico, em meio a uma sociedade marcada pela exclusão, desigualdade e violência, os indicadores relacionados à qualidade de vida e ao desenvolvimento do Estado são tradicionalmente reconhecidos como os piores do Brasil. Os dados do Censo Demográfico de 2022 mostraram que o Estado apresentou o menor crescimento populacional dentre as unidades da federação, com uma taxa de crescimento de 0,21% com relação à última operação censitária realizada em 2010. Além disso, alguns movimentos territoriais no sentido de uma (re) organização interna merece ser destacados. A descrição de tais movimentos bem como suas principais características e causas serão descritas nas seções a seguir.

3. BANCO DE DADOS GEOESPACIAIS

Esta seção apresenta os dados disponíveis para identificar os fatores relacionados ao crescimento populacional dos municípios alagoanos no período intercensitário de 2010 e 2022. Inicialmente, descreve-se os diferentes dados utilizados nas estatísticas e suas fontes. Em seguida, apresenta-se os resultados do crescimento populacional entre os municípios alagoanos.

² Como subelemento de destaque do setor de comércio e serviço, encontra-se a participação da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social com 25,19% no total do PIB estadual.

3.1. DADOS DISPONÍVEIS

Uma vez que os microdados do censo de 2022 ainda não foram totalmente publicados, dados sobre municípios brasileiros em período mais recente estão disponíveis apenas em nível agregado e variedade limitada. Por este motivo, os dados utilizados neste estudo foram obtidos em fontes variadas. A Tabela 1, a seguir, apresenta os dados, as estatísticas descritivas dos mesmos e suas respectivas fontes:

Tabela 1. Variáveis utilizadas

Variável	Estatísticas	Descrição e Fonte
População - 2010 e 2022	Média (2010) = 30.593	Conjunto de indivíduos que viviam em um determinado município. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 93.446	
	Média (2022) = 30.662	
	Desvio Padrão (2022) = 96.463	
Empregos Formais - 2010 e 2022	Média (2010) = 4.580	Número de indivíduos ocupados cumprindo contratos que estabelecem direitos e deveres. Fonte: Rais/Caged
	Desvio Padrão (2010) = 23.020	
	Média (2022) = 5.134	
	Desvio Padrão (2022) = 25.960	
Produto Interno Bruto - PIB - 2010 e 2020	Média (2010) = 266.010	Soma de bens e produtos finais produzidos em um determinado município. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 1.233.269	
	Média (2020) = 619.631	
	Desvio Padrão (2020) = 2.312.669	
Coeficiente de Gini - 2010	Média (2010) = 0,5423	Medida de concentração de renda. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 0,04844	
Índice de Desen. Humano - IDHM - 2010	Média (2010) = 0,5635	Medida de qualidade de vida que condensa aspectos de renda, educação e longevidade. Fonte: PNUD
	Desvio Padrão (2010) = 0,0396	
IDHM - Renda - 2010	Média (2010) = 0,5484	Medida de qualidade de vida de uma população que condensa aspectos de renda. Fonte: PNUD
	Desvio Padrão (2010) = 0,0399	
IDHM - Longevidade - 2010	Média (2010) = 0,7395	Medida de qualidade de vida que condensa aspectos de longevidade. Fonte: PNUD
	Desvio Padrão (2010) = 0,03243	
IDM - Educação - 2010	Média (2010) = 0,4428	Medida de qualidade de vida de uma população que condensa aspectos de educação. Fonte: PNUD
	Desvio Padrão (2010) = 0,0541	
Ranking - IDHM - 2010	Média (2010) = 4.818	Rankings de medida de qualidade de vida entre os municípios alagoanos. Fonte: PNUD
	Desvio Padrão (2010) = 722,49	
Expectativa de anos de estudos - 18 anos ou mais - 2010	Média (2010) = 8.90	Número médio de anos de estudo esperados, mantido o padrão de anos de estudo existente na população residente. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 0,6584	
Taxa de Analfabetismo - 2010	Média (2010) = 32,56	Porcentagem da população de 15 anos ou mais que não sabe ler e escrever. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 5,95	
Taxa de Analfabetismo - 25 anos ou mais - 2010	Média (2010) = 41,73	Porcentagem da população de 25 anos ou mais que não sabe ler e escrever. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 7,72	

Tabela 1. Variáveis utilizadas (continuação)

Variável	Estatísticas	Descrição e Fonte
Taxa de Analfabetismo – entre 25 a 29 anos - 2010	Média (2010) = 21,44	Porcentagem da população de 25 a 29 anos que não sabe ler e escrever. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 5,52	
Taxa de Natalidade - 2021	Média (2010) = 0,1161	Taxa média de variação de número de nascimentos no período de 2010 a 2021. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 2,38	
Taxa de Mortalidade -2021	Média (2010) = 6,25	Diferença entre o número de nascimentos e óbitos totais no período de 2010 a 2021. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 3,30	
Diferença entre o número de nascimentos e óbitos totais no período de 2010 a 2021	Média (2010) = 3.707	Diferença entre o número de nascimentos e óbitos totais no período de 2010 a 2021. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 10.160	
Esperança de Vida ao Nascer - 2010	Média (2010) = 69,37	Número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 1,94	
Domicílios Ocupados Totais – 2010 e 2022	Média (2010) = 8.264	Número de domicílios com morador no município. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 27.380	
	Média (2022) = 10.211	
	Desvio Padrão (2022) = 33.727	
Razão de Dependência - 2010	Média (2010) = 61,07	Indica a razão da população dependente economicamente dos demais. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 6,02	
Produto Interno Bruto Per capita – 2010 e 2019	Média (2010) = 5.980	Soma de bens e produtos finais produzidos em um território dividido pela população. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2010) = 3.086	
	Média (2019) = 14.551	
	Desvio Padrão (2019) = 10.266	
Crescimento do Produto Interno Bruto – 2010 a 2020	Média (2010) = 1,55	Variação das somas de bens e produtos finais produzidos entre 2022 e 2010. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2020) = 0,88	
Crescimento do Produto Interno Bruto Per capita – 2010 a 2020	Média (2010): 1,46	Variação das somas de bens e produtos finais dividido pela população entre 2022 e 2010. Fonte: IBGE
	Desvio Padrão (2020): 0,89	

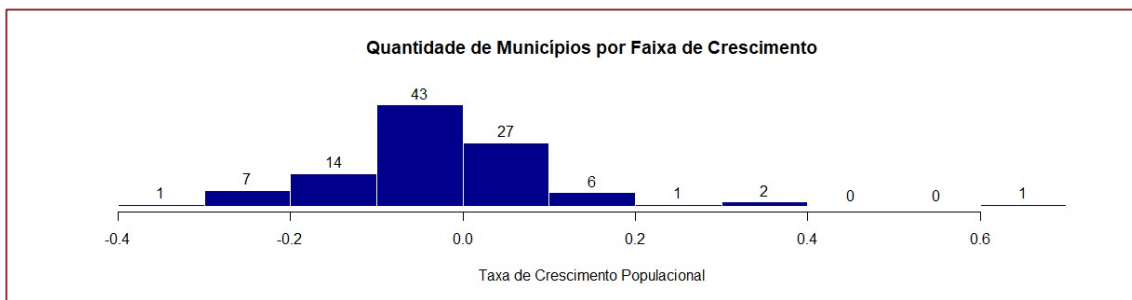
Fonte: cálculos próprios.

As variáveis utilizadas são provenientes de diversas fontes oficiais, sendo o IBGE, na condição de Instituto oficial de estatísticas do País, o responsável pela maioria delas. As variáveis, dispostas na tabela acima, descrevem desde diferentes perspectivas, relacionadas às características, oportunidades e às condições de vida nos municípios investigados. Diante desta base de dados, buscou-se verificar quais variáveis impactaram mais ou menos seus desempenhos de crescimento e de decréscimo demográfico.

3.2. CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS

De modo geral, o desempenho de crescimento populacional dos municípios alagoanos foi ruim. Dos 102 municípios, 65 (64%) perdeu população entre 2010 e 2022, enquanto 37 municípios (36%) apresentou crescimento populacional positivo, ou seja, o número de pessoas residentes em 2022 é maior que o número de residentes em 2010. E mais, mesmo entre os que apresentaram crescimento populacional positivo no período, 27 municípios (72% dos que tiveram crescimento positivo) apresentou aumento populacional de menos de 10%. Essas informações são mostradas na Figura 1, a seguir.

Figura 1: Histograma da Taxa de Crescimento Populacional Intercensitária Alagoana

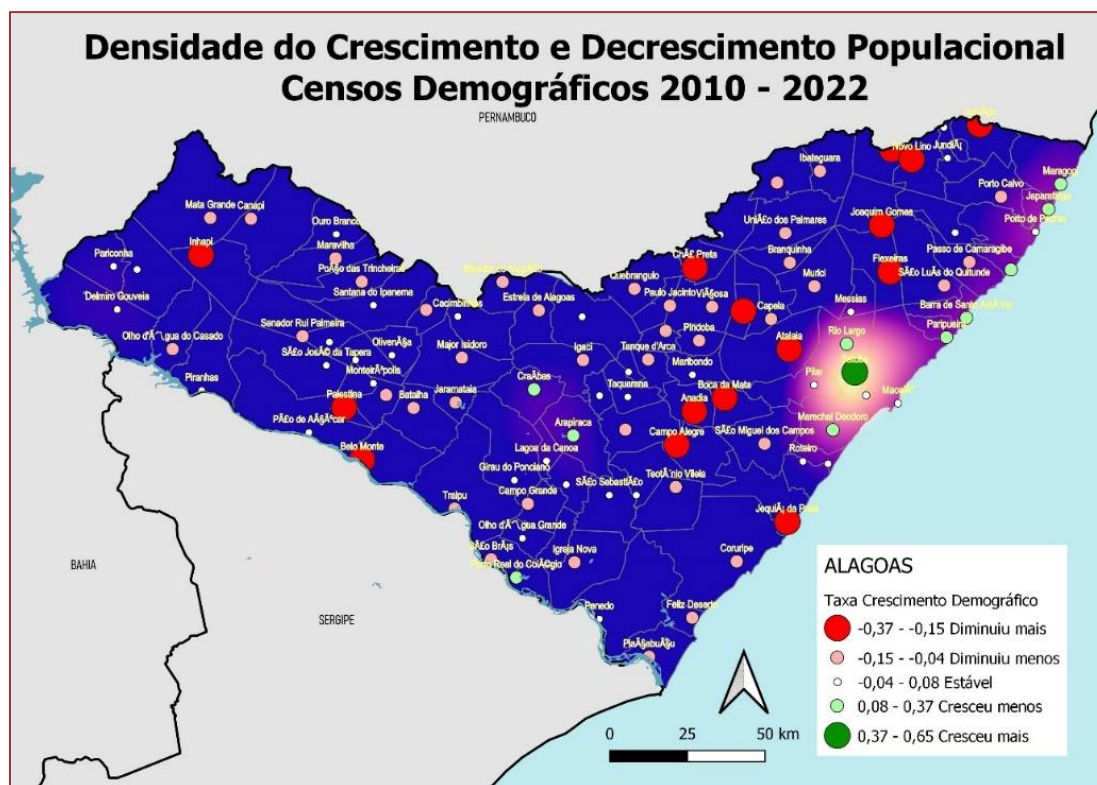


Fonte: cálculos próprios.

Na Figura 2, em seguida, é possível visualizar a localização dos municípios por desempenho de crescimento populacional. Nota-se que, em geral, os municípios que estão localizados no litoral norte alagoano apresentaram crescimento positivo (simbologia de pontos), enquanto os demais municípios, em geral, apresentaram pior performance de crescimento populacional. O mapa também mostra a densidade Kernel da variabilidade intercensitária, onde as cores mais escuras representam as áreas em que a população diminuiu, enquanto as áreas mais claras mostram aquelas que cresceram, cujo epicentro, representado na cor amarela, está situado na Região Metropolitana de Maceió, entre as cidades de Rio Largo e Satuba – municípios onde as populações mais cresceram entre os Censos de 2010 e 2022 – com o claro vetor de expansão demográfica em direção ao litoral norte do Estado.

A consideração rápida dos resultados contidos na figura 2 parece indicar que o crescimento populacional guarda forte relação com a dinâmica de emprego dos municípios. Essa hipótese será investigada mais adiante.

Figura 2: Mapa da Densidade de Crescimento Populacional dos Municípios Alagoanos entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2010 e 2022).

4. MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Uma vez que os microdados do censo de 2022 não foram publicados até outubro de 2023 (finalização deste artigo), contando apenas com uma amostra de 102 municípios, este estudo tem como objetivo fazer uma análise exploratória dos fatores associados ao crescimento populacional dos municípios alagoanos. Para isso, os municípios serão divididos em quatro grupos de desempenho de crescimento, e em seguida, buscar-se-á, identificar, em cada grupo, similaridades em variáveis socioeconômicas que possam, de alguma forma, explicar o desempenho de crescimento do grupo, a partir de testes de diferenças de média entre múltiplos grupos.

4.1. GRUPOS DE MUNICÍPIOS POR DESEMPENHO DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

Como dito anteriormente, de modo geral, o desempenho de crescimento populacional dos municípios alagoanos foi ruim. Dos 102 municípios, 65 perderam população entre 2010 e 2022, apresentando, em média, decréscimo populacional de 10%. Entre os 37 municípios que apresentaram crescimento populacional positivo, a média de crescimento foi de cerca de 9%. A Tabela 2, a seguir, apresenta estatísticas descritivas dos municípios separados em dois grupos: um grupo para municípios com crescimento negativo, outro grupo com municípios com crescimento positivo:

Tabela 2: Estatísticas de Crescimento Populacional dos Municípios Alagoanos

Grupo de Municípios	N	Mínimo	1º Quartil	Mediana (2º Quartil)	Média	3º Quartil	Máximo
Crescimento Negativo	65	-0,3682	-0,1265	-0,0824	-0,0956	-0,0474	-0,0070
Crescimento Positivo	37	0,0005	0,0163	0,0376	0,0882	0,1027	0,6625

Fonte: cálculos próprios.

Como a mediana é o valor do meio da distribuição, ela foi utilizada para efetuar nova subdivisão de grupos de crescimento. O grupo “Decresceu Muito” engloba todos os municípios que apresentaram crescimento populacional entre o valor mínimo do grupo (-0,3682) e valor menor que a mediana (-0,0824). No grupo “Decresceu”, estão incluídos todos os municípios que apresentaram crescimento a partir do valor da mediana (-0,0824) até o valor máximo do grupo (-0,0070). Da mesma maneira, procedeu-se para subdividir os municípios com crescimento positivo: o grupo “Cresceu” contém todos os municípios com crescimento entre 0,0005 e menor que 0,0376, e o grupo “Cresceu Mais” inclui municípios com crescimento entre 0,0376 e 0,6625. A Tabela 3, em seguida, apresenta o quantitativo de municípios desses grupos. A lista completa dos municípios pertencentes a cada grupo de crescimento pode ser visualizada na Tabela A1 do anexo.

Tabela 3: Divisão de Grupos de Crescimento Populacional

Grupos	Quantidade de Municípios	Proporção do Total
Decresceu Muito	32	31,4%
Decresceu	33	32,4%
Cresceu	18	17,6%
Cresceu Mais	19	18,6%
Total	102	100%

Fonte: cálculos próprios.

4.2. ANÁLISE DESCRITIVA DOS GRUPOS

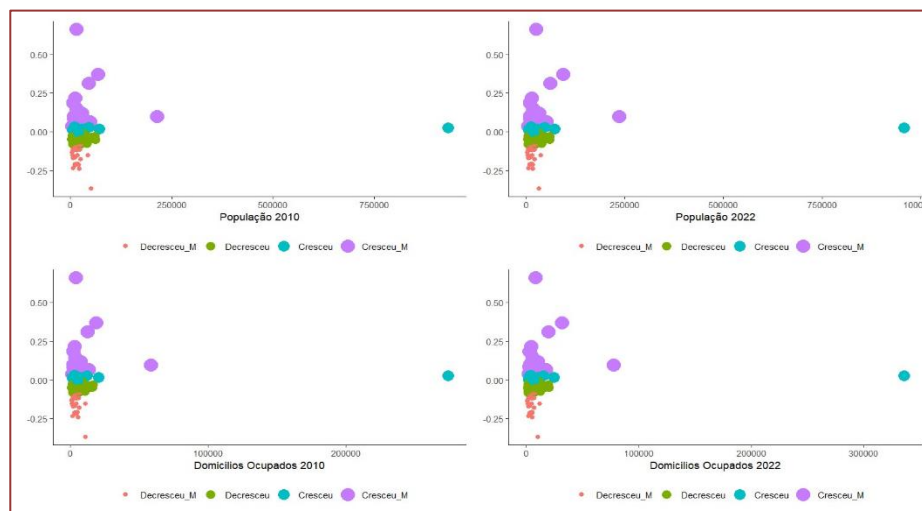
Uma vez definido grupos de acordo com o desempenho de crescimento populacional entre 2010 e 2022, o passo seguinte é mapear as diferenças existente entre os grupos que possam explicar as dissimilaridades no desempenho de crescimento.

A Figura 3, em seguida, contém informações sobre o tamanho dos municípios em cada grupo em 2010 e 2022. O grupo de municípios “Decresceu Mais” é composto, em sua maioria, por municípios pequenos, ou seja, com quantidade menor de população residente e com quantidade menor de domicílios ocupados totais. Isso é verdade tanto em 2010 quanto em 2022. O município de Maceió (pertencente ao grupo “Cresceu”) e Arapiraca (grupo “Cresceu Mais”) são municípios muito diferentes dos demais em termos de número de habitantes e quantidade de domicílios ocupados, apresentando comportamento de *outlier*³. Por conter a capital do estado, o grupo “Cresceu” é o grupo com maior média de

³ Na estatística, um *outlier* é um dado que se distancia radicalmente dos demais que compõem a amostra analisada, também pode ser entendido como um valor atípico (nota dos autores).

população residente. A Tabela A2 do anexo apresenta estatísticas descritivas de média, mediana, desvio-padrão e coeficiente de variação para todas as variáveis disponíveis.

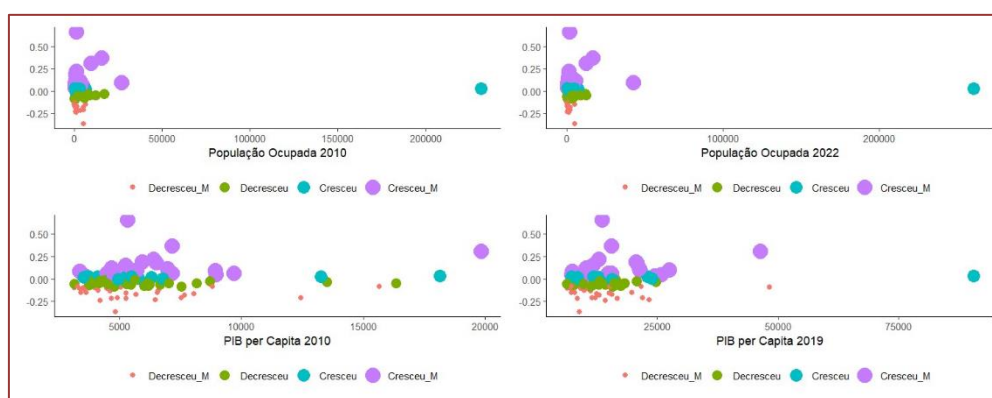
Figura 3: Tamanho dos Municípios por Grupos de Crescimento



Fonte: cálculos próprios.

Em relação ao emprego e renda, municípios do grupo “Decresceu Mais” parecem ter menos pessoas ocupadas no emprego formal e menor PIB *per capita* tanto em 2010 quanto em 2022. Veja Figura 4, abaixo⁴. Quando são computadas as médias dos grupos incluindo os municípios com valor atípico (informações na tabela A2 do anexo), o grupo “Cresceu” possui maior média de pessoas ocupadas no setor formal e maior PIB *per capita*.

Figura 4: Emprego e Renda dos Municípios por Grupos de Crescimento

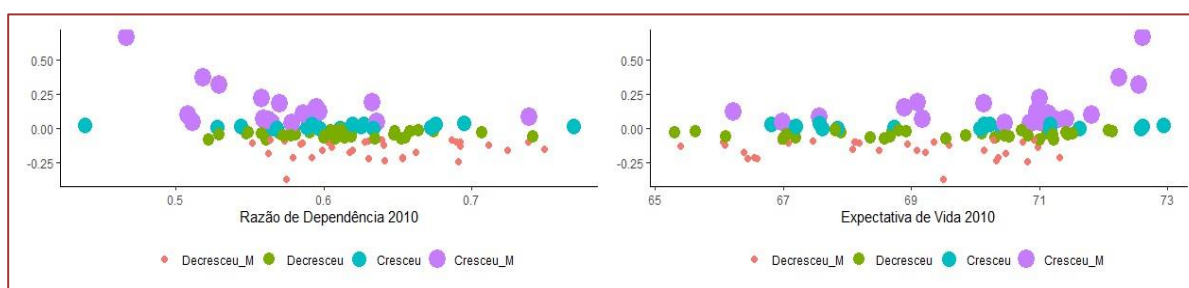


Fonte: cálculos próprios.

⁴ Note que os municípios desse grupo estão localizados mais à esquerda do eixo x, indicando menor quantidade nessa variável.

Os municípios do grupo “Decresceu Mais” possuem maior razão de dependência, significando que a parcela da população dependente da população economicamente ativa (de 0 a 14 anos e acima de 65) é mais proeminente com relação ao total da população, enquanto os municípios do grupo “Cresceu Mais” possuem valores menores. Em relação à expectativa de vida ao nascer, “Decresceu Mais” possui mais municípios com menores expectativas de vida, enquanto “Cresceu” e “Cresceu Mais” apresentam mais municípios com valores maiores nesse indicador. Conforme dados da tabela A2 do anexo, “Cresceu Mais” tem maior expectativa de vida média que os demais grupos enquanto “Decresceu Mais” possui a menor média. Veja Figura 5, a seguir.

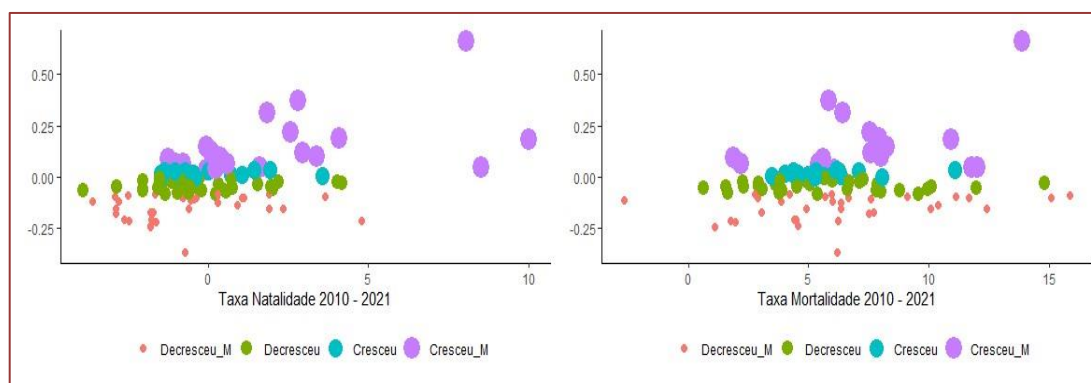
Figura 5: Razão de Dependência e Expectativa de Vida dos Municípios por Grupos de Crescimento



Fonte: cálculos próprios.

Na Figura 6, abaixo, é possível notar que o grupo “Cresceu Mais” possui municípios com mais alta taxa de natalidade, enquanto municípios do grupo “Decresceu Mais” possui maior taxa média de mortalidade infantil.

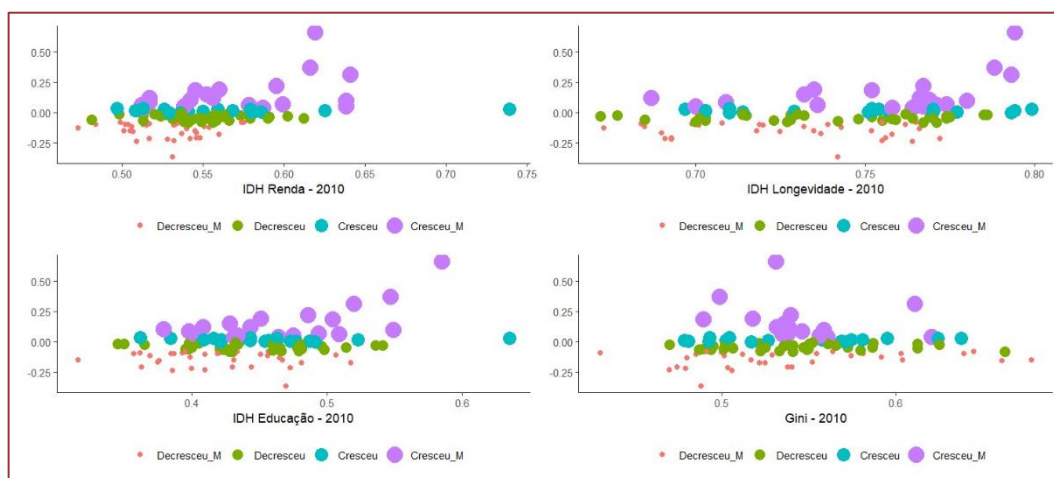
Figura 6: Taxa de Natalidade e Mortalidade Infantil – Grupos de Crescimento



Fonte: cálculos próprios.

Por fim, em relação aos indicadores sociais, “Decresceu Mais” tem municípios com IDH-Renda, IDH-Longevidade e IDH-Educação menores e mais municípios com índice de Gini⁵ maiores. Os grupos “Cresceu” e “Cresceu Mais” têm, em média, melhores indicadores de IDH. Essas informações são mostradas na Figura 7 abaixo e na tabela A2 do anexo.

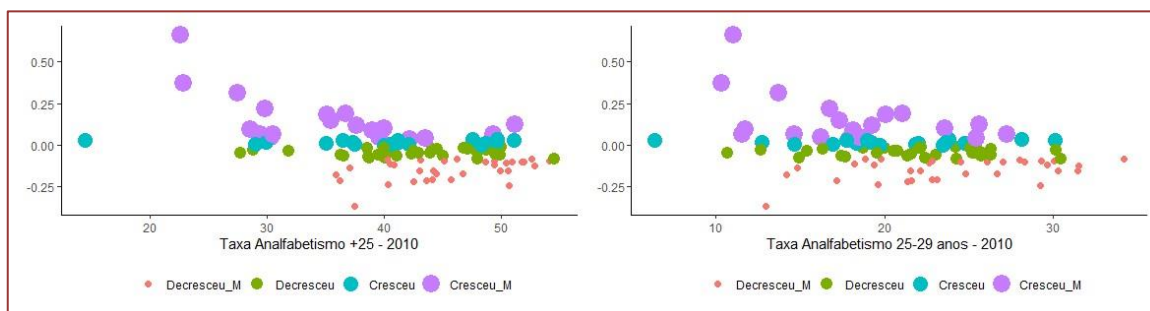
Figura 7: Indicadores Sociais – Grupos de Crescimento



Fonte: cálculos próprios.

Em relação à taxa de analfabetismo, percebe-se, observando a Figura 8, em seguida, que os municípios “Decresceu Mais” se encontram mais à direita do eixo x, indicando que têm, em geral, mais municípios com maiores taxas de analfabetismo. Municípios do grupo “Cresceu” e “Cresceu Mais” se localizam mais à esquerda do eixo x, indicando menores taxas de analfabetismo.

Figura 8: Indicadores de Analfabetismo – Grupos de Crescimento



Fonte: cálculos próprios.

⁵ O índice de Gini é um índice de desigualdade que varia entre zero e um. Valor zero é quando a renda é dividida igualmente entre toda a população (não há desigualdade) e valor um quando a desigualdade é máxima.

Em suma, conforme as informações mostradas nas figuras anteriores, é possível admitir que, primeiro, municípios pertencentes ao grupo “Decresceu Mais” são, em média, menores que os municípios dos demais grupos, demonstrando que estes têm uma proporção de população dependente da PEA especialmente mais elevada, muito acima dos demais grupos, indicando que a parcela da população responsável por gerar a riqueza é relativamente menor; assim como, todos os indicadores de renda, emprego, longevidade e educação são inferiores, mesmo em 2010. Em outras palavras, em média, os municípios que em 2010 tinha as piores condições socioeconômicas foram os que mais perderam população, enquanto os municípios com melhores condições de emprego, renda e educação tiveram desempenho melhor.

4.3. CHECAGEM DE PRESSUPOSTOS ENTRE OS GRUPOS

Uma vez definido grupos de acordo com o desempenho de crescimento populacional entre 2010 e 2022, e verificados os padrões ou características deles, a estratégia empírica utilizada por este estudo consiste em, a partir de testes de comparação de médias, verificar se as diferenças socioeconômicas encontradas no exercício anterior são significativas estatisticamente, de modo que expliquem as divergências no resultado do crescimento populacional entre os municípios alagoanos.

Um teste de diferença de média é uma ferramenta estatística baseada na utilização de uma amostra aleatória extraída de uma população de interesse com o objetivo de testar uma afirmação sobre um parâmetro ou característica dessa população (Souza et al., 2012). No caso específico, o parâmetro de interesse é a média, a hipótese nula é que todos os grupos possuem médias iguais nas características socioeconômicas, a hipótese alternativa é que ao menos dois dos grupos possuem médias diferentes quanto às variáveis de interesse.

A identificação do teste adequado depende da verificação de pressupostos básicos para sua aplicação tais como a normalidade da distribuição e homoscedasticidade dos dados. As análises não paramétricas são abordagens estatísticas que não seguem o pressuposto de que os dados necessitam apresentar distribuição normal ou aproximadamente normal, nem o de homoscedasticidade. Por isso, os testes não paramétricos também são conhecidos como testes de distribuição livre, pois não dependem do conhecimento da distribuição dos dados. No entanto, é preciso ter em mente que, utilizar testes não paramétricos quando os dados atendem aos pressupostos de normalidade e homoscedasticidade diminui a eficiência da análise. Além disso, a abordagem paramétrica apresenta um poder de teste maior⁶.

4.3.1. NORMALIDADE

Existem diversos tipos testes estatísticos que verificam o ajuste dos dados à distribuição normal a partir de diferentes pressupostos e algoritmos. Em todos, a hipótese nula define a normalidade dos dados enquanto a hipótese alternativa é de que os dados não são normais⁷. O teste de normalidade de Shapiro-Wilk é um dos mais poderosos e mais usados na literatura, principalmente nos casos em que as amostras são pequenas (entre 4 e 30

⁶ Quase todas as análises paramétricas têm seu correspondente não paramétrico, como o teste t (paramétrico) tem no teste U de Wilcoxon-Mann-Whitney seu correspondente não paramétrico. Para a Anova, o correspondente não paramétrico é o teste de Kruskal-Wallis. Veja Siegel e Castellan, Jr, (2008).

⁷ A hipótese nula é aceita quando p-valor > 0,05.

unidades) e há inflação do erro tipo I⁸. Os resultados do teste para cada variável em cada grupo são apresentados em detalhe na Tabela A2 do anexo. Nenhuma variável disponível apresentou distribuição normal em todos os grupos de crescimento.

4.3.2. HOMOSCEDASTICIDADE

A homogeneidade de variância (homoscedasticidade) é uma suposição subjacente a muitos testes estatísticos paramétricos (Kennedy, 1998; Mukherjee et al., 1998). Ela se refere à ideia de que as variâncias das diferentes amostras ou grupos de dados devem ser semelhantes. Se essa suposição não é satisfeita, os resultados dos testes podem ser imprecisos.

O coeficiente de variação é usado para analisar a dispersão de uma variável em termos relativos a seu valor médio quando duas ou mais séries de valores apresentam unidades de medida diferentes. Dessa forma, podemos dizer que o coeficiente de variação é uma forma de expressar a variabilidade dos dados excluindo a influência da ordem de grandeza da variável. Como o coeficiente de variação analisa a dispersão em termos relativos, ele será dado em percentual. Quanto menor for o valor do coeficiente de variação, mais homogêneos serão os dados, ou seja, menor será a dispersão em torno da média⁹. Se os valores do cv de uma mesma variável forem muito diferentes entre os grupos, é indicativo que as variâncias são heterogêneas. De acordo a A2 do anexo, as variáveis de domicílios ocupados em 2010 e 2022, taxa de analfabetismo e PIB *per capita* possuem variâncias heterogêneas entre os grupos.

Outra forma de verificar a homogeneidade de variância entre grupos é realizar o teste de homogeneidade de Levene¹⁰. Esse teste compara a variância dos grupos com a variância geral e é usado como passo inicial antes da realização de testes paramétricos. A hipótese nula do teste é de que os grupos possuem variâncias heterogêneas. Se o p-valor do teste de Levene é maior que o nível de significância escolhido (0,05), isso significa que há evidências suficientes para aceitar a heterogeneidade de variâncias com 95% de confiança. Os resultados do Teste de Levene (Teste 1) foram mais rigorosos que a verificação dos coeficientes de variação. De acordo com esse teste, apenas três variáveis possuem variâncias homogêneas, são elas, Gini, IDH-renda e taxa de natalidade.

4.3.3. ABORDAGEM NÃO PARAMÉTRICA – TESTE DE KRUSKAL-WALLIS E ANÁLISE POS HOC

A Tabela 4, a seguir, mostra um resumo das informações contidas na Tabela A2 do anexo, com a interpretação dos resultados dos testes de normalidade e homocedasticidade para todas as variáveis e grupos disponíveis nesse estudo. Uma vez comprovada que parte das variáveis disponíveis não apresentam distribuição normal e a maioria dos dados são heterocedásticos, este estudo fará uso do teste de Kruskal-Wallis para comparação entre as médias dos grupos.

⁸ O erro tipo I acontece quando rejeitamos a hipótese nula quando ela é verdadeira. Veja Siegel e Castellan, Jr, (2008).

⁹ Se o cv for menor ou igual a 15%, significa baixa dispersão, dados homogêneos ou concentrados; cv entre 15 e 30%, significa média dispersão; cv entre 30 e 60% dispersão alta; e cv maior que 60% indica dispersão muito alta ou dados heterogêneos.

¹⁰ Veja Siegel e Castellan, Jr, (2008).

Tabela 4: Resumo dos Testes de Normalidade, Homocedasticidade e Diferença de Média (Shapiro-Wilk, Levene e Kruskal-Wallis)

Característica	Decresceu Mais	Decresceu	Cresceu	Cresceu Mais	A Variância é Constante?	Existe Diferença entre os Grupos?
Pop_2010	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	NÃO
Pop_2022	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	NÃO
DomOcupTot10	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	NÃO
DomOcupTot22	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	NÃO
RazãoDep10	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	SIM
Emprego2010	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	NÃO
Emprego2021	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	SIM
Gini10	Normal	Normal	Normal	Não é normal	SIM	NÃO
IDHNRend10	Normal	Normal	Não é normal	Normal	SIM	SIM
IDHnlong10	Normal	Normal	Normal	Normal	NÃO	SIM
IDHNeduc10	Normal	Normal	Normal	Não é normal	NÃO	SIM
ExpAE_18a_10	Normal	Normal	Normal	Normal	NÃO	SIM
tAnalf_25a29_10	Normal	Normal	Normal	Normal	NÃO	SIM
tAnalf_25m_10	Normal	Normal	Normal	Normal	NÃO	SIM
txNatal21	Normal	Normal	Não é normal	Não é normal	SIM	SIM
txMortal21	Normal	Normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	NÃO
EspVidaNsc_10	Normal	Normal	Normal	Normal	NÃO	SIM
PIBpc10	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	NÃO
PIBpc19	Não é normal	Não é normal	Não é normal	Não é normal	NÃO	NÃO

Fonte: cálculos próprios.

O teste de Kruskal-Wallis é utilizado em situações em que se quer comparar mais de dois grupos independentes, de tamanhos iguais ou não, com variável resposta quantitativa (Siegel et Castellan, 2008). É de uso indicado quando os pressupostos paramétricos não são atendidos, uma vez que dispensa a pressuposição de normalidade e homocedasticidade. A ideia central por trás do teste é verificar se diversas variáveis independentes devem ou não ser consideradas como procedentes de uma mesma população. Os valores amostrais quase sempre são diferentes, e o problema é determinar se as diferentes amostras observadas sugerem realmente diferenças entre as populações ou se são apenas variações casuais que podem ser esperadas entre amostras aleatórias da mesma população.

O método consiste em (1) fazer um ordenamento global das observações da variável de interesse da seguinte forma: atribuindo a cada valor, um posto, sendo o menor posto ao menor valor e o maior posto ao maior valor. (2) Este ordenamento global, quando posteriormente inserido aos valores de cada grupo em separado, permite-nos obter o total das ordens para cada grupo. (3) Se existirem apenas diferenças aleatórias entre os grupos, como é postulado na hipótese nula, é de se esperar que, ordens altas e baixas se distribuam de forma aproximadamente equivalente pelos diferentes grupos. Mas se, do contrário, houver uma preponderância de resultados altos ou baixos em qualquer grupo, é provável que tal fato reflita diferenças significativas na variável de interesse.

O valor das diferenças entre os totais das ordens nos grupos é dado pela estatística H (Siegel et Castellan, *op. Cit.*). No caso específico desse estudo, a regra de decisão é esta: se o p-valor da estatística do teste for maior que o nível de significância definido (p-valor > 0,05), aceita-se a hipótese nula com 95% de confiança de que não existe diferença de efeito entre os grupos.

Uma vez que o teste de Kruskal-Wallis encontre uma diferença significativa entre os grupos em alguma variável, faz-se necessária uma análise post hoc¹¹. Nesse caso específico, a análise post hoc consiste em (1) fazer verificações par a par para identificar quais grupos apresentaram diferenças; (2) verificar se existe alguma tendência nos grupos; e (3) estimar o tamanho do efeito.

Como o teste de Kruskal-Wallis define somente a existência (ou não) de diferenças significativas entre os grupos, sem, no entanto, informar quais grupos são diferentes, faz-se necessário realizar outro teste para obter essa informação. O Teste de Dunn realiza comparações aos pares entre cada grupo independente e informa quais grupos são estatisticamente diferentes em algum nível de significância. Sempre que se faz comparações múltiplas ao mesmo tempo, é importante controlar a taxa de erro familiar¹². Uma maneira de fazer isso é fazer o ajuste de Bonferroni que consiste em corrigir os p-valores pelo total de comparações sendo feitas.

A verificação da existência de tendência entre os grupos será feita a partir do teste de Jonckheere (Siegel e Castellan, *op. Cit.*). Este teste é bastante semelhante ao de Kruskal-Wallis, a hipótese nula é de que não há tendência entre os valores dos postos nos grupos e a hipótese alternativa é de que a tendência existe. Quando há uma ordenação a priori, o teste de Jonckheere tem mais poder estatístico que o teste de Kruskal-Wallis. No caso específico deste estudo, o grupo “Decresceu Mais” possui em média, valores menores que os demais grupos. A regra de decisão para este teste é idêntica à do teste anterior: se o p-valor da estatística do teste for maior que o nível de significância definido (p-valor > 0,05), aceita-se a hipótese nula com 95% de confiança de que não existe tendência entre os grupos.

¹¹ Em latim post hoc significa “depois disso”.

¹² Num teste de hipótese, há sempre uma taxa de erro tipo I que diz a probabilidade de rejeitar uma hipótese nula que seja realmente verdadeira. É a probabilidade de obter um “falso positivo”, ou seja, significa afirmar que existe um efeito estatisticamente significativo, mas na verdade não existe. Quando se realiza um teste de hipótese, a taxa de erro tipo I é igual ao nível de significância (α), que é comumente escolhido como 0,01, 0,05 ou 0,10. No entanto, quando são realizados vários testes de hipóteses ao mesmo tempo, a probabilidade de obter um falso positivo aumenta. Taxa de erro familiar = $1 - (1 - \alpha)^n$. Onde α é o nível de significância para um único teste de hipótese e n é o número total de testes [Siegel e Castellan, Jr, (2008)].

Por fim, o tamanho do efeito é uma forma de verificar a importância da variável de interesse para as diferenças no crescimento populacional dos grupos de municípios. A estatística é dada por $r = z/\sqrt{n}$, onde z é o valor crítico da estatística do teste de Kruskal-Wallis e n é o tamanho da amostra. A classificação dessa medida é a seguinte: efeito é considerado grande para $r > 0,5$; o efeito é médio quando $0,3 < r < 0,5$; o efeito é pequeno com $r < 0,3$.

De acordo com os resultados do teste de Kruskal-Wallis mostrados em detalhe na Tabela A2 do anexo, e apresentado resumidamente na Tabela 4, acima, existe diferença estatisticamente significativa para os ranks médios das seguintes variáveis: razão de dependência, emprego formal em 2021, IDH-renda, IDH-longevidade e IDH-educação, expectativa de anos de estudo a partir dos 18 anos, taxa de analfabetismo de 25 anos ou mais, taxa de analfabetismo de 25 a 29 anos, taxa de natalidade e expectativa de vida ao nascer. O impacto dessas diferenças para o crescimento populacional será apresentado na próxima seção.

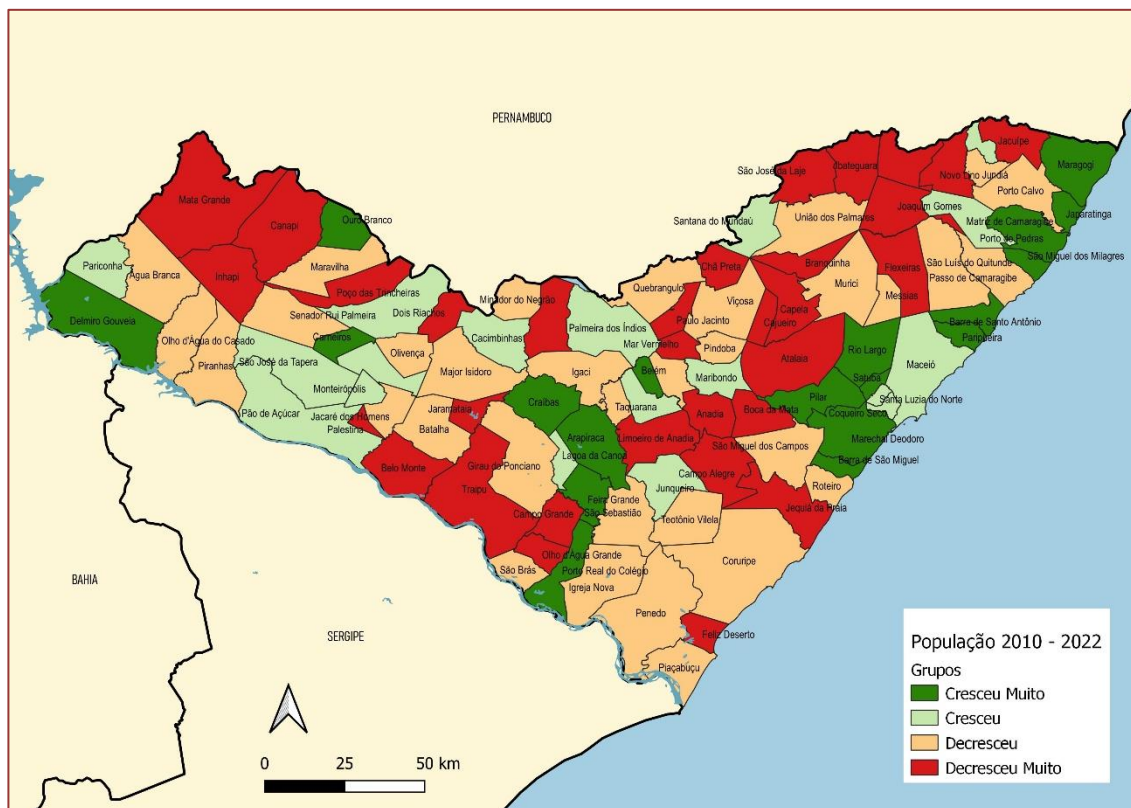
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados dos fatores socioeconômicos mais associados ao desempenho de crescimento populacional dos municípios alagoanos. Inicialmente, apresenta-se uma discussão mais detalhada sobre a dinâmica espacial do desempenho do crescimento populacional. Em seguida, apresenta-se os resultados sobre variáveis socioeconômicas mais associadas ao desempenho de crescimento dos grupos.

5.1. DINÂMICA ESPACIAL DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

A consideração da localização espacial dos municípios de acordo com o desempenho de crescimento populacional, por si, é bastante informativa, uma vez que a concentração de tendências espaciais pode ser imediatamente visualizada. Após a classificação dos municípios segundo taxas de crescimento e de decréscimo, a separação dos *clusters* construiu 4 grupos, reunidos por similaridade de desempenho, tais grupos são distinguidos por cores no mapa a seguir:

Figura 9. Mapa dos municípios alagoanos agrupados segundo desempenhos de crescimento intercensitário



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2010 e 2022).

O desempenho dos grupos de municípios foi agrupado em quatro categorias do menor para o maior: decresceu muito; decresceu, cresceu e cresceu muito. De uma maneira geral, os dados sobre população, coletados pelo Censo 2022 e divulgados pelo IBGE, apontam para um processo de redução do número de habitantes na maioria dos municípios alagoanos, além de movimentos de metropolização e crescimento de polos relacionados à emergência de atividades produtivas específicas.

Algumas características relativas aos grupos merecem serem explanadas. Partindo do grupo que mais cresceu para o que o mais decresceu, as considerações são as seguintes:

O primeiro grupo (representado pela cor verde escura) refere-se aos municípios com maiores crescimentos, a maior parte deles está concentrada nas imediações das duas maiores cidades: Maceió e Arapiraca, fenômeno explicado pelos efeitos das economias de aglomeração causadas pela concentração de atividades econômicas e de empregos; e, em polos de municípios com vocação turística, concentrados no litoral norte do Estado. Além desses núcleos, três cidades: Delmiro Gouveia, Ouro branco e Carneiros integram este grupo de maior crescimento, ambas localizadas no sertão alagoano.

A área da região metropolitana de Arapiraca (segunda maior cidade do Estado) sofreu influência direta da dinâmica de crescimento dessa cidade e da instalação de uma mineradora no município de Craíbas, que é pertencente a tal núcleo metropolitano. Nesse mesmo sentido, a região metropolitana de Maceió também cresceu motivada pela dinâmica provocada pela proximidade da capital, assim como a presença de um preço do

solo mais barato aliado às facilidades de financiamento e a presença de uma rede de transportes regular a área metropolitana à capital.

O maior crescimento observado no Estado se deu em Satuba, onde residem 24.278 pessoas. No ano de 2010, o município tinha 14.603 habitantes, representando um incremento de 66,25%. Pertencendo a uma área de conurbação metropolitana da capital, o espaço recebeu, junto com a cidade de Rio Largo, quantidade expressiva de grandes conjuntos habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, voltados para a população de baixa renda.

O terceiro núcleo de impulsionamento de crescimento demográfico circunscrevem as cidades localizadas no eixo turístico do litoral norte, as quais se destacam Japaratinga, São Miguel dos Milagres e Paripueira (esta última também pertencente à região metropolitana de Maceió). Entre o período de realização do censo 2010 e 2022, houve significativa promoção desse espaço como destino turístico em âmbito nacional e internacional o que tem levado ao aumento expressivo de investimentos no local. A instalação de empreendimentos contribui para a geração de emprego e renda, atração de novos residentes e fixação de população, tendo em vista a demanda por mão de obra necessária para atender à cadeia produtiva gerada.

O segundo grupo de municípios agrupados (destacados em cor verde clara) inclui localidades que apresentaram algum crescimento, porém com desempenhos mais modestos em relação ao primeiro grupo. Nele se encontra a capital, Maceió, o quarto maior município alagoano, Palmeira dos Índios, e espaços dispersos por todo o Estado, sem obediência a padrões de similaridade. As características encontradas nesse grupo são mais heterogêneas quando comparado com o primeiro, embora, quantitativamente, em sua maioria são representados por municípios sertanejos. Alguns fatos sobre esse grupo ajudam a explicar a presença mais expressiva destes. No sertão, as políticas públicas voltadas para a fixação de população que incluem as transferências de renda, as propostas de interiorização dos centros de estudos superiores e alguns investimentos infra estruturais relevantes, a exemplo do canal do sertão, que aumentaram a expectativa de crescimento demográfico; se por um lado, a população não cresceu o tanto esperado, por outro, houve uma resistência à queda de maneira significativa.

Algumas considerações sobre a estabilidade demográfica na capital merecem destaque, a primeira delas é de que pese a manutenção da centralidade política e administrativa, alguns fenômenos contribuíram para que seu crescimento não fosse significativo¹³: o esvaziamento populacional de uma área urbana composta por 5 bairros devido à ameaça de “afundamento” provocada pelas atividades da empresa Brasken pressionou o aumento do preço do metro quadrado, constando como a capital que mais sofreu com a variação do preço dentre as capitais do Brasil¹⁴; e, o incremento da população na região metropolitana.

O terceiro grupo (destacado na cor laranja) abrange as localidades de decréscimos pouco expressivos, neste grupo encontram-se importantes núcleos dentro de suas regiões imediatas, como Penedo, Coruripe, Murici, União dos Palmares, São Miguel dos Campos, São Luís do Quitunde, Piranhas e Porto Calvo, assim como espaços de municípios com menor porte. Este grupo abarca localidades situadas em todas as áreas do Estado. Em que pese, parte considerável desses municípios mais importantes estarem situados em áreas

¹³ Maceió não alcançou o número estimado de 1 milhão de habitantes.

¹⁴ Segundo a Fundação Instituto de Investigação Econômica – FIPE, em julho de 2023, Maceió acumulava 10,03% de aumento no preço médio do metro quadrado no último.

com forte decrescimento (a grande maioria deles localizado na zona da mata alagoana), suas centralidades, bem como a capacidade de geração de empregos e de dinâmicas próprias contiveram seus decrescimentos a níveis menores que as de municípios vizinhos de menor porte.

Encabeçando os municípios do grupo de decresceu muito (destacados na cor vermelha), encontram-se localidades da região em que concentraram as maiores quedas de população decorrente, aparentemente e especialmente, da perda de dinamismo do setor da agroindústria açucareira em Alagoas. Nesse contexto, 18 dos 32 municípios que se situam neste grupo estão localizados dentro de regiões que sofreram com alguma influência da atividade canavieira. Tal impacto se relaciona com os efeitos desfavoráveis sobre a quantidade de empregos gerados direta e indiretamente pelas nas atividades de cultivo, colheita e processamento da cana de açúcar. Os demais integrantes deste grupo incluem entre municípios, basicamente de pequeno porte, dispersados entre o agreste e o sertão alagoano.

5.2. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

Como dito anteriormente, existe diferença estatisticamente significativa para os ranks médios das variáveis: razão de dependência, emprego formal em 2021, IDH-renda, IDH-longevidade e IDH-educação, expectativa de anos de estudo a partir dos 18 anos, taxa de analfabetismo de 25 anos ou mais, taxa de analfabetismo de 25 a 29 anos, taxa de natalidade e expectativa de vida ao nascer. Conforme resultados dos testes pós hoc de diferença par a par mostrados na Tabela 5, abaixo, observa-se os seguintes efeitos: primeiro, nenhuma diferença estatisticamente significativa foi capturada entre “grupos vizinhos”, isto é, entre os grupos (1) “Decresceu Mais” e “Decresceu”, entre (2) “Decresceu” e “Cresceu” e entre (3) “Cresceu” e “Cresceu Mais”; segundo, entre os municípios dos grupos “Decresceu Mais” e “Cresceu” existe diferença significativa apenas nos postos médios do IDH renda e expectativa de anos de estudo; terceiro, entre os grupos “Decresceu Mais” e “Cresceu Mais” não há diferença estatisticamente significativa apenas para a expectativa de anos de estudo a partir de 18 anos; e, por último, entre os grupos “Decresceu” e “Cresceu Mais” existe diferença importante estatisticamente para taxa de analfabetismo a partir de 25 anos ou mais e taxa de natalidade.

Tabela 5: Resultados dos Testes Pos Hoc – Teste de Dunn com ajuste de Bonferroni
Pergunta: “Existe diferença par a par?”

Característica	Decresceu Mais - Decresceu	Decresceu Mais - Cresceu	Decresceu Mais - Cresceu Mais	Decresceu - Cresceu	Decresceu - Cresceu Mais	Cresceu - Cresceu Mais
Emprego2021	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
IDHNRend10	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
IDHNlong10	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
IDHNeduc10	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
ExpAE_18a_10	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
tAnalf_25a29_10	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
tAnalf_25m_10	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
txNatal21	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
EspVidaNsc_10	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
RazãoDep10	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: cálculos próprios.

Os testes de tendência de Jonckheere (Salvatore et Reagle, 2002) mostraram que, exceto para a variável de expectativa de anos de estudo a partir dos 18 anos, existe tendência entre os valores dos grupos, ou seja, os postos médios do grupo “Decresceu Mais” são menores, enquanto os postos médios do grupo “Cresceu Mais” são maiores, isso significa dizer que, de fato, as condições socioeconômicas dos municípios pertencentes à “Decresceu Mais” são significativamente e estatisticamente inferiores às condições socioeconômicas dos municípios do outro grupo, ou seja, há menos pessoas ocupadas no setor formal, os diferentes indicadores do IDH que medem renda, saúde, longevidade e educação são inferiores, há mais pessoas analfabetas entre as pessoas em idade. Veja Tabela 6, abaixo.

Tabela 6: Resultados do Teste de Tendência e Tamanho do Efeito

Característica	Teste de Jonckheere	Existe Tendência?	Efeito - r	Tamanho do Efeito
Emprego2021	0,0025	SIM	0,2281	Pequeno
IDHNRend10	0,0000	SIM	0,3304	Médio
IDHNlong10	0,0022	SIM	0,2294	Pequeno
IDHNeduc10	0,0022	SIM	0,2244	Pequeno
ExpAE_18a_10	0,1266	NÃO	0,2659	Pequeno
tAnalf_25a29_10	0,0001	SIM	0,3051	Médio
tAnalf_25m_10	0,0000	SIM	0,3905	Médio
txNatal21	0,0002	SIM	0,3242	Médio
EspVidaNsc_10	0,0021	SIM	0,2304	Pequeno
RazãoDep10	0,0003	SIM	0,2954	Pequeno

Fonte: cálculos próprios.

Ainda considerando informações da Tabela 6, percebe-se que a capacidade de explicar o desempenho do crescimento populacional alagoano a partir dessas variáveis é pequena

ou média, isto é, as diferenças entre os grupos em IDH renda, taxa de analfabetismo da população em idade ativa e taxa de natalidade são os fatores mais importantes na explicação do desempenho do crescimento populacional dos municípios, mas o tamanho do efeito dessas variáveis não é grande. Uma possível explicação para isso é a indisponibilidade de microdados com informações sobre os municípios para o período mais recente, uma vez que o censo 2022 ainda não foi publicado no momento da realização deste exercício.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito, o objetivo principal deste estudo foi fazer uma análise exploratória dos fatores associados ao perfil dos municípios alagoanos agrupados por desempenho de crescimento populacional. Com este intuito, a estratégia empírica deste trabalho consistiu em (1) dividir os municípios em quatro grupos conforme desempenho do crescimento populacional, (2) fazer uma análise espacial sobre o crescimento da população nos municípios alagoanos, e (3) a partir de metodologias não paramétricas de testes de comparação de médias, verificar quais características socioeconômicas são estatisticamente e significativamente diferentes entre os grupos.

Os principais resultados mostraram que, primeiro, o desempenho do crescimento populacional dos municípios alagoanos foi ruim. Dos 102 municípios, 65 (64%) perdeu população entre 2010 e 2022, enquanto 37 municípios (36%) apresentou crescimento populacional positivo, ou seja, o número de pessoas residentes em 2022 é maior que em 2010. E mais, mesmo entre os que apresentaram crescimento populacional positivo, 27 municípios (72%) apresentou aumento populacional de menos de 10%.

Algumas dinâmicas espaciais puderam ser observadas, as principais são: aumento de população acima da estimativa em municípios das áreas metropolitanas das duas principais cidades: Maceió e Arapiraca; crescimento expressivo no litoral norte; crescimento moderado da capital e principal cidade; decréscimo relativamente contido em municípios importantes fora da capital; e, queda expressiva de população em áreas com tradicional influência da agroindústria do açúcar e álcool.

O teste de Kruskal-Wallis apontou existência de diferença estatisticamente significativa entre os ranks médios das variáveis: razão de dependência, emprego formal em 2021, IDH-renda, longevidade e educação, expectativa de anos de estudo a partir dos 18 anos, taxa de analfabetismo de 25 anos ou mais, taxa de analfabetismo de 25 a 29 anos, taxa de natalidade e expectativa de vida ao nascer. Isso quer dizer que existe, de fato, diferenças importantes no perfil dos municípios desses grupos com respeito a essas informações socioeconômicas.

Os testes de tendência de Jonckheere mostraram que, exceto para a variável de expectativa de anos de estudo a partir dos 18 anos, as condições socioeconômicas dos municípios pertencentes ao grupo “Decresceu Mais” são significativamente e estatisticamente inferiores às condições socioeconômicas dos municípios do grupo “Cresceu Mais”, ou seja, os municípios que, em 2010 apresentavam os piores indicadores sociais, foram os mesmos que mais perderam população no período intercensitário. Por fim, as diferenças entre os grupos nas questões de renda, taxa de analfabetismo da população em idade ativa e taxa de natalidade, são as características mais importantes na explicação do desempenho do crescimento populacional dos municípios, mas o tamanho do efeito dessas variáveis não é grande.

Uma vez que os microdados do censo de 2022 ainda não foram totalmente publicados, dados sobre municípios brasileiros em período mais recente estão disponíveis apenas em nível agregado e variedade limitada, e por este motivo, os resultados mostrados aqui não podem ser interpretados no sentido da causalidade, e, portanto, não pretendem fornecer diagnóstico quantitativo do tamanho do impacto das variáveis socioeconômicas para o desempenho do crescimento populacional municipal, eles são indicativos de questões que podem ser exploradas em maior detalhe quando o censo de 2022 for finalmente publicado.

REFERÊNCIAS

- [1] ASSIS, J. S. Médias mensais de temperatura para o Estado de Alagoas. Revista de Geociências, Maceió, v.6, 1994.
- [2] ASSIS, J. S.; OLIVEIRA, A. L. A.; NASCIMENTO, M. C. Novo Atlas Escolar – Alagoas: Estudo Geo-Histórico e Cultural. Maceió, 2021.
- [3] CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. 2008. Economia Popular. Maceió: EDUFAL. 2008.
- [4] IBGE (Brasil). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 26/09/2023.
- [5] IBGE (Brasil). Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26/09/2023.
- [6] KENNEDY, P. A guide to econometrics, Cambridge/Mass.: MIT Press, 1998.
- [7] MUKHERJEE, C.; WHITE, H.; WUYTS, M. Econometric and Data Analysis for Developing Countries, London: Routledge, 1998.
- [8] SALVATORE, D.; REAGLE, D. Schaum's outline of theory and problems of statistics and econometrics, New York et. al.: McGraw-Hill, 2nd. Ed., 2002.
- [9] SIEGEL, S.; CASTELLAN, Jr, N.J. Estatística Não Paramétrica para as Ciências do Comportamento. Artmed-Bookman. São Paulo, 2006, reimpressão 2008.
- [10] SOUZA, Clayton Albuquerque de; LIRA JUNIOR, Mario Andrade; FERREIRA, Rinaldo Luiz Caraciolo. Avaliação de testes estatísticos de comparações múltiplas de médias. In: Rev. Ceres, Viçosa, v. 59, n.3, p. 350-354, mai/jun, 2012.

LINKS

- [1] <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/10060/60147>
- [2] <https://downloads.fipe.org.br/indices/fipezap/fipezap-202307-residencial-venda.pdf>

Anexo A1 – Lista dos Municípios em Cada Grupo de Crescimento

Decresceu Mais	Decresceu	Cresceu	Cresceu Mais
Anadia	Água Branca	Cacimbinhas	Arapiraca
Atalaia	Batalha	Campestre	Barra de Santo Antônio
Belo Monte	Coite do Noia	Coqueiro Seco	Barra de São Miguel
Boca da Mata	Coruripe	Junqueiro	Belém
Branquinha	Girau do Ponciano	Lagoa da Canoa	Carneiros
Cajueiro	Igaci	Maceió	Craíbas
Campo Alegre	Igreja Nova	Maribondo	Delmiro Gouveia
Campo Grande	Jacaré dos Homens	Matriz de Camaragibe	Feira Grande
Canapi	Jundiá	Monteirópolis	Japaratinga
Capela	Major Isidoro	Olho D'agua das Flores	Maragogi
Chã Preta	Maravilha	Palmeira dos Índios	Marechal Deodoro
Colônia Leopoldina	Messias	Pão de Açúcar	Ouro Branco
Dois Riachos	Minador do Negrão	Pariconha	Paripueira
Estrela de Alagoas	Murici	Santa Luzia do Norte	Pilar
Feliz Deserto	Olho D'agua do Casado	Santana do Ipanema	Porto de Pedras
Flexeiras	Oliveira	Santana do Mundaú	Porto Real do Colégio
Ibateguara	Passo de Camaragibe	São Jose da Tapera	Rio Largo
Inhapi	Penedo	Taquarana	São Miguel dos Milagres
Jacuípe	Piaçabuçu		Satuba
Jaramataia	Pindoba		
Jequiá Da Praia	Piranhas		
Joaquim Gomes	Porto Calvo		
Limoeiro De Anadia	Quebrangulo		
Mar Vermelho	Roteiro		
Mata Grande	São Brás		
Novo Lino	São Luis do Quitunde		
Olho D'agua Grande	São Miguel dos Campos		
Palestina	São Sebastiao		
Paulo Jacinto	Senador Rui Palmeira		
Poco Das Trincheiras	Tanque D'arca		
São Jose Da Laje	Teotônio Vilela		
Traipu	União dos Palmares		
	Viçosa		

Fonte: elaboração própria.

Anexo A2 – Estatísticas Descritivas – Grupos de Crescimento

Característica	Estatística	Decresceu Mais	Decresceu	Cresceu	Cresceu Mais	p-Valor
Pop_2010	Média	16.220	22.015	71.011	31.409	Teste 1
	Mediana	14.511	17.203	18.635	14.603	0,2255
	SD	10.833	16.572	215.656	47.400	Teste 2
	CV	66,79	75,27	303,69	150,91	0,5890
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,0009	0,0015	<0,0001	<0,0001	
Pop_2022	Média	13.538	21.067	72.694	36.349	Teste 1
	Mediana	13.125	16.448	18.745	20.079	0,2057
	SD	8.310	15.902	221.523	52.977	Teste 2
	CV	61,38	75,48	304,74	145,75	0,0830
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,0136	0,0013	<0,0001	<0,0001	
DomOcupTot10	Média	4.072	5.659	20.353	8.393	Teste 1
	Mediana	3.736	4.649	5.052	3.823	0,2141
	SD	2.515	4.282	63.480	12.928	Teste 2
	CV	61,75	75,67	311,89	154,03	0,4960
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,0041	0,0010	<0,0001	<0,0001	
DomOcupTot22	Média	4.383	6.812	25.024	11.896	Teste 1
	Mediana	4.317	5.246	6.214	6.509	0,2039
	SD	2.664	5.227	77.748	17.580	Teste 2
	CV	60,80	76,73	310,69	147,78	0,0850
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,0168	0,0008	<0,0001	<0,0001	
RazãoDep10	Média	63,62	60,93	60,71	57,36	Teste 1
	Mediana	63,01	60,76	60,41	57,04	0,6066
	SD	5,64	5,03	7,88	17,90	Teste 2
	CV	5,47	4,91	7,18	5,86	0,0228###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,2360	0,6318	0,7820	0,1583	
Emprego2010	Média	1.635	2.579	14.267	3.835	Teste 1
	Mediana	746	825	892	1.007	0,2703
	SD	1.956	3.936	54.225	6.713	Teste 2
	CV	119,65	152,61	380,07	175,04	0,4430
	Shapiro-Wilk p-Valor	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	
Emprego2021	Média	1.342	2.562	16.333	5.378	Teste 1
	Mediana	724	1.439	1.306	1.679	0,2392
	SD	1.540	3.162	60.851	9.968	Teste 2
	CV	114,80	123,44	372,56	185,35	0,0210###
	Shapiro-Wilk p-Valor	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	
Gini10	Média	0,54	0,55	0,54	0,54	Teste 1
	Mediana	0,53	0,54	0,52	0,54	0,0262#
	SD	0,06	0,04	0,05	0,03	Teste 2
	CV	11,20	8,06	9,37	5,75	0,7560
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,1410##	0,3971##	0,0686##	0,0207	

Anexo A2 – Estatísticas Descritivas – Grupos de Crescimento (continuação)

Característica	Estatística	Decresceu Mais	Decresceu	Cresceu	Cresceu Mais	p-Valor
IDHNRend10	Média	0,53	0,55	0,56	0,57	Teste 1
	Mediana	0,53	0,54	0,55	0,56	0,0168#
	SD	0,02	0,03	0,05	0,04	Teste 2
	CV	4,71	5,21	9,71	7,81	<0,001###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,6899##	0,9223##	0,0031	0,1284##	
IDHNlong10	Média	0,73	0,74	0,75	0,75	Teste 1
	Mediana	0,73	0,74	0,75	0,77	0,7407
	SD	0,03	0,03	0,03	0,03	Teste 2
	CV	3,99	4,39	4,56	4,08	0,0210###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,0770##	0,0981##	0,1300##	0,0790##	
IDHNeduc10	Média	0,42	0,44	0,46	0,47	Teste 1
	Mediana	0,41	0,43	0,45	0,46	0,7865
	SD	0,05	0,05	0,06	0,06	Teste 2
	CV	11,36	10,81	13,10	12,22	0,0230###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,7648##	0,7095##	0,0402	0,8127##	
ExpAE_18a_10	Média	8,68	8,98	9,30	8,75	Teste 1
	Mediana	8,64	8,96	9,45	8,82	0,8264
	SD	0,69	0,63	0,62	0,52	Teste 2
	CV	7,92	7,02	6,63	5,93	0,0070###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,8427##	0,4340##	0,5288##	0,6204##	
tAnalf_25a29_10	Média	23,88	21,90	19,97	17,93	Teste 1
	Mediana	22,96	22,16	19,47	17,91	0,6692
	SD	5,48	4,60	5,61	5,09	Teste 2
	CV	22,94	21,01	28,08	28,42	0,0020###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,6708##	0,4010##	0,8586##	0,4792##	
tAnalf_25m_10	Média	45,69	42,51	39,99	35,35	Teste 1
	Mediana	45,43	42,52	40,80	35,51	0,1822
	SD	5,31	6,11	9,23	8,03	Teste 2
	CV	11,62	14,37	23,07	22,72	<0,001###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,1532##	0,2884##	0,0492	0,6904##	
txNatal21	Média	-0,66	-0,25	-0,16	2,31	Teste 1
	Mediana	-0,81	-0,59	-0,51	1,60	0,0180#
	SD	2,03	1,77	1,39	3,31	Teste 2
	CV	-310,11	-708,42	-854,24	142,87	0,0010###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,0397	0,1611##	0,0074	0,0070	
txMortal21	Média	6,41	5,74	5,71	7,37	Teste 1
	Mediana	6,08	5,07	5,28	7,56	0,0512
	SD	4,04	3,22	1,76	3,11	Teste 2
	CV	62,93	56,00	30,80	42,16	0,1800
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,4777##	0,2017##	0,0091	0,3099##	

Anexo A2 – Estatísticas Descritivas – Grupos de Crescimento (continuação)

Característica	Estatística	Decresceu Mais	Decresceu	Cresceu	Cresceu Mais	p-Valor
EspVidaNsc_10	Média	68,67	69,29	69,78	70,29	Teste 1
	Mediana	69,01	69,54	70,13	70,96	0,7415
	SD	1,74	1,94	2,04	1,84	Teste 2
	CV	2,54	2,80	2,92	2,62	0,0200###
	Shapiro-Wilk p-Valor	0,0761##	0,1023##	0,1311##	0,0752##	
PIBpc10	Média	5.553	5.859	6.065	6.833	Teste 1
	Mediana	4.745	5.283	4.913	5.930	0,9744
	SD	2.741	2.747	3.710	3.600	Teste 2
	CV	49,37	46,88	61,17	52,68	0,1820
	Shapiro-Wilk p-Valor	<0,0001	<0,0001	<0,0001	0,0001	
PIBpc19	Média	13.331	12.663	16.737	17.813	Teste 1
	Mediana	11.272	12.297	11.792	15.458	0,3985
	SD	7.971	4.204	18.963	9.261	Teste 2
	CV	59,80	33,20	113,30	51,99	0,0940
	Shapiro-Wilk p-Valor	<0,0001	0,1183##	<0,0001	0,0090	

¹SD = desvio padrão; ²CV = coeficiente de variação;

Teste 1 = Teste de Levene; #resultado teste Levene: não rejeita h₀, as variâncias são homogêneas;

##resultado Shapiro-Wilk: não rejeita h₀, a distribuição é normal;

Teste 2 = Teste de Kruskal-Wallis; ###resultado teste de Kruskal-Wallis: não aceita h₀: ao menos um dos grupos é diferente dos demais.

Fonte: cálculos próprios.

Capítulo 12

Dificuldades no manejo de transferência de criança indígena para o tratamento fora da aldeia: um relato de experiência

Adriana Silva de Queiroz

Jéssica Rodrigues de Souza

Iana Luiza Souza Galvão

Mirelia Rodrigues Araújo

Resumo: **Introdução:** A atenção à saúde indígena no Brasil forma o Sistema Integrado de Saúde (SUS) como Subsistema de Saúde Indígena (SASI). O SASI é composto por 34 Áreas Especiais de Saúde Indígena (DSEIs), que são unidades administrativas locais distribuídas por todo o território brasileiro. **Objetivo:** O objetivo do presente artigo foi escrever sobre a dificuldade do acesso à saúde pública da população indígenas presente na região amazônica brasileira, além de abordar as principais implicações sobre o fazer e o pensar da saúde no Estado do Amazonas para os povos indígenas. **Materiais e métodos:** Esta pesquisa trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, o cenário de prática foi em um Polo base boca do Jauari, localizado na cidade de Manicoré que descreve aspectos vivenciados por uma Técnica de Enfermagem durante a atuação em serviço. **Resultados:** Em um dia pela manhã do mês de agosto de 2017, foi admitido um paciente indígena com quadro apresentando desvio no olho esquerdo, percebido pelo seu genitor na aldeia Koata. **Considerações finais:** No decorrer do exercício da profissão de enfermagem, se deparam com várias dificuldades no que diz respeito ao atendimento na saúde indígena. Isso nos leva a refletir sobre a importância de uma análise do modelo de assistência oferecido às comunidades indígenas.

Palavras-chave: saúde indígena, Atenção Primária à Saúde, população indígena, saúde da criança, hospitalização de crianças indígenas, acesso aos serviços de saúde.

1. INTRODUÇÃO

A população indígena do Brasil é estimada em 896 mil pessoas, pertencentes a aproximadamente 210 povos, distribuídas em 5.366 aldeias, com 55 grupos isolados e mais de 170 línguas reconhecidas. As medidas sanitárias desenvolvidas baseiam-se na Política Nacional de Saúde Indígena (PNASPI), que reconhece as características etnoculturais e os direitos territoriais dos povos indígenas na proteção, promoção e recuperação da saúde (De Oliveira *et al.*, 2021).

A atenção à saúde indígena no Brasil forma o Sistema Integrado de Saúde (SUS) como Subsistema de Saúde Indígena (SASI). O SASI é composto por 34 Áreas Especiais de Saúde Indígena (DSEIs), que são unidades administrativas locais distribuídas por todo o território brasileiro. O DSEI é composto por um polo base onde está instalada uma Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI), um posto de saúde, uma unidade de saúde indígena e um ponto de integração com a rede de atenção do SUS (Maia *et al.*, 2021).

Os indígenas possuem uma grande dificuldade no acesso integral aos serviços de saúde principalmente no acesso ao serviço especializado de saúde uma vez que grande parte dos serviços especializados se encontra em regiões mais afastadas das aldeias, sendo necessário o deslocamento (Almeida, 2019).

O manejo da transferência de crianças indígenas para tratamento fora da aldeia é um desafio que envolve diversas complexidades, tanto culturais quanto logísticas. O deslocamento dessas crianças e de suas famílias para centros urbanos em busca de assistência médica especializada muitas vezes implica em um choque cultural significativo, além de questões práticas relacionadas à comunicação, entendimento dos procedimentos médicos, e adaptação ao ambiente hospitalar. Estudos mostram que a inserção em um ambiente distinto pode gerar barreiras linguísticas e culturais que dificultam a adesão ao tratamento e a interação com os profissionais de saúde (Garner; Morrison, 2019). Além disso, a ausência de uma rede de apoio adequada e a distância da comunidade de origem podem intensificar sentimentos de vulnerabilidade e isolamento, afetando o bem-estarem emocional da criança e de seus acompanhantes (Ferreira; Almeida, 2020).

Outro fator relevante no manejo da transferência de crianças indígenas para tratamento fora da aldeia é a diferença nos modelos de cuidado à saúde. Enquanto nas comunidades indígenas a saúde é vista de maneira holística, incorporando aspectos físicos, espirituais e comunitários, o modelo biomédico predominante nos centros urbanos tende a focar principalmente nos aspectos físicos da doença. Essa discrepância pode gerar desconfiança e resistência por parte das famílias indígenas, que podem não se sentir compreendidas e acolhidas nos hospitais urbanos (Santos; Pereira, 2021).

O respeito às práticas tradicionais e a inclusão de líderes comunitários no processo de tratamento são estratégias que podem ajudar a construir pontes entre esses diferentes paradigmas de saúde, promovendo uma assistência mais eficaz e culturalmente sensível.

Além disso, as questões logísticas, como a falta de infraestrutura adequada para acomodar as famílias durante o período de tratamento e a necessidade de longos deslocamentos, agravam as dificuldades enfrentadas. Muitas vezes, as famílias precisam deixar a aldeia por períodos prolongados, o que pode levar à perda de conexão com sua comunidade e suas tradições, resultando em impactos negativos tanto para a criança quanto para os familiares acompanhantes (Souza; Oliveira, 2018). Essas adversidades ressaltam a necessidade de políticas públicas que garantam um suporte integral às famílias indígenas

durante todo o processo de tratamento fora da aldeia, desde o transporte até o acompanhamento pós-tratamento, garantindo que as especificidades culturais sejam respeitadas e que as famílias tenham o apoio necessário para lidar com as dificuldades impostas por esse deslocamento.

O objetivo do artigo foi descrever sobre a dificuldade do acesso à saúde pública da população indígena presente na região amazônica brasileira, além de abordar as principais implicações sobre o fazer e o pensar da saúde no Estado do Amazonas para os povos indígenas. Abordar também, a maneira como a política brasileira foi conduzida nas últimas décadas, refletindo diretamente na população indígena e no seu atendimento inadequado, o que indica uma necessidade de diálogo entre as esferas públicas para que os direitos dos indígenas sejam, de fato cumpridos conforme presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e leis específicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. POLÍTICAS DE SAÚDE PARA OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

Os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Brasil são profundos e multifacetados, como destacado por Mendes *et al.*, (2018). Eles se encontram em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica e de saúde que os coloca em desvantagem significativa em relação aos demais indivíduos, privando-os de oportunidades e acesso a direitos fundamentais (Brasil, 2017). Esta realidade tem sido objeto de debates em várias esferas, inclusive no meio acadêmico.

A luta principal dos povos indígenas é assegurar seus direitos à saúde, à terra e à preservação de sua cultura e identidade ancestral (Oas, 2016). No entanto, diversos fatores dificultam essa garantia, desde a pressão por ocupação de terras até problemas de saúde decorrentes de mudanças ambientais e doenças (Santos, 2021).

Para abordar efetivamente as questões de saúde indígena, é crucial desenvolver políticas que compreendam os marcos legais e o papel de cada órgão envolvido no processo de assistência (Pereira, 2014). Embora a legislação exista e define atribuições, como a responsabilidade da Funai pela saúde indígena, as intervenções ainda são limitadas e não têm gerado melhorias satisfatórias na situação sanitária das aldeias (Isa, 2019).

A Constituição Federal de 1988 representa um marco importante na garantia dos direitos dos povos indígenas, ao legitimar sua autonomia e cidadania (Langdon, Cardoso, 2015; Wenczenovicz, 2018). Posteriormente, foram estabelecidas diretrizes para o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica da Saúde, que incluíram determinações específicas para a saúde indígena (Langdon, Cardoso, 2015).

O Plano Distrital de Saúde Indígena e a atuação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) são fundamentais para garantir uma abordagem integrada e culturalmente sensível à saúde das comunidades (Bezerra et al., 2021; Inesc, 2018). Além disso, a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em 2010 centralizou a gestão e a implementação de estratégias e programas de saúde para essas populações (Mendes *et al.*, 2018; Vaz, 2022).

2.2. RECURSOS FINANCEIROS NA POLÍTICA DE SAÚDE INDÍGENA DO BRASIL

Nos últimos dez anos, os recursos destinados à saúde indígena sofreram uma redução de R\$253 milhões, o que representa uma queda de 12,7%, atingindo em 2023 o menor valor registrado na área. Essas informações foram divulgadas no boletim “Monitoramento do Orçamento da Saúde Indígena”, elaborado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) e pela Umame — uma associação que apoia projetos sociais voltados à promoção da saúde. De acordo com o estudo, o maior investimento em saúde indígena ocorreu em 2015, com um montante de R\$1,97 bilhão, seguido por uma redução em 2016, quando os recursos totalizaram R\$1,73 bilhão (Zambrana, 2023).

Apesar do aumento nos recursos alocados para a saúde indígena, os indicadores de saúde dessas comunidades ainda não refletem de maneira adequada essa melhoria financeira.

A falta de dados demográficos e epidemiológicos confiáveis sobre as populações indígenas dificulta a avaliação precisa dos progressos realizados e revela a persistência de desigualdades significativas após duas décadas de atuação do subsistema (Garnelo, Maquiné, 2015).

Recentemente, questões relacionadas ao financiamento da SESAI têm sido objeto de debate, com bloqueios de verbas que impactam diretamente a execução de programas e estratégias de saúde. Em 2022, um montante significativo de recursos foi retido, prejudicando atividades essenciais, como transporte, combustíveis e obras de saneamento básico (Lucena, 2023; Valente, 2022). Essa interrupção no fluxo de financiamento compromete a continuidade dos serviços de saúde prestados às comunidades indígenas.

Além das questões financeiras, a implementação de políticas eficazes esbarra em desafios estruturais e culturais. A falta de coordenação entre os órgãos responsáveis e a ausência de respeito às especificidades culturais das comunidades indígenas são obstáculos adicionais a serem superados (Niedermayer, 2020; Silva, Ribeiro, Ferreira, 2021). A distribuição desigual de recursos e serviços, aliada à negligência histórica em relação aos direitos e necessidades dessas populações, destaca a urgência de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa no campo da saúde indígena.

Além disso, os bloqueios de verbas e as dificuldades na gestão dos recursos financeiros evidenciam a fragilidade do sistema atual e a necessidade urgente de uma abordagem mais coordenada e eficiente. A coordenação entre os órgãos responsáveis e o respeito às especificidades culturais das comunidades indígenas devem ser prioridades na formulação e implementação de políticas de saúde (Diehl & Langdon, 2015).

2.3. TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL

A temática da saúde indígena no Brasil tem sido objeto de diversos estudos e análises por parte de pesquisadores de diferentes áreas, como enfermagem, saúde pública e antropologia. Ao examinar os trabalhos desses autores, é possível identificar uma série de desafios comuns enfrentados pelos profissionais que atuam nesse contexto, assim como pelas próprias comunidades indígenas (Druck, 2016).

Um dos principais problemas destacados pelos autores é a elevada rotatividade de profissionais de saúde nas regiões indígenas, o que compromete a continuidade e qualidade do atendimento oferecido (Landgraf *et al.*, 2020; Malacarne *et al.*, 2019; Linartevich *et al.*, 2022). Essa rotatividade é atribuída a diversos fatores, incluindo

condições precárias de trabalho, falta de incentivos e dificuldades de adaptação ao contexto cultural das comunidades.

Adicionalmente, a questão da comunicação em diferentes idiomas e o desafio em encontrar as aldeias são destacadas como desafios importantes para os profissionais de saúde que buscam oferecer uma atenção integral aos povos indígenas (Maia *et al.*, 2021; Monteiro *et al.*, 2023). Esses desafios tornam ainda mais complexa a tarefa de garantir o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde para essas populações.

Outra questão relevante é a formação acadêmica dos profissionais de saúde que atuam junto às comunidades indígenas. Estudos indicam que a identidade cultural dos povos indígenas nem sempre é adequadamente abordada nos currículos de enfermagem e outros cursos da área da saúde (Nascimento *et al.*, 2020; Arruda *et al.*, 2022). Isso evidencia a necessidade de uma reorientação nos programas de formação, de modo a preparar os profissionais para atuar de forma sensível e eficaz em contextos transculturais.

Além dos desafios enfrentados pelos profissionais de saúde, os próprios indígenas também enfrentam dificuldades no acesso aos serviços de saúde, especialmente devido à distância geográfica, falta de transporte adequado e ausência de profissionais disponíveis (Rojas & Hahn, 2020; Oliveira *et al.*, 2021). Essas barreiras contribuem para o agravamento de problemas de saúde e a perpetuação de desigualdades no acesso aos cuidados médicos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, de acordo com Mussi (2021), esse tipo de relato consiste em uma forma escrita para compartilhar experiências, colaborando para a construção do conhecimento e para a reflexão sobre um determinado assunto, relacionando-se com as aprendizagens provenientes das experiências sociais, culturais e científicas.

O cenário de prática foi em um Polo base boca do Jauari, localizado na cidade de Manicoré que descreve aspectos vivenciados por uma Técnica de Enfermagem durante a atuação em serviço.

A cidade de Manicoré se encontra situada no Estado do Amazonas, região norte do Brasil, às margens do Rio Madeira. Sua localização geográfica é de grande importância estratégica, uma vez que está posicionada entre as cidades de Manaus e Porto Velho. Distando aproximadamente 390 km da capital estadual, possui uma população estimada em 2017 de 54.708 habitantes, segundo o IBGE. Localiza-se a 333 km da capital do estado à margem direita do rio Madeira, sua população está dividida entre a zona rural e a cidade. A principal fonte de sustento dos habitantes da região é a agricultura, sobretudo com o plantio de banana, melancia e fabricação de farinha, tornando-se o maior produtor desses alimentos no estado. Além disso, é relevante destacar a relevância do comércio, juntamente com o potencial de extração de recursos naturais, como borracha e castanha. Sua vegetação está caracterizada pela floresta tropical densa. O clima é quente e úmido, o local possui duas temporadas distintas: uma estação chuvosa, conhecida como "inverno", que vai de outubro a abril, e outra estação de estiagem, chamada de "verão", que ocorre de maio a setembro, a temperatura do ar varia entre 37°C e 20°C, umidade relativa acima de 90% (IBGE, 2022).

A experiência aconteceu no período de setembro de 2017 a julho de 2018, os serviços prestados duraram em torno de 10 meses, os cuidados prestados foram desenvolvidos em tempo integral, uma espécie de plantão de 12 horas, gerando uma carga horária de 84 horas semanais. A integração da técnica de enfermagem no Polo base boca do Jauari decorreu de um programa de contratação pelo órgão DSEI Manaus. A técnica de enfermagem realizar cuidados aos usuários, com auxílio de termômetros, estetoscópio, diário para evoluir os cuidados prestados a paciente, oxímetro de dedo e aparelho de pressão digital, ela prestava os seguintes cuidados: a partir da saúde corporal dos usuários (higiene, alimentação e medicação), verificação dos sinais vitais, oferecer suporte e atenção à saúde mental das pessoas indígenas para garantir o bem estar social e a qualidade de vida, através da escuta, da conversa, do carinho, da companhia e, acima de tudo, do profissionalismo.

O Polo base boca do Jauari (Polo Base II) oferecia os seguintes serviços: infraestrutura caso precisasse; suporte técnico e administrativo à Equipe Multidisciplinar; armazenamento de remédios; conservação e equipamentos para deslocamento a outras regiões indígenas; comunicação por meio de rádio; estudo epidemiológico; criação de relatórios de campo e sistema de informação; recolhimento, análise e organização de informações; planejamento das atividades das equipes multidisciplinares na região de atuação; coordenação da vacinação na área de atuação; gestão; consultas de enfermagem e médicas; administração de medicamentos; programas de hiperdia; vacinação; testes rápidos para sífilis, HIV, hepatites B e C; busca ativa das crianças com atraso vacinal, consultas de puericultura, pesagem e atividades educativas na escola da aldeia, com o apoio da equipe escolar.

A equipe de saúde era composta por um coordenador, composta principalmente por Médico, Enfermeiro, Dentista e Auxiliar de Enfermagem. O perfil dos usuários são indígenas da etnia Pirahã, é um povo indígena brasileiro de caçadores-coletores, que se destacam de outras tribos pela diferença linguística e cultural. Uma particularidade interessante desse grupo é que seus integrantes só acreditam naquilo que podem experimentar, tocar ou que possa ser comprovado através de evidências.

Os atores envolvidos nesta experiência foram a paciente indígena e a técnica de enfermagem que tem 39 anos de idade, é natural de Manicoré/AM, terminou o ensino médio, é especialista em urgência e emergência para técnico de enfermagem, acadêmica do 9º período em enfermagem, funcionária do órgão DSEI Manaus, lotada no Município de Manicoré, polo base boca do Jauari há 17 anos. Diante desse contexto, a pesquisa não necessitou de apreciação em Comitê de Ética com garantias de confidencialidade dos dados.

O instrumento de coleta de dados foi um diário da técnica de enfermagem contendo observações acerca das consultas de enfermagem e dados quantitativos dos atendimentos realizados. A teoria escolhida para discutir a experiência vivenciada foi a Transcultural de Madeleine Leininger na qual prioriza a prestação de assistência de saúde que respeite as tradições, costumes e princípios culturais de cada indivíduo, a teoria ressalta a relevância da diversidade e da cultura no processo de cuidado prestado pela enfermagem, auxiliando os profissionais a valorizarem e respeitarem as particularidades culturais e a singularidade de cada indivíduo atendido. Este estudo não necessitou de apreciação ética, por se tratar de relato de experiência, com anuência do local onde ocorreu o serviço remunerado e garantias de confidencialidade dos dados, conforme as diretrizes para pesquisas definidas pela resolução CNS/MS 466/12 e suas complementares.

4. RELATO DA EXPERIÊNCIA

4.1. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A POPULAÇÃO INDÍGENA DO POLO BASE NO INTERIOR DO AMAZONAS

Nos níveis iniciais, a responsabilidade pela organização desses atendimentos é atribuída aos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que estão inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS) e seguem o modelo central de gestão da saúde indígena. Eles são responsáveis por atender essas comunidades levando em consideração aspectos geográficos, culturais e demográficos. Esses distritos funcionam como pontos de assistência à saúde, oferecendo equipamentos para casos simples que não necessitam da atenção de um Hospital Regional (Kabad; Pontes; Monteiro, 2020).

A atenção à população indígena requer dos profissionais de saúde uma capacitação atualizada, a partir das singularidades de cada etnia, salienta-se que é de suma importância a preparação de todos os recursos humanos, para que se promova condutas que sejam eficazes, de acordo com a especificidades de cada etnia indígena (Martins & Oliveira, 2019).

São evidenciadas as responsabilidades exercidas pelos técnicos de enfermagem, como o acompanhamento em domicílio, aplicação de imunizações e instruções de saúde em grupos comunitários. Já aos enfermeiros cabe a coordenação da equipe de enfermagem, contribuição na elaboração de medidas para prevenir e promover a saúde, além de propor soluções para questões de saúde, realizar avaliações de enfermagem e administrar medicamentos.

4.2. OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO AO PACIENTE INDÍGENA

Em um dia pela manhã do mês de agosto de 2017, foi admitido um paciente indígena com quadro apresentando desvio no olho esquerdo, percebido pelo seu genitor na aldeia Koata, a enfermeira iniciou seus cuidados com a anamnese para identificar, neste momento surgiu o primeiro desafio em questão da língua, pois o paciente não dominava a língua portuguesa e os profissionais não dominavam a língua Pirahã. Nesse momento percebeu-se que ficaria prejudicada a comunicação interpessoal entre o paciente e a equipe assistencial.

A paciente então foi transferida para o serviço de referência no município de Manicoré, na qual era acompanhada de seus genitores. A equipe de enfermagem que fez a remoção era composta por: 1 Enfermeiro, 1 Técnico de enfermagem e 1 Piloto fluvial, o transporte aconteceu de Lancha Motor de força 40 Hp.

Durante a semana de internação, os genitores não aceitaram o diagnóstico estabelecido e também se recusaram a se deslocar para um centro de maiores recursos para melhor esclarecimento do caso. Após evidenciarem a piora clínica da criança e depois de muito diálogo com os pais, finalmente aceitaram ser transferidos para o CASAI Manaus.

Na cidade de Manaus, após avaliação oftalmológica e a realização de exames complementares de imagem houve a confirmação do diagnóstico de Retinoblastoma bilateral. Durante a sua permanência no município de Manaus a paciente ficou internada no período de 31/08/2017 a 09/09/2017 no Instituto de Saúde da Criança do Amazonas (ICAM) sendo acompanhada conjuntamente pela equipe da CASAI.

Após ser evidenciado que o tratamento proposto para a criança não poderia ser realizado

nesta localização, a mesma foi encaminhada pelo sistema tratamento fora domicílio (TFD) da Superintendência Estadual de Saúde (SUSAM) para a cidade de São Paulo para o seu acompanhamento médico.

Viajei juntamente com a criança e seus pais no dia 10/09/2017 como técnica de enfermagem e também para prestar auxílio na comunicação, pois, os pais não sabiam ler e nem falar adequadamente em português.

Na cidade de São Paulo tivemos total apoio da CASAI local, cujos integrantes eram compostos por enfermeiro, técnico de enfermagem, nutricionista, psicólogo, cozinheiro e motorista, contudo, como prestam apoio a indígenas de todo o país e, devido a falta de leito, nos hospedamos inicialmente em uma casa de apoio.

A criança foi direcionada para o Hospital da GRAAC (Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer), por ser um serviço de referência para a doença diagnosticada.

O tratamento em São Paulo ocorreu durante o período de setembro de 2017 a julho de 2018. A mesma foi submetida a exérese cirúrgica do globo ocular mais afetado e também a tratamento quimioterápico e radioterápico. Ao final também houve necessidade de transplante de medula óssea.

A permanência prolongada em uma metrópole estranha aos pais indígenas, além do fato dos mesmos não compreenderem a complexidade da doença e também a demora no seu tratamento, causava ansiedade e angústia nos genitores que sempre questionavam esses fatos quando percebiam discreta melhora da paciente, desejavam retornar à sua terra de origem para dar continuidade ao “tratamento” com seus “medicamentos tradicionais”.

A longa permanência em São Paulo acompanhando o caso dessa criança, o estresse físico e emocional gerado pela sua condição clínica e pela necessidade de estar quase permanentemente cuidando da mesma e tentando acalantar e acalmar os pais, que tinham dificuldade de comunicação e compressão do caso, fez com que eu solicitasse da CASAI/SP e a DSEI-Manaus a minha substituição, porém, nunca tive o meu pleito atendido. Ao fim de longos 10 meses de tratamento, infelizmente a criança foi a óbito. Tal jornada me afetou tão profundamente que não consigo mais retornar ao trabalho na aldeia

5. DISCUSSÃO

As tradições dos povos originários encaram a enfermidade como um acontecimento que está intrinsecamente ligado à comunidade, com reflexos mais amplos do que individuais, caracterizando o ciclo saúde-enfermidade como um fenômeno sociocultural, em oposição ao modelo biomédico em diversos aspectos. Dessa forma, ao se depararem com essa realidade, os profissionais da saúde muitas vezes enfrentam dilemas éticos, já que seus valores próprios frequentemente entram em conflito com as práticas e visões das comunidades. Ademais, a falta de treinamento específico para lidar com a saúde dos povos indígenas pode levar a equipe interdisciplinar a dilemas entre o desejo de respeitar e a pressão em resolver as questões da população, o que pode comprometer a qualidade do cuidado oferecido, como já mencionado por indígenas atendidos por profissionais despreparados (Maia *et al.*, 2021).

Diante da riqueza cultural e étnica dos índios, é necessário um cuidado especial, e diante da falta de preparo, os enfermeiros se dedicam a adquirir conhecimento específico, muitas vezes buscando a ajuda de colegas que atuam ou já atuaram na área e/ou realizando pesquisas na literatura especializada. Essas atitudes ressaltam a importância de investir

na capacitação, formação, educação contínua e permanente para assegurar a qualidade do atendimento de saúde aos povos indígenas, conforme apontado pela 5.^a Conferência Nacional de Saúde Indígena (Brasil, 2015).

Quando se trata de supervisão de enfermagem, é importante ressaltar o apoio fornecido por parte dos técnicos ou auxiliares de enfermagem durante a realização de procedimentos como administração de medicamentos, aplicação de vacinas e cuidados com feridas, além do planejamento, avaliação e execução das atividades da equipe de saúde. Dessa forma, o enfermeiro desempenha um papel de gestão na equipe e é responsável pela organização do serviço na área indígena. A educação em saúde, por sua vez, é uma prática essencial em todas as ações de enfermagem, especialmente focada nas questões culturais das comunidades, seus hábitos de vida e fatores de risco para doenças, sendo fundamental para a capacitação de profissionais indígenas em diferentes áreas (Rodrigues & Terra, 2018).

Quando se trata de promover, proteger e restaurar a saúde, é essencial que os enfermeiros tenham um conhecimento abrangente do ciclo saúde-doença dos pacientes, respeitando as diferenças culturais e étnicas das comunidades indígenas, além de buscar sempre se manter atualizados sobre os cuidados de saúde. Para isso, a equipe precisa ter habilidades para identificar os fatores de risco, planejar, implementar e agir de forma preventiva (Rocha *et al.*, 2018).

É importante ressaltar, também, a dificuldade enfrentada devido à diferença de idiomas. O fato de não compreender as demandas que o paciente expressa devido ao dialeto específico das comunidades indígenas se torna um desafio significativo na assistência prestada. A compreensão adequada das queixas reportadas pelo paciente é fundamental para que o enfermeiro possa entender as necessidades reais dos pacientes e estabelecer uma conexão genuína com eles (Packer & Castro, 2021).

Validando essa descoberta, uma pesquisa retrospectiva e transversal revelou que, diante da terminologia especializada utilizada na área da saúde, não é viável realizar uma tradução fiel e completa. Portanto, torna-se essencial o emprego da comunicação não verbal através de elementos visuais como símbolos, figuras e gestos. Contudo, visto que é uma atividade que em muitas localidades do Brasil é caracterizada por uma interação interpessoal intensa, na qual os profissionais são obrigados a se adaptar constantemente a diferentes padrões de conforto e privacidade por longos períodos de tempo, o distanciamento de seus meios sociais pode resultar em desgastes não apenas culturais, mas também emocionais e profissionais. Dessa forma, para além dos obstáculos geográficos (incluindo longas caminhadas, exposição ao sol e travessias de rios), o enfermeiro necessita de coragem e motivação para assegurar um atendimento de excelência (Guimarães & Parente, 2019).

No momento de acompanhar o paciente em fase terminal, o enfermeiro se depara com diversas emoções, como a tristeza, angústia, medo, sofrimento e revolta expressos pelo enfermo e por seus familiares. Como indivíduo com sentimentos e emoções, o profissional muitas vezes compartilha desses mesmos sentimentos diante desse processo. Alguns enfermeiros relatam que, ao vivenciar a morte, surgem sentimentos de tristeza e um profundo vazio, devido à não realização do objetivo de preservar e manter a vida (Morais *et al.*, 2018).

Dessa forma, a enfermagem é vista como uma das carreiras mais suscetíveis ao desenvolvimento de problemas de saúde física e mental no ambiente hospitalar, devido às péssimas condições de trabalho, excesso de demanda em relação ao número de

profissionais disponíveis, falta de higiene no ambiente de trabalho e atividades repetitivas (Lai J *et al.*, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do exercício da profissão de enfermagem, se deparam com várias dificuldades no que diz respeito ao atendimento na saúde indígena. Isso nos leva a refletir sobre a importância de uma análise do modelo de assistência oferecido às comunidades indígenas, incluindo a capacitação de toda a equipe para um cuidado personalizado voltado diretamente para o paciente, permitindo que a equipe adquira uma percepção mais abrangente e compreensiva, de modo a reconhecer e compreender as diversas particularidades apresentadas durante o atendimento ao paciente indígena.

Para uma maior compreensão sobre o cuidado aos povos indígenas, é indicado realizar estudos focados nos membros da comunidade, assim como pesquisas destinadas aos profissionais que trabalham nesse contexto, e também investigações na área da atenção primária de modo geral, a fim de obter conhecimento e dados sobre o assunto e priorizar a busca por um cuidado mais eficaz para esse grupo, visando proporcionar aos gestores uma visão ampliada da realidade dos enfermeiros que atuam nesse cenário.

Verifica-se a relevância de aprimorar as estratégias de políticas de maneira abrangente pelos administradores dos diferentes níveis (federal, estadual e municipal), sobretudo as municipais ao executar tais políticas durante o atendimento à população local, resultando em uma maior eficiência na oferta de serviços de saúde aos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

- [1] AGUILAR-PENA, M.; BLANDON, M. F. T.; GARCIA-PERDOMO, H. A. A saúde intercultural e o modelo indígena de saúde. *Revista Saúde Pública*, v. 22, n. 4, p. 03 de fevereiro de 2023.
- [2] ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, jul./set. 2018.
- [3] ALMEIDA, Odete Quintino Alves de. A saúde indígena no Brasil: um olhar da Saúde Coletiva a partir de uma revisão integrativa e uma pesquisa documental. 2019.
- [4] ANTUNES, C. M. S. Orientação Educacional e o Processo de Inclusão do Público-Alvo da Educação Especial: As Experiências do Município de Mesquita/RJ. Dissertação (Mestre em Educação) - Instituto de Agronomia, 2022.
- [5] ARRUDA, S. C. P.; SANTOS, G. P. F.; SILVA, B. P. Enfermagem na Saúde Indígena. *Enfermagem no cuidado a saúde das populações em situação de vulnerabilidade*, v. 3, 2022. E-books. Disponível em: <https://publicacoes.abennacional.org.br/ebooks/enfermagem-no-cuidado-a-saude-de-popula-coes-em-situacao-de-vulnerabilidade-volume-1>. Acesso em: 29 de março de 2024.
- [6] ASSAMANN, B. F.; LAROQUE, L. F. S.; MAGALHÃES, M. L. As políticas públicas de saúde indígena e a relação saúde-doença na percepção Kaingang da terra indígena Foxá/Lajeado durante a Pandemia de Covid-19. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, a. 19, n. 2, jul./dez. 2022.
- [7] BEZERRA, C. et al. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas: Breves Aproximações. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 16 a 19 de novembro de 2021.
- [8] BORGHI, C. et al. Ácido úrico sérico e o risco de doença cardiovascular e renal. *JHipertensos*. Setembro de v. 33, n. 9, p. 1729-1741, 2015.
- [9] BRASIL. Artigo 196. Constituição Federal (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº96 de 06/06/2017). Conselho Nacional de Saúde. 2017. Disponível

em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_196_asp>

- [10] BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Documento orientador de apoio aos debates. Brasília, 2019.
- [11] BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena. Fundação Nacional de Saúde. Brasília: Funasa, 2009. 112 p. il. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro-lei-arouca-10anos.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2024.
- [12] BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Relatórios do Conselho Nacional de Saúde: relatórios das conferências de saúde indígena. 2022. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios.htm>>. Acesso em: 29 de março de 2024.
- [13] CIMI-Conselho Indigenista Missionário. Política de atenção à saúde indígena: caminhos em meio aos percalços. 2022. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2022/08/politica-de-atencao-a-saude-indigena-caminhos-em-meio-aos-pe-rcalcos/>>. Acesso em: 29 de março de 2024.
- [14] DE OLIVEIRA, Francinete Gonçalves et al. Desafios da população indígena ao acesso à saúde no Brasil: revisão integrativa de literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e47710313203-e47710313203, 2021.
- [15] DIEHL, Eliana E.; JEAN LANGDON, Esther. Transformações na atenção à saúde indígena: tensões e negociações em um contexto indígena brasileiro. *Universitas Humanística*, n. 80, p. 213-236, 2015.
- [16] Druck, G. (2016). A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. *Trab. educ. saúde*, v. 14, supl. 1, p. 15-43. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00023>.
- [17] FRONTELMO, C. S. O Papel do Enfermeiro na assistência a população indígena no âmbito da atenção primária em saúde. Monografia (Graduação em Enfermagem), Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, RJ, 2016.
- [18] GARNELO, L.; MAQUINÉ, A. Financiamento e gestão do subsistema de saúde indígena: considerações à luz dos marcos normativos da administração pública no Brasil. In: LANGDON, E. J.; CARDOSO, M. D. Saúde Indígena: políticas comparadas na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. pp. 107-144.
- [19] GOMES, F. E. R.; HERÊNIO, A. C. B.; COSTA, W. E. Suicídio em Povos Indígenas. *Psicologias em Movimento*, v. 2, n. 2, jul.-dez., 2022.
- [20] IEPS. Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. Saúde Indígena perdeu R\$ 253 milhões entre 2013 e 2023, revela novo boletim do IEPS e Umane. 17 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://ieps.org.br/saude-indigena-perdeu-r253-milhoes-entre-2013-e-2023-revela-novo-boletim-do-ieps-e-umane/>>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- [21] INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Orçamento Público e Direito à saúde indígena. Brasília, DF: Forest, 2018. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2019/03/cartilha_or%C3%A7amento_indigena_v03_web_DB.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- [22] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Humaita, Amazonas. 2022
- [23] Kabad JF, Pontes ALM, Monteiro S. Relações entre produção científica e políticas públicas: o caso da área da saúde dos povos indígenas no campo da saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020 Maio;25(5):1653-1666. doi:10.1590/1413-81232020255.33762019.
- [24] LANDGRAF, J.; IMAZU, N. E.; ROSADO, R. M. Desafios para a Educação Permanente em Saúde Indígena: adequando o atendimento do Sistema Único de Saúde no sul do Brasil. *Espaço aberto Interface*, v. 24, 2020.
- [25] LANGDON, E. J.; CARDOSO, M. D. Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina. Organizadoras: Esther Jean Langdon, Marina D. Cardoso. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.
- [26] LIMA, E. S. O Sistema Único de Saúde nos planos de governo dos candidatos à prefeitura de um município alagoano. *Diversitas Journal*, v. 6, n. 3, p. 3307-3320, 2021.
- [27] LINARTEVICH, V. F. et al. Desafios dos profissionais de saúde no atendimento aos povos indígenas no Brasil – uma revisão. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, e303111638156, 2022.
- [28] MAIA, A. et al. Os desafios da enfermagem na atenção integral a saúde dos povos indígenas.

Enfermagem em Foco, v. 12, n. 2, 2021.

[29] MAIA, Alini Silva et al. Os desafios da enfermagem na atenção integral à saúde dos povos indígenas. *Enfermagem em Foco*, v. 12, n. 2, 2021.

[30] MALACARNE, J. et al. Acesso aos serviços de saúde para o diagnóstico e tratamento da tuberculose entre povos indígenas do estado de Rondônia, Amazônia Brasileira, entre 2009 e 2011: um estudo transversal. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 28, n. 3, 2019.

[31] Martins JCL, Martins CL, Oliveira LSS. Attitudes, knowledge and skills of nurses in the Xingu Indigenous Park. *Rev Bras Enferm*. 2020;73(6):e20190632.doi:10.1590/0034-7167-2019-0632.

[32] MENDES, A. M. et al. Representations and care practices of professionals regarding indigenous use of alcohol. *Revista Cien Saude Colet*, v. 25, n. 5, p. 1809-1818, 2020.

[33] MONTEIRO, M. A. C. et al. Assistência de Enfermagem à Saúde das Populações Indígenas: Revisão de Escopo. *Cogitare Enferm*. v. 28: e88372, 2023.

[34] MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 29 mar. 2024.

[35] MUSSI, R., F., Flores, F. F., & Almeida, C., B. (2021). Pressuposto para elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista práxis educacional*, 17, 60-70.

[36] NASCIMENTO, V. F.; HATTORI, T. Y.; TRETTEL, C. P. T. Necessidades Pessoais de Enfermeiros durante a Pandemia da Covid-19 em Mato Grosso. *Enferm. Foco*, v. 11, n. 1 Especial: 141-145, 2020.

[37] NIEDERMAYER, N. R. Demanda para a saúde indígena na 16ª Conferência Nacional de Saúde. *Publ. UEPG Appl. Soc. Sci.*, Ponta Grossa, 28: 1-15, e202016793, 2020.

[38] NIEDERMAYER, N.; SILVA, D. Demandas para a Saúde Indígena na 16ª Conferência Nacional de Saúde. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, [S. l.], v. 28, p. 15, 2021.

[39] OAS. Cataloging-in-Publication Data Organization of American States. General Assembly. Regular Session. 2016 Santo Domingo, Dominican Republic) Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

[40] OLIVEIRA, F. G. et al. Desafios da população indígena ao acesso à saúde no Brasil: revisão integrativa de literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, e47710313203, 2021.

[41] PEREIRA, L. O. S. Política de Saúde para às Populações Indígenas no Brasil: Continuidades e Descontinuidades 1896-2013. Tese (Mestre em Ciências Sociais) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

[42] PIB. Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Sa%C3%BADe_Ind%C3%ADgena. Acesso em: 29 de março de 2024.

[43] PONTES, A. L. M.; GARNELO, S. R.; GARNELO, L. O modelo de atenção diferenciada nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas: reflexões a partir do Alto Rio Negro/AM, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 10, p. 3199-3210, 2015.

[44] REIS, A. C. et al. Estudo de avaliabilidade do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena: potencialidades e desafios para apoiar a gestão em saúde no nível local. *Cad. Saúde Pública*, v. 38, n. 5, 2022.

[45] ROCHA, ESC. et al. Profile of nurses who work in indigenous and non-indigenous healthcare. *Ciênc cuid saúde [Internet]*, v. 17, n. 4, p. 1-8, 2018.

[46] RODRIGUES, D. et al. Antes sós do que mal acompanhados: contato e contágio com povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil e desafios para sua proteção e assistência à saúde. *Dossiê • Saude soc.*, v. 29, n. 3, 2020.

[47] ROJAS, Juan Guillermo; HAHN, Raquel. Mudança de casa: experiências de indígenas atendidos no hospital. *Invest. educ. enferm [online]*, vol. 38, n. 3, e08. ISSN 0120-5307, 2020.

[48] Maia AS, Nascimento EM do, Carvalho TP de, Sousa CG de. Os desafios da enfermagem na atenção

integral à saúde dos povos indígenas. *Enferm Foco*. [Internet]. 2021 [cited in 2024 mar. 21];12(2):333-8. Available in: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2021.v12.n2.4166>.

[49] Ministério da Saúde (BR). 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena: relatório final. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde, 2015 [cited in 2024 mar. 21]. 305 p. Available in: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/5_conferencia_nacional_saude_indigena_relatorio_final.pdf.

[50] Rodrigues GASC, Terra MF. Nursing assistance to the indigenous population: a bibliographic study. *Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo* [Internet]. 2018 [cited in 2024 Mar. 21];63(2):100- 4. Available in: <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2018.63.2.100>.

[51] Rocha ESC, Gonçalves MJF, Cruz MJF da, Baroni RAL. Profile of nurses who work in indigenous and non-indigenous health care. *Ciênc cuid saúde* [Internet]. 2018 [cited in 2024Mar. 21]; 17(4):1-8. Available in: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/45195/751375139159>.

[52] Packeiser PB, Castro MS de. Avaliação do processo de dispensação de medicamentos na saúde indígena por meio de simulação de atendimento. *Clin Biomed Res* [Internet]. 2021 [cited in 2024 Mar. 21];41(1). <https://www.seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/105514>

[53] Guimarães VCB, Parente F de A. A Arte Indígena Asuriní como instrumento de comunicação e linguagem não verbal. *Educamazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente* [Internet]. 2019 [cited in 2024 Mar. 21];22(1,), 302-313. Available in: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/5778/4498>.

[54] Moraes EN; Conrad D; Mattos EM; et al. Cuidados paliativos: enfrentamento dos enfermeiros de um hospital privado na cidade do Rio de Janeiro – RJ. *RevFundCare Online*. 2018. Disponível em: < http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/6000/pdf_1 > Acesso em 21 mar 2024

[55] Lai J, Ma S, Wang Y, Cai Z, Hu J, Wei N, et al. Factors associated with mental health outcomes among health care workers exposed to coronavirus disease 2019. *JAMA NetwOpen*. 2020;3(3):e203976.

Autores

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

ABIGAIL EMANUELLY REIS FERREIRA

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima, é produtora jornalística e atua no segmento televisivo

ADEMIR LUZERNO DE MENEZES

Acadêmico de Direito da Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS).

ALCIDES JERÔNIMO DE ALMEIDA TENÓRIO JUNIOR

Superintendente do IBGE em Alagoas. Mestre em Economia e Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui Especialização em Gestão Organizacional pela Universidade de Pernambuco (UPE). Atuou como professor da Universidade de Pernambuco (UPE) e em outras faculdades. No IBGE, também atuou como coordenador de subárea no Censo Demográfico 2010 e Supervisor Estadual das Pesquisas Industriais.

ALEXANDRO DA SILVA PINTO

Gestor Ambiental, Historiador, Professor da UNIBE, Professor da Prefeitura de Iguaba Grande.

CAMILA MAURER

Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

CAMILA RIBEIRO CARDOSO DOS SANTOS

Gestora de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal no Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). Especializada em administração pública e na relação existente entre as políticas públicas para as cidades e os espaços vulneráveis urbanos. Doutora em Desenvolvimento local e cooperação internacional pela Universidade de Valencia - Espanha, com mestrado em gestão e promoção do desenvolvimento local também pela Universidade de Valencia e mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas. Economista pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

CARLOS ROBERTO PRAXEDES DOS SANTOS

Doutor em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Professor no curso de Jornalismo e no Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

FABIANA DA COSTA ASTOR DO NASCIMENTO

Mestranda em Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, Professora município de Saquarema

FÁBIO TEIXEIRA LIMA

Acadêmico de Direito da Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS). Mestre em História e Estudos Culturais e Doutor em Ensino.

FRANK ASTOR DO NASCIMENTO

Doutorando em Administração pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais

IANDRO MATEUS ALMEIDA MOREIRA

Acadêmico de Direito da Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS).

IZABEL LUANA ARAÚJO DA SILVA

Professora de Direito Constitucional III da Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS). Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

JACQUES ALKALAI WAINBERG

Professor Titular. Escola de Comunicação e Artes- FAMECOS – PUCRS. Doutorado pela ECA-USP

LÁZARO IVAN COELHO DA SILVA

Acadêmico de Direito da Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS).

LUÍS FRANCISCO MUNARO

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, lidera o grupo "Liberalismo e Desenvolvimento na Amazônia" e se dedica ao estudo da história dos intelectuais e da influência dos intelectuais na organização da cultura

MARIA IVETE TREVISAN FOSSÁ

Possui graduação em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1978), graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1980), mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (1997) e doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Estágio pós-doutoral junto ao Centro de Estudos da Argentina Rural da Universidade Nacional de Quilmes/Argentina, Programa CAPES/MINCITY BRASIL-ARGENTINA. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Maria. Foi tutora do Grupo PET Ciências Sociais Aplicadas de dezembro de 2010 a novembro de 2016. Orienta teses e dissertações nos programas de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. Tem experiência na área de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologias da comunicação, comunicação organizacional, relações públicas, cultura organizacional, comunicação estratégica, comunicação e cidadania e responsabilidade social.

MATHEUS PEREIRA MATTOS FELIZOLA

Pesquisador com formação ampla na área de Ciências Sociais Aplicadas, com experiência nos estudos das organizações e na criação de produtos inovadores. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (2021-2024), Professor Associado IV do curso de Publicidade e Propaganda da UFS. Pós-doutor pela UFRGS. Professor do Mestrado Profissional em Ciência da Informação - PPGCI da UFS- Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo e Inovação (UFS) e Investigador do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta de Portugal. Com experiência na gestão de projetos aprovados pela Capes (PROCAD), CNPQ (Ciências Sociais, Produtividade e Universal), FAPITEC (vários), FINEP (Centelha I e II) e SEBRAE

(Catalisa). Experiência na atuação em organizações do segundo e do terceiro setor, tais como: Associações, Cooperativas, Serviço Social Autônomo, Spin-off acadêmicas e Startups. Atuando em movimentos sociais organizados com amplitude internacional. Participação em consultorias, mentorias e bancas julgadoras em eventos de inovação, empreendedorismo e avaliação de investimento para Startups. Focado em buscar soluções sustentáveis e que promovam o aumento da qualidade de vida dos empreendedores brasileiros. Atuando principalmente nas seguintes linhas de pesquisa: (i) Inovação (ii) Produtividade Empreendedora e qualidade de vida do empreendedor (iii) Ecossistemas de Inovação (iv) Terceiro Setor e Sustentabilidade e (v) Produção, Organização e Comunicação da Informação.

MICHELA BARRETO CAMBOIM GONÇALVES FEITOSA

Pesquisadora, economista e cientista de dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Núcleo de Estudos Econômicos e Populacionais da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)/Ministério da Educação. Possui doutorado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desenvolve projetos de pesquisa nas áreas de Economia Social, Economia da Educação, Economia da Saúde, Economia Regional e Economia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, saúde, avaliação de políticas públicas e desigualdades sociais. Como cientista de dados, participa de projetos de mineração de grandes bases de dados, criação de indicadores, metodologias e procedimentos para extração de conhecimento e informações em dados de alta volumetria.

NEISON CABRAL FERREIRA FREIRE

Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula (Rio de Janeiro, 1987), Especialização em Geoprocessamento pela Universidade Federal do Paraná (Curitiba, 1998), Mestrado em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação pela Universidade Federal de Pernambuco (Recife, 2003), Doutorado em Geografia também pela UFPE (Recife, 2009) e Pós-Doutorado em Ciências Humanas e Sociais pela Universidad de Buenos Aires (Argentina, 2012). Capacitação em Sensoriamento Remoto no Centre d'Etudes Spaciales de la Biosphere (CESBIO) da Université Paul Sabatier, Toulouse, França (2016) e também em Desarrollo de Capacidades en la Incorporación del Enfoque de Reducción de Riesgo de Desastres a los Proyectos de Inversión Pública pela Universidad de Chile. De 2007 a 2021 foi Pesquisador Titular na Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em Recife-PE, Brasil, onde coordenou o Centro Integrado de Estudos Georreferenciados para a Pesquisa Social Mário Lacerda de Melo (CIEG). Desde 2012 é Professor da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) - Sede Argentina - no Programa de Posgrado en Desarrollo Humano, lecionando a disciplina de Desarrollo Sustentable. Atualmente, atua como Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (UFRPE e Fundaj), onde leciona a disciplina de Análise Espacial, Desigualdades e Políticas Públicas. É Pesquisador Titular no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Unidade Estadual de Alagoas, onde chefia a Seção de Disseminação de Informações - SDI/AL.

OCTAVIO GASPARINI JÚNIOR

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Roraima, é psicólogo profissional e atua no planejamento de candidaturas políticas em Roraima

PATRÍCIA FRANCK PICHLER

Doutora em Comunicação (2017) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Comunicação (2012) e Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas (2010) pela UFSM. Atualmente é Professora Adjunta do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, ministrando disciplinas na área da comunicação estratégica, organizacional e comercial e atuando como coordenadora do projeto de extensão Assessoria de Comunicação do Colégio Politécnico. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional (CNPq). Ministrante de cursos e oficinas na área de comunicação e relações públicas. Experiência profissional como consultora e assessora de comunicação à frente de sua empresa, EngajeCom (2015-2022). Áreas de

interesse e publicação: comunicação midiática, comunicação comunitária, relações de poder, análise do discurso, estratégias discursivas.

PAULO FERNANDO BARBOSA DA OLIVEIRA

Acadêmico de Direito da Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS).

PRISCILLA CUSTÓDIO MUNIZ PINTO

Mestre em Educação, Advogada e Pedagoga, Orientadora Pedagógica da cidade de Iguaba Grande e Saquarema.

ROSENIURA SANTOS

Auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego desde 1996. Doutora em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador

THALYNE KEILA MENEZES DA COSTA

É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Possui mestrado através do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), da Universidade Federal de Campina Grande, 2017-2019; tem formação em Linguística Aplicada, construída na Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna, realizada na Universidade Federal de Campina Grande, 2011-2012; e é graduada em Letras/Português, pela Universidade Estadual da Paraíba, 2007-2010. Os trabalhos e pesquisas têm como foco o ensino de português como língua materna, letramentos, interação, leitura e escrita em ambientes virtuais no ensino e formação docente.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

